

ENTRE TEMPOS DA CIDADE:

Conflitos espaço-temporais e
processos de absorção

MAÍRA CRISTO DAITX

Tese de doutorado
Orientador: Manoel Rodrigues Alves
São Carlos - SP | Março | 2023

MAÍRA CRISTO DAITX

**Entre tempos da cidade:
Conflitos espaço-temporais e processos de absorção**

Versão Revisada

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção
de título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo**

Orientador: Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves

2023

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pela autora

DD134e Daitx, Maira Cristo
Entre tempos da cidade: conflitos espaço-temporais e processos de absorção / Maira Cristo Daitx; orientador Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves. -- São Carlos, 2023.
211 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Espaços temporários. 2. produção do espaço urbano. 3. processos de absorção. I. Alves, Manoel Antonio Lopes Rodrigues, orient. II. Título.

**Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229**

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Maíra Cristo Daitx**

Título da tese "Entre tempos da cidade: conflitos espaço-temporais e processos de absorção".

Data da defesa: 03/05/2023

Orientador: Prof. Dr. Manoel Antônio Lopes Rodrigues Alves

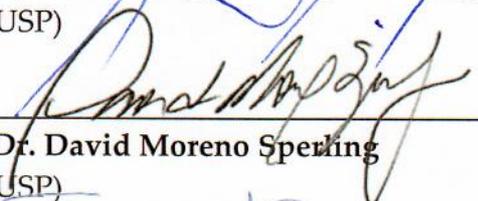
Comissão Julgadora:

Resultado:



Prof. Dr. Manoel Antônio Lopes Rodrigues Alves
(IAU/USP)

Não votante



Prof. Dr. David Moreno Sperling
(IAU/USP)

Aprovada



Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira
(IAU/USP)

Aprovada



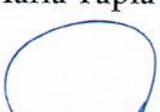
Prof. Dr. Rodrigo José Firmino
(PUCPR)

Aprovada



Prof. Dr. Carlos Maria Tapia Martin
(ETSA-US)

Aprovada



Prof. Dr. Julio Ernesto Arroyo
(UNL)

Aprovada

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**

RESUMO

DAITX, M. C. **Entre tempos da cidade: Conflitos espaço-temporais e processos de absorção**. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023).

Como as formas de apreensão espaço-temporal contemporâneas têm moldado nossas cidades? A evolução e consolidação das TICs e das redes de transporte afetaram os fluxos globais, tornando-os cada vez mais acelerados e as experiências espaço-temporais mais instantâneas; o capitalismo, flexível no tempo e no espaço, expandiu seu poder de dominação através de alianças políticas, configurando territorialidades a-geográficas. Diante desses fenômenos, o sujeito contemporâneo adaptou seus comportamentos e formas de se relacionar com o urbano, aumentando o grau de volatilidade e descartabilidade de seus vínculos (espaciais, profissionais e pessoais) - algo valorizado pelo pensamento neoliberal - e consolidando-os como um estilo de vida. A dificuldade de estabelecerem-se projeções futuras (controle do tempo) reforçou a busca por experiências e prazeres momentâneos (imediatos, do tempo presente), o que estaria causando uma expansão das relações de consumo a outras esferas da vida humana. Logo, o espaço urbano, como produto das relações sociais (espaço do conflito e da multiplicidade), estaria se transformando para estes novos padrões temporais do sujeito contemporâneo. Recentemente, é possível observar um aumento na criação e aplicação de formas espaciais urbanas representativas, mais instantâneas e pontuais, onde as relações subjetivas se realizam a partir de contratos com prazos de validade pré-definidos. Intervenções urbanas temporárias estão se tornando parte integrante do cotidiano das cidades, advindo tanto dos campos da arte, design, arquitetura e urbanismo (performances, happenings, ações do urbanismo tático), com características mais insurgentes e políticas, quanto do marketing urbano (live e streetmarketing), com características mais neutralizadoras e rentistas. Ambas, apesar de opostas em suas intenções de ação, questionam e se articulam com as temporalidades aceleradas e efêmeras do contemporâneo, reforçando, inclusive, sua percepção. A partir da hipótese de que estas intervenções estariam passando por processos de absorção (captação, adaptação e legitimação) sobre sua forma, discurso e estratégia de ação, e tornando-se um território de disputa entre as forças hegemônicas (Estado e capital) e setores da sociedade civil - no qual o "tempo urbano" estaria sendo utilizado como objeto de negociação -, este trabalho busca melhor compreender o contexto sociocultural e político das intervenções temporárias advindas tanto do urbanismo tático, quanto do live e streetmarketing, analisando suas evoluções históricas mais recentes, suas aproximações e digressões, e seus impactos sobre o espaço das cidades.

Palavras-chave: Espaços temporários, produção do espaço urbano, processos de absorção

ABSTRACT

DAITX, M. C. **Amid times of the city: space-time conflicts and processes of absorption.** 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023).

How contemporary forms of space-time apprehension are shaping our cities? The evolution and consolidation of ICTs and transport networks have affected global flows, making them increasingly faster and space-time experiences more instantaneous; Capitalism, flexible in time and space, expanded its power of domination through political alliances, shaping a-geographical territorialities. In the light of these phenomena, the contemporary subject has adapted his behaviors and ways of relating to the urban, by increasing the degree of volatility and disposability of his/her ties (spatial, professional and personal) - something valued by neoliberal thinking - and consolidating them as a lifestyle. The difficulty in establishing future projections (time control) reinforced the search for momentary (immediate, of present-day) experiences and pleasures, which would be causing a spread of consumer relations into other spheres of human life. Therefore, urban space, as a product of social relations (space of conflict and multiplicity), would be transmuting itself to better fit these new temporal patterns of the contemporary subject. Recently, it is possible to observe an increase in the creation and application of representative urban spatial forms, more instantaneous and punctual, where the subjective relations take place on contracts with pre-defined expiration dates. Temporary urban interventions are becoming part of the everyday life of the cities, coming from the fields of art, design, architecture and urbanism (performances, happenings, actions of tactical urbanism), with more insurgent and political characteristics, and from the urban marketing (live and streetmarketing), with more neutralizing and rentier characteristics. Although opposed in their intentions of action, both of them question and articulate the accelerated and ephemeral temporalities of the contemporary, moreover, reinforcing their perception. Based on the hypothesis that these interventions are going through processes of absorption (capture, adaptation and legitimation) on their form, discourse and strategy of action, and becoming a territory of dispute between hegemonic forces (state and capital) and sectors of civil society - in which "urban time" is being used as an object of negotiation -, this work seeks to better understand the socio-cultural and political context of temporary interventions arising from both tactical urbanism and live and streetmarketing, analyzing their recent historical evolution, approaches and digressions, and impacts on the space of our cities.

Keywords: Temporary spaces, urban space production, absorption processes

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Elita, por todo o apoio dado ao longo destes anos e que foram fundamentais para a continuidade deste trabalho e de minha vida acadêmica.

Ao meu companheiro José Augusto, que acompanhou este trabalho desde seu início e que me deu todo o suporte necessário para passar por todas as fases desta jornada, me ouvindo incansavelmente sobre as hipóteses e resultados desta pesquisa.

Aos meus irmãos e familiares, por reconhecer este desafio como algo merecedor de mérito.

A família de meu companheiro, por me acolher em São Paulo para a realização de meus trabalhos de campo, contribuindo com seus conhecimentos da cidade em minhas reflexões.

A todos os funcionários e equipes de auxílio que fizeram das minhas atividades diárias uma tarefa mais fácil.

Aos meus colegas e amigos do LEAUC, que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho e se dispuseram a discuti-lo em diversas ocasiões, sendo fundamentais nos momentos de indecisão e dificuldade que a pesquisa científica contempla. Agradecimento especial à Milena Sartori, que acompanhou mais de perto a temática e me compartilhou grande parte de seus dados, enquanto ainda estavam sendo desenvolvidos.

Aos meus amigos pós-graduandos (e hoje doutores e mestres) que dividiram seu tempo livre comigo, em conversas informais sobre os desafios da vida acadêmica.

Aos amigos que fiz em Sevilha, em especial ao meu companheiro de casa, Ignacio, que me acolheu durante uma das fases mais complicadas de nossas vidas – a pandemia – e que me compartilhou o carinho de sua família.

Aos amigos de Rio Claro, que fui reunindo ao longo da vida e que também me escutaram nas mais diversas situações, propiciando momentos de alegria fora da vida profissional.

Ao meu orientador, Manoel, por acreditar na minha capacidade de trabalho e de parceria, ao dar o suporte necessário para a execução desta pesquisa e abrir novas oportunidades profissionais ao longo desta quase uma década de trabalho juntos.

Ao meu supervisor de estágio no exterior, Carlos, pela sua acolhida querida na cidade e por ter sempre se lembrado de mim e de meus trabalhos ao longo de minha carreira profissional.

Aos professores e colegas do projeto High Rise, que também me acolheram em minhas visitas a campo, e sempre se mostraram abertos a discutir meu trabalho e me incluir nas atividades de pesquisa internacional.

Aos colegas da pós-graduação e funcionários do IAU (em especial Vilma e Flávia), por sanarem grande parte de minhas dúvidas e terem me ajudado, especialmente, nas fases de entrega e finalização deste trabalho.

A todos os profissionais que abriram parte de suas agendas para fornecerem as informações essenciais para esta pesquisa e sem as quais ela não teria sido realizada: Lincoln, Luana, Kátia, Gome, Conso, David, Samuel, Santiago, Richard, Manon, Laurine, William, Jan, Robert, pessoas do Prinzessinnengarten Moritzplatz (os quais não registrei os nomes), Ellie, Alexander, e o professor Peter Bishop.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em relação à bolsa concedida nos processos 2017/10218-4 e 2019/19790-8.

SUMÁRIO

Introdução	9
Escolha da temática; histórico prévio; hipóteses; métodos; resumo dos Capítulos	
1. Tempos da cidade	25
1.1 A forma temporária na Arquitetura e no Urbanismo: transformações e distribuição do conhecimento.....	30
1.1.1 Usos e espaços temporários: contexto europeu.....	35
1.2 O discurso criativo: tendências e categorias analíticas.....	45
1.2.1 Temporariedade x permanência.....	45
1.2.2 Categorias discursivas.....	49
1.2.3 Evolução histórica.....	57
2. Dominando o tempo	63
2.1 A cidade-mercadoria e a gestão do tempo urbano.....	63
2.2 Hábitos de consumo e consumo de experiências fugazes.....	66
2.3 Novos territórios da privatização: Parque Ibirapuera.....	71
3. Preenchendo o tempo	80
3.1 Otimização do tempo. Vacância urbana: problema ou oportunidade?.....	80
3.2 Usos temporários como política anticíclica.....	81
3.2.1 Usos interinos - A ascensão do modelo de Berlim.....	86
3.2.2 Usos do “entre” - a popularização da temporariedade e os casos de Londres.....	89
3.3 Usos pioneiros como estratégia de inclusão social - o caso de L’Autre Soie, em Lyon.....	93
4. Aproveitando o tempo	103
4.1 Temporariedade como tática de ação política.....	103
4.1.1 Explorações legais - as intervenções em terrenos vazios do coletivo Recetas Urbanas em Sevilha.....	105
4.1.2 A luta contra o tempo - os casos das hortas urbanas de Berlim.....	113
4.1.3 A temporariedade no cotidiano - resistências e questionamentos políticos das propostas do raumlaborberlin.....	119
4.2 Cooperação entre atores contra-hegemônicos - aliança de tempos?.....	124
5. Desviando o tempo	126
5.1. Revezamento de domínios ou consolidação de territórios? Programa “Adote Uma Praça”.....	126
5.2 Atraindo investimentos: as intervenções “temporárias” do Centro Aberto e Parque Minhocão.....	131
5.3 Absorção da temporariedade: o novo Vale do Anhangabaú.....	135
5.4 Da luta pelo espaço público à luta pela expansão do consumo: dos parklets ao projeto Ruas SP.....	138
6. Conclusões: Conflitos espaço-temporais e processos de absorção	145
Referências Bibliográficas	149
APÊNDICE A - Fichas Projetuais	153
APÊNDICE B - Discurso Temporariedade x Permanência (Archdaily)	179
APÊNDICE C - Outros projetos que abordam a questão temporal	196
APÊNDICE D - Discurso Temporariedade x Permanência (Escritórios)	214
APÊNDICE E - Lista de projetos temporários (Escritórios)	221
APÊNDICE F - Gráficos	224
APÊNDICE G - Entrevistas	228

INTRODUÇÃO

Este trabalho partiu de uma inquietação para entender como as pessoas apreendem o tempo e o espaço e como a arquitetura se relaciona com essas formas de apreensão. Há algo intrínseco à produção arquitetônica que vê no projeto uma proposta de mudança positiva (segundo os princípios do idealizador) – o mesmo vale para o projeto urbano –, e esse algo é a permanência. Em ambos, aquilo que é idealizado e, quando possível, realizado, pode ser tratado como um “bem a ser protegido” – algo a ser admirado, criticado e reavaliado constantemente, mas dificilmente destruído ou modificado (aos olhos de muitos criadores, ela não deveria sofrer intervenção). A obra, neste sentido, permanece, ou deve buscar permanecer, mesmo que seu contexto de inserção se modifique, mesmo que a intenção inicial não se mantenha, mesmo que ela se ressignifique.

Entretanto, existem grupos e pessoas que projetam e idealizam, mas de forma ligeiramente diferente, pensando na impermanência¹. Talvez porque saibam que entre expectativa e realidade sempre haverá certo grau de frustração. Então, não projetam algo que seja feito, necessariamente, para se manter no tempo de forma intocável, mas deixam a obra em aberto, incluindo dentro dela a possibilidade de transformação. Esta estratégia é uma forma discursiva não só de lidar com a sua profissão ou vocação, mas com a vida em si, praticando o desapego – desapego esse que é um tema recorrentemente discutido quando enfrentamos problemas de toda forma (pessoais, profissionais, espirituais) como uma das soluções para evitarmos o sofrimento. Na arquitetura, ele é uma tentativa de retomarmos o poder sobre a obra e sobre seu tempo (da mesma forma que tínhamos antes, quando era somente ideia), mas também sobre a vida – se eu aceito que o que criei se modificará e poderá vir a desaparecer, ao menos terei o controle sobre meus pensamentos, refletindo sobre esta fatalidade (se irei intervir, retomando seu controle, ou observar, deixando-a morrer ou tornar-se outra coisa).

Reflexões sobre a transitoriedade, efemeridade e transformação do mundo em que vivemos não são novidade nos pensamentos filosóficos, mas têm ganhado importância nas últimas décadas. Inúmeros autores debatem como nos apropriamos do espaço e percebemos o tempo de forma mais acelerada (ver Capítulo 1), como se ele não nos entediasse mais, e sim fosse insuficiente para os desejos de uma única vida. Logo, experimentamos o mundo concreto baseados em nossos instintos imediatos (do momento presente), buscando pensar cada vez menos sobre aquilo que não temos controle (um futuro volátil e cada vez mais imprevisível). A complexa relação entre interesses políticos, fluxos econômicos, evoluções tecnológicas, fenômenos ambientais e respostas às emoções diárias acontece em uma escala cada vez mais abrangente (global) e multifatorial, tornando o mundo contemporâneo incompreensível e imprevisível àqueles que não possuem o auxílio de máquinas e mentes informativas capazes de processar a grande quantidade de informações produzidas nos dias de hoje. Essa sensação de insegurança perante o futuro se agrava ainda mais quando, mais recentemente, observamos a transferência gradual das responsabilidades do Estado às incertezas e fluxos do mercado, na qual alguns direitos

¹ Para (GEISMAR et al, 2022), a “impermanência” permite com que o ser humano dialogue com paradoxos e tensões que emergem da experiência vivida no plano material, como o *apego* - desejo pela manutenção das condições de vida atuais ou passadas - e a percepção das transformações. O conceito, no entanto, ainda é paradoxal. A “impermanência”, em nosso contexto ocidental, é principalmente compreendida como algo “permanente”, em que se entende o mundo como algo *sempre* em transformação - logo, o *fim* é algo esperado/aguardado. Essa interpretação se afasta um pouco da que está presente nas culturas orientais, no qual a “transformação” não é uma fatalidade e nem possui um sentido de progresso, mas um dos elementos que compõem o universo humano.

humanos (como habitação, saúde e educação) são depositados no indivíduo – que luta por eles de forma independente e autônoma, ou busca dinheiro para custeá-los na forma de serviços.

Mas, como estes fenômenos que aumentam a sensação de incerteza vêm influenciando a produção mais recente do campo ampliado da arquitetura? Como eles afetam os discursos de seus profissionais e, também, a escolha destes sobre suas carreiras? O espaço construído seria mais um fator reforçador para estas sensações, um tranquilizante perante as incertezas ou um mecanismo de luta contra as forças “liquificantes” que buscam na fluidez sua segurança (ou talvez um conjunto de todos estes exemplos)?

Quando um espaço é produzido, não é somente sua matriz material que influencia as práticas sociais, mas também seu conteúdo ideológico e discursivo, o qual, por sua vez, é produto do contexto político, econômico e cultural (local e global). Na referência anterior feita aos profissionais que pensam e projetam o espaço considerando sua condição de “impermanência”, devemos incluir aqueles que possuem este ideal como visão de mundo, atuando de acordo com ela – ainda que sejam minoria²; como também aqueles que foram submetidos às forças de poder (políticas, econômicas) que se beneficiam da criação de sistemas mais fluidos (espaciais e virtuais) e acabam reproduzindo seus discursos. Ou seja, nos referimos aqui a todos os arquitetos, urbanistas, planejadores, designers e artistas que, para atuar e sobreviver, se submetem (de forma consciente ou inconsciente) à lógica econômica hegemônica que lucra por meio de processos de construção e destruição, concebendo, assim, projetos e produtos adaptados a ela. Neste contexto, vemos florescer muitas ideias que, entendendo essa lógica de produção, apropriam-se dela como nicho de mercado ou de atuação.

Certamente, dentro deste campo há propostas muito diversas e com intenções bem contrastantes, influenciadas diretamente pelas diferenças locais (de governança e poder), personalidades, crenças ideológicas ou inclinações socioculturais. Todo projeto busca uma mudança positiva, pelo menos aos olhos (e interesses) de seu criador. E foi tentando entender a relação entre “criador e criatura” que este trabalho buscou aprofundar-se na temática da **temporiedade**. Para responder às perguntas anteriores, primeiro devemos nos perguntar: esses projetos são feitos *por quem e para quem*? Como esta temática evoluiu historicamente em nosso campo de atuação? A quais visões de cidade este nicho de produção se alinha? Como os arquitetos, urbanistas e seus colaboradores estão se posicionando em relação à escala temporal de seus projetos? Só então, poderemos refletir sobre as questões: Como tais intervenções temporárias afetam a vida cotidiana urbana? e Há algum caminho melhor a se seguir para que estas interferências sejam *positivas*?

A arquitetura e o urbanismo (e suas áreas de diálogo) são meios de transformação social e podem influenciar diretamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas, na busca pela construção de um espaço comum da inclusão, equidade e universalidade de acesso aos direitos humanos (principalmente aos que compete a área ao qual este trabalho se insere, como moradia, liberdade de ir e vir, cultura, educação, etc.) e de sociedades mais

² Se analisarmos a arquitetura tradicional japonesa, por exemplo, os elementos construtivos são sempre pensados para serem desmontados, por duas razões: a incerteza dos fluxos naturais que demandavam o constante deslocamento das famílias e grupos nos territórios; e a perspectiva de que, para a manutenção do todo, muitas vezes é necessário o reparo de algumas partes. Apesar de não estarmos mais nas mesmas condições agrárias do passado que exigem um constante deslocamento dos grupos familiares, algumas tradições construtivas se mantiveram presentes, influenciando, inclusive, a forma como é compreendida e aceita a possibilidade ou inexistência da transformação nestes povos e culturas. Não é coincidência que algumas técnicas construtivas reconhecidas nestas regiões se tornam “exemplos” a serem reproduzidos ou exaltados em eventos internacionais temporários, etc.

justas – mudanças consideradas como *positivas* neste trabalho. Além disso, como profissionais que ocupam restritos postos de trabalho, é necessário ter-se a consciência do papel social que cada indivíduo ou grupo exerce na construção das cidades, como cidadãos, planejadores ou criadores, pois seus atos influenciam a vida de muitas pessoas, seja como reforço de uma lógica de produção ou como tentativa de se opor a ela.

Dentro do objeto escolhido como recorte nesta tese – **as intervenções³ urbanas temporárias** –, diversos arranjos sociais, econômicos, culturais e políticos puderam ser encontrados, inclinados em maior ou menor grau para as mudanças positivas anteriormente citadas, tornando impossível uma generalização em uma só forma e prática de atuação. No entanto, este trabalho teve como principal objetivo epistemológico o dever de elucidar as situações conflitantes nas quais o objeto, apesar de suas intenções iniciais *positivas*, teve seu conteúdo questionador tensionado, absorvido ou neutralizado. Foram analisados, portanto, tanto os casos em que a disputa e o conflito ainda são latentes, quanto as formas já transformadas em discursos mais adequados à razão econômica homogeneizante, que busca transformar todo espaço em mercadoria.

Em alguns casos, veremos que o caminho percorrido por estas formas extinguirá as potencialidades de transformação urbana heterogênea, de forças de grupos minoritários, de cidades mais socialmente justas; em outros, novos desdobramentos e caminhos tentam ser trilhados de forma a não se repetirem erros passados, buscando formas de aliança espaço-temporal que unam os processos acelerados de transformação característicos da contemporaneidade às lutas pela manutenção de territórios.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa, que busca unir a ciência como forma de conscientização e luta política, é trazer à luz as relações de poder que se estabelecem neste pequeno nicho de atuação arquitetônico-urbanístico e que, muitas vezes, estão ocultas ou veladas nas plataformas midiáticas e discursos criativos, abordando-os de forma crítica e construtiva, para que este conhecimento sirva como base para novas intervenções, permanentes ou temporárias, de concepção e criação de nossas cidades.

HISTÓRICO PRÉVIO - RECORTE EMPÍRICO E POSICIONAMENTO CRÍTICO

Primeiramente, esta pesquisa de doutorado e seu objeto de estudo - intervenções urbanas temporárias - devem ser entendidos em continuidade às questões ainda não respondidas sobre o antigo objeto de estudo do mestrado, que se centrava nos objetos (concretos) de arquitetura móvel.

O recente aumento na produção de edificações móveis e a valorização simultânea de um discurso de mobilidade contribuíram para a popularidade de formas temporárias de ocupação, especialmente as feitas em espaços de domínio público. Apontados na dissertação, desenvolvida também no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), como “espaços-acontecimentos” (DAITX, 2017a), alguns exemplos de arquitetura móvel vêm interferindo no espaço-tempo urbano do cotidiano, criando novas espacialidades temporárias – novas experiências espaço-temporais –, ao atrair visitantes por meio de sua singularidade e surpresa nas formas de ocupação.

No trabalho de mestrado, que objetivava estabelecer uma relação entre arquitetura móvel e nomadismo contemporâneo, foi estabelecido um recorte empírico que compreendia somente as formas *edificadas*, não analisando-se outros tipos de intervenção

³ “Intervenções são invasões espaciais temporárias que buscam evidenciar uma alternativa”. (Haydn & Temel, 2003).

não-arquitetônica, como intervenções de mobiliário urbano, ações culturais, artísticas ou de propaganda. Nesta ocasião, a ideia conflituosa entre permanência e transitoriedade tornou-se uma das questões a ser aprofundada. A maioria dos exemplos levantados tinha sido projetada e construída para continuar se movendo ou tornar-se permanente em outro local, mas isto quase nunca acontecia e a obra desaparecia após uma única instalação. Assim, um dos objetivos da pesquisa de doutorado foi continuar o estudo sobre estes objetos que resultavam em uma intervenção temporária, a fim de melhor compreender as forças por trás desta forma de produção espacial que demonstrava incongruências entre a intenção original ou o discurso dos agentes criadores (permanência temporal por meio da mobilidade espacial) e a realidade empírica deste tipo de instalação (efemeridade).

Em 2016, um artigo em parceria com dois ex-colegas do grupo de pesquisa LEAUC (Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo), Andrei Crestani e Marília Sé (CRESTANI, DAITX & SÉ, 2016), também trouxe à tona novos questionamentos sobre as espacialidades temporárias, as quais seriam tema desta tese de doutorado. Intitulado *Entre linhas de fuga: sobre lugaridades nos espaços de passagem*, o trabalho debateu o conceito de lugar e suas características, chamadas de *lugaridades*, buscando compreender e evidenciar sua temporalização.

Para entender a relação que este artigo tem com o tema desta tese, primeiramente devemos entender o campo de criação conhecido como *placemaking*. O *placemaking* é uma forma de atuação criativa que busca identificar e reproduzir características de *lugares* (*places*, em inglês) na requalificação ou concepção de novos espaços, potencializando relações sociais “positivas”⁴. Neste campo de atuação, artistas, arquitetos, urbanistas e designers são os responsáveis tanto pela concepção e criação dos espaços e objetos que auxiliarão na realização de certas atividades, como também pelas próprias atividades (com auxílio de outros grupos especialistas) – como estimular o engajamento popular, o uso dos espaços públicos, discutir novas formas de apropriação urbana, etc. Muitas das ações que se encaixam dentro desta forma de atuação criativa são temporárias, como veremos nos próximos capítulos.

A temporariedade nas intervenções de *placemaking* pode se apresentar em formatos muito distintos. Em alguns, defende-se que as intervenções temporárias aplicadas em um micro contexto se tornarão permanentes através de mudanças sociais e/ou culturais em seus públicos-alvo, não necessariamente buscando a permanência espacial; outros funcionam como experimentos – abertos ou controlados⁵ – para o espaço que abriga a intervenção. A temporariedade, em ambos os casos, pode se apresentar como (1) uma *condição* para a ocupação do espaço – se ele é de propriedade privada, se foi recebida somente uma permissão temporária, se ele é um espaço em disputa, etc.; ou (2) uma *opção*, quando ocorrem em espaços que, pela sua característica inerente, não seria possível atuar de forma permanente devido ao seu caráter de práticas transitórias (geralmente espaços já ativos, mas para usos não sociais).

⁴ Essa “positividade” está entre aspas, pois o termo deve ser questionado. O *placemaking* é uma bandeira muito defendida por grupos hegemônicos que buscam na ativação de espaços um maior retorno econômico e financeiro para uma determinada região. O *placemaking* também é utilizado como mecanismo de propaganda para empresas privadas e públicas, que patrocinam ou agenciam pequenas transformações urbanas que não necessariamente buscam modificar o espaço urbano de forma a criar uma sociedade mais justa e igualitária. O espaço, dessa forma, geralmente é visto a partir das lentes do “better use” ou “melhor uso” – uma visão rentista sobre o espaço –, ignorando certas práticas e formas de apropriação espacial em prol de outras – condicionadas e absorvidas por essas forças hegemônicas de transformação.

⁵ Os casos abertos podem ser entendidos como aqueles que não buscam validar uma proposta, mas sim coletar dados para a co-criação do espaço durante o período de instalação. Controlados seriam os casos que testam uma proposta pré-concebida, coletando dados que validem positivamente ou não a intervenção, sem que se façam adaptações ao longo do tempo em que está ativa.

A segunda situação foi a escolhida para aprofundamento no artigo citado anteriormente, porque a “temporiedade” da intervenção estava no domínio do criador - que compreende as dinâmicas espaço-temporais do local desejado para a ação e aceita que sua proposta não deve ser feita para “permanecer”. Assim, foram levantados coletivos interdisciplinares que concentram sua atuação na criação de espacialidades temporárias, com ou sem a necessidade de produção de um objeto concreto (um espaço, uma obra, um mobiliário).

Com este levantamento, foi possível constatar que parte da problemática entre permanência e efemeridade encontrada nos exemplos de arquitetura móvel (da pesquisa de mestrado) poderia ser muito mais resultante de uma relação conflituosa entre as práticas espaciais e as forças atuantes no espaço urbano, do que às dificuldades técnicas de manutenção ou deslocamento dos objetos construídos. Isso porque as intervenções não edificadas (geralmente mais baratas e fáceis de serem deslocadas) tinham comportamentos muito similares aos “espaços-acontecimentos” anteriormente citados e acabavam também não sendo reproduzidas em outra localidade. A arquitetura ou o espaço construído, em ambos os casos, seria um *meio* para a realização de uma ação e o que determinaria sua permanência ou desaparecimento seriam os interesses por trás delas – políticos, econômicos e sociais.

Com o intuito, então, de continuar buscando entender as forças por trás da temporiedade destas espacialidades, o recorte empírico da pesquisa de doutorado não foi delimitado pela presença ou não de objetos edificados. Optou-se por uma abrangência maior que decorresse da prática de seu campo ampliado, que atua tanto como concebedor do espaço (aquele que o projeta, para atender intenções próprias ou externas), quanto como administrador do espaço (aquele que o gerencia, os planejadores urbanos). Desta forma, foram incorporadas nesta pesquisa, tanto intervenções temporárias que se utilizam de edificações ou mobiliários, quanto ações que aproveitam permissões legislativas para criação de interações sociais em espaços públicos ou privados existentes, de forma intencionalmente temporária.

Outro fator importante, decorrente do artigo sobre as *lugaridades*, também deve ser apontado como ponto de partida para o posicionamento crítico deste trabalho de doutorado. Durante o processo de revisão textual, em 2016, recebemos a sugestão de investigação das ações criadas pelo “Institut Pour la Ville en Mouvement” (IVM). Na ocasião, havia sido muito difícil escolher os exemplos para os argumentos do artigo, pois se desejava encontrar algum exemplo que não tivesse intenções ou interesses que viessem de fora da própria intervenção – relação com municipalidades, órgãos governamentais ou instituições privadas. Foram selecionados aqueles que, naquele momento, acreditou-se serem os mais independentes possíveis de forças hegemônicas e/ou intenções externas que poderiam interferir no conteúdo da ação, excluindo, assim, exemplos que buscassem um impacto permanente (mesmo que *a posteriori*), e restringindo-se àqueles que, em sua essência, já tivessem sido projetados para acabar (que não pudessem ser cooptados). Durante este processo, o trabalho se deparou com alguns exemplos de objetos investigados para a pesquisa de mestrado (2014-2016), como intervenções de *marketing* que se apropriavam do espaço público também temporariamente, e que foram descartados não só pela clara falta de intenção dessas ações na criação de características “positivas” de lugar, mas também porque – mesmo que elas “lugarificassem” temporariamente o espaço – não representavam uma proposta de emancipação ou de “desvio” (no sentido deleuziano) em relação à forma hegemônica de produção. Assim, a partir dessa sugestão crítica sobre o objeto empírico do artigo, o trabalho se deparou com uma questão: é possível realizar

algum projeto ou intervenção espacial que seja unilateral e isenta do diálogo entre as forças – de uma forma completamente nômade, no sentido Deleuziano?

Dentre os exemplos que haviam sido escolhidos para a discussão sobre “lugaridades”, foi possível observar certo grau de adequação a lógicas político-econômicas, uma vez que os apoiadores financeiros e/ou institucionais (de bienais ou outras agências de fomento) inevitavelmente possuem poder de veto e alteração sobre o conteúdo das exposições, podendo estimular ou inibir certas práticas de acordo com seus interesses. As propostas do IVM poderiam ser consideradas só mais um exemplo de como estes tipos de intervenção – em locais esquecidos, que são realizadas temporariamente, e não necessariamente com implantação de modificações espaciais – também possuem formas institucionais de produção, submetida a regras de atuação e que estabelecem um nicho lucrativo ou ideológico/político. Reformas em escadas urbanas, intervenções em faixas de pedestres, ações em transportes públicos, etc., podem ser um bom plano para empresas que queiram captar a atenção de seu consumidor e divulgar sua marca, inclusive atrelando-a aos valores simbólicos de uma determinada localidade ou espaço construído (e neste ponto os arquitetos e urbanistas assumem grande participação). A *temporiedade*, portanto, pode se mostrar como uma tática e/ou estratégia de atuação que não se restringe a um único campo ideológico ou visão única de cidade, mas que permeia tanto as tomadas de decisão de forças dominantes quanto insurgentes.

Estas considerações nos levam ao último ponto de partida para o desenvolvimento da tese de doutorado: o evento intitulado “Enquanto Isso: Políticas Públicas para Espaços Transitórios”, promovido pelo laboratório Outros Urbanismos, a antiga Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e o Instituto Goethe⁶, com apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em 2016. A proposta do evento era, justamente, debater como o Estado poderia incorporar as intervenções temporárias no “organograma público”, criando “técnicos e diretorias especializadas”, fundos de financiamento, políticas públicas com metas e objetivos e instrumentos jurídicos que viabilizassem a utilização de espaços “interregno”⁷. O argumento da discussão era o de que, uma vez vislumbrado o grande número de exemplos de intervenções urbanas temporárias ocorridas no Brasil nos anos anteriores mais recentes (2012-2016), especialmente em São Paulo, havia chegado o momento de instituírem-se instrumentos administrativos que fossem capazes de estimular tais práticas e ações. Em suma, uma “normalização”, torná-los parte do “*mainstreaming*”⁸.

⁶ Não é uma coincidência que o evento tenha sido realizado no Instituto Goethe. O Goethe Institut, de origem alemã, é importante divulgador de usos e práticas temporárias por meio de publicações e eventos (ver links 1, 2, 3, 4, 5), patrocinador de inúmeras intervenções temporárias no mundo (São Paulo: *Goethe Na Vila*; Varsóvia, Berlim e Bucareste: *The Knot*; São Petersburgo: *Emma*; Durban, África do Sul: *Rush Hour, Rest Stop*; Xangai: *The International Ghost Part 1: Richard Paulick*; Taiwan: *Theatre of Flows*; Montreal: *The Fountain House e Future Two - Workshop*; Turin: *Cantiere Barca*; Nova York: *Spacebuster*) e é um importante centro de internacionalização da cultura alemã. A Alemanha, como veremos nos Capítulos 3 e 4, tem um histórico grande na produção de espacialidades e estímulo à criação de usos “temporários”. No mesmo ano do evento “Enquanto Isso”, o Goethe trouxe o raumlabor para participar de um workshop na Vila Iitoró, em São Paulo. A Vila Iitoró é considerada um dos “projetos-exemplo” do Plano Municipal de Cultura (PMC) de São Paulo para a ocupação de espaços ociosos por grupos comunitários. O PMC também prevê que para novos contratos que concedem ou regularizam espaços de propriedade pública ocupados por grupos comunitários, prazos de validade podem ser incluídos, bem como uma rotatividade dos agentes que fazem uso do bem público. Na prática, no entanto, os contratos culturais são muito mais renovados aqui do que no contexto europeu (ver Capítulo 3).

⁷ Para mais informações, acessar:

<http://outrosurbanismos.fau.usp.br/enquanto-isso-politicas-publicas-para-espacos-transitorios/>

⁸ Uma observação importante: este discurso sobre o “mainstream” e as considerações desta introdução sobre os pontos de partida da tese foram escritas em 2019, durante o desenvolvimento do memorial de qualificação. Na data de escrita da versão final desta tese e revisão do texto da qualificação (2023) é interessante ver como a transformação em “mainstream”, desejada pelos organizadores do evento em 2016, é exatamente um dos tópicos discutidos na entrevista com o Prof. Peter Bishop, realizada em agosto de 2022. A popularização e

Essa tese mostrará, ao cruzar São Paulo com outras cidades estudadas (Lyon, Londres, Sevilha e Berlim), que este apelo está diretamente relacionado a uma adequação da capital paulista ao momento global e às leis e projetos já desenvolvidos e reproduzidos internacionalmente, especialmente na Europa, e que estimulam estes tipos de uso "interregno" de forma institucionalizada e controlada, aliando este potencial criativo aos interesses de desenvolvimento urbano e imobiliário. O Brasil e São Paulo, segundo os organizadores do "Enquanto Isso", deveriam fazer o mesmo.

O evento, no entanto, não se restringiu à expressão deste único ponto de vista. Durante o último dia, a abertura do microfone para a plateia trouxe a fala de resistência de um jovem, que criticou a forma como uma das políticas de intervenção temporária implantada em São Paulo – os *parklets*⁹ – havia sido encaminhada e distorcida após a sua proposta inicial. Este breve momento de manifestação política acabou se tornando um dos principais pontos de reflexão desta pesquisa, porque até o momento acreditava-se que a classe de arquitetos estava amplamente satisfeita com a transformação de uma ação "insurgente" em política pública. O domínio ideológico sobre a "temporiedade" tornou-se, portanto, uma questão para a tese.

Tal conflito levou os convidados e palestrantes a avaliar se a transformação das intervenções temporárias em políticas públicas instrumentalizadas deveria mesmo ocorrer ou se não era a própria espontaneidade e resistência (a falta de institucionalização) destas propostas que as tornavam tão importantes para o debate sobre o espaço urbano¹⁰. Não tão surpreendente foi a resposta de um dos organizadores do evento, que disse ao jovem que, independentemente de sua concordância ou resistência, é o Estado (e os interesses de quem ele atende) quem define se a intervenção temporária permanece ou não, podendo apoiá-la (como era a intenção do Estado naquele momento) ou reprimi-la (com a polícia ou outras formas de remoção), já que muitas eram feitas sem a permissão dos órgãos municipais.

É diante desta fala que se firma o principal balizador empírico e hipotético desta tese. Seu objetivo não seria só entender as razões do crescimento das intervenções temporárias no campo produtivo da Arquitetura e do Urbanismo, as consequências para a vida cotidiana e as práticas urbanas, mas também desvendar o processo que fez com que estas espacialidades, supostamente alternativas, tenham se tornado um nicho crescente de atuação também das forças hegemônicas de produção do urbano (agentes imobiliários, administrações municipais, produtores culturais, etc.) – que os absorvem, eliminando parte de seu conteúdo crítico, e produzem formas espaciais autonomizadas de fácil reconhecimento. Voltamos, portanto, à necessidade expressada anteriormente de identificar as relações oblíquas de poder e interesse que perpassam este nicho de produção espacial.

Muitas intervenções temporárias colocadas como soluções "positivas" aos problemas urbanos possuem em seus discursos um caráter de sujeição a certas "condições contemporâneas" que precisam ser melhor esclarecidas. Dentro destas condições estão os arranjos político-econômicos mais voláteis e flexíveis (ao qual o discurso prega como algo "sem saída", em um caráter de aceitação), mas também as novas relações no mercado profissional, resultantes muito mais das diferentes situações econômicas críticas que passamos nos últimos anos, do que das mudanças nas matrizes ideológicas. Ambos os

normalização das intervenções temporárias é considerada uma das causas do esvaziamento político deste tipo de produção espacial, em Londres. É exatamente a luta pela permanência, hoje, que mantém vivas as práticas e visões de formas de produção *alternativas* sobre o espaço metropolitano londrino e não as criações temporárias.

⁹ O caso dos *parklets* será aprofundado no Capítulo 5.

¹⁰ Já diriam Haydn & Temel (2003), em seu livro *Temporary Urban Space*: "Um importante aspecto dos usos temporários é que sua institucionalização geralmente mais machuca do que ajuda." (tradução nossa).

fatores têm grande importância para o entendimento do contexto histórico de evolução da prática e discurso arquitetônicos e para o desvendamento das relações interlineares que motivam o surgimento de certas forças de resistência para a manutenção de territórios, tensionando o debate sobre os processos de produção da cidade em relação à sua componente temporal.

Veremos que dentro desta prática – da produção de intervenções temporárias – a relação empírica e política com o tempo e espaço urbanos se divergirá caso a caso, evidenciando a complexidade do contemporâneo. A temporariedade das intervenções tornou possível a superação de limites até então mais rígidos entre público e privado, permeando novas práticas e formas de dominação mais “leves” (mas não menos impactantes), e também campos de resistência e expansão do debate sobre o domínio do espaço urbano, de forma mais permeável e pontual. No entanto, também veremos que neste jogo de forças, processos hegemônicos de (re)produção do espaço urbano, que compreendem o espaço como uma mercadoria e campo de exploração lucrativo para grupos dominantes, ainda prevalecem.

HIPÓTESES

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, houve uma constante expansão e atualização de suas questões científicas no processo de familiarização com o objeto empírico. Uma ocasião específica, no entanto, se tornou o principal ponto de reflexão sobre as hipóteses da tese (até então, em desenvolvimento): o exame de qualificação.

As hipóteses iniciais deste trabalho partiram, principalmente, da observação empírica de *exemplos nacionais*. Acreditava-se que as intervenções urbanas temporárias estariam passando por processos de absorção (captação, adaptação e legitimação) sobre sua forma, discurso e estratégia de ação, tornando-se um território de disputa espacial e discursiva entre as forças hegemônicas (políticas e econômicas) e setores da sociedade civil. O “tempo urbano”, portanto, estaria sendo cada vez mais utilizado como objeto de negociação, possibilitando a expansão de territórios da “privatização”, ao flexibilizar o domínio de espaços em caráter intermitente – o que quebraria a dualidade comumente colocada de que a temporariedade representaria um campo de possibilidades emancipatórios que se contrapõe ao modo de produção hegemônico de nossas cidades, pensadas supostamente para a “permanência” e para o longo prazo.

Estes pontos de partida, como veremos nos resultados obtidos ao longo destes seis anos de doutorado, ainda se mostram muito fortes e conclusivos; porém, a segunda hipótese (sobre expansão dos territórios de privatização) está mais adequada aos exemplos que são encontrados em nosso contexto nacional. Os territórios temporariamente privatizados vêm se expandindo, de fato, mas de forma desigual, numérica e territorialmente. Opostos “publicizantes” (abertura temporária de espaços privados à circulação e participação pública ou comunitária) também vêm crescendo, especialmente no contexto europeu. Uma breve investigação sobre espaços “temporários” já é capaz de evidenciar que práticas de conteúdos muito diversos se encontram sobre este termo “guarda-chuva”, o que torna ainda mais importante situar o contexto sociopolítico e cultural do objeto empírico e dos casos analisados, antes de discutirmos seus efeitos. Veremos, ao longo dos capítulos, que o delineamento de um processo em direção à privatização ou à publicização do espaço urbano está relacionado, principalmente, aos contextos criativos e históricos *locais* – onde se concretizam as lutas políticas e sociais.

No que diz respeito à primeira hipótese – de que estaria ocorrendo uma absorção da temporariedade em modelos internacionais homogeneizantes e hegemônicos –, podemos afirmar que pouca coisa foi alterada ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Pelo contrário, os acontecimentos dos últimos anos e as descobertas científicas de cada caso e cidade analisados se mostraram como um fortalecedor de que esta investigação se encontrava no caminho correto (infelizmente). Isto demonstra que os “processos de absorção”, de fato, fazem parte dos processos criativos e de produção contemporânea do espaço, e que eles acontecem de forma silenciosa, recorrente e em escala global, tornando ainda mais necessário que este fenômeno de neutralização de discursos com potencialidade disruptiva seja sempre considerado dentro de qualquer discussão acadêmica sobre o espaço urbano.

A inclusão de estudos de caso empíricos representativos de uma “publicização” do espaço privado (o “aproveitamento do tempo”, discutido no capítulo 3) foi colocada em discussão com este “processo de absorção” da *temporariedade*, para que melhor se compreendesse os contextos de luta e disputa entre as forças hegemônicas e contra-hegemônicas dentro da produção das intervenções urbanas temporárias. A hipótese, nesta linha de análise, era a de que: apesar de ser possível identificar esforços para a criação de territórios contra-hegemônicos ou para a concepção de práticas espaciais desviatórias (a “publicização” do espaço), o processo de absorção e suas forças representativas também estariam presentes, causando situações de conflito que, eventualmente, poderiam intervir no curso da ocupação/uso temporário. Buscou-se identificar elementos que evidenciassem a tentativa de se consolidar este processo de absorção, ainda que ele não tivesse ocorrido na prática e que a “vitória” ainda estivesse sendo do lado “mais fraco”.

O que não se esperava encontrar, no entanto, é que este processo de absorção da temporariedade acabaria gerando um movimento contrário: de práticas de resistência *anti-transitórias*, ainda que diferentes da oposição clássica aos processos de rápida transformação do espaço urbano (que surgiram com o avanço da modernidade¹¹), e de novos modelos temporários que buscam inclusões socioespaciais tanto em curto quanto longo prazo. Não são as temporalidades que estão em questão mais (temporário x

¹¹ Ana Fani Carlos (2001), em seu livro *Espaço-Tempo na Metrópole*, traz os conceitos de “espaço amnésico” e “tempo efêmero”. O espaço amnésico se refere ao espaço da forma (meio físico) que se vai, que deixa de ser um referencial para a vida cotidiana do sujeito e, assim, proporciona sensações de sofrimento (que a autora chama de “drama”) e deslocamento (do sujeito perante o mundo que ele habita). Ele se refere às formas novas que são construídas no lugar das antigas e que são adaptadas a um sistema de constante construção e destruição, sem profundidade ou capacidade de assimilação subjetiva. O tempo efêmero é o tempo da modernidade (fazendo referência a Baudelaire), que se impõe de forma hegemônica, causando tais transformações contínuas da forma urbana e a perda recorrente (inexorável) dos referenciais do sujeito com o espaço em que habita. Em ambos os termos está embutida uma sensação de esmagamento – porque a força imposta pelo tempo efêmero e o espaço amnésico é externa, incapaz de ser compreendida, por não fazer parte da vida cotidiana das “vítimas” desta transição. Essas forças advêm tanto do poder gestor (municipalidades), quanto dos interesses econômicos globais (que estão fora da imediaticidade do entorno), e que usam a cidade como forma de exploração (cidade-mercadoria). Os exemplos de espaços amnésicos trazidos pela autora são bairros de São Paulo, remodelados com arquitetura de estética repetitiva e de fácil assimilação pelo mercado global; e os espaços que ocupam os pedaços da cidade “em transição” e que proporcionam novos usos (menos significativos) às mesmas formas construídas do passado. Destes fenômenos surgem grupos, associações, coletivos, etc. que se reúnem pela manutenção da paisagem, porque sua “permanência” – apesar de não ser diretamente compreendido por eles desta forma – lhes dá um senso de controle, conforto e amparo que dá significado a suas vidas. A transformação da paisagem traz à tona questionamentos sobre o passado, sobre suas escolhas e sobre o futuro incerto; lutar contra este movimento é buscar o controle de suas próprias vidas. O movimento de resistência territorial, nestes casos, é uma luta contra as forças externas que impõem uma transformação sem a sua participação. A luta atual observada ao longo desta tese compreende elementos diferentes: ela se encontra não só na manutenção do território, mas a possibilidade de desmanche dessas relações do sujeito com o espaço por decisões *internas*, que legitimam o poder do corpo social (usuários e apropriadores do espaço) perante as forças externas de instituições políticas e econômicas.

permanente), mas como ambas devem estar no controle das forças sociais e serem mais inclusivas, para que a socialização, inclusão, publicização, etc. façam parte de todas as formas (e forças) de produção do espaço urbano.

A temporariedade pode ser usada tanto como ferramenta de emancipação quanto de neutralização política, seja por grupos historicamente estabelecidos nas esferas de poder ou por forças minoritárias advindas de grupos sociais autogestionados e cooperativos – e é essa constante reapropriação de domínios e ferramentas de batalha que a torna um objeto de análise complexo. Para evidenciar essa complexidade de aplicações, os casos escolhidos para o desenvolvimento das hipóteses buscaram compreender diversos arranjos formais e institucionais, advindos de distintos momentos históricos recentes, em contextos político-econômicos diversos. No entanto, para se manter o alinhamento aos objetivos iniciais de discussão dos processos de absorção observados dentro deste nicho espacial, optou-se pelo aprofundamento de exemplos que mostrassem as disputas e conflitos espaço-temporais intrínsecos a esse jogo de forças entre visões distintas de cidade, do qual o discurso da temporariedade passou a fazer parte.

Cada cidade e caso analisados contemplam questões secundárias sobre *como* (e *não se*) este processo de absorção – parte inerente da (re)produção urbana – se manifesta, seja pela ampliação e adequação de suas propostas às lógicas rentistas que entendem a cidade como mercadoria, ou pela manutenção de microterritórios de emancipação e resistência política e social (ainda que temporariamente) que farão frente a este processo. As forças que buscam o esvaziamento político e a reprodução de modelos adequados à forma hegemônica de produção do espaço urbano estão presentes em todas as situações estudadas, ainda que tenham sido enfraquecidas ou freadas momentaneamente pelo resultado de lutas sociais e de grupos minoritários. O conhecimento destas especificidades poderá servir como uma ferramenta adicional na luta pela criação de cidades mais justas e igualitárias, seja na construção de formas transitórias ou mais duradouras.

MÉTODOS

Este trabalho estrutura-se em três frentes investigativas: (1) análise teórica sobre processos sociais, culturais, econômicos e políticos, transformadores do espaço urbano contemporânea e suas temporalidades; (2) identificação dos objetos empíricos, que atuam como representações espaciais destes processos, e criação de seus panoramas discursivos condizentes com os processos contemporâneos (englobando diferenças e semelhanças entre as variadas formas de representação); e (3) aprofundamento de exemplos empíricos representativos destes processos, nacionais e internacionais. Dessa forma, buscou-se cruzar informações teóricas sobre as práticas (formas, estratégias de ação, legislações) e seus discursos, com coleta de dados de campo. Todos os casos selecionados são exemplos concretos – ações e/ou projetos que foram realizados – e a análise realizada busca enfatizar a relação entre aspectos globais e locais de cada contexto.

1) *Análise teórica sobre macroprocessos – uma perspectiva interdisciplinar*

A partir de uma abordagem interdisciplinar, esta frente foi desenvolvida ao longo de toda a pesquisa. Primeiramente, elencando pressupostos e aportes conceituais sobre o contexto contemporâneo de transformações e inovações urbanas, nas áreas da arquitetura e do urbanismo e seus campos afins (geografia, antropologia, sociologia, filosofia, entre outros). Foi realizada em paralelo à frente de identificação do(s) objeto(s) de análise e

construída de forma simultânea – retroalimentação (descobertas advindas dos estudos de caso e da análise da produção criativa eram confrontados com teorias). Após a realização da terceira frente – única que foi pensada como “etapa” –, estes aportes conceituais foram revisitados, recebendo contribuições específicas da bibliografia e referência levantada em campo (por meio de entrevistas).

A interdisciplinaridade, neste caso, foi importante para legitimar não só uma perspectiva global sobre o objeto de pesquisa, mas também como a única forma viável de análise do contexto contemporâneo, que sempre se apresenta de forma muito complexa. Como as singularidades do presente são resultado de uma conjunção de fatores em transformação – sociais, culturais, políticos, econômicos, etc.–, a discussão e interpretação desses processos virão, muitas vezes, de fora do campo de atuação projetual ou de planejamento. Entende-se, portanto, que o conhecimento é construído de forma conjunta, e que a Arquitetura e o Urbanismo são campos disciplinares comunicantes não apenas entre si, mas também entre outras áreas do conhecimento. Buscou-se alinhar estes pensamentos diversos, mostrando-se que as discussões sobre o espaço se interpolam.

Reconhecendo que as intervenções urbanas temporárias são parte da produção cultural e artística de nossas cidades, é possível interpretá-las como resultantes de (e influentes em) diversos processos contemporâneos (relativos a seu tempo) e históricos (o presente abarca e transforma o passado) que também são formadores de culturas e estilos de vida (como o consumismo, as tecnologias de informação e comunicação, os modos de produção mais flexíveis, etc.).

Para tanto, alguns gráficos da evolução histórica da produção de intervenções urbanas temporárias foram gerados a partir de amostras de grupos projetuais de diversos países (identificados pela 2ª frente). A diversidade territorial e técnica adveio do fato de que, mais uma vez, algumas políticas *locais* interferem consideravelmente no ritmo de alguns nichos de produção projetual da temporariedade, principalmente quando elas estão atreladas a vias de financiamento e políticas econômicas. Estas pontualidades são cruzadas com discussões mais amplas de fenômenos globais que tiveram ação direta nas decisões políticas locais (como as crises imobiliária e da COVID-19) e medidos os graus de impacto no discurso e na prática arquitetônico-urbanística. Uma análise do conjunto (que busca se afastar das especificidades) também foi feita para entender os impactos destes projetos na produção de arquitetura e urbanismo (de temporalidades permanentes ou temporárias) e encontrar respostas para os questionamentos sobre o impacto destas espacialidades no cotidiano da vida urbana e sobre o papel que elas têm na produção ou oposição ao meios de produção hegemônicos (geradores de percepções de processos de individualização, aceleração espaço-temporal, sensações de insegurança em relação ao momento presente, etc.). Estes temas serão abordados de forma cruzada em todos os capítulos, mas alguns deles serão aprofundados com cada estudo de caso.

2) *Identificação dos objetos empíricos e criação de seus panoramas discursivos – processos de absorção discursiva*

Mapear indica una necesidad, la de organizar un sustrato informacional. Bien por extensión, bien por densidad, para buscar o ser encontrado, para reconocer demarcaciones o advertir carencias, un mapa es todo ello y, por los extremos mediático-consumistas en que nos movemos en nuestros días, un marchamo, reconocimiento de precisas determinaciones. Con sus riesgos y sus virtudes, espacializar conocimiento permite generar diagnósticos y ser representación en sí mismo, si se sabe aglutinar capacidad expresiva y contenido. En la expresión hay una intensificación de la comprensión.

(OUT_ARQUIAS, Mapeado Interactivo de Investigación en el Instituto Universitario de Arquitectura y Ciencias de la Construcción_IUACC.)

O objeto empírico – intervenções urbanas temporárias – possui alguns “padrões” discursivos, ainda que eles sejam representativos de visões de cidade consideravelmente diferentes. Uma análise deste nicho de produção trouxe à tona algumas “categorias” que serão apresentadas no primeiro capítulo. Elas buscam elucidar a quais visões de cidade e formas de governança alguns projetos acabam sendo atrelados, intencionalmente (com propostas que se inserem totalmente dentro de discursos específicos) ou secundária (propostas que acabam resultando ou gerando processos inesperados, após a concretização do objeto no espaço). Esta frente de análise é responsável por identificar os casos representativos dos processos analisados no tópico anterior.

A fim de restringir o debate às hipóteses da pesquisa (conflito decorrente ou produto do processo de absorção, fenômenos de ampliação ou restrição do acesso público ao espaço), foram excluídos de uma análise mais profunda exemplos de uma produção cultural artística que não trazia questionamentos (de forma mais expressiva) sobre o espaço urbano, ou que não tivessem a participação direta ou indireta dos campos projetuais da arquitetura e do urbanismo¹². Todos os recortes são arriscados e acabam por deixar de lado potencialidades de debate, mas são necessários no decorrer da investigação – principalmente quando o objeto analisado possui uma complexidade tão grande. Para auxiliar no preenchimento deste “vazio”, todos os projetos temporários levantados e comentários realizados sobre cada um deles estão disponíveis online e de forma aberta, para que futuros pesquisadores utilizem-nos e complementem este banco de dados da forma mais ampla possível.¹³

Mapas projetuais¹⁴ e bancos de imagens¹⁵ foram feitos como instrumentos científicos, mas, para a tese, optou-se por descrever as conexões feitas na forma de texto. Ambos também estão disponíveis online. Dos projetos selecionados, buscou-se identificar os seus proponentes e agentes correlatos, para que se pudesse entender as influências que as parcerias criativas têm na inserção de novos processos de transformação em territórios específicos – por exemplo, quando um agente convida outro para participar de eventos de criação ou debate projetual. Alguns agentes são característicos de uma neutralização dos discursos, mas parcerias também podem resultar em conflitos. Veremos que muitos grupos criadores de intervenções urbanas temporárias “insurgentes” acabam sendo convidados para fazer parte ou produzir versões mais adaptadas aos interesses hegemônicos, mas nem sempre os contratos são firmados.

¹² Em suma, foram analisados projetos de grupos ou indivíduos que passaram por alguma formação técnica dentro da área ou projetos que foram divulgados, analisados, criticados por algum meio de informação refere aos temas da Arquitetura e do Urbanismo.

¹³ Ver tabelas:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ugf4rqyvua7RoPiXxABP8ZTFmLKkuoaC6l-0rNG8yqo/edit#gid=543148669>

¹⁴ Ver: <https://miro.com/app/board/uXjVOzFUVEU/>

¹⁵ Exposições: <https://br.pinterest.com/mairadaitx/projetos-expositivos-tempor%C3%A1rios/> & <https://br.pinterest.com/mairadaitx/temporaryephemeral-interventions/>
Instalações: <https://br.pinterest.com/mairadaitx/instala%C3%A7%C3%B5es-tempor%C3%A1rias/>
Trailers e Caravans: <https://br.pinterest.com/mairadaitx/motor-buildings-caravans/>
Arquitetura Móvel: <https://br.pinterest.com/mairadaitx/mobile-architecture/>
Intervenções/Ações: <https://br.pinterest.com/mairadaitx/temporary-urban-interventions/>
Arquitetura Temporária: <https://br.pinterest.com/mairadaitx/temporary-buildings/>
Projetos de Espaços Temporários (não concluídos): <https://br.pinterest.com/mairadaitx/temporarymobileephemeral-projects/>
Intervenções/Ações de Marketing: <https://br.pinterest.com/mairadaitx/marketing-interventions/>

Devido à sua natureza temporária, as mídias digitais foram o principal veículo de extração de informações, já que a coleta de dados de campo só pôde ser realizada em casos de “maior duração”. Também foram consultadas publicações – livros e revistas – que abordavam especificamente os temas propostos (intervenções urbanas temporárias; espaços temporários, efêmeros ou móveis¹⁶). Entrevistas com os projetistas ou agentes promotores das intervenções temporárias (poder público, empresas privadas, arquitetos, coletivos, ativistas, etc.) também foram realizadas para o esclarecimento de dúvidas e obtenção de informações e opiniões sobre o contexto da produção de suas obras (agentes relacionados, momentos históricos importantes, contexto sociopolíticos e econômicos locais, influências ideológicas, resultados pós-ocupação, etc.).

No início e etapa intermediária da pesquisa, esta frente funcionou como instrumento para a definição dos estudos de caso a serem aprofundados na frente seguinte (incursões empíricas e levantamento de dados de campo). Em sua fase final, ela foi necessária para entender se os dados qualitativos coletados em entrevistas poderiam também ser visualizados em dados quantitativos – veremos no primeiro capítulo que não, o que mostra que a percepção e o discurso sobre a temporariedade e a realidade de sua produção não seguem o mesmo percurso (ainda que ambos apontam para um crescimento). Em segundo lugar, sua função foi também identificar possíveis relações entre esses ritmos de produção e a discussão teórica identificada na primeira frente.

3) *Aprofundamento e aproximação empíricos – uma análise bilateral*

A dificuldade de se lidar com elementos do contemporâneo resulta do fato de estarem sempre em transição e transformação. Esta frente de análise pode ser considerada uma “etapa” – uma “pausa” necessária no decorrer do desenvolvimento da pesquisa para que os dados obtidos de fontes teóricas e informacionais possam ser rebatidos com a experiência do pesquisador em campo. Por meio do contato concreto com o objeto empírico, foi possível observar as diferenças entre os discursos (narrativas de atores e agentes) e a realidade que compreende, também, práticas socioespaciais e apropriações.

Ainda que esta tese não tenha como objetivo uma análise profunda das práticas, dos comportamentos sociais, e das diferentes formas como grupos e indivíduos se apropriam das espacialidades temporárias criadas pela ação de uma intervenção¹⁷, essas cenas do cotidiano foram observadas – sempre que possível, quando uma intervenção ainda estava ativa – e registradas por meio de fotos e vídeos. Tais registros são trazidos para a discussão a partir do olhar da pesquisadora, cruzando-os com o histórico dos casos estudados e com períodos de *antes, durante e/ou depois*.

Alguns “estudos de caso”, como veremos nos capítulos 2 a 5, são representados por objetos empíricos (uma intervenção específica) e podem ser recortados no tempo; outros são representados por cidades e suas políticas públicas que afetam a produção projetual de intervenções urbanas temporárias; por fim, ainda teremos casos representativos de

¹⁶ A mobilidade do objeto, como dito anteriormente, não implica numa permanência temporal, sendo muito representativa do processo de produção de espacialidades que proporcionam experiências temporárias.

¹⁷ A proposta inicial para esta pesquisa continha também uma fase de interação mais direta com os usuários do espaço, principalmente para conseguir informações sobre sua percepção sobre a temporariedade ou permanência do objeto espacial. No entanto, como as etapas de campo (2020) se iniciaram durante a pandemia, esta análise foi cancelada por razões de segurança.

Entrevistas com os especialistas e agentes relacionados à produção das intervenções urbanas temporárias, no entanto, foram mantidas. Algumas delas foram realizadas à distância, e quando possível, pessoalmente. Vale a pena reforçar que a maior parte destes agentes são, também, usuários e apropriadores desse espaço, portanto, sua visão sobre eles acaba sendo pautada, também, por vivências espaciais concretas.

escritórios/grupos/coletivos – da prática profissional – que possuem um histórico de atuação dentro deste campo projetual e de ação espacial. Cada um deles busca trazer à discussão um aspecto diferente sobre a produção de intervenções urbanas temporárias e as especificidades de seu local de atuação, mas é a união de suas semelhanças que nos coloca em frente às estratégias e táticas discursivas globais. Uma mesma forma de pensar e agir dentro da temporariedade pode aparecer em diversas localidades, mesmo que sem relação direta entre si.

Como observado anteriormente, com a revisão e recontextualização da hipótese sobre a “privatização”, foi necessário incluir exemplos de “publicização” para o aprofundamento empírico (o qual foi realizado após o período da qualificação). No entanto, o contexto nacional não possuía exemplos representativos deste processo de abertura à população de espaços antes restritos, e onde a *temporariedade* tivesse sido um ponto crucial para a sua concretização, e que tivesse partido de iniciativas sociais e não do poder público. O aprofundamento destes casos, portanto, foram feitos durante incursões empíricas realizadas na Europa, nas cidades de Sevilha, Berlim, Lyon e Londres.

São Paulo também foi definida como a cidade brasileira a ser aprofundada, tanto pela sua proximidade em relação à instituição sede da pesquisa, quanto pela importância que ela possui na produção e divulgação de suas intervenções urbanas temporárias mais recentes. Além disso, como a pesquisadora também fazia parte de um projeto internacional que possuía Lyon e São Paulo¹⁸ como estudos de caso, dados e contatos puderam ser mais facilmente coletados e realizados em ambos os casos.

CONTEÚDO DOS CAPÍTULOS

A tese foi dividida entre um capítulo introdutório – Estado da Arte da problemática da temporariedade na Arquitetura e no Urbanismo (como campo ampliado) – e capítulos representativos das estratégias/táticas usadas pelos múltiplos agentes de produção do espaço urbano no emprego da temporariedade em suas propostas. A escolha de “verbos” que sintetizam o posicionamento crítico que será abordado em cada um deles e a decisão de não separá-los por cada cidade tem o objetivo de evidenciar as correlações que as propostas analisadas possuem em âmbito internacional, ainda que os casos de São Paulo, por exemplo, fiquem separados devido ao seu caráter singular. Por fim, um capítulo final sintetiza e evidencia as similaridades do objeto empírico em caráter global e as suas especificidades locais, trazendo novos questionamentos sobre o futuro das intervenções temporárias, suas potencialidades e os cuidados que devemos ter em sua reprodução.

O Capítulo 1 busca situar o leitor em relação aos aportes teóricos que dão fundamentos e influenciam o discurso da produção da “forma temporária” – criações que incorporam, desde seu momento inicial, a condição de que deixarão de existir em algum momento futuro. A produção referente ao campo ampliado da arquitetura – as espacialidades temporárias – é analisada em seus aspectos discursivos, e questões sobre a aceitação ou resistência à temporariedade da forma são desenvolvidas por meio de dados extraídos dos veículos de divulgação dessas produções. Visões críticas opostas são colocadas em diálogo, como a importância do contexto local e dos fenômenos globais (crises) para a profissão do arquiteto/urbanista e na produção das intervenções urbanas temporárias. Categorias analíticas são expostas para facilitar a compreensão da

¹⁸ Projeto franco-brasileiro de investigação sobre processos de verticalização, verticalidade, novos estilos de vida e a cidade contemporânea: projeto *High-rise living and the inclusive city*. Ver: <https://highriseproject.net/the-project>

complexidade e diversidade dos discursos atrelados a esta espacialidade na contemporaneidade. Recomenda-se a leitura deste capítulo acompanhada das fichas anexadas no final deste documento – resultado de uma seleção dos projetos mais representativos de espacialidades temporárias e das categorias criadas.

Um tipo de espacialidade temporária que se expandiu consideravelmente nos últimos anos na cidade de São Paulo – os eventos publicitários que ocorrem em espaços públicos – são o tema do Capítulo 2. Buscando correlacionar os processos de compreensão da cidade como mercadoria a ser explorada financeiramente e aos novos hábitos sociais de consumo, será apresentado o caso do Parque do Ibirapuera. A manutenção e exploração comercial do maior parque de São Paulo foi concedida à empresa privada Urbia, no final de 2019. No ano em que se segue a concessão, o espaço é preenchido por ações publicitárias e de consumo que alteraram consideravelmente seus usos e práticas, fazendo emergir novos conflitos simbólicos e territoriais. “Dominando o tempo” evidencia que as políticas de desestatização das últimas gestões administrativas da cidade são condizentes com uma lógica rentista do espaço, na qual os espaços públicos deixam de ser entendidos pelo Estado como direito social para ser compreendido como área de entretenimento, e na qual uma boa gestão da cidade significa explorá-la comercialmente da maior maneira possível.

O caminho traçado no Capítulo 3 não se afasta tanto das lógicas hegemônicas de produção do espaço urbano, mas busca trazer alternativas para o uso da temporariedade, adequando-se interesses sociais e políticos. “Preenchendo o tempo” busca demonstrar como o discurso de ocupação de espaços abandonados em centros urbanos se transformou de um processo de apropriação contra-hegemônico em negócio imobiliário. Com exemplos de cidades europeias – Berlim, Londres e Lyon – e seus “usos do entre”, a evolução dos usos temporários dos espaços privados é retratada em suas diversas fases: desde a construção de um modelo de cidades criativas e política anticíclica para contenção de crises econômicas, à luta social por inclusão espaço-temporal dos grupos criativos nos processos de transformação urbana, tanto em curto quanto longo prazo. O caso de L'Autre Soie, em Lyon-Villeurbanne, é apresentado como um exemplo representativo (e esperançoso) de ocupação de um edifício abandonado, no qual diversos estratos sociais são incorporados tanto nas fases temporárias de ativação, quanto no projeto de desenvolvimento urbano permanente.

O Capítulo 4 – “Aproveitando o tempo” – leva a discussão para grupos criativos que atuam nas entrelinhas do tempo institucionalizado, se apropriando dele para expandir territórios mais inclusivos, comunicativos e heterogêneos. Aceitar um acordo com instituições hegemônicas pode ser uma oportunidade para o estabelecimento de territórios alternativos, mas também pode trazer resultados indesejados a longo prazo. Retomando o debate sobre o uso da temporariedade como estratégia de desenvolvimento urbano e política anti-cíclica, este capítulo traz exemplos em que usos temporários institucionalizados acabaram perdendo o jogo de forças com visões de cidade e lógicas reprodutivas opostas, mas também traz a esperança de que outros campos de resistência podem aflorar, dentro do campo ampliado da arquitetura. Com exemplos dos grupos Recetas Urbanas e Raumlabor e das hortas urbanas de Berlim, propõe-se uma reflexão sobre as formas como a temporariedade pode ser usada como tática combativa nos espaços urbanos mais disputados.

No Capítulo 5 – o último centrado em estudos de caso –, a razão paulistana da temporariedade é destrinchada para evidenciar seu caráter desviatório. O “desvio”, no entanto, não acontece no sentido deleuziano do termo (prática emancipatória anti-sistêmica), mas exatamente na direção oposta. As políticas públicas para o centro de

São Paulo representam os casos no qual o emprego da temporariedade é utilizado como estratégia de implementação de espaços alternativos potencialmente conflituosos. O temporário, aqui, ganha o sentido "provisório" e é utilizado para a experimentação de muitas formas "alternativas" de espaços públicos, mas esta experimentação está presente somente no discurso. Com os exemplos dos Parklets-Ocupa Rua-Ruas SP, buscar-se-á mostrar como ocorreu o processo de neutralização do debate sobre a ampliação do acesso aos espaços públicos livres, transformando a reapropriação do espaço do veículo em área de convívio aberta a todos em área de consumo restrita aos bares. Outras parcerias público-privadas de concessão temporária de espaços também são analisadas, como as políticas de adoção de áreas verdes e os projetos do Centro Aberto, Parque Minhocão e Vale do Anhangabaú. Comparando o caso paulistano com os exemplos das cidades discutidas nos tópicos anteriores, esse capítulo busca evidenciar que o processo de remodelação do centro e da construção de espaços de consumo disseminados pela cidade apontam para uma ação conjunta de atração do mercado imobiliário e da construção de cidades adequadas a um estilo de vida, no qual o consumo e a vida pública estão diretamente interligados.

As hipóteses e questionamentos apresentados na introdução são retomadas no Capítulo 6, que busca amarrar os casos apresentados e questionar: o que podemos aprender com as experiências internacionais e como podemos nos proteger do avanço das forças neutralizadoras que buscam extinguir os territórios de oposição por meio da adequação de suas formas aos seus modelos lucrativos? Com a proposta de ampliar o olhar sobre a temporariedade para além da associação direta entre "temporariedade e insurgência" e "permanência e hegemonia", busca-se evidenciar que os diversos tempos da cidades e sua produção devem compreender a presença de grupos culturais e sociais diversos se desejamos caminhar em direção à ampliação do direito à cidade. "Permanente" e "Temporário" devem ser entendidos como campos de cooperação mútua que, quando alinhados, podem tanto auxiliar na *manutenção* das formas hegemônicas de produção do espaço urbano, quanto unir forças para sua *oposição*.

CAPÍTULO 1

Tempos da cidade

Muito tem se discutido sobre as novas formas de apreensão espaço-temporais contemporâneas, relacionando padrões de comportamento e de identificação sociocultural às mudanças na relação entre produção-consumo, aos sistemas político-econômicos neoliberais e à sucessão de avanços tecnológicos que vivemos nas últimas décadas. Deste ponto de vista, a aceleração dos meios de transporte e comunicação, a adequação a uma economia mais flexível e global e o desmanche do Estado em favorecimento da mercantilização das esferas da vida, seriam “causadores” de transformações na sociedade, seus hábitos, culturas, percepções sobre o tempo e o espaço, e pensamentos.

Essas especificidades contemporâneas, no entanto, não deveriam ser consideradas somente “reflexos” de um ou outro lado – o transformador e o transformado –, em um sentido de “causa-efeito”, mas sim como construções simultâneas (retroalimentação), nas quais forças transformativas, processos de adaptação e momentos de legitimação ocorrem, de maneira direcionada ou não, em todas as esferas mundanas. Ou seja, são estágios, momentos construídos em conjunto pela sociedade, sua cultura, suas formas de governo e suas forças econômicas, além de fatores imprevisíveis (como, por exemplo, elementos complexos que, mesmo criados para um objetivo, não tinham a previsão de resultarem-se tão impactantes ou estruturantes de um momento presente).

Logo, fenômenos contemporâneos que tiveram sua explosão num passado recente e que hoje são estruturantes de nosso cotidiano, como as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), os meios de transporte acelerado, o aumento na produção e descarte de bens de consumo, e os sistemas comerciais e financeiros globais são representativos da contemporaneidade porque foram respostas bem aceitas para alguns anseios – como a comunicação entre pessoas, o acesso à informação, a circulação espacial, uma maior liberdade de escolhas, o enriquecimento individual, a ascensão social e o reconhecimento de identidades.

Estes fenômenos também trouxeram à tona problemáticas sociais que o pensamento crítico atual tem tentado dialogar. Entre elas estão: **1)** o aumento e reforço da mobilidade humana na Terra, resultado da ampliação das redes de mercado a nível global e a competitividade entre localidades, que afetam as relações de trabalho e, por sua vez, as relações interpessoais e do sujeito com o espaço e território (de duração mais curta e descartáveis) – gerando percepções de um tempo mais efêmero, acelerado e instantâneo e

de um espaço mais encurtado, multiplicado, mutável e simultâneo (VIRILIO, 2014 [1984]¹⁹; HARVEY, 2012 [1989], 2014; LIPOVETSKY, 2009 [1989]; CARLOS, 2001; MUÑOZ, 2008; PARDO, 2011); **2**) o surgimento de novos anseios e inseguranças no indivíduo, reflexo de um (pretensão) aumento na liberdade de escolhas e da dificuldade de previsão futura diante da complexidade do mundo contemporâneo, que anulam a lógica unidirecional de causa-efeito – gerando ações baseadas em um tempo síncrono – o tempo presente e do imediato (TOFFLER, 1970²⁰; SANTOS, 1998; BAUMAN, 1999, 2001, 2010²¹; CRARY, 2014²²; HAN, 2015).

¹⁹ Virilio (2014), no início dos anos 80, ao escrever o livro *L'Espace Critique*, questionou os resultados da aceleração nas formas de transmissão de imagens e de informações por meio das redes telemáticas da época e da aceleração nas formas de transporte, com a popularização do avião. Sem nem mesmo saber o impacto que estas tecnologias teriam atualmente e como elas moldam, hoje, toda forma de relação humana, ele clamava por uma “limpeza” das distâncias. Segundo ele, o tamanho natural do mundo estaria sendo poluído pela colonização desenfreada destas formas comunicativas, deixando pouco espaço para formas de habitar mais lentas e heterogêneas: “É o fim do mundo ‘exterior’, o mundo inteiro torna-se subitamente *endótico*, um fim que implica tanto o esquecimento da exterioridade espacial quanto da exterioridade temporal (*now-future*) em benefício único do instante “presente”, deste instante real das telecomunicações instantâneas.” (VIRILIO, 2014, p. 127). Utilizando uma passagem anterior de Jorge Luis Borges – “Se alguma coisa fosse inesquecível, nós não poderíamos pensar em mais nada” –, Virilio mostrava que a profusão e intensidade de imagens e informações recebidas pelo sujeito naquele período já estava iniciando uma transformação nas formas de apreensão do mundo, que levaria a um “esquecimento” necessário para que novos conteúdos pudessem ser absorvidos, bem como uma valorização do instante presente.

Harvey, décadas mais tarde, iria caracterizar esse processo de “poluição das distâncias” como uma “compressão espaço-temporal” (HARVEY, 2012) – apesar de não inferir a ele um aspecto tão negativo. É errôneo acreditar que o termo “compressão espaço-temporal” diz respeito somente ao “encurtamento” de distâncias através da aceleração do deslocamento. Para Harvey, este fenômeno gerará consequências maiores, pois transformará a vida do sujeito ao dar a ele uma maior acessibilidade a locais e experiências antes não possíveis. Assim, acelera-se não só o deslocamento, mas o acesso a imagens e informações, “comprimindo” o indivíduo em outros aspectos de sua percepção. Virilio (2014) já apontava nos anos 90 que a simultaneidade imagética proporcionada pela televisão viria a transformar o modo como nós experienciaríamos o espaço, substituindo sua forma pela imagem. Esta relação é muito mais instantânea e visual do que a do corpo no espaço, podendo-se alternar as percepções constantemente a partir do momento que o indivíduo tem controle sobre o conteúdo consumido.

²⁰ Durante a transição de modelo de produção industrial a um mais voltado para o capital flexível, por volta da década de 70, observou-se nos fenômenos culturais uma grande valorização de conceitos que se opunham à estabilidade, como o desapego, a quebra de valores, o movimento, etc. Para Toffler (1970), esses são as formas principais de manifestação de uma “sociedade do descarte”, que rejeita aquilo que foi anteriormente produzido em relação não só à materialidade dos objetos, mas também aos estilos de vida e relacionamento interpessoais, contribuindo para um reforço no individualismo na esfera social.

²¹ Para Bauman (2010), mudanças comportamentais a “sociedade do descarte” é resultado também de transformações na ordem política e econômica. Com o crescimento de políticas de Estado neoliberais, houve um desmantelamento das antigas proteções e marcos institucionais, entendidas como restrições à liberdade do capital, o que gerou um aumento na sensação de insegurança do sujeito. A flexibilidade deste modelo e sua volatilidade tornaram os laços humanos mais tênues e fragilizados, além de dificultar o entendimento dos eventos passados e quase impossibilitar previsões futuras (cada vez mais complexas e ausentes de lógica de causa-efeito). Esse conjunto de transformações levou, segundo o autor, a adaptações comportamentais de um “esquecimento”. O indivíduo passou a ter de se flexibilizar cada vez mais, descartando alguns conhecimentos anteriores para a aquisição de outros. O tempo, cada vez mais “pontualizado” (sem a dimensão de eventos passados ou futuros, a linha tornar-se-ia um ponto no presente), faz com que o indivíduo se desenvolva de forma “sincrônica”, ou seja, que viva exclusivamente no presente.

Para explicar o termo “sincrônico”, Bauman usa um conceito criado por Elzbieta Tarkowska, referindo-se aos seres que “não prestam atenção à experiência passada nem às consequências futuras de suas ações”, uma estratégia que se traduziria na “ausência de vínculo com os demais”. Uma “cultura presentista” que “prima a velocidade e eficácia, e não favorece nem a paciência nem a perseverança.” (BAUMAN, 2010:229, tradução nossa)

²² Crary (2014) afirma que por estarmos atualmente em um mundo no qual a apreensão temporal está submetida a forças homogeneizadoras que, para além de uma simples readequação dos processos de subjetivação, buscam ampliar seu território de domínio e de maneira cada vez mais rápida. O “tempo homogêneo”, por ele chamado de “24/7” é um tempo sem temporalidades onde a configuração das identidades pessoal e social foi reorganizada a fim de se adaptar à operação ininterrupta dos mercados, redes de informação e outros sistemas, um tempo de indiferença que decreta uma “disponibilidade absoluta” e, conseqüentemente, o caráter incessante dessas carências e sua incitação.

Na teoria crítica arquitetônica é comum vermos um debate que relaciona estes fenômenos a certos padrões estéticos e formais, como *shopping centers* (KOOLHAAS, 2010 [2000]; JAMESON, 2003), arranha-céus, edifícios espelhados, os distritos financeiros (CBDs), arquitetura paramétrica, edifícios multifuncionais (KOOLHAAS, 2014; JAMESON, 1997), a fusão entre arquitetura e tecnologia, o uso de materiais perecíveis, etc. Mais incomum (ou quase inexistente) é encontrar textos que buscam debater o espaço construído²³ a partir de seu entendimento como um produto (cultural, social, econômico e político) que segue a velocidade dos atuais fluxos de poder e governança, que vêm ampliando a liberação de barreiras territoriais (espaciais e temporais) para a criação de novas experiências de consumo²⁴ (ver Capítulo 2); e dos anseios sociais e individuais por novos estímulos sensoriais, que também se realizam no tempo-espaço.

Discutir arquitetura somente a partir de sua estética material (mais “fluida”, “leve”, “flexível” ou “líquida”) não expõe que esses objetos também são representativos de um reconhecimento imagético passageiro e de condições tecnológicas de seu tempo, que possibilitam o crescimento de uma determinada tipologia ou expressam um novo gosto das formas construídas do poder. Apesar de, verdadeiramente, gerarem experiências inéditas aos seus sujeitos e estabelecerem novas percepções espaciais, eles não alteram, em sua maioria, a hegemonia da arquitetura estática e duradoura – ou melhor, de uma racionalidade projetual que vê na história (passada e a ser escrita) o motivo pela sua existência. Em nosso contexto atual altamente transformativo, é necessário questionar tal padrão de produção do espaço construído e investigar uma outra racionalidade que percebe e reproduz o tempo-espaço de forma distinta. Para tanto, este capítulo buscará se debruçar no debate sobre uma forma construída que, longe de se tornar hegemônica e de ser exclusiva da contemporaneidade, tem ganhado notoriedade no campo crítico arquitetônico e urbanístico nas últimas décadas: a **forma temporária**.

Primeiramente, devemos definir que a forma temporária, neste trabalho, se refere a toda obra que é planejada e construída com elementos que preveem sua impermanência espaço-temporal. Sua temporariedade²⁵ não é definida por um quantitativo de duração, não

²³ Entende-se que o espaço construído é aquele que sofreu a interferência do homem para a construção de seu meio de acordo com as suas vontades. A arquitetura e o urbanismo são campos que lidam com a produção e construção de espaços, mas toda produção espacial que não passe pelo conhecimento técnico do especialista também deve ser considerada “espaço construído”.

²⁴ As experiências de consumo devem ser entendidas como aquelas em que o sujeito assume o papel do consumidor, fazendo uso de um objeto de acordo com os objetivos do mercado (sem caráter resistivo ou de apropriação) (DE CERTEAU, 1994 [1990]), mas também utilizando-se dos objetos disponíveis a partir de uma lógica da descartabilidade (lógica do consumo). Segundo Bauman (2010): “en la vida ‘ahorista’ del consumidor ávido de nuevas *Erlebnisse* (‘experiencias vividas’), la razón para apresurarse no estriba en *adquirir* y *coleccionar* tanto como sea posible, sino en *desharcarse* de todo lo que uno pueda y *reemplazarlo*. (BAUMAN, 2010:247)

²⁵ Se considerarmos, por exemplo, que uma “temporalidade” é uma característica que dá qualidade a um “tempo”: a “forma temporária” é a representação construtiva da temporalidade da impermanência e da transitoriedade; enquanto a “forma permanente” é a representação construtiva da temporalidade da permanência e da continuidade. A cidade, por exemplo, é composta por distintas temporalidades (características de tempo), na qual podemos perceber fluxos de transformação e forças de permanência (duas temporalidades distintas). Enquanto “característica de tempos”, ainda poderíamos afirmar que “tempos acelerados” e “tempos lentos” podem ser percepções de distintas temporalidades; da mesma forma, quando nos referimos ao “tempo noturno” ou “tempo diurno” – quando a tempo da natureza interfere nas formas de produção, apropriação e percepção espacial. Outras percepções de diferentes relações entre tempo e espaço podem configurar aquilo que é comum encontrarmos nos textos sobre arquitetura como “espaço de distintas temporalidades” – por exemplo, um espaço que se altera de acordo com o fluxo das marés, fluxos de pessoas, épocas do ano, etc. Para que não haja um mau entendimento a respeito do significado e emprego do termo “temporalidade” – que, como podemos ver, contempla múltiplos significados de acordo com o contexto narrativo –, sempre que a intenção for se referir a exemplos cuja finitude existencial é percebida pelo sujeito ou pensada pelo projetista, será empregado o termo “temporariedade”. Em inglês essas distinções, felizmente, são mais claras: *temporariness* (temporariedade), *temporality* (temporalidade).

se referindo a padrões pré-estabelecidos de dias, meses ou anos – os quais podem variar de acordo com o jogo de forças e os usos previstos para ela –; nem é determinada a *posteriori*, o que daria a ela um significado de “fracasso da forma permanente”. Ela está embasada na *intenção inicial* (desde o projeto ou organização prévia dos grupos envolvidos) de finitude da experiência espaço-temporal proporcionada pela obra, podendo ser única ou transitória (experiências temporárias em distintas localidades antes de sua destruição final). Os contratos sociais ou legais que permitem a instalação/criação destas espacialidades possuem prazos pré-definidos, ainda que eles possam ser flexíveis. O que a faz se diferenciar da “forma permanente” é que ela não é projetada para “ficar” (ainda que dure décadas), mas para “deixar de existir”. Normalmente ela incorpora elementos construtivos que facilitam este processo de desmonte, mas esta característica não é obrigatória para a obra²⁶.

A racionalidade da temporariedade pode ser representativa de povos e culturas que, por meio de crenças ou da observação empírica, encaram e se inscrevem no mundo a partir do movimento, cíclico ou linear, e que entendem a morte (a finitude ou o renascimento) como parte integrante da vida – a destruição como parte da criação – algo comum no pensamento oriental e que têm sido incorporado no pensamento ocidental nos últimos anos (GEISMAR et al, 2022), com a percepção do aumento na aceleração das transformações mundanas. Em contextos nos quais as incertezas sobre o futuro têm se tornado cada vez mais agudas, essa racionalidade ganha força por oferecer conforto e domínio sobre o tempo e o espaço, reduzindo nossa esfera de atuação para um campo mais passível de controle: o *aqui* e o *agora*. As ações de modificação do espaço, por exemplo, passam a contemplar “prazos de validade”, de forma a assegurar sempre uma “via de escape” caso as intenções iniciais do agente transformador não se concretizem (sejam elas sociais, políticas ou econômicas). Esta racionalidade se mostra presente nos mais diversos atores e agentes – administrações municipais, movimentos sociais, investidores financeiros, produtores culturais, arquitetos, urbanistas, artistas, etc. –, se disseminando, inclusive, entre interesses políticos e ideológicos opostos.

Não devemos nos esquecer, no entanto, que a percepção desta realidade altamente transformativa também é consequência das lógicas de acumulação de capital, e que os representantes desta ordem econômica hegemônica têm interesse em reproduzir e disseminar esta racionalidade. Entender o mundo a partir de seus ciclos de finitude não significa automaticamente uma submissão às formas de dominação e manutenção da hegemonia que também são reprodutoras de desigualdades sociais e econômicas. O não questionamento sobre a razão pelas quais se está atuando dentro desta racionalidade (da temporariedade), no entanto, pode ser sintomático de uma aquiescência a estes processos de opressão. Logo, quando a forma temporária começa a se expandir quantitativamente e territorialmente, se tornando parte do cotidiano da vida na cidade, conflitos entre as racionalidades do “fazer para desaparecer” e do “fazer para permanecer”, expressadas tanto no discurso criativo quanto na consciência coletiva, se tornam mais latentes.

Quando a “forma temporária” é inserida na realidade empírica, passando a coexistir com a forma “mais convencional” e permanente de se habitar a cidade, surgem atritos entre

²⁶ Alguns projetos são feitos com os mesmos elementos construtivos da “forma permanente” (tijolos, cimento, etc.), inclusive podendo servir de crítica ao processo acelerado de transformação do espaço. O “lixo” que é obtido após o desmonte da obra, neste caso, pode ser um posicionamento político do criador.

as múltiplas forças de produção e reprodução que estão presentes no espaço urbano²⁷. Essas forças se manifestam de maneira complexa, de acordo com as experiências subjetivas dos produtores e dos apropriadores do espaço, os interesses econômicos e políticos, a história de cada localidade, diferentes ideologias e visões de cidade, os costumes e hábitos sociais, os processos anteriores e futuros de ressignificação cultural, etc., tornando a “forma temporária” um objeto de análise multifacetado.

A “forma temporária” tem sido objeto de análise de múltiplos autores e projetistas dentro do campo da Arquitetura e do Urbanismo nas últimas décadas. É possível encontrar produções bibliográficas e manifestos projetuais que buscam, de forma clara, expandir o conhecimento técnico construtivo deste tipo de espacialidade, criando-se manuais de reprodutibilidade que permeiam distintos contextos político-territoriais²⁸. Por outro lado, há aqueles que analisam estes produtos de forma crítica, ainda que também seja possível observar o predomínio de uma visão positivista em certas localidades e perfis de agentes produtores perante este objeto empírico.

Uma breve análise da produção da “forma temporária” e seu atual estado de expansão aponta que existem *novos* questionamentos sobre o espaço urbano que estão aflorando: como a luta pela permanência dos laços territoriais e manutenção do sentimento do pertencimento com o lugar criado pela obra arquitetônica ou urbana, e o crescente incentivo financeiro para a elaboração de políticas públicas específicas para usos e ocupações temporárias. Por outro lado, estas espacialidades também trazem e ampliam o debate sobre *antigos* questionamentos que dizem respeito a processos históricos ainda vigentes de exclusão socioespacial, gentrificação, privatização e esvaziamento do espaço e da esfera pública, distribuição desigual dos direitos urbanos, entre outros.

Assim, a “forma temporária” pode ser apontada como um elemento importante para: (1) a detecção de disputas urbanas territoriais e processos de expulsão e exclusão socioespacial; (2) a identificação de áreas em processo de transformação urbana (seja de crescimento ou encolhimento/esvaziamento) que apresentam aspectos conflituosos em sua história; (3) a identificação de áreas urbanas e regiões globais de interesse comercial e turístico que exemplificam processos de privatização temporária do território (controle temporário e consensual do espaço público por marcas ou empresas privadas); (4) a identificação de cidades e regiões que estão recebendo e investindo mais na transformação de suas áreas baseadas nos fluxos mais acelerados do âmbito cultural e tecnológico (o novo empreendedor e sujeito neoliberal); e (5) o rastreamento de “novos” modelos de produção de cidade mais experimentais, que encontram na temporariedade (e no caráter excepcional que ela proporciona) uma forma de criar, ainda que de forma passageira e conflitiva, espacialidades “alternativas” de emancipação política e econômica, integração socioespacial e estruturas organizacionais horizontais (não hierárquicas). Portanto, a “forma temporária” pode ser tanto um indicador de *novos* processos de produção do espaço urbano, quanto de *antigos* processos de sua reprodução. Ela pode incorporar elementos disruptivos ou representar um produto absorvido, a depender do momento histórico, dos agentes envolvidos e do local da intervenção/obra analisada.

²⁷ O espaço urbano deve ser entendido como tanto o espaço construído físico, quanto o espaço construído das práticas – no qual o sujeito age e atua em um tempo e espaço definidos co-produzindo o espaço urbano em que habita. Até então, a “forma temporária” dizia respeito à concepção projetual do espaço, mas é quando está inserida na realidade empírica que ela se torna urbana – quando passa a ser apropriada pelos sujeitos que habitam o espaço.

²⁸ Ver os relatórios dos projetos de pesquisa RE-FILL e Urban Catalyst, com patrocínio da União Europeia, por exemplo.

Diante dessa ampla gama de possibilidades de aplicação da “forma temporária” na Arquitetura e no Urbanismo, é necessário entender sua trajetória nas últimas décadas e a razão pela qual ela se tornou um campo de disputa atualmente. As diferentes estratégias e discursos atrelados a ela são resultados tanto dos fenômenos globais apontados no início deste capítulo, quanto de especificidades e decisões políticas locais. Isto nos leva a identificar, também, diferentes perfis profissionais, categorias discursivas e momentos históricos de expansão ou retração deste nicho de produção espacial, os quais serão discutidos no próximo tópico.

1.1 A forma temporária na Arquitetura e no Urbanismo: transformações e distribuição do conhecimento

A forma temporária ganhou terreno nas discussões e publicações sobre arquitetura e urbanismo nas últimas duas décadas²⁹. Com heranças ideológicas do utopismo moderno de meados do século XX, ela foi se concretizando por meio dos avanços das técnicas (normativas e construtivas) e do conhecimento sobre formas mais fluidas de produção espacial. Quando os ideais de socialização do progresso tecnológico como meio para a emancipação humana foi se estabelecendo como algo cada vez mais impraticável, já havíamos chegado a um nível de conhecimento técnico em que era possível enviar e receber mensagens digitais em tempo real, mas ainda permanecemos em um mundo repleto de desigualdades em direitos e pontuado por momentos de crises políticas, econômicas e religiosas.

As visões modernistas, de grande planos de transformação urbana e setorização funcional, muitas vezes tratando o espaço como uma *tabula rasa*, foram responsáveis por inúmeros conflitos de apropriação do espaço, tornando-se um símbolo do fracasso nas formas de ordenamento urbano. Uma das críticas feitas a esse pensamento era a lentidão para a execução das transformações infraestruturais, tornando os planos obsoletos antes mesmo de serem finalizados. O planejamento da cidade já não acompanhava a velocidade de sua transformação e era incapaz de responder à complexidade do espaço urbano contemporâneo. É neste período – anos 70, 80 – que propostas de abordagem sobre o planejamento urbano flexível começam a crescer em países da Europa, a partir da análise de fluxos e ciclos espaço-temporais (planejamento temporal) mais curtos e mais longos, simultaneamente ao crescimento do pensamento crítico ambiental e do fortalecimento das discussões sobre “sustentabilidade” e de práticas mais experimentais que ampliaram o campo de produção da Arquitetura e do Urbanismo (BISHOP & WILLIAMS, 2012).

Nas últimas décadas, é possível observar que a forma temporária, expandida por meio de intervenções culturais e artísticas (tradicionalmente mais abertas a experimentações e com investimentos financeiros mais enxutos), passou também a fazer parte de propostas de apropriação, desenho e planejamento urbano, tornando-se mecanismo de resistência e de expansão de territórios minoritários e oprimidos,

²⁹ Para textos acadêmicos, ver *Temporary Urban Spaces* (HAYDN & TEMEL, 2006); *Loose Space - Possibility and Diversity in Urban Life* (FRANCK & STEVENS, 2006); *Everyday Urbanism* (CHASE, JOHN & CRAWFORD, 2008); *Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities* (HOU, 2010); *The Temporary City* (BISHOP & WILLIAMS, 2012); *Urban Catalyst* (OSWALT ET AL, 2013); *Tactical Urbanism: Short-Term Action for Long-Term Change* (LYDON & GARCIA, 2015); *Cities In Time. Temporary Urbanism and the Future of the City* (MADANIPOUR, 2017); *Ephemeral Urbanism: Does Permanence Matter?* (MEHROTRA & VERA, 2017); *Temporary and Tactical Urbanism: (Re) Assembling Urban Space* (STEVENS & DOVEY, 2022).

oportunidade para o florescimento e experimentação de novas práticas³⁰, mas também de exploração econômica por meio de estratégias de desenvolvimento urbano que aliam a produção cultural à valorização de parcelas do espaço urbano.

Após os anos 70/80, autores do campo da filosofia, sociologia e antropologia (Henri Lefebvre e Michel De Certeau³¹) tornaram-se fontes de inspiração para arquitetos e urbanistas que buscavam se adequar à “realidade das ruas”, propondo alterações, principalmente nos espaços públicos, que fossem mais pontuais, destinadas às necessidades do presente e que propiciassem usos alternativos (para além do consumo ou deslocamento)³². Com influência também dos “Situacionistas” e da psicogeografia (RONNEBERGER, 2006), estes profissionais deixaram de se identificar com os agentes dominantes produtores do espaço (governo e mercado), para praticá-lo e apropriá-lo por meio de intervenções temporárias, ações e instalações. A forma temporária, nestes casos, poderia vir de uma condição estética (mais alinhada à prática artística, como as *performances*³³) ou territorial (normalmente originada do campo da arquitetura e do urbanismo e limitadas pelas restrições de uso, ocupação e zoneamento). Apesar de terem surgido de um contexto “subversivo” (de aversão às formas dominantes capitalistas de produção do espaço urbano) e terem representado uma “prática alternativa”, muitos dos agentes deste grupo acabaram migrando para formas mais híbridas de atuação, passando a receber apoios institucionais e ser requisitados pelas mesmas forças dominantes que anteriormente buscavam se opor.

Grupos com características mais aquiescentes e conformistas³⁴ à realidade incerta, instável e transformativa do momento presente e dos ritmos do mercado, têm ganhado espaço no campo ampliado da Arquitetura. Os autores e produtores espaciais deste grupo geralmente defendem um discurso da inevitabilidade das condições mutantes do mundo e

³⁰ Sassen faz uma apreciação de algumas produções artísticas, sociais e culturais de meados dos anos 2000 que buscam ressignificar espaços vazios (que ela se refere como *terrain vagues*, baseada em Solá-Morales) como espaços públicos e questionar as formas de produção do urbanismo, no contexto da cidade global (práticas que ela chama de contra-geografias), em diversas publicações sobre o mesmo tema. Ver: *Diseñar la Ciudad y los Centenarios en Tiempos de Globalización y Desasosiego* (2005), *Why Cities Matter* (2006a), *Globalización y Desarraigo: ¿Qué Diseñar?* (2006b), *Making Public Interventions in Today's Massive Cities* (2006c). Ver também uma entrevista dada a Isabel Donas Botto: *Cities as Spaces of Possibility: An Interview with Saskia Sassen* (2007). Esse tipo de intervenção em “*terrain vagues*”, no entanto, já havia se tornado comum há algumas décadas, principalmente com a desindustrialização europeia, nos anos 80.

³¹ Entre os livros de Henri Lefebvre mais conhecidos e que influenciaram os debates no campo da arquitetura e do urbanismo estão *Direito à Cidade* (1968), *A revolução urbana* (1970) e *A produção do espaço* (1974). Já *A invenção do cotidiano* e *A cultura no plural* (ambas de 1974) são as produções mais influentes de Michel de Certeau.

³² “For Sydney Generator we use architecture as a means to allow people to intervene in public space and to encourage them to maintain their city. Sometimes it means to prove that the public space is not only space for consumption, commuting and transit.” (RAUMLABOR, “Sydney Generator” Description, 2013). Ver:

<https://raumlabor.net/stick-on-sydney-sydney-generator/>

³³ Alguns membros do Raumlabor, por exemplo, se reconhecem neste campo de influência, inclusive se chamando de “arquitetos performáticos”, já que grande parte de suas produções se entrecruzam com o campo do teatro.

³⁴ Durante a análise do discurso dos projetistas foi comum encontrar projetos que: 1) não questionam os aspectos sociais e econômicos da temporariedade de suas obras, considerando-as uma questão meramente estética ou de escolha profissional (mais uma vez o conflito entre temporariedade e permanência); 2) que apresentam visões que exaltam a transformação e o movimento, criticando a permanência arquitetônica como a formação de “reliquias culturais” e a “monumentalização da arquitetura”; 3) que buscam se adequar às realidades do mercado atual, mais fluido e arriscado, no qual a possibilidade de fracasso deve ser considerada e onde a temporariedade é uma estratégia para minimização dos impactos econômicos negativos de se construir espaços para atividades “arriscadas” - como startup; e 4) que buscam se adequar aos períodos de crise mais agudos, encontrando na efemeridade uma esperança para seus anseios e medos (ver, por exemplo, o tema da Bienal de Veneza de 2021). Para detalhes sobre os projetos, ver apêndices II e III.

de que a arquitetura e o espaço urbano sempre foram “temporários”³⁵ (SPIEGL & TECKER, 2006). Nesta linha de pensamento, alguns projetistas vêm buscando estudar e entender os ciclos espaço-temporais para criar objetos mais adequados (ambiental e economicamente) aos ritmos do espaço urbano e de seu processo de reprodução (BISHOP & WILLIAMS, 2012). Eles postulam em defesa da inclusão de formas mais flexíveis de uso e ocupação do espaço urbano e desenvolvem técnicas construtivas mais adaptadas às necessidades de mobilização do capital (arquitetura móvel, portátil, desmontável, etc.). As demandas de flexibilidade geralmente implicam em baixos custos de implementação (STROUX, 2012), o que aproxima o significado da “forma temporária” à provisoriedade, mas também possibilita que os projetos sejam realizados de forma mais imediata – sem a burocracia de longos processos de avaliação projetual³⁶. Alguns sujeitos deste grupo (dentro e fora do campo da arquitetura), muitas vezes pregam o nomadismo como “estilo de vida”, ainda que em alguns casos, sua mobilidade seja resultante de forças externas, não decisões internas ao grupo.

Este processo de aceitação e valorização da forma temporária, no entanto, pode ser considerado – ao menos em parte do mundo e do campo criativo – algo do passado. Isso porque a promessa de emancipação pelo domínio do tempo também se tornou uma armadilha social para muitos grupos que faziam parte de disputas territoriais em seu contexto local – como veremos nos capítulos 3 e 4. A razão para este desapontamento, no entanto, não está presente nas discussões sobre *projeto* – ele serviu de suporte para este processo e progrediu ainda mais em seus aspectos técnicos neste período –, mas sobre as práticas. O fim do deslumbre sobre a temporariedade é resultante da observação de um processo de absorção que acontece, muitas vezes, de forma silenciosa (não repressora) e

³⁵ Esta bandeira pode vir de diferentes posicionamentos críticos:

Para o raumlabor: “The way our cities appear is often seen as a given, as a permanent fact, as one hard truth we have to live with. Or like a fate we have to deal with. This is not true. Our cities are a process. Cities are in permanent transition and change, cities develop”. (RAUMLABOR, “Future Two” Description, 2012). Ver: <https://raumlabor.net/future-two/>

Para 2012 Architecten: “A supporting structure is generally more permanent than the finishing package. But that is not a fundamental difference. Permanence, I don't believe in that anyway.” (2012 Architecten, entrevista dada a Frank Foole em 2012)

Para o SO-IL: “All architecture is temporary. It should remain and it would always remain open-ended. That is something we always try to remind ourselves in the design process. [...] Understanding architecture not as the end of things but just a momentary coming-together of ideas, of materials and also pregnant with new possibilities. It's a different understanding of architecture.” (Jing Liu, co-fundadora SO-IL, entrevista dada à Dezeen em 2021)

³⁶ “The installation as a form of limited duration fully satisfies the aspiration of the two architects: working on temporary projects helps them, as they affirm, to find and offer at the same time quick answers to ideas and conditions that fascinate and intrigue them. The implementation process is very streamlined and certainly not comparable to the slowness connected to the world of architecture. The narrative, abstract and strongly allegorical, seduces both.” CUCCHI, V. “Design & Trends: SO-IL”, Architecture & Culture Section, *Floornature*, 2017. Ver:

<https://www.floornature.com/design-trends/strongso-il-strong-15873/>

Esta valorização da produção imediata também é representativa de uma postura anti-utópica, que não vê no futuro a possibilidade de emancipação, mas nas ações do *aqui e agora*. Em um texto de SO-IL sobre o SANAA, eles citam Nicolas Borriaud (19908: “instead of an ‘utopian’ agenda, today's artists seek only to find provisional solutions in the here and now; instead of trying to change their environment, artists today are simply learning to inhabit the world in a better way; instead of looking forward to a future utopia, this art sets up functioning ‘microtopias’ in the present.” A presença do *micro* também é clara na obra de Atelier Bow-Wow e seus *micro public spaces*.

Estes três escritórios (SO-IL, SANAA e Atelier Bow-Wow) não buscam a criação e fortalecimento de ligações comunitárias (em prol de um futuro conjunto), mas o encontro fortuito entre estranhos que pode ser estimulado pela presença de suas obras no espaço. Em parte, eles se aproximam às obras iniciais do raumlabor (nos casos dos ativadores, como as bolhas), e em parte se afastam, quando comparamos com os últimos exemplos - os usos pioneiros e ações de fortalecimento e criação de territórios locais (Haus der Statistik, Floating University, Tempelhof Airport, etc.). Essa diferença vem, principalmente, do tipo de relação que os arquitetos de cada grupo têm com o projeto em si. No caso dos japoneses e seus herdeiros (SO-IL), eles não são ativadores do espaço, enquanto que no caso do raumlabor eles são, muitas vezes, os usuários e apropriadores do espaço que eles tentam transformar, estando presente na obra durante seus períodos de apropriação.

que tende a neutralizar toda e qualquer prática disruptiva desequilibrante das estruturas dominantes de poder (ver Capítulo 6) – ainda que os grupos possam fazer resistência a isto.

Em cidades como Berlim (Capítulo 3), que puderam experimentar o florescimento de ações disruptivas espontâneas, seguidas pela regulação de seu tempo de ação (inserção nas normativas sobre “uso temporário”) e a posterior aplicação massiva destes tipos de intervenção temporária como estratégia de desenvolvimento urbano, alguns grupos voltaram a se posicionar contra a “temporariedade”, por associá-la aos processos de transformação acelerada característica do pensamento hegemônico (que entende a cidade como mercadoria), ou propor abordagens “mistas” que contemplassem interesses sociais tanto de curto quanto longo prazo. A relação conflituosa resultante destas “idas e vindas” com a temporariedade fez com que a Europa se tornasse um local de concentração da produção técnica e científica sobre o assunto³⁷.

Essa concentração de conhecimento, no entanto, acaba implicando em uma hegemonia do entendimento de “temporariedade” dentro de seu significado *institucional*, porque “usos” ou “espaços temporários”, na Europa, normalmente se referem às denominações estipuladas pelos órgãos regulatórios, dentro de legislações sobre o uso e ocupação do espaço urbano e a duração dos contratos de concessão privada e aluguel. Mesmo os EUA, que costuma ser um grande produtor de conhecimento e exportador de cultura urbana, possui um entendimento de “temporariedade” aplicada ao espaço urbano que se difere do contexto europeu.

Se somarmos o fato de que os usos e espaços temporários mais discutidos e produzidos na Europa são aqueles que se adequam à hegemonia do sistema econômico capitalista e dos alinhamentos políticos neoliberais – já que a própria diferenciação semântica foi feita para atender às excepcionalidades deste sistema –, e que este sistema busca se reproduzir e exportar seus modelos para outros territórios, destacando seus aspectos positivos e omitindo suas consequências negativas, não é surpreendente ver que, no Brasil, as poucas vezes em que a temporariedade foi discutida no formato de eventos oficiais, foram sobre estes termos e práticas.³⁸

³⁷ Essa produção, no entanto, é mais restrita à análise de usos temporários que acontecem em propriedades privadas, não no espaço público – como é o caso do Brasil, no que diz respeito tanto à sua produção técnica, quanto científica.

³⁸ Veremos no Capítulo 4 que os exemplos mais “disruptivos” que surgem dentro de contextos extremamente locais, com iniciativas de pequenos grupos e associações de bairro que encontram brechas nas leis de uso e ocupação, ou encontro canais de atuação via financiamento cultural, para criarem territórios disruptivos por meio da temporariedade. Esses espaços de resistência não são “exportados” (e nem buscam ser) com a mesma força e abrangência, tanto porque eles dependem de iniciativas que partem “de baixo para cima”, e que necessitam do engajamento social, quanto porque não possuem o poder discursivo das forças opostas.

Por consequência, a maior parte da produção bibliográfica nacional ainda possui referenciais externos e conserva certo “positivismo”³⁹, herdado das discussões calorosas da década anterior, em que a temporariedade ainda estava atrelada à experimentação e ampliação do campo de atuação artístico, mas ausentes da discussão da fase atual sobre as consequências de sua aplicação massiva em alguns territórios ou mesmo de suas relações diretas com a política e o estabelecimento de micro-espacos da segregação. Algumas produções científicas acabam inferindo que algumas práticas urbanas espontâneas podem ser reproduzidas projetualmente, dando ao arquiteto e urbanista um “poder” maior do que seus autores referenciais (Lefebvre e De Certeau) tendiam a dar em seus textos⁴⁰. Nos casos que analisam propostas não-espontâneas (feitas por coletivos, na maioria das vezes), eles se restringem a discutir a ação e não o espaço anterior e posterior à intervenção, se desvinculando das problemáticas urbanas, da identificação dos agentes relacionados e muitas vezes reproduzem o discurso dominante. Se eximem de questionar as razões pelas quais as ações analisadas possuem tal temporalidade, abstendo-se de observar os aspectos conflitivos que a flexibilização temporária dos territórios pode gerar. O conflito, quando é tratado, tende a se restringir aos casos em que o sujeito se opõe à “máquina”, pedestres *versus* carros e não aos seus grupos de interesse político e de classes⁴¹.

Estes fatores nos levam a frequentemente questionar se a temporariedade das intervenções por eles analisadas eram realmente uma condição ou escolha projetual, se eram uma adequação da forma ao cenário de produção e consumo global ou uma consequência da atuação de forças contrárias que impedem que a espacialidade criada de se tornar mais permanente. Quando o cenário discursivo se abstém de seu caráter crítico, propagando uma única visão da produção de arquitetura e urbanismo temporários, uma lacuna de conhecimento se forma e deve ser preenchida.

São Paulo, por exemplo, tentou levantar questionamentos sobre a participação dos órgãos governamentais no incentivo de intervenções temporárias (com apoio do Instituto Goethe e outros órgãos de pesquisa, em 2016) na mesma época em que as consequências

³⁹ Ver as publicações do LabIT, da UFRJ - um dos poucos grupos brasileiros que estudam temporariedade aplicada à arquitetura e ao urbanismo em âmbito acadêmico: “Defendemos que a partir da identificação dos lugares onde a cidade se transforma, motivada pela transformação temporária do espaço público, é possível repensar os espaços coletivos contemporâneos para que sejam mais amáveis e significativos para os usuários.” Suas visões estão diretamente relacionadas às de propostas de *placemaking* que são comuns de serem encontradas mundialmente (parceria com a ONU). Nelas, a temporariedade é usada como estratégia para experimentação de usos pré-definidos por grupos gestores. Eles também analisam algumas práticas artísticas. Ainda que esta tese considere que essas práticas sejam legítimas, a exclusividade do debate teórico nacional que é realizada pelo grupo acaba criando lacunas discursivas que precisam ser melhor exploradas em contexto nacional. Como dito anteriormente, a cidade é entendida como o espaço do conflito, e eventuais disputas de interesse e órgãos agenciadores devem ser sempre ressaltados quando nos referimos às intervenções urbanas temporárias, para que se possa entender a qual tipo de processo de produção da cidade eles estão vinculados. Práticas de *placemaking* podem estar diretamente relacionadas a grupos com interesses imobiliários que não necessariamente provocam uma diminuição das diferenças socioespaciais, ainda que se erga a bandeira de um planejamento e desenho urbano “inclusivos” – resumidos, quase sempre, a consultas públicas ou processos de projeto com engajamento público, sem necessariamente a criação de estruturas sociais sustentáveis a longo prazo, de cooperação mútua e formação de um sentido de coletividade.

⁴⁰ Me refiro aqui aos textos que citam o “urbanismo tático” como algo derivado das publicações de De Certeau. O autor, em nenhum momento de seus textos, instiga a atuação urbanística em seus escritos, muito menos usa o termo “urbanismo tático”. Pelo contrário, ele critica de forma clara, mas extremamente conectada a seu tempo (anos 70), o planejamento urbano vigente na época. Ainda que algumas *táticas* de atuação de alguns grupos criativos busquem se opor ao planejamento e desenho urbano clássicos (ao qual o ator faz referência), a *tática* para o autor, é um resultado de um conjunto de fatores contextuais e situacionais que fazem parte do campo das práticas – é impossível de ser planejada. O planejamento de qualquer *tática* fugiria ao significado do próprio termo.

⁴¹ Entre o grupo que mais produz conteúdo e exemplos deste tipo de prática está o ITDP.

negativas deste tipo de atuação (gentrificação, por exemplo) vinham sendo discutidas por cientistas sociais na Europa. No mesmo período, um projeto fruto da parceria entre a UNESCO e a Prefeitura Municipal de São Paulo / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMSP/SMDU) buscou criar diretrizes de ocupação dos espaços públicos, levantando os usos temporários presentes na capital e apontando possíveis formas de seu emprego como estratégia de economia criativa e desenvolvimento urbano local (NEGRINI, 2016)⁴².

No entanto, por estarmos em um contexto (temporal e espacial) consideravelmente diferente da discussão almejada (que não contém a clareza determinada pelas leis europeias), acabou se tornando uma constatação da falta de regulamentação e de acesso à informação sobre o que acontece nos espaços públicos e privados em caráter “temporário” (seja qual for o significado dado a este adjetivo) de forma independente ou como plano estratégico de desenvolvimento urbano⁴³. Ações de ocupação espacial eram feitas, mas não havia uma linha estruturante que desse uma orientação ao que acontecia na cidade. Ao final, se deixa em aberto: o que é temporário? Sem uma definição legal, pouco poder de atuação os órgãos gestores teriam de regular ou incentivar essas práticas de forma autônoma – (as consequências disso podem ser vistas nos capítulos 2 e 5).

O contexto de surgimento desta aplicação de questões sobre a temporariedade veio de discussões que aconteceram em âmbito internacional e, como dito anteriormente, principalmente o europeu. A seguir serão apresentadas alguns projetos de pesquisa e publicações que foram “pioneiros” na discussão sobre esses temas e que costumam ser usados de referência na discussão sobre as atuais práticas e estratégias de intervenção que se aproveitam do tempo limitado para poder criar seus territórios e propor visões *alternativas*, bem como os que fazem críticas às consequências e caminhos que este campo produtivo teve nos últimos anos.

1.1.1 Usos e espaços temporários: contexto europeu

Em 2001, um projeto de pesquisa internacional, baseado na Technische Universität Berlin, sobre a aplicação de usos temporários em vazios urbanos foi contemplado com apoio financeiro de 1,5 milhões de euros, advindos da União Europeia⁴⁴. *Urban Catalyst* (2001-2003⁴⁵) buscou estudar o potencial da temporariedade para o planejamento urbano, tendo como estudos de caso cinco cidades europeias (Berlim, Amsterdã, Helsinque, Viena e Nápoles). Durante a execução do projeto, foram mapeados os espaços vazios de cada cidade (lotes, edifícios abandonados, áreas subutilizadas, etc.) e seus usos temporários já

⁴²Ver:

<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Produto4-GestaoEspacos-Diretrizes.pdf> e <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/EconomiaCriativa-Diretrizes.pdf>

⁴³ A única sugestão feita no relatório da consultoria foi “o estabelecimento de um processo virtual para autorização do uso temporário dos espaços e equipamentos públicos”, pois “uma ferramenta virtual possibilitará a fácil solicitação por parte do cidadão e o compartilhar da gestão do espaço local com os diversos órgãos envolvidos, democratizando o acesso, garantindo o uso com racionalidade dos recursos, e fortalecendo o potencial dos espaços públicos.” (NEGRINI, 2016, p. 31-32) Esta conclusão acaba reduzindo a problemática da temporariedade a uma mera questão técnica e de gestão. Para mim, no entanto, mostra a falta de conhecimento técnico e científico em âmbito nacional sobre as possibilidades de exploração comercial, social, cultural do intervencionismo urbano temporário para o planejamento urbano.

⁴⁴ A equipe de investigação contemplou, entre outros parceiros, a orientação técnica dos professores Robert Mull (University of North London), Margaret Crawford (Harvard University) e Saskia Sassen (University of Chicago)

⁴⁵ Os líderes do projeto, Philipp Oswald, Klaus Overmeyer e Philipp Misselwitz, continuaram atuando neste campo de investigação após o término do projeto, tornando o Urban Catalyst uma plataforma interdisciplinar de investigação e atuação no campo de ocupações temporárias (2004-2013).

existentes (usos com contratos de ocupação com duração limitada e de prazos mais curtos que a média). Os objetivos específicos do projeto foram: (1) estudar as qualidades resultantes das ocupações temporárias; (2) identificar as características e causas para a vacância urbana em cada cidade; (3) identificar os eventuais conflitos entre os agentes envolvidos nestes dois fenômenos urbanos (vacância e usos temporários); (4) apontar as potencialidades e as dificuldades encontradas para a expansão dos usos temporários no espaço urbano; (5) propor ferramentas de superação destes obstáculos e que alinhem esta forma de produção do urbano (mais curta e imediata) ao desenvolvimento de longo prazo; (6) testar estas ferramentas (com apoio da administração municipal, potenciais ocupantes e proprietários de terra), em ocupações experimentais.

Reunidos, estes objetivos deveriam alcançar interesses comuns entre as partes envolvidas (pesquisadores e entidade financiadora): a otimização do espaço urbano (melhor aproveitamento do espaço no tempo) e o engajamento cidadão em ações autônomas para o desenvolvimento e o crescimento econômico territorial a longo prazo. Em resumo, o projeto deveria “examinar as estratégias de atuação dos usos temporários e desenvolver instrumentos e métodos para a *absorção* de seu potencial na administração e projeto da cidade contemporânea.”⁴⁶ (*Urban Catalyst*, 2001, *grifo da autora*).

No contexto em que foi desenvolvido, este projeto pode ser entendido como (1) um instrumento neoliberal que busca alterar as lógicas de planejamento urbano para modelos mais autônomos e participativos – no qual o Estado passa a ser um gestor do espaço urbano e de seus recursos humanos, sociais e financeiros, ao invés de seu promotor; e (2) uma estratégia política de inserção do Estado (ainda que representado por círculos locais de governança), em um campo de produção do espaço que já vinha ocorrendo de forma paralela ao planejamento urbano convencional, criando territórios com normativas independentes que, muitas vezes, desconsideravam a figura regulamentar do Estado.

O *Urban Catalyst* foi o primeiro grande projeto de pesquisa com apoio institucional e governamental que estudou a temporariedade na produção do espaço urbano, ainda que em recortes definidos dentro da realidade europeia (no qual a maioria das ações é feita por grupos autônomos dentro de espaços privados). Ele também representa a primeira tentativa de se reunirem iniciativas dispersas no território europeu e colocá-las em diálogo, criando um banco de dados internacional sobre usos temporários no espaço urbano. O mapeamento territorial como instrumento propositivo para as ações culturais em espaços vazios foi reproduzido em vários outros países, como Croácia, Espanha, Suíça e França. Após o término do grupo, os pesquisadores do projeto fundaram um grupo com o mesmo nome⁴⁷, buscando propor usos temporários como forma de participação e engajamento urbanos, ao invés de somente investigar as ações já presentes e que muitas vezes não tinham a participação do profissional arquiteto ou urbanista.

As exposições e ações realizadas pelo grupo posteriormente (com apoio das municipalidades) ampliaram ainda mais a participação de profissionais da arquitetura e do planejamento dentro deste campo investigativo e seus resultados inspiraram o surgimento de outras frentes de debate sobre o tema. Por exemplo, em maio de 2003 em Viena, foi organizada a conferência “tempo...rar: Temporäre Nutzungen im Stadtraum” (Tempo...rário: Usos Temporários no Espaço Urbano). Seus resultados foram publicados três anos depois

⁴⁶ Informações extraídas da apresentação do *Urban Catalyst*, disponível em: <http://www.urbancatalyst.net/downloads/leaflet.pdf>

⁴⁷ O grupo *Urban Catalyst* realizou múltiplas ocupações interinas no território alemão e austríaco, sendo a mais conhecida delas a do *Palast der Republik*, *Zwischen-palast-nutzung*, que realizou vários eventos sobre a demolição do prédio e a requalificação de exemplares de arquitetura do período da GDR.

(2006) no livro *Temporary Urban Spaces*⁴⁸ (edição dos arquitetos Florian Haydn⁴⁹ e Robert Temel), que reunia um conjunto de textos dos convidados conferencistas e exemplos de intervenções urbanas na Europa e Estados Unidos. Este livro representa a primeira tentativa de ampliação da discussão para um território com regras de uso e ocupação do solo muito distintas (EUA) – distinção esta que ficou evidente no próprio significado e emprego do termo “uso temporário”⁵⁰ –, adicionando ainda mais complexidade para a análise da temporariedade em escala global.

Na época, um glossário das temáticas apresentadas no evento⁵¹ descrevia todos os termos utilizados para contextualizar a produção criativa (até então contemporânea) que utilizavam o espaço urbano de forma temporária. Nesta publicação foram apresentadas algumas reflexões teóricas com visões mais “positivistas” destas espacialidades. Entre elas estava sua oposição às formas grandes, longas e duradouras (forma convencional de produção do espaço urbano) dos “masterplans” (planos urbanos estratégicos) que atenderiam mais a interesses político-econômicos do que sociais (RONNEBERGER, 2006); a importância que elas tiveram para o desenvolvimento de formas alternativas de apropriação e entendimento do espaço urbano, como a discussão sobre os vazios urbanos, a abertura para experimentações e a criação de territórios de resistência e coletivização (HOLUB & RAJAKOVICS, 2006; KAMLEITHNER, 2006); e a grande participação e apoio popular na realização dessas intervenções, nos modelos de guerrilha, de “baixo para cima” ou de “faça-você-mesmo” (ARLT, 2006; GROISS, 2006).

Com maior ineditismo no campo de discussões (ausente no período de pesquisa do Urban Catalyst), também estiveram presentes visões mais críticas e que problematizaram a realidade concreta destas intervenções. Foi apontado que grande parte delas alinhava-se à mesma lógica de exploração espacial dominante capitalista que discursava combater. Isso porque ao entender o vazio urbano como espaço improdutivo e inativo (SPIEGL & TECKERT, 2006) e buscar sua ocupação de forma autônoma, elas estariam resolvendo um

⁴⁸ Espaços que estão sendo destinados a usos temporários são comumente chamado de “temporary spaces”, mesmo que o espaço em si permaneça após o término do uso. a tais usos ganhavam denominações específicas, como “gap spaces”, “meanwhile spaces”, “interim spaces” - eles podiam significar tanto a espacialidade criada por ocupações temporárias legais quanto as áreas abertas a estes usos e ocupação.

⁴⁹ Haydn também era pesquisador colaborador do projeto Urban Catalyst.

⁵⁰ Segundo os autores, o termo “uso temporário”, em alemão, se refere a este conjunto de práticas que se estabelecem dentro de regimes de uso e ocupação do solo em regime temporário (com prazos pré-definidos e com características de exceção); já nos EUA, “uso temporário” se refere a qualquer tipo de prática do espaço urbano que tenha um contrato pré-definido, mas não excepcional, de concessão de uso, desde comércio de rua (bancas de jornais, foodtrucks) à instalação de canteiros de obra (gruas, caçambas, etc.). Em uma pesquisa sobre os termos no Google feita por eles, em 2006, a quantidade de resultados foi muito distinta, mas isso aconteceu, principalmente, pelas diferenças de significado. O termo inglês é mais amplo e parecido com os usos nas línguas latinas (que derivam da palavra latina “temporarius”); o em alemão “Zwischennutzung” deriva de dois termos: *Zwischen*, que vem de “*zwischen*” (“entre”) e *nutzung*, que significa “uso”. Logo, os “usos temporários” que são referidos em alemão são “usos do entre”, “usos interinos”, similares ao termo “meanwhile”, do inglês. Por isso eles acabam sempre se referindo às práticas regulares de áreas em processo de transformação ou às intervenções que acontecem em espaços “ociosos” - ou seja, falhos no processo de transformação e manutenção da vitalidade urbana.

⁵¹ Entre os termos estavam (em ordem alfabética, em inglês): *Affirmation, Appropriation of the city, Change in the culture of planning, Do-it-yourself mentality, Dysfunctionality, Freeing Spaces, Governing through the community, Guerrilla, Institutionalising, Intentions, Interim uses, Interventions, Master plans, Mixed uses, Multiple uses, Needs, Network, Participation, Play, Privatisation, Programmes, Property, Prosumers, Public Space, Roles, Spaces for action, Squatting, Stimulation, Strategy, Tactics, Tactical urban planning, Temporality, Temporary space, and Temporary uses.*

problema para o sistema capitalista que fora criado por ele próprio⁵² (ARLT, 2006). A *absorção* (como buscava o projeto Urban Catalyst) deste campo criativo pelas instituições e pela disciplina do planejamento urbano⁵³, que as alinhava à racionalidade neoliberal e criava territórios artísticos legalmente precários⁵⁴, já se havia se mostrado há anos como uma problemática para os ativistas urbanos (KOHOUTEK & KAMLEITHNER, 2006; RONNEBERGER, 2006).

Uma das reflexões trazidas no livro (que direciona a abordagem desta tese e a divisão dos capítulos) foi a de que discutir espaços e usos temporários traz uma grande dificuldade em lidar com intenções completamente distintas, mas que trabalham com meios parecidos para atingir seus objetivos (HAYDN & TEMEL, 2006; KAMLEITHNER, 2006; DANGSCHAT, 2006). Isso porque não só a forma temporária, mas também o discurso da temporariedade foi incorporado pelo mercado e pelo Estado (neoliberal); e porque este mesmo discurso dominante não foi capaz de emudecer os atores sociais que haviam ganhado força com seus territórios temporários no debate sobre a produção do espaço urbano. A temporariedade se mostrava (e ainda se mostra) como um elemento de disputa ideológica que torna difícil qualquer tentativa de abordá-la a partir de uma unicidade.

Este compilado de abordagens escritas há cerca de 15 anos, exemplificados com casos da Alemanha e Áustria, parecia contemplar um conteúdo destoante⁵⁵ do que se podia observar da prática “comum” da Arquitetura e Urbanismo temporários do “novo mundo” – a qual se restringia, ainda de forma muito tímida na mídia impressa, a exposições, intervenções artísticas e comerciais, feiras e pavilhões para eventos nacionais e

⁵² O termo “ativação”, bem comum hoje no debate sobre espaço público, já presume que o espaço onde se realiza a intervenção não possui qualidades e que precisa ser ocupado. Algumas destas ativações, no entanto, podem negligenciar práticas já existentes no local mas que comumente são consideradas desqualificadas: comércio informal, ocupações por sem-tetos, tráfico e uso de drogas, reuniões de jovens, etc. Estes espaços costumam fazer parte de um território social, mas este tipo de prática não é reconhecida como algo legítimo e seus sujeitos não possuem os mesmos direitos cidadãos. Não surpreende observar que grande parte dos projetos que intervêm de forma temporária – e que tendem ocupar esses territórios de disputa – acabam encontrando muitos problemas para sua manutenção (os “comportamento anti-sociais”). Veremos no Capítulo 3 e 4, sobre os casos de Londres, Berlim e L’Autre Soie (em Lyon), que uma boa aliança entre grupos sociais e ativistas pode tornar essa vivência mais pacífica, sem necessitar o uso de repressão.

⁵³ Os autores tentam diferenciar os “usos interinos”, termo alemão “Zwischennutzung”, utilizado pelas instituições para se referir aos usos temporários de uma política econômica anticíclica, aos “usos múltiplos”, sobreposição de diferentes usos de temporalidades distintas que acontecem ao lado de usos dominantes (visão que se assimila à defendida por Peter Bishop 10 anos depois) e aos “usos temporários”, usos que se utilizam da temporariedade (e suas qualidades) para propor experiências específicas desta temporalidade.

⁵⁴ Kohoutek & Kamleithner fazem uma associação do termo precário, que usualmente é utilizado para se referir àquilo que é instável e incerto ou de baixa qualidade, e a lei austríaca do *Prekarium*, em alemão, na qual um uso territorial é autorizado por meio de um contrato sem estabilidades ou garantias temporais, e no qual o usuário se compromete a pagar custos mínimos de manutenção. Em português este tipo de uso é chamado de “uso em precário”, assim como no espanhol “uso en precario”.

Em 2020, durante uma entrevista com David Gomez sobre o Huerto del Rey Moro e outros espaços autogestionados de Sevilha, foi apontado que cada vez mais as ocupações culturais de resistência estavam assinando contratos de “uso em precário” para continuar se mantendo ativas e evitarem a expulsão. Essa decisão, no entanto, pode se mostrar como uma armadilha para os grupos ocupantes, porque, uma vez vencido o contrato ou sob a jurisprudência de uma lei que não dá direitos de permanência, a expulsão pode se tornar ainda mais fácil. Em suma, ela resolve os problemas de curto prazo (adequação legal), mas podem levar ao fim da ocupação em longo prazo.

⁵⁵ Veremos nos Capítulos 3 e 4 que Berlim possui uma característica singular na criação de espacialidades temporárias, devido ao seu cenário criativo dos anos 90. Outras cidades com antigo domínio da União Soviética também foram invadidas por usos alternativos do ambiente construído, os quais buscavam ocupar os territórios esvaziados após a dissolução do grupo socialista. As decisões tomadas no âmbito governamental para a regularização e incentivo desses usos – a maior parte ilegais – como estratégia para o desenvolvimento urbano, se tornaram um modelo reproduzido em muitas cidades europeias dentro de propostas da “cidade criativa”. Outros países da Europa Ocidental não tiveram o mesmo nível de participação nesse nicho de produção durante este período, algo que mudou depois do estouro da bolha imobiliária, em 2008. Londres, por exemplo, é um exemplo significativo desta “segunda fase” de aumento das espacialidades temporárias.

internacionais. Os convidados da conferência, que vinham tanto da prática arquitetônica e do ativismo urbano quanto da academia (entre eles geógrafos, artistas e sociólogos), naquele momento (anos 2000) já apontavam as consequências negativas de um cenário de alta criatividade que se baseava em territórios temporários, do qual mercado e Estado passaram a ser atores principais. Seu argumento crítico principal não era o conteúdo das propostas, pois muitas partiam de reivindicações legítimas, mas ao fato de que elas acabavam sempre ficando restritas à temporariedade⁵⁶, sendo associadas muitas vezes ao sentido de provisoriidade e precariedade⁵⁷ (KOHOUTEK & KAMLEITHNER, 2006). A posterior escolha dos editores para o catálogo de ações temporárias “bem-sucedidas”, também impossibilitou a criação de um referencial imagético e projetual de propostas mais conflitantes e que não encontravam nos usos temporários um meio para a emancipação política e a consolidação de seus direitos.

Temporary Urban Spaces, por seu recorte empírico restrito às propostas europeias, teve pouca repercussão fora dos países em que os casos foram analisados⁵⁸. As críticas feitas com base em um território excepcional em relação ao cenário de produção urbana global pouco ressoaram no pensamento criativo a ponto de minguar este tipo de prática, que continuou sendo estimulada pelos órgãos governamentais. No entanto, elas colocaram um alerta aos profissionais mais envolvidos com as lutas pelos direitos sociais urbanos⁵⁹. Entre os “efeitos” do evento, os autores citam o congresso “Camp for Oppositional Architecture”, cuja temática se focou mais em “ações de oposição” e que contemplava ações espaciais concretas, feitas durante o evento; e a criação de um website suíço (*Zwischennutzung.net*) que compilava exemplos de usos temporários (2005-2011). Ambos apontam abordagens consideravelmente opostas entre si: enquanto o primeiro buscou fomentar o discurso da resistência, no qual a temporariedade era somente mais uma

⁵⁶ Até hoje muitos autores que discutem movimentos sociais e ações anti-sistêmicas citam sua incapacidade de manutenção temporal. “Embora temporário(a)” se tornou uma frase recorrente nos textos sobre as ocupações em espaços públicos, a construção de territórios de resistência, *commons*, entre outros. Stravrides (2010), por exemplo, propõe alternativas mais abertas para que um movimento social consiga permanecer, trazendo questões sobre o contemporâneo e formas organizacionais mais flexíveis e democráticas. Entretanto, ele não estudou casos em que a temporariedade do movimento era decorrente de acordos pré-definidos entre as instituições governamentais e os grupos sociais, como é o caso da maioria dos exemplos conflitantes citados no livro *Temporary Urban Spaces*.

⁵⁷ “Com o intuito de criar espaço para certas atividades de uma forma ou de outra, cada vez mais situações legalmente precárias (principalmente no contexto da arte e cultura) estão sendo toleradas, baseadas em contratos que se referem a elas somente como ‘usos temporários’, chegando ao ponto de que elas representam uma exceção econômica e legal.” (KOHOUTEK & KAMLEITHNER, 2006)

⁵⁸ As discussões sobre os vazios urbanos, na Europa, estão intrinsecamente relacionadas a ocupações em espaços privados e às legislações mais rígidas de uso e ocupação do solo. Grande parte das intervenções temporárias dos países estudados (principalmente Holanda, França e Inglaterra) se baseia no questionamento da demora para a alteração dos planos diretores e o destravamento desses territórios para ocupação legal (mais alinhada aos ritmos e necessidades do mercado). Nestes casos não é a lógica capitalista que é combatida – que seria representativa dos vazios urbanos resultantes da bolha ou da especulação imobiliárias –, mas sim a forma de se fazer o planejamento urbano (setorizado, lento). Essas propostas tendem a ser mais facilmente absorvidas e aceitas pelos setores dominantes, como o Estado e o mercado. Peter Arlt (2006) aponta que em cidades que possuem menor vacância urbana (dentro do contexto europeu, vale lembrar), o número de ocupações temporárias legais tende a diminuir e vice-versa. Isso porque, hoje, usos urbanos com prazo limitado já se tornaram parte do sistema capitalista. Seus incentivadores são parte integrante do “mundo dos negócios” que valoriza sujeitos que se identificam com seus trabalhos e o realizam por prazer, que busca “colocar suas ideias em prática”, independentemente dos resultados e que assume os riscos do fracasso.

⁵⁹ Também nos Capítulos 3 e 4, veremos as discussões da “terceira fase” que tentam legitimar uma aliança entre os tempos mais lentos e acelerados no diálogo com os órgãos públicos. Como muitos grupos criativos se sentiram explorados pelo mercado ao serem usados como mecanismo anticíclico e de valorização imobiliária, hoje, eles lutam pela permanência no território para que sejam beneficiados no processo de requalificação imobiliária que ajudaram a consolidar (é o caso da Haus der Statistik). Nesses casos, os organizadores das atividades dos usos temporários legais passam a ser incorporados de forma permanente (quando de seu interesse) no projeto de longo prazo de transformação urbana.

estratégia de ação (ainda muito controversa); o *Zwischennutzung*⁶⁰ (“usos do entre”, em tradução literal), defendia o uso da temporariedade como estratégia para o planejamento urbano e econômico, facilitando seu crescimento por meio da criação de uma rede de atores. As referências bibliográficas citadas no site possuíam, em sua maioria, um posicionamento favorável em relação a aplicação dos usos interinos e as referências projetuais restringiam-se, também, aos casos “bem-sucedidos”.

Alguns anos depois e com uma força ainda maior, novos eventos foram realizados, revistas, artigos e livros foram publicados, ampliando-se o rol de produção bibliográfica que tinha a temporariedade como temática principal⁶¹. Este novo fôlego nas discussões é resultante de um fenômeno crucial: a crise imobiliária de 2008. Com uma discussão ainda muito restrita ao norte global, este momento crítico da história recente impactou consideravelmente a produção imobiliária, as normativas de planejamento urbano e o mercado profissional de arquitetos e urbanistas. O aumento da sensação de incerteza e insegurança perante o futuro, a desestabilização das ordens vigentes anteriores (de aplicações imobiliárias e o sonho da casa própria), o incremento no número de terrenos vazios e obras paralisadas, os altos níveis de desemprego e a recessão financeira, foram alguns dos fatores que trouxeram novamente à tona o debate sobre usos temporários do espaço urbano e a participação do profissional de arquitetura e urbanismo neste processo (BISHOP & WILLIAMS, 2012).

Com o estouro da bolha imobiliária, muitos bancos entraram em processo de falência e as empresas do ramo imobiliário que dependiam dos financiamentos emitidos por eles, acabaram paralisando suas obras e deixando terrenos ociosos sem perspectivas de transformação em curto prazo. Esse momento acendeu um alerta aos governantes⁶² que, com medo de ver a imagem de suas cidades se deteriorar, começaram a comprar as áreas ociosas, flexibilizar os direitos de ocupação em relação ao tempo e investir em projetos sociais, culturais e artísticos de “ativação” desses espaços em um caráter emergencial. Estas estratégias derivavam das experiências “positivas” (financeiras) que algumas cidades (principalmente Berlim, ver capítulo 3) haviam tido anteriormente, com as políticas de ocupação após o fim da URSS, que levaram ao desenvolvimento de um modelo de “cidade criativa⁶³” construído na base de usos temporários. A partir dos exemplos alemães, investidores imobiliários e proprietários de imóveis⁶⁴ em vários países europeus (Holanda, Alemanha, Inglaterra, França, Áustria, etc.) passaram a empregar “usos temporários” como forma de melhorar a imagem e reputação de suas localidades (*branding* de escala local). O

⁶⁰ “Vantagens para o desenvolvimento urbano e sua ocupação. Os usos interinos podem: estimular a cidade; promover a requalificação local; ser geradores de inovação; possibilitar novas formas de lidar com a incerteza; oferecer espaço para experimentos; ser terreno para as conversões; ser um instrumento de garantia de qualidade; ser uma alternativa sustentável à construção verde; ser um apoio financeiro e qualitativo para proprietários, investidores e promotores.” (Acesso em 10 de dezembro de 2022. *Zwischennutzung.net*; tradução nossa)

⁶¹ Entre eles ver a edição de outubro de 2012 da DOCOMOMO, que publicou as discussões do seminário “temp.mo.mo”, sobre ocupações temporárias em edifícios do período moderno, na Holanda.

⁶² Entre as cidades europeias que começaram a fazer planos de ocupação temporária de seus espaços vazios no período pós-crise estão: Londres, Newcastle, Berlim, Amsterdã, Paris.

⁶³ Este trabalho incorpora a visão mais atual de “cidade criativa” que contempla tanto empresas do ramo criativo (design, artes, moda, arquitetura, produção audiovisual, etc.) e de tecnologia (programação, comunicação e informação, desenvolvimento de softwares, análise de dados, etc.), quanto locais de entretenimento (locais de eventos, restaurantes, bares, locais para prática de esportes). Seu entendimento também pode ser estendido a cenários urbanos que busquem a atração de jovens, por meio de oferta de moradia estudantil (na Holanda, estudantes têm vantagens nos preços de aluguéis e unidades específicas para eles são construídas pelas corporações habitacionais) ou escritórios a baixo custo de locação (para *startups* e incubadoras, por exemplo).

⁶⁴ “Fazedores de bairros” (*Kwartiermaker*) foi uma palavra utilizada por um corporativista habitacional para se referir a este grupo de pessoas que adaptam os edifícios para usos temporários, como forma de catalisar o desenvolvimento urbano (STROUX, 2012).

cenário cultural resultante tornava-se um ativo midiático positivo para a atração de potenciais clientes e consumidores para os produtos imobiliários que seriam lançados nos próximos anos, além de resolver problemas de manutenção dos espaços ociosos e funcionar como políticas anti-invasão⁶⁵. Após a crise, esta “alternativa” tornou-se ainda mais atrativa para frear a ameaça de queda dos valores imobiliários de algumas cidades e possíveis processos de encolhimento e deteriorização.⁶⁶

Na Holanda, por exemplo, foi feita uma lei em 2010 especificamente para enfrentar a crise imobiliária (Crisis and Recovery Act), de redução de burocracia e aceleração de projetos que visassem aplicações em tecnologia, habitação e energias renováveis. Nesta ocasião, os planos de zoneamento foram flexibilizados para incorporar ainda mais usos temporários, sem a necessidade de alvarás de transformação do uso do solo (VON SANTEN, 2012). Edifícios e áreas livres que tinham planos públicos e privados de renovação ou demolição/construção tiveram seus planos congelados por anos e acabaram sendo ocupados por agências culturais, fundações artísticas, projetos sociais, etc. (STROUX, 2012). A média de tempo das ocupações era em torno de 5 anos (previsão para a recuperação econômica), mas em algumas cidades acordos de ocupação de até 10 anos de duração poderiam ser assinados. Uma parte destes buscava evitar uma nova onda de “invasões” (*squatting*) que havia sido comum nos anos 80/90, em decorrência do esvaziamento urbano, da alta do desemprego e da redução de oferta de habitações com aluguéis de baixo custo. Na maior parte das ocupações legais, os terrenos ou prédios cedidos eram de propriedade pública e parcerias público-privadas eram feitas para a limpeza e manutenção das áreas. Os ocupantes geralmente cuidavam da limpeza e do projeto de adaptação de uso (mobiliário, instalações, pequenas reformas), e os órgãos públicos faziam as reformas estruturais nos edifícios (quando existentes), além de acelerar a emissão dos documentos necessários para a realização das atividades alternativas nas áreas destinadas aos usos temporários. De forma paralela, os fundos culturais e artísticos (nacionais e europeus) passaram a realizar editais de financiamento destinados principalmente a ocupações de áreas urbanas ociosas, formando uma parceria com os objetivos de desenvolvimento urbano local.

Os problemas decorrentes da vacância urbana, vale ressaltar, não eram novidade no cenário europeu. Eles se iniciaram já nos anos 80 e se agravaram nas décadas seguintes, com o processo de reestruturação industrial e o posterior esvaziamento de cidades que dependiam deste setor produtivo. Desde então, as ocupações temporárias (legais e ilegais) vinham ocorrendo de forma pontual (como as publicações anteriores já apontavam), tanto como forma de ativar áreas ociosas e prevenir invasões indesejadas, ou de experimentar modos de ocupação para os planos de desenvolvimento de longo prazo (BIERMAN, 2012; BOEKWIJT, 2012; VON SANTEN, 2012). Porém, na década de 2010 foi possível observar uma renovação sistemática das políticas públicas e normativas urbanas europeias, que abriram ainda mais os limites territoriais para a exploração de usos temporários. O Estado passou a operar como um agente imobiliário especulativo, concedendo a permissão de

⁶⁵ Nem todo uso temporário era composto por grupos criativos. Um certo grau de requalificação no edifício costuma ser feito para atrair tais usos temporários “mais qualificados” – momento no qual o profissional de arquitetura e urbanismo costuma fazer parte do processo de transformação do espaço. Outros usos “menos qualificados” e que, inclusive, são considerados como “degradantes” (no sentido de perda de valor econômico e histórico) (BOLHAAR, 2012; VON SANTEN, 2012), também foram autorizados por meio de contratos de uso temporário desde a década de 80 (período mais crítico da desindustrialização). Somente após a experiência de Berlim (anos 90) que os usos temporários por grupos criativos começaram a ser vistos como potencial atrativo econômico.

⁶⁶ Lyon, como veremos no Capítulo 4, não sofreu muito com este problema porque seu mercado imobiliário era menos dependente de crédito internacional e menos competitivo. A maior parte das ocupações temporárias legais feitas em seu território são em espaços ociosos do processo de desindustrialização, não em áreas ociosas resultantes da crise.

ocupação não por uma demanda social, mas econômica. Este comportamento buscava (1) servir de exemplo para que proprietários privados buscassem reproduzir o mesmo tipo de procedimento em seus estoques de terras e edificações – diminuindo o problema da vacância urbana; e (2) frear o processo de desvalorização imobiliária, para que essas parcelas de terra pudessem ser vendidas posteriormente (quando a crise fosse superada), por valores mais elevados, para os investidores privados de longo prazo.

Nestes casos, mesmo os contratos firmados com órgãos públicos podiam sofrer aumento nos preços depois de um tempo. Contratos em precário (nos quais o preço pago são os custos de manutenção) não foram renovados, propondo-se sua alternativa para contratos de aluguel temporário (mais caros e burocráticos). Muitos dos “projetos criativos” desta política anti-cíclica tomada nos anos posteriores ao estouro da bolha não permaneceram nos locais que haviam se instalado, mesmo nos casos em que ainda não havia um plano de transformação permanente aprovado e programado⁶⁷. Esses resultados podem ser observados principalmente nos casos em que os ocupantes temporários faziam parte de uma classe criativa anteriormente negligenciada (artistas plásticos, pequenos construtores, artesãos, etc.) e que encontrou na temporariedade um meio (ainda que incerto) para concretizar suas ideias. Eles não eram os “pequenos empresários” ou “start-ups” tão requisitados pelos proprietários de terra, e que poderiam se beneficiar financeiramente da revalorização de suas localidades de trabalho (crescer economicamente para depois permanecer). Por isso que as políticas de incentivo aos usos temporários costumam ser associadas a processos de gentrificação (ver TONKISS, 2013 e 2019).

A crise também trouxe outros questionamentos para este cenário de produção de espacialidades temporárias. A questão habitacional se tornou um problema real nas cidades europeias, resultante da recessão econômica e do aumento no fluxo de refugiados decorrentes de conflitos armados no Oriente Médio, Ásia e África. Usos temporários começaram a ser permitidos como resposta emergencial para este problema, tanto com a ocupação de edifícios desocupados, quanto com a instalação de edifícios desmontáveis em terrenos vazios. Por um lado, buscava-se “incluir” as pessoas mais vulneráveis neste suposto cenário pulsante de atividades culturais e dar a elas formas de moradia razoavelmente dignas, mas por outro, acabou-se criando, em alguns casos, guetos

⁶⁷ Na Holanda, por exemplo, a Lei da Vacância, de 1981, permite que acordos similares ao uso em precário (acordo de uso) possam ser feitos sem o respaldo legal que incide sobre os inquilinos que assinam contratos de aluguéis (temporários ou comuns). Nestes casos, o proprietário só pode cobrar os custos básicos de manutenção (taxas urbanas, luz, água, etc.). Nos acordos de aluguel temporário (que variam entre 5 a 10 anos, no máximo), o imóvel deve estar desocupado por pelo menos um ano, ter sido colocado à venda ou já possuir um projeto de demolição ou renovação em processo de aprovação. Neste caso, o proprietário pode cobrar um valor de aluguel de mercado comum, mas não precisa dar garantia de permanência para o inquilino e vice-versa. A diferença deste contrato a um comum está nas garantias dadas ao inquilino e ao proprietário, pois os riscos para ambas as partes tendem a ser maiores, uma vez que qualquer um deles pode quebrar o acordo sem grandes multas rescisórias e que o valor do aluguel, quando acabado o contrato assinado, pode subir além da taxa praticada nos aluguéis comuns – por isso muitos usuários de ocupações temporárias acabam não continuando no local depois que o prazo expira. Os aluguéis temporários têm que ser aprovados pelos órgãos municipais e geralmente costumam ser mais burocráticos (BERGEVOET & VAN TUIJL, 2012). Vale ressaltar que, em relação à realidade brasileira, a nossa Lei do Inquilinato de 1981 não prevê diferenças entre “prazos” de aluguel, que acabam sendo praticados baseando-se nos fluxos de mercado. Lugares de alta rotatividade costumam aceitar contratos menores sem oneração no caso da quebra do contrato, enquanto locais de baixa rotatividade geralmente exigem contratos de maior duração e com punições maiores. O Estatuto da Cidade, que prevê medidas de utilização de imóveis abandonados, também não possui nenhuma referência à obrigação ou flexibilização destes prazos praticados pelo mercado. Outra diferença principal entre a realidade europeia e brasileira é em relação à propriedade imobiliária, pois na Europa as corporações detêm a maior parte dos imóveis e são mais controladas pelo governo. No Brasil, os imóveis de aluguel costumam ser de propriedade de pessoas físicas, nos quais os interesses próprios variam de forma maior, bem como os valores de oferta e demanda. Em São Paulo, alguns exemplos de edifícios destinados somente à locação, no qual uma empresa é detentora do terreno e das unidades de moradia, estão começando a mudar este cenário, mas de forma ainda muito incipiente.

estigmatizados “provisórios” em áreas distantes dos centros urbanos. As cidades ou países que já possuíam um aparato técnico-normativo mais desenvolvido em relação a usos temporários acabaram sendo as que mais utilizaram esta logística para o recebimento deste “fluxo extraordinário” de moradores – ainda que como um todo, isso se refira a uma pequena parcela das intervenções temporárias feitas neste período.

Neste contexto promissor para a “forma temporária”, não é surpresa observar que a maior parte da produção crítica negativa sobre “usos” e “espaços temporários” tem como estudos de caso as obras e projetos deste período. A disseminação entre vários países europeus dos protocolos operativos de autorização e remoção dos ocupantes havia ampliado o impacto dos processos de gentrificação que continham a “forma temporária” como estratégia anti-cíclica do capitalismo em uma escala continental, e trazido à tona um novo debate sobre a estigmatização e segregação socioespacial vivenciada pelos habitantes destas unidades emergenciais/provisórias.

Esse impacto, no entanto, passou incólume (apesar das inúmeras tentativas de se estabelecerem diálogos com os processos locais) na produção do continente americano. Uma das razões para isto é que as normativas de zoneamento urbano costumam ser mais flexíveis nos países do “novo mundo”, parte por sua herança colonial (de não preservação do ambiente construído), parte pela velocidade mais acelerada dos fluxos de capital nestes territórios. Os EUA, por exemplo, que sofreu com processos de desindustrialização tal como a Europa, muito visível em cidades como Detroit, e posteriormente com a crise imobiliária, não contém a mesma quantidade de incentivo a uma prática claramente “temporária”, ainda que situações similares (em termos de *duração*) aconteçam⁶⁸. Assim como no Brasil, o tempo para ocupação e a velocidade de renovação é definida, principalmente, pelo mercado (acordos entre os proprietários e locatários), sem um regimento específico que estipule as faixas de aluguel. Os proprietários nestes países costumam ser mais pulverizados que na Europa, onde grandes corporações detêm a propriedade das áreas e das construções, explorando-as financeiramente a partir da locação. Nestes casos, as corporações habitacionais têm um diálogo mais direto com o Estado, pois é ele quem permite quais empresas podem realizar empreendimentos imobiliários em parcelas territoriais de suas cidades, e se esses empreendimentos podem ou não ser de fins lucrativos. Ainda que o Brasil possua áreas destinadas à habitação social – o que o difere radicalmente dos EUA, por exemplo –, elas não são quantitativamente significantes para impactar a forma de produção hegemônica (de mercado) praticada aqui.

Esses fatores levam à análise da crítica sobre a “forma temporária” no contexto nacional. Quando se fala sobre práticas da “temporiedade” na arquitetura e no urbanismo, no Brasil, nos referimos, principalmente, às intervenções “alternativas” que acontecem nos *espaços públicos*, não privados (como a maior parte da produção europeia), ou às instalações que acontecem em espaços privados de “acesso público”, como shoppings, museus, galerias, eventos pagos, etc. Ainda que o uso em precário também exista aqui, ele não foi estruturante de uma política pública de desenvolvimento urbano, cultural ou artístico em caráter nacional, atuando de forma coadjuvante e muito pontual. Por mais que a apropriação temporária do espaço público também possua exemplos no contexto europeu, a maior parte da discussão crítica sobre a temporiedade, na Europa, não se refere a estas práticas.

⁶⁸ Os exemplos americanos de intervenção temporária costumam estar associados à produção cultural (dominante ou alternativa), centrando-se em exposições e intervenções realizadas dentro de eventos (bienais, feiras de arte, etc.) ou para exposições.

Como Jan Liesegang (raumlabor berlin) aponta em sua entrevista de 2020⁶⁹, o cenário cultural pulsante das invasões e ocupações temporárias na Alemanha, por exemplo, acabou se extrapolando para o espaço público na forma de intervenções e ações artísticas, atos políticos e sociais, mas a discussão sobre a “temporiedade” não partiu dali. O “tempo” era uma questão mais importante para as práticas mais conflituosas (de domínio e propriedade) que aconteciam nos espaços privados e, posteriormente, passou a ser utilizado como estratégia para a discussão do papel do Estado em relação ao seu patrimônio herdado da antiga GDR. No espaço público, as ações aconteciam com o apoio de grupos culturais alternativos, que canalizavam parte de seu financiamento para ações e discussões sobre a transformação destes espaços em espaços públicos⁷⁰. Estas ações nunca geraram grandes alterações nas formas e leis urbanas sobre espaços públicos e nem o interesse do poder público ou do mercado privado em explorá-las. Essas características são bem distintas das que podem ser observadas no caso brasileiro estudado, São Paulo (ver capítulos 2 e 5).

Muitas vezes, esta prática cultural e artística costumava estar atrelada à agenda de eventos e aos interesses de curadoria de bienais, fundações, galerias e museus. Quando a temática destes eventos explorava a problemática urbana, oportunidades de discussão sobre o uso e a ocupação do espaço floresciam dentro do campo da arquitetura, e a prática podia ser utilizada como meio para a conscientização pública de processos de gentrificação, turistificação, exclusão socioespacial, destruição de monumentos históricos, etc. Portanto, ainda que a “forma temporária” empregada na realização de eventos não fosse necessariamente o foco da discussão sobre a temporiedade no espaço urbano na Europa, ela também atuou como um meio para o questionamento das formas hegemônicas de produção – um meio de resistência política, ainda que criando experiências fugazes no espaço urbano.

Este “espaço de discussão” ainda está em disputa, principalmente quando as colocamos e comparamos com outras formas criadoras de experiências temporárias, como as propostas publicitárias e voltadas para o consumo, ou com visões mais alinhadas aos interesses hegemônicos de extração de lucros sobre a cidade-mercadoria, seja moldando o seu produto (o espaço urbano) a novos perfis consumidores ou ajudando-o nas fases difíceis do capitalismo. Essa proximidade não é forçada, mas técnica. Muitos dos escritórios envolvidos na criação de espacialidades temporárias acabam atuando em diversos processos de produção do espaço urbano, projetando desde espaços de eventos comerciais internacionais até pequenas intervenções de ativação espacial e sazonal para eventos locais ou instituições públicas (ver, especialmente o Apêndice D. Seu conhecimento técnico-projetual da “forma temporária” possibilita este amplo alcance, podendo ser instrumentalizado para visões de cidade completamente distintas⁷¹. As obras de um mesmo escritório podem servir de apoio tanto para movimentos de resistência territorial (bases sociais para a formação de vínculos com o espaço), quanto para ações comerciais de grandes grupos multinacionais interessados em novas áreas de investimento em renovação urbana. Essa amplitude fica ainda maior nos casos em que a problemática do “temporário” é ausente nos discursos dos criadores.

⁶⁹ Para ouvir o conteúdo das entrevistas, ver Apêndice E, com links do Youtube.

⁷⁰ Observem que a separação, aqui, não é dada entre espaços abertos e fechados, mas entre aquilo que é acessível à população de forma igualitária e sem a necessidade de trocas comerciais e aquilo que é fechado à população, no qual é necessária a relação de troca ou consumo para que o espaço possa ser apropriado.

⁷¹ Esse comportamento é mais significativo nos casos do Atelier Bow-Wow e do Carlo Ratti. Os arquitetos desses grupos trazem questionamentos mais inclusivos das práticas de arquitetura e urbanismo, com os exemplos dos Micro Public Spaces e da discussão sobre Open Architecture. No entanto, eles também fazem projetos para as Expos Mundiais e grandes grupos corporativos como a BMW. Raumlabor, Recetas Urbanas e Basurama possuem uma prática consideravelmente distinta.

Contextualizar cada intervenção temporária, identificando seus agentes e usuários, momentos históricos, regiões de intervenção, estratégia discursiva, consequências sociais, processos de resistência, etc., é um ponto especialmente importante na análise científica sobre esta espacialidade, não só pelo seu aspecto semântico – não sabermos definir exatamente o que é temporário –, mas porque essa indefinição é explorada como estratégia para a implementação de mudanças no espaço urbano. A seguir serão apresentadas análises feitas a partir do discursos dos profissionais de arquitetura e urbanismo que atuam na produção de objetos e modelos de intervenção urbana temporários. Os principais objetivos destes tópicos é analisar as tensões que ainda existem dentro do campo sobre temporariedade e permanência e dentro de quais discussões mais amplas sobre o espaço urbano esta produção acaba sendo problematizada, na contemporaneidade. Para tanto, foram realizados levantamentos sobre intervenções urbanas temporárias por meio de mídias de divulgação (sites de arquitetura) e páginas próprias dos escritórios. Foram analisados a relação da produção temporária e permanente de uma parcela deles e sua evolução temporal (momentos de auge e declínio da produção).

-

Antes de avançarmos nas questões específicas dos estudos de caso, devemos entender o posicionamento da crítica arquitetônica e do discurso projetual nas últimas décadas sobre a temporariedade, dentro de qual contexto territorial ambos se apresentaram mais presentes e quais foram os vetores que propiciaram o seu crescimento. O discurso é um dos principais elementos reforçadores de uma racionalidade e, muitas vezes, ele é reproduzido sem uma postura crítica ou auto-reflexiva. Portanto, é necessário entender quando o interlocutor é sujeito e quando ele é produto desta racionalidade, a qual também procura defender.

Além dos fenômenos apresentados anteriormente (TICs, aceleração dos meios de transporte, flexibilização das formas de trabalho, neoliberalismo, etc.), veremos que outros momentos históricos de alcance global, mas com impactos locais distintos, também tiveram um papel importante para o surgimento e crescimento da forma temporária. Estes momentos são pontos de agudização de crises que influenciaram decisões políticas e que afetaram tanto o ordenamento espacial quanto a profissão do arquiteto e do urbanista.

1.2 O discurso criativo: tendências e categorias analíticas

1.2.1 Temporariedade x permanência

Apesar do tema da temporariedade ter ganhado mais notoriedade nas discussões sobre a produção espacial contemporânea, ainda observamos discursos contraditórios em relação à sua aceitação, principalmente quando analisamos postagens, publicações, vídeos, etc. nos quais os projetistas tentam traduzir o seu projeto para uma linguagem mais comum. Ao mesmo tempo em que o campo criativo vem se esforçando em produzir espaços mais fáceis de serem descartados, com materiais de menor impacto ambiental, em muitos casos, ele também conserva a esperança de que este fim não venha a acontecer. Por outro lado, ao mesmo tempo em que propõe a reutilização dos objetos (uma possibilidade em aberto), ele se abstém da participação do período pós-ativação. Será mesmo, então, que os arquitetos se importam com a permanência de seus objetos? Ou este é somente uma estratégia discursiva para evitar-se o conflito? Nesta disputa entre temporariedade e permanência, é possível observar alguma predominância discursiva?

A fim de levantar dados que pudessem responder a estas perguntas, foi realizada uma primeira análise de postagens em sites de divulgação de arquitetura e urbanismo (*Archdaily, Dezeen, DesignBoom, etc.*) sobre projetos de espacialidades temporárias⁷². Foram selecionadas reportagens nas quais a temporariedade estava atestada de forma explícita (categoria de classificação ou apontamento no texto) ou implícita (quando o projeto divulgado fazia parte de algum evento em que se tinha conhecimento de que era temporário).

Dentre as mais de mil postagens sobre projetos de arquitetura temporária⁷³, somente 87 projetos (ver Apêndice B) apresentaram uma problematização sobre a temporariedade do objeto⁷⁴, referindo-se a um possível uso posterior (mobilidade do objeto para outro uso permanente ou itinerância) ou às estratégias utilizadas *a priori* para a minimização dos impactos construtivos de seu desmonte/destruição.

Em 21 projetos, os arquitetos afirmaram que o espaço acabou se tornando permanente (4) ou se tornaria permanente em outra localidade (17); em 22 deles, os criadores manifestaram sua expressa vontade de que o projeto proposto se mantivesse de forma permanente (3) ou fosse reutilizado posteriormente (no mesmo local ou em outra localidade - 19); em 10 casos, o objeto não buscava a permanência espacial, mas a mobilidade constante entre distintas localidades (sua função era ser transportado de um local para o outro) – “permanência temporal” (ver DAIX, 2017); nos outros 34 casos (cerca de 40%) as propostas contemplavam a aceitação da condição temporária da obra.

Dos que aceitavam sua condição temporária, em 27 casos, o discurso fazia referência às técnicas construtivas e materiais escolhidos para facilitar o processo de desmonte do objeto e/ou a possibilidade do uso de seus materiais para outros fins (design circular); em 5 casos, fazia referência a projetos permanentes de longo prazo, ao qual suas ações temporárias tinham prazos pré-definidos desde o início porque faziam parte de um processo de requalificação urbana; em 2 casos, a temporariedade foi aceita como condição para a criação de formas de apropriação do espaço urbano que atendessem aos ritmos das práticas sociais ou a opções estéticas criativas.

A partir desses dados foi possível observar que em pouco mais da metade dos projetos levantados, os arquitetos se posicionaram de alguma forma contrária à impermanência de suas obras, seja explicitando isso em entrevistas ou prevendo a manutenção do objeto por meio do desenho, que incorpora elementos que *poderiam* levar à

⁷² Para uma lista dos projetos com trechos sobre a temporalidade dos objetos, ver Apêndice C. Para o levantamento completo das publicações em mídias digitais, ver:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1uqf4rqyvua7RoPiXxABP8ZTFmL-KkuoaC6I-0rNG8yqo/edit#gid=543148669>

⁷³ Ao realizar a busca sobre o termo “temporário”, foram excluídos deste levantamento, primeiramente, os casos de espaços permanentes destinados a alojamento temporário – abrigos para pessoas em situação de vulnerabilidade, trabalhadores temporários (exceto quando o espaço era desmontado) hotéis ou casas de veraneio; os espaços permanente cujo espaço interno era flexibilizado para receber funções temporárias (exceto quando era realizada alguma intervenção específica a qual seria desmontada e não seria reutilizada no mesmo local); espaços que utilizaram de forma permanente materiais descartados de intervenções temporárias; espaços permanentes que abrigam empresas que realizam espaços temporários; espaços permanentes que recebem exposições e eventos temporários (galerias, museus, estádios, ginásios, praças, parques, etc.); espaços permanentes que substituíram espaços temporários. Posteriormente, foram excluídos os casos em que a temporariedade era citada sem nenhuma explicação projetual, como no fornecimento das datas dos eventos ou na adjetivação do projeto.

⁷⁴ Houve casos em que os projetistas incluíam comentários sobre tempo, temporalidades, temporariedade, efemeridade e permanência, na apresentação do projeto, mas dentro de um discurso mais reflexivo do que objetivo. Permanência e temporariedade eram citados em relação às suas diferenças estéticas e potencialidades criativas, não fornecendo conteúdo objetivo sobre o contexto da implantação ou das razões pelas quais o objeto teve um fim.

sua reconstrução. Ainda que a lógica de reprodução urbana na qual a maioria dos projetos estava submetida implicasse na destruição do objeto, já não foram reutilizados, o discurso arquitetônico que se opunha à destruição era somente um pouco maior que o discurso arquitetônico que buscava se adequar ou cooperava com tal ordem dominante.

No entanto, estes dados mostram somente uma pequena fatia da produção de espaços temporários. A maior parte dos casos analisados até a obtenção desta pequena amostra de 87 casos (mais de 1200 matérias e páginas de site de arquitetura foram lidas) não se posicionava ou sequer citava a condição temporária da obra na descrição do projeto. A ausência de argumentos ou posicionamentos sobre a condição transitória do objeto espacial criado demonstra que os espaços temporários já fazem parte da lógica de reprodução espacial e os diversos conflitos causados por ela não influenciam as decisões projetuais ou não se mostram suficientemente importantes para serem discutidos.

Nos casos em que foi constatada a reutilização do espaço ou o aumento do período permanência, as informações sobre o “período pós-ocupação” geralmente eram obtidas de jornais, pelas páginas dos financiadores do objeto temporário (os organizadores dos eventos ou as marcas patrocinadoras) ou pelas redes sociais dos agentes sociais que estavam interessados em sua manutenção. As condições atuais dos “produtos” criados pelos arquitetos, na maior parte das vezes, não tinham importância suficiente para serem mencionados ou atualizados em suas páginas comerciais. Em alguns casos isolados, arquitetos que atuam na academia poderiam vir a publicar alguma reanálise sobre o espaço criado e as eventuais adversidades que o objeto possa ter passado; ou uma nova postagem sobre o projeto poderia vir a ser feita⁷⁵.

Uma segunda análise foi realizada a partir de escritórios selecionados para a elaboração das fichas presentes no Apêndice A⁷⁶. Esta outra linha de investigação buscava suprir eventuais carências discursivas que poderiam estar presentes no recorte definido pelos sites e mídias digitais. É comum que escritórios ou coletivos com características mais disruptivas ou que tendam muito para o campo artístico não sejam divulgados nas mídias anteriormente selecionadas (Archdaily, Dezeen, DesignBoom, etc.). Alguns grupos escolhidos para aprofundamento foram selecionados por aparecerem na discussão dos estudos de caso da tese, que considera essa amplitude de atuação profissional (que contém exemplos de casos e menos adequados à lógica hegemônica⁷⁷): Raumlabor, Recetas Urbanas, Basurama, Jan Kattein e Metro Arquitetos; outros foram escolhidos para o preenchimento de lacunas de categorias discursivas: Carlo Ratti (por ser grande produtor de espaços para Expos Mundiais), SuperUse Studios (por atuar dentro do campo de usos interinos) e SO-IL (por ser representativo da indústria cultural convencional de museus e feiras).

Dos quase 800 projetos levantados e analisados, 556 haviam sido factualmente construídos ou realizados (no caso das ações artísticas). Destes, 365 projetos (portanto, cerca de 65% da produção conjunta desses grupos) puderam ser classificados como criadores de espacialidades temporárias, que incluíam: ações artísticas e performáticas; instalações espaciais realizadas em espaços públicos e privados (de mobiliário ou

⁷⁵ Isto aconteceu, principalmente, nas postagens do Raumlabor e do SuperUse Studios - escritórios escolhidos para se fazer o recorte de aprofundamento.

⁷⁶ Estas fichas deverão ser complementadas até a entrega da versão corrigida da tese. Para conhecimento do total de projetos analisados, ver tabela: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ugf4rqyvua7RoPiXxABP8ZTFmLKkuoaC6I-0rNG8yqo/edit#gid=543148669>

⁷⁷ Lógica hegemônica do Estado neoliberal, dos fluxos de capital que levam à elaboração de espaços de eventos voltados para a acumulação de capital, ou espaços feitos para atender à demanda de consumo de experiências da indústria cultural.

modificação de fachada); edifícios projetados para serem demolidos ou transportados para outro local (independentemente de prazos pré-estabelecidos); espaços concebidos para serem reutilizados de forma sazonal; projetos de arquitetura de interiores feitos para usos temporários pré-estabelecidos (usos interinos, por exemplo); espaços feitos para abrigar ou dar suporte a exposições; e outros objetos móveis utilizados para a realização de atividades eventuais (caravanas, trailers, motorhomes, etc.). Portanto, estavam inclusos espaços que apesar de ainda existirem (permanência temporal), eram utilizados como equipamentos de ativação itinerante, criando experiências temporárias nos territórios onde eram inseridos (espacialidades temporárias). Dentre os projetos criadores de espacialidades temporárias, somente 100 não informavam a condição temporária da proposta e tiveram de ser verificados cruzando-se dados de outras fontes de informação.

Dos 265 projetos que, portanto, faziam alguma referência à temporariedade do objeto ou da espacialidade derivante de sua instalação no espaço, foram analisados uma amostra de 100 casos, escolhidos de forma randômica, no que diz respeito aos elementos discursivos empregados pelos criadores em relação ao período pós-intervenção. A maior parte dos exemplos somente citava o projeto como sendo temporário (adjetivação) ou informava o período em que ele ficou exposto (77%), não explicando nenhuma especificidade do projeto que tivesse sido realizada para atender à demanda de deslocamento ou desmonte, ou razão pela qual o objeto havia sido descontinuado. Ou seja, a grande maioria não problematizava a forma temporária – Por que ela era desmontada? Qual processo de produção do urbano ela se referia? Como a obrigatoriedade da temporariedade foi tratada na elaboração da ação/projeto? etc..

Em relação aos outros 33 projetos que problematizaram a temporariedade e a possível permanência do objeto:

Não foi citado em nenhum caso que um objeto tivesse se tornado *permanente*⁷⁸. No entanto, em 11 casos foi afirmado que o espaço/objeto foi (8) ou será (3) instalado novamente (no mesmo ou em outro local); sendo que 5 deles são móveis e pensados para sua “manutenção temporal” por meio do deslocamento espacial. Em outros 4 casos (1 deles móvel), o arquiteto/coletivo/grupo manifestou que os objetos continham soluções técnicas que *possibilitam* sua mobilidade e/ou reutilização. Em um único caso se faz referência que o espaço/uso proposto *poderia* se tornar permanente e em outro foi exposto que o espaço era um experimento para posterior implementação permanente⁷⁹. Em outro caso isolado, a “continuidade” do projeto era considerada pela apropriação do objeto pelos usuários que podiam levá-lo consigo e realizar as intervenções que desejassem. Ou seja, em cerca de metade dos casos (18), a permanência ou reuso dos objetos se mostrou um fator importante a ser citado.

Em 3 casos era expressada a condição temporária do projeto, mas também sua continuidade por tempo indeterminado. Em outros 12, os arquitetos foram afirmativos em

⁷⁸ Em comparação com as citações extraídas dos sites de divulgação de arquitetura, isso pode ocorrer porque estes arquitetos evitam usar a palavra *permanente* para se referir a suas obras, porque entendem, como dito anteriormente, que *toda* arquitetura ou objeto espacial é temporária. As mídias preferem fazer essas diferenciações, inferindo que o objeto foi instalado “de forma permanente” quando não há nenhuma especificidade da pré-duração da instalação.

⁷⁹ É notável como alguns “experimentos” são citados como algo que levará a uma implementação permanente, sem que se faça referência à possibilidade de que ele dê errado. Neste caso em específico, o texto extraído veio do post do Metro Arquitetos sobre o Centro Aberto, o que traz mais evidências de que nas ações da Prefeitura de São Paulo, a “temporariedade” e a “experimentação” são muito mais discursivas do que estratégias de ação colaborativa ou de coleta de dados. Ainda que os usos tivessem sido adaptados posteriormente – uma adequação de uso – “falhar” nunca foi uma opção, tanto que até hoje eles tentam “vender” a ideia à iniciativa privada. Para uma discussão mais profunda, ver Capítulo 5.

relação ao desmonte da obra: em 4 deles foi dada a justificativa de o objeto estar instalado em uma área que seria ou foi transformada de forma permanente, sendo ele provisório; em outros 4 o impacto da temporariedade buscava ser reduzida pela reutilização (futura ou passada) dos materiais utilizados na construção do objeto; em outros 4 casos, o desaparecimento da intervenção estava relacionado às práticas artísticas e ao conteúdo desejado para a ação (que deveria ser efêmera).

Portanto, sobre os elementos discursivos publicados pelos criadores/concebedores de espacialidades temporárias pode-se resumir que: no levantamento feito por meio dos veículos de comunicação, a relação entre reuso/permanência e aceitação da temporariedade é de 60/40; no levantamento feito diretamente nos sites dos escritórios, grupos e coletivos é 50/50. Esses dados são indicativos de que: 1) quando se opta por restringir o recorte para grupos com maior histórico de produção de intervenções urbanas temporárias, a importância que se dá à permanência (e ao seu sentido) é menor, ainda que as ações sejam reproduzidas ou os objetos reinstalados; e 2) que, quando a forma temporária é *problematizada*⁸⁰ – levada à discussão –, a oposição entre permanência/reuso e temporariedade/descarte aparecem de forma equilibrada no discurso criativo; 3) não discutir a temporariedade mesmo quando o objeto é pensado para ter um fim, é o comportamento mais comum em todas as mídias comunicativas (de cada grupo ou de páginas de divulgação de conteúdo terceirizado). Ainda que o posicionamento perante a permanência e a impermanência do objeto se apresente de forma balanceada, quando analisada a problematização da temporariedade, ele se torna desproporcional quando analisados os casos em que a temporariedade é *aplicada*, ou seja, quando ela é implementada na realidade empírica de nossas cidades. Essa desproporcionalidade aponta que não há uma hegemonia clara no discurso permanência x temporariedade, mas que há um silenciamento claro de um posicionamento crítico da profissão em relação aos processos dos quais seus objetos fazem parte.

A fim de entender esses processos, o tópico a seguir busca elencar as principais categorias discursivas atuais que discutem a temporariedade dos objetos espaciais, ou seja, a que contexto de discussão sobre a cidade e sua produção os profissionais e suas obras estão relacionados.

1.2.2 Categorias Discursivas

Dos casos analisados em que a temporariedade foi problematizada, questionando as lógicas produtivas atuais destas espacialidades, foram extraídas sete categorias que representam diferentes linhas de diálogo teórico e circunscrição ideológica: **ambientação urbana, apropriação crítica, ativação experimental, ativação sazonal, catalisador urbano, contexto emergencial e design circular**. Estas categorias têm se tornado cada vez mais presentes nos debates e discussões sobre espacialidades temporárias e frequentes nos discursos de seus criadores.

Como traz elementos discursivos, a categorização não necessariamente representa a realidade empírica do projeto, mas sim os argumentos utilizados pelo projetista. Por exemplo, um projeto chamado de “ativação urbana” pode se referir a uma intervenção em um espaço já “ativado” por práticas existentes indesejadas; uma intervenção em caráter emergencial pode servir para medidas não urgentes; um projeto que incorpore elementos

⁸⁰ Em suma, quando se exclui do cálculo da proporção os casos em que eram feitas citações somente ao nome do evento, à data em que ele foi instalado ou à uma classificação pré-estabelecida.

de circularidade dos materiais pode não ser reutilizado ou reciclado, etc. Estas categorias são utilizadas para a elaboração de fichas apresentadas no Apêndice A⁸¹.

A categorização dos projetos foi feita a partir dos discursos dos arquitetos e de seus parceiros. Outros projetos temporários dos mesmos arquitetos foram analisados, mas não foram categorizados porque não propunham nenhuma interação diferenciada com o espaço urbano ou não usavam da temporariedade como estratégia/tática projetual (ver Apêndice E) – por exemplo, exposições em museus, instalações artísticas em galerias, etc. Casos deste tipo só foram categorizados em situação nas quais os arquitetos eram os curadores da exposição ou evento e tinham liberdade de escolha do local de implementação das obras.

- **AMBIENTAÇÃO URBANA:** Objetos que são instalados temporariamente em espaços públicos, criando uma *situação* propícia (ambiência) para práticas espaciais novas ou existentes. Estes projetos geralmente se inspiram na análise do cotidiano e das temporalidades das práticas. Alguns destes exemplos podem se apropriar criticamente do espaço, mas esta reciprocidade não se aplica, já que estes objetos geralmente são descolados de uma localização específica (não são considerados *site specific*), sendo muitas vezes transportados de um local para outro.

Exemplos: estruturas infláveis que servem de abrigo para pequenos eventos; containers que viram escolas ou bibliotecas móveis; carros, carretas ou bicicletas que se transformam em abrigos para sem-teto, mobiliário de descanso ou de lazer; assentos e mesas portáteis que dão suporte a atividades de interação espontânea nos espaços públicos; palcos portáteis para a realização de performances ou peças teatrais; pavilhões de fácil desmontagem e remontagem que sirvam para a realização de eventos.

Projetos analisados⁸²:

Atelier bow-wow (Japão): Micro Public Spaces - School Wheel, Jumbo Origamic Arch, White Limousine Yatai, Furnicycle; BMW Guggenheim Lab

Basurama (Espanha): A cidade é para brincar

raumlabor⁸³ (Alemanha): as “bolhas” - Küchenmonument, Glow-Lounge, Der Orbit, Bang Bang, Spacebuster, BXL; as “barracas de feira” - Kermés Urbana, Ideenmarkt; os carrinhos móveis - Kioskop (Kioskisierung), Sternschleifer e The Knot; os workshops do Generator; os mobiliários do Fahrrad Parcours e City-Matress.

SuperUse Studios / 2021 Architecten⁸⁴ (Holanda): Zwammobiel, Casa Sessanta, Pauze/Play, Rickshow, Robodock NDSM, Follyblock, Miele Ruimte Station - MRS; Recetas Urbanas (Espanha)

⁸¹ As fichas ainda estão em desenvolvimento e devem ser complementadas para o volume final da tese.

⁸² Para todas as categorias, temos conhecimento de que existem muitos outros projetos que seriam melhores exemplos para cada processo. No entanto, aqui estão apontados os que apareceram dentro do levantamento feito. Outros projetos podem vir a ser incluídos para a versão final da tese.

⁸³ “We call this ‘research-based design’. We deal with the place 1:1, discover and use what we find, the conditions of the place. By doing, by actively shaping, we learn more about the field of work and invent new methods to upgrade *what already exists* and open it up to processes of appropriation. We don’t solve problems, rather we initiate processes that give the actors the opportunity to deal with the circumstances and to recognize, understand and use the city and its dynamics as well as its possibilities.” (raumlaborberlin, grifo nosso)

⁸⁴ “At 2012Architecten, research into the building potential of found materials sometimes results in smaller temporary structures. Inspiring objects that, in addition to being functional and decorative, also show in an inspiring way how we can deal with waste streams. These pavilions are excellent for exhibitions, festivals and expositions.” (2012Architecten). Ver: <https://www.slideshare.net/quiqueabad/daklichterker>

- **APROPRIAÇÃO CRÍTICA**: Instalações temporárias ou ações artísticas realizadas para discutir um problema ou situação urbanas, não necessariamente relacionados a um experimento ou objetivos de longo prazo (catalisar uma transformação). Nestes casos, a escolha do local da intervenção é importante para o impacto da mensagem que ela quer passar, que pode ou não estar relacionada com a localidade escolhida. Este tipo de intervenção não tem o intuito de mudanças de longo prazo e quando ela apropria de forma alternativa o espaço urbano (podendo representar uma “ativação”), esta prática é decorrente de uma escolha criativa ou de uma estratégia para desestruturação do cotidiano (surpresa para chamar atenção do público)⁸⁵. Na maior parte dos casos, o espaço que recebeu a intervenção volta a ser como antes. A temporariedade, nestes casos, se justifica tanto pelo conteúdo da ação, quanto pela sua situação de "exceção" (permitida socialmente ou por contratos legais), já que a repetição da ação ou a permanência do espaço construído para abrigá-la faria com que a proposta alterasse seu conteúdo. Sua fugacidade também é uma estratégia para evitar-se processos de cooptação.

Exemplos: ações e intervenções do campo ampliado da arquitetura que acontecem de forma eventual (podendo ou não compor a programação de um evento específico) e em áreas atípicas (espaços residuais, lotes abandonados, baixios de viadutos, túneis, praças públicas, cemitérios, aeroportos, estações de trem ou de metrô – em suma, qualquer espaço que não é pensado ou projetado para o recebimento de eventos).

Projetos analisados:

Carlo Ratti (Itália): estações de transporte público - Porto Design Biennale, 2019 UABB Shenzhen

SO-IL (Estados Unidos): espaços residuais - Breathe – MINI Living

Atelier Bow-Wow (Japão): espaços residuais - Fire Foodies Club; lotes vazios - BMW Guggenheim Lab (NY & Berlim), Rockscape; edifícios abandonados - Jumbo Origamic Arch (Casablanca).

SuperUse Studios (Holanda): lote vazio - Lean Means; edifício vazio - Tijdelijk Museum.

Raumlabor (Alemanha): edifício vazio que será demolido - Die Einhundert Meter Küche, Haus Köbberling, Hotel Neustadt, Espresso Bar, FassadenRepublik, Gasthof Bergkristall, Der Philosophenweg, Der Berg, Multiplan Workshop; espaços abandonados - Kermés Urbana, P2 Residence, Aus Flug Hafen Sicht / Zukunft Mitteldeutschland; espaços residuais - Küchenmonument, Club der Nichtschwimmer, Spacebuster; espaços privados ou privatizados - X-Wohnungen 2005 Tour, Glow-Lounge; estações de transporte público/ruas - Duismülsen U(topie)18, Eichbaumoper, Eichbaum Countdown, Dolmusch X-Press.

- **ATIVACÃO EXPERIMENTAL**: Quando a intervenção urbana acontece em locais considerados ociosos, subutilizados ou inadequados às práticas que buscam ser

⁸⁵ Esta categoria se aproxima muito de espacialidades temporárias para uso publicitário de marcas. No entanto, em nenhum dos casos analisados os projetistas eram responsáveis pelo local da intervenção publicitária, que geralmente é escolhido pelos gerentes das próprias marcas. No caso dos eventos de arquitetura e urbanismo, design e artes, em que os organizadores geralmente são também profissionais da área, as estratégias para escolha da localidade podem influenciar e ser influenciadas por estratégias de marketing. Veremos no Capítulo 3 que o projeto L'Autre Soie decidiu realizar uma ocupação temporária do edifício desocupado exatamente para poder publicizar seu projeto de habitação social e integrar a comunidade no processo de transformação da área.

fomentadas⁸⁶ e que, simultaneamente, coletam dados para a validação/reprovação de uma hipótese ou colocam para a avaliação pública os resultados de suas propostas (que o público avalie se deve ser feita a alteração de uso do solo em uma determinada área para abarcar o novo uso “testado”). O termo “ativação” implica a necessidade de construção de uma realidade alternativa e sua função “experimental” infere que a intervenção está relacionada a possíveis propostas “mais permanentes” e de implementação a longo prazo. A temporariedade da intervenção é pré-estabelecida de acordo com o período necessário para a coleta de dados do experimento. Seus exemplos devem (ou deveriam) incorporar a possibilidade do fracasso. Diferenciam-se de outros experimentos não ativadores (que não propõem mudanças no uso do espaço⁸⁷, ou que acontecem em áreas já ativadas) e de ativações que não contemplem um caráter experimental (como algumas ações artísticas ou ocupações culturais nômades). Na maior parte dos casos analisados o termo “experimento” é utilizado para justificar a prática alternativa do espaço, mas quase nenhum dado é coletado e poucos relatórios são realizados com “resultados” destas intervenções.

Exemplos: intervenções viárias temporárias que estudam a implementação de vias peatonais, aumento de calçadas, faixas de pedestres, etc.; instalações de mobiliário urbano que estimulam atividades diferentes das usualmente praticadas em um determinado território, como áreas de consumo, lazer ou descanso em espaços de estacionamento e circulação de veículos; aberturas temporárias de espaços privativos para ações culturais, sociais e artísticas nos casos em que o agente urbano ainda tem dúvidas sobre quais usos devem ser implementados a longo prazo ou se o plano urbano deve ser alterado para incorporá-los.

Projetos analisados:

Carlo Ratti (Itália): uso do/no espaço público - Urban Vision for Manifesta 14 Prishtina.

Prefeitura Municipal de São Paulo (Brasil): uso do/no espaço público - Centro Aberto, Ocupa Rua, Ruas Abertas, Parque Minhocão.

Metro Arquitetos (Brasil): uso do/no espaço público - Centro Aberto, Ocupa Rua.

Instituto Mobilidade Verde (Brasil): uso do/no espaço público - Parklet Bienal.

SO-IL (Estados Unidos): atratividade cultural de uma área - Frieze Art Fair.

Atelier Bow-Wow (Japão): gestão comunitária de um espaço - Osthang Project, Main Hall.

SuperUse Studios (Holanda): novos usos e apropriações em área de transformação urbana - Pauze/Play, OpTrek - DaklichtErker.

⁸⁶ “In some redeveloping areas we do not always know exactly what is needed. We must therefore work much more demand-oriented in the future. Temporary use can be used as a development strategy”. (Carolien Schippers, diretora da Companhia de Desenvolvimento Imobiliário do Governo Holandês - RVOB, entrevista dada a Jane Bierman, em 2012)

⁸⁷ Por exemplo, quando o experimento é feito para testar uma estrutura, um tipo de construção, um novo material, instrumento de planejamento, etc.. É um uso experimental que acontece no espaço, mas não é um experimento *urbano*. Exemplos: SuperUse - Lean Means (estruturas); Raumlabor - Kermés Urbana (instrumento participativo), La Ciudad Imprevista e Curo Garden (estruturas)

Raumlabor (Alemanha)⁸⁸: modelo de ativação cultural e artística por usos temporários - FassadenRepublik, Gasthof Bergkristall, Der Philosophenweg, Der Berg (Palast der Republik); novas práticas no espaço público - Küchenmonument, Eichbaumoper, Eichbaum Countdown, Open House, The Knot; novos usos e apropriações em áreas de transformação urbana - Tempelhof Airport, The Knot, IBA Studio 2020,.

- **ATIVACÃO SAZONAL:** Instalações ou ações temporárias que ocorrem de forma intermitente, com o intuito de estimular diferentes usos em um mesmo espaço. Quando há a necessidade do emprego de objetos construídos, eles geralmente são de fácil remoção ou reutilização. A temporariedade do espaço é determinada pela análise dos ritmos urbanos, visando a otimização e a convivência equilibrada dos diversos usos e interesses que se sobrepõem na cidade. Seu ritmo de ocorrência pode depender de fatores climáticos – calor ou frio – ou político-econômicos – dia útil/fim de semana. Algumas atividades sazonais podem ser utilizadas para a coleta de dados sobre a ocupação do espaço urbano, mas geralmente, elas só buscam compor o calendário da cidade. A sazonalidade de um espaço dá a ele uma atratividade pública adicional que o faz ser de grande interesse para associações de marcas. A diferença, neste caso, é que a ocupação publicitária do espaço urbano ocorre nos ritmos de um quadro normativo externo (leis e regulamentações urbanas, que permitem usos excepcionais em determinadas épocas do ano). Isso a difere das intervenções de marketing que são feitas fora do calendário usual de eventos da cidade.

Exemplos: mobiliários urbanos instalados durante o verão (principalmente em países de clima mais frio), como a expansão de áreas de mesas e cadeiras para bares e restaurantes (*terraces*, na França; *terrazas de veladores*, na Espanha), praias urbanas, cinemas de verão, piscinas temporárias, coberturas para alívio do sol e do calor; estruturas viárias que são fechadas para o trânsito de automóveis e abertas para a ocupação de pedestres e ciclistas nos finais de semana.⁸⁹

Escritórios e projetos:

Carlo Ratti (Itália): ativação de verão - Parello for Sammontana.

Atelier Bow-Wow (Japão): ativação de verão - Canal Swimmer's Club, White Limousine Yatai (programa da galeria NYK).

2012 Architecten (Holanda): transformação de uso no verão - DordtYart⁹⁰.

SO-IL (Estados Unidos): ativação de verão - Pole Dance (programa do MoMA PS1)

⁸⁸ "In our work we address space, the city and urban planning as a cultural project and as a process. We are drawn to difficult urban places. Places that have been worn down between different systems, time periods or planning ideologies and do not adapt. Places that have been abandoned, that remain but have a not inconsiderable relevance for the shape of the city. *These places are our experimental fields. They offer unused potential that we try to activate.* This opens up new perspectives for *alternative usage patterns*, a shared culture, urban diversity and difference. [...] We transform urban spaces into something completely different, far removed from all expectations and visions. We move programmatic narratives into empty urban spaces, install *new* atmospheres and create a sense of *new* potential and freedom. Through the involvement of local actors in collaboration with professionals from all creative disciplines, *new* fields of action are discovered, tested and projected into the future. (raumlaborberlin, grifo nosso)

⁸⁹ As feiras livres e mercados de rua não foram incluídas nestes exemplos porque não se encontrou nenhum caso em que houve o envolvimento de projetos urbanos ou arquitetônicos para o estímulo destas práticas, de forma sazonal.

⁹⁰ No verão o espaço do Dordt Yard é aberto ao público.

Prefeitura Municipal de São Paulo: transformação de uso nos fins de semana - Ruas Abertas, Parque Minhocão.

New York City - Department of Transportation: transformação de uso nos fins de semana ou dias específicos - Open Streets Program.⁹¹

- **CATALISADOR URBANO:** Quando a intervenção urbana é feita com o objetivo de acelerar um processo de transformação em curso. Esta estratégia torna mais palpável o futuro projetado para o espaço, acelerando a mudança da percepção pública e econômica sobre uma área, atraindo investimentos. Sua temporariedade é definida pelos prazos de início das obras de longo prazo⁹², operando dentro do discurso da provisoriedade. Geralmente, a intervenção temporária prefigura a imagem final do projeto permanente a ser implementado, mas é feita com materiais mais baratos, mais rápidos de serem encontrados e, muitas vezes, descartáveis.

Exemplos: espaços temporários de lazer e entretenimento dentro de áreas com projetos urbanos em curso (usos interinos⁹³ ou *meanwhile*); instalação de unidades temporárias de comércio e serviços durante o período ocioso de aprovação de um projeto permanente.

Escritórios e projetos:

Carlo Ratti (Itália): processos de transformação já em curso - Urban Vision for Manifesta 14 Prishtina

Atelier Bow-Wow (Japão): transformação da cidade em patrimônio mundial da Unesco - Osthang Project, Main Hall

SuperUse Studios / 2012 Architecten (Holanda): projetos de reurbanização e readequação do zoneamento - Pauze/Play, DordtYart, Het Splinterparadijs, Robodock Fenix, Robodock NDSM, Miele Ruimte Station - MRS, OpTrek - DaklichtErker; edifícios aguardando projeto de reforma com alteração de uso - Tijdelijk Museum Exhibition, Manifesta 9 - Facilities Design, Groene Stadsgevel.

Raumlabor (Alemanha): alteração de zoneamento, novos usos e ocupações - Kolorado-Neustadt, Tempelhof Airport, IBA Studio 2020; , demolição de edifícios - Hotel Neustadt, Espresso Bar, FassadenRepublik, Gasthof Bergkristall, Der Berg, Der Philosophenweg⁹⁴.

Prefeitura Municipal de São Paulo (Brasil): Centro Aberto, Parque Minhocão.

⁹¹ Ver: <https://www.nyc.gov/html/dot/html/pedestrians/openstreets.shtml>

⁹² Alguns usos podem pensar em longos prazos, mas não são catalisadores – porque não fazem parte de um discurso de *aceleração* de um projeto em curso. Ativações do raumlabor (e seus parceiros), por exemplo, costumam estar dentro destes casos. No entanto, para terem seus projetos aprovados, eles acabam entrando desta categoria.

⁹³ Parceiros do raumlabor, Peanutz Architekten são especialistas nestes tipos de ocupação. "In between: A major focus of work is the reactivation of spaces through temporary use. Semantically used places are filled with new content. Often, access to urban wastelands or empty buildings is only made possible or legalized by temporary use. Legibility has also been lost in some areas and rooms, where spatial potentials are waiting to be brought back to life through temporary use." (Peanutz Architekten). Ver: <https://peanutz.at/en/info/>

⁹⁴ Os projetos no Palast der Republik só foram aprovados porque a prefeitura entendeu que eles seriam um motivador para a transformação da área em distrito cultural.

- **CONTEXTO EMERGENCIAL:** Espacialidades pensadas para atender a demandas imediatas, decorrentes de crises sanitárias, ambientais, econômicas⁹⁵ ou humanitárias. Seus objetos tendem a ser mais baratos e de construção rápida. A “imprevisibilidade” dos fenômenos causadores de tais crises⁹⁶ normalmente justifica a criação de territórios excepcionais, que operam com normativas jurídicas e/ou sociais diferenciadas do resto do tecido urbano. Estas situações podem, inclusive, ser utilizadas para testes políticos e sociais. Tais situações, apesar de operarem dentro de um discurso da provisoriedade, podem acabar se tornando permanentes, ou serem percebidas como tal, tornando parte do processo de reprodução do espaço urbano.

Exemplos: abrigos emergenciais; hospitais de campanha; instalações militares; qualquer outro espaço que seja construído para solucionar um problema considerado como emergencial pelo Estado (desde habitação social até espaços de consumo nas ruas).

Escritórios e projetos:

Carlo Ratti (Itália): crise sanitária - CURA.

Atelier Bow-Wow (Japão): crise ambiental - Jumbo Origamic Arch.

Metro Arquitetos (Brasil): crise econômica - Ocupa Rua.

SO-IL: crise econômica/sanitária - Jackson Heights Street Seats

- **DESIGN CIRCULAR / DESMONTABILIDADE:** Quando o objeto construído é pensado para ser desmontado ou demolido (fim de sua existência) porque acredita-se na condição de sua impermanência (fim do seu ciclo de vida) ou na sua incapacidade de fugir das forças transformativas do espaço urbano. A condição “impermanente” do objeto pode resultar de demandas externas (normativas, orçamento, interesses políticos, fluxos econômicos, etc.) e internas (posicionamentos mais alinhados à ecologia e à sustentabilidade). Seus exemplos costumam questionar as formas hegemônicas de reprodução do capital do ponto de vista material (desperdício de materiais, gasto energético), mas não social (fim ou incapacidade do edifício de possibilitar territórios de identificação). Por vezes, a ausência de posicionamento crítico sobre como o espaço é praticado e um conformismo com os “problemas da contemporaneidade” pode cooperar com o fortalecimento da ordem hegemônica, ao dar a ela instrumentos de redução de seus impactos sociais negativos. Inclusive, o emprego de materiais reutilizáveis já é uma estratégia comum em projetos de interiores de prédios corporativos (que tem um fluxo de ocupação mais acelerado). Por não servir de alternância ao “planejo urbano”, mas ao “projeto arquitetônico”, pode ser empregada em conjunto com as outras categorias.

Exemplos: espaços pensados para serem desmontados ou transferidos, independentemente de um planejamento prévio de quanto tempo eles ficarão em

⁹⁵ Os países europeus são mais representativos deste grupo: “Due to the financial crisis and the crisis in real estate and housing, temporary use has become increasingly important as a driver for the transformation and redevelopment of areas. There is little money left to get projects off the ground. Temporary use, requiring relatively low investments, can help bridge the crisis period.” (Carolien Schippers, diretora da Companhia de Desenvolvimento Imobiliário do Governo Holandês - RVOB, entrevista dada a Jane Bierman, em 2012).

⁹⁶ *Imprevisibilidade* está entre aspas porque uma situação emergencial também pode ser resultante de um processo mais longo de má administração pública.

cada lugar ou de quando eles serão demolidos (o espaço pode ser pensado para ser desmontado depois de 5 ou 50 anos); espaços que empregam, desde a fase projetual, o uso de materiais que possam ser absorvidos pela cadeia industrial ou ciclo da natureza (reciclagem, reuso, biodecomposição, etc.); espaços que se utilizam de elementos de “construção seca”. Esta racionalidade projetual pode ser empregada em qualquer forma e uso (desde pavilhões para exposições mundiais até pequenas intervenções artísticas).

Escritórios e projetos:

Carlo Ratti Associati (Itália): Urban Vision for Manifesta 14 Prishtina, Feeling the Energy, Italian Pavilion at Expo Dubai 2020, Braiding the Future, The Circular Garden, Earth Screening

H Arquitectes (Espanha): 57 Habitatges Universitaris 912

SO-IL (Estados Unidos)⁹⁷: Pole Dance, Breathe – MINI Living

Atelier Bow-Wow (Japão): LOVE LOVE LOVE LOVE Exhibition (Pre-event), Model Home 2013, Small Case Study House

SuperUse Studios⁹⁸ / 2012 Architecten⁹⁹: KEVN - Expo, Food, Drinks, ReStructure, Recycloop

A identificação destas categorias discursivas são importantes para analisarmos o posicionamento da produção dos grupos recortados para análise em relação às discussões sobre o espaço urbano que são feitas de maneira mais ampla, como: transformações de áreas consideradas abandonadas ou em processo de esvaziamento; eventos internacionais de uma lógica do capital global e da criação de experiências que resulta no aumento da produção de lixo e materiais de descarte; processos de retomada e reapropriação do espaço público em sua função coletiva; respostas dadas a situações emergenciais dentro do âmbito público e privado. A identificação dos projetos e escritórios em categorias discursivas facilita a identificação de qual campo de discussão a intervenção urbana está inserida, servindo também de indicativo para outras investigações que não abordam a questão da temporariedade como ponto principal.

Como é possível observar, a maior parte dos grupos e profissionais não se resume a um único tipo de lógica produtiva. Eles costumam migrar o seu conhecimento técnico para distintas áreas, muitas vezes resultado de experiências (positivas e negativas) passadas com casos específicos. Esse fator é importante para entendermos a produção desta espacialidade enquanto todo e enquanto partes.

⁹⁷ “Today we continue to work on temporary structures, which we think are very important. We try to make them in ways that we anticipate their future use because the problem with many of these temporary installations is that they end up in the trash when a lot of them should be recycled. However, temporary structures allow us to explore ideas we bring into the permanent work.” (SO-IL, entrevista ao Archdaily, julho de 2022). Ver: <https://www.archdaily.com/984941/the-idea-of-elasticity-and-the-pliability-of-the-architectural-grid-is-a-fundamental-aspect-of-our-thinking-florian-idenburg-on-their-work-with-so-il>

⁹⁸ “A design is not considered as the beginning of a linear, but circular process: A phase in a continuous cycle of creation and recreation, use and reuse.” (SuperUse Studios, site do escritório) e “Building intelligently is a combination of technological development, integration of functions, ethics and a radically new approach to design. [...] Incorporate the dismantling of a building or product into the design. Many people are of the opinion that building intelligently will become the revolution of the 21st century.” (SuperUse Studios, texto sobre a exposição “ReStructure” organizada pelo escritório em 2007)

⁹⁹ “We make sure that our designs can be dismantled. That has not much to do with reversibility, although it seems like it. Rather, it stems from our own experiences with dismantling materials. Aesthetically it does not have to be detachable, technically it does.” (2012 Architecten, entrevista dada a Frank Foole em 2012)

1.2.3 Evolução histórica

Os escritórios selecionados como recorte para análise da evolução da produção de espacialidades temporárias baseou-se em grupos que tinham um histórico de presença de exemplos temporários na sua produção, que defendiam discursavam especificamente sobre a temporariedade na arquitetura ou no urbanismo ou porque foram objeto de análise dos estudos de caso apresentados nos capítulos seguintes. Eles incorporam distintos perfis de relação com a temporariedade e de relação com as categorias discursivas apontadas no tópico anterior.



Gráfico 1 - Relação quantitativa entre projetos temporários e permanentes por grupo analisado. Fonte: produção própria.

SO-IL (Estados Unidos), SuperUse Studios (Holanda) e Jan Kattein (Inglaterra) são escritórios que costumam se posicionar de forma contundente em relação à temporariedade de suas obras, mas apesar desta presença, não tem grande disparidade em relação aos projetos permanentes que realizaram desde sua fundação (alguns, inclusive, fizeram mais projetos permanentes do que temporários). Isso contrasta bastante com outros grupos, como raumlaborberlin (Alemanha) e Basurama (Espanha e Brasil), que costumam atuar dentro dos fluxos de produção artística e cultural que captam arquitetos para a realização de ações de curta duração.

Já o coletivo Recetas Urbanas (Espanha), por exemplo, teve grande participação na instituição de leis para usos temporários, por meio de seu líder Santiago Cirugeda, sem necessariamente optar por atuar dentro deste nicho de mercado. Pelo contrário, apesar de algumas de suas propostas serem temporárias, previa-se a absorção social de seus projetos para que se tornassem alternativas permanentes. Outro escritório que teve importância em escala local, mesmo sem um histórico de atuação neste nicho produtivo foi o Metro Arquitectos, que dialogou diretamente com a prefeitura para criar uma política de ocupação temporária de vagas de carro em São Paulo para o consumo – consideravelmente distinta da proposta de Cirugeda, vale ressaltar –, mas que costuma fazer projetos voltados ao mercado comum – edifícios institucionais ou residências.

Carlo Ratti, por ser um escritório consideravelmente experimental no ramo da tecnologia, costuma ter uma participação mais alta com projetos temporários dando suporte à feiras de inovação e projetos para eventos globais. Ele representa os grupos que fazem

parte de um nicho de mercado e produção que é constante (das feiras de design e arquitetura), mas que sofreu pequenos impactos durante a pandemia.

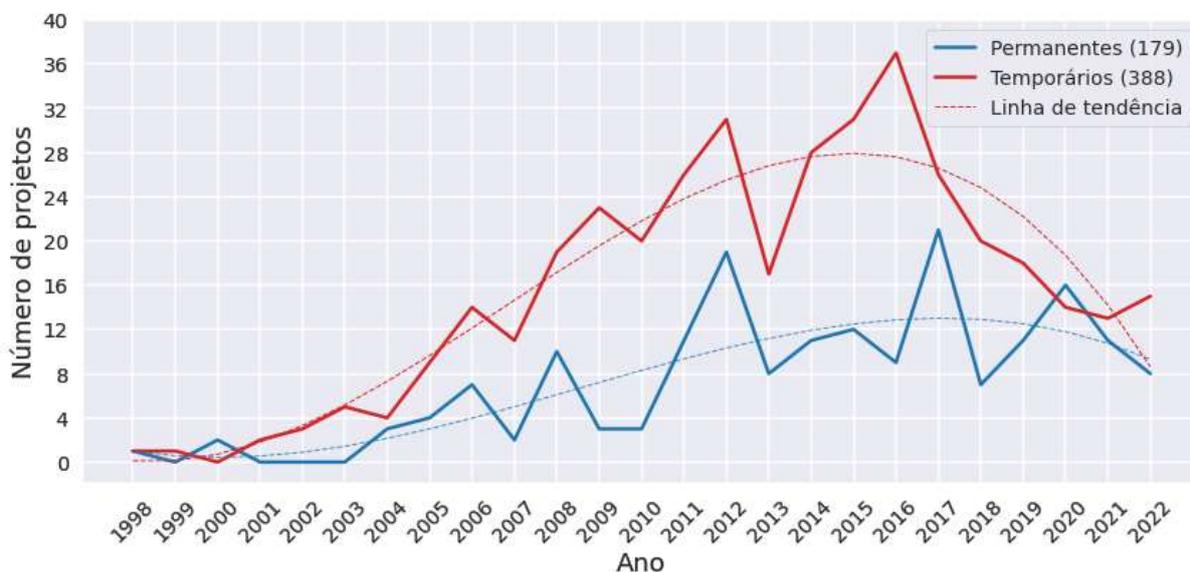


Gráfico 2 - Histórico total de projetos temporários dos grupos analisados: SO-IL, Basurama, Jan Kattein, Recetas Urbanas, Metro Arquitetos, Carlo Ratti, raumlaborberlin e SuperUse Studios. (Fonte: produção própria)

Como pode ser observado, na carreira dos grupos selecionados, houve um crescimento quase contínuo de sua produção de espacialidades temporárias, que encontrou seu auge nos anos entre crises – pós-crise imobiliária e antes crise sanitária. O pico da produção se dá nos períodos de 2014-2016. O crescimento da produção de casos temporários vem acompanhado do crescimento de casos permanentes, até que, em 2020, essa produção se encontra (muitos projetos temporários foram cancelados nesta época, por causa da pandemia), voltando a subir nos anos seguintes. Nos últimos 5 anos, no entanto, podemos dizer que esta produção começou a entrar em declínio, voltando a acender (ainda de forma pequena) depois da pandemia.

Esses dados, no entanto, devem ser interpretados de forma mais específica. Isso porque dentro deles estão incluídos todos os tipos de espacialidades temporárias: desde ocupações para usos interinos, edifícios pensados para serem desmontados daqui a muitos anos, quanto ações artísticas mais efêmeras e exposições (que não possuem real oportunidade de se tornarem mais permanentes).

Ao cruzar-se os dados da evolução temporal dos projetos por escritório, com o discurso apresentados por eles (ver fichas do Apêndice A e a base de dados complementar¹⁰⁰), é possível observar movimentos mais específicos que são condizentes com o contexto local de discussão e produção dessas espacialidades e com os processos de produção do espaço urbano ao qual eles estão diretamente relacionados. Isso deve ser atentado porque alguns grupos costumam trabalhar com clientes específicos: corporações

¹⁰⁰ Disponível em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ugf4rqyvua7RoPiXxABP8ZTFmLKkuoaC6l-0rNG8yqo/edit#gid=543148669>

internacionais (Carlo Ratti, SO-IL), municipalidades e entidades distritais (Metro Arquitetos, Jan Kattein), fundações culturais ou associações sociais que atuam em âmbito local ou regional (Basurama, Recetas Urbanas, Raumlabor, Super Use). Logo, para os grupos que trabalham com clientes mais atrelados à sua realidade de vivência, políticas públicas podem vir a influenciar diretamente no ritmo de suas produções (como é o caso do Super Use que acabou aumentando sua atuação devido às políticas holandesas de contenção da crise e vacância urbana); para grupos com clientes internacionais (Carlo Ratti) e que realizam espaços, principalmente, para feiras de design e exposições, não observamos a mesma queda (ver gráficos 3 e 4).

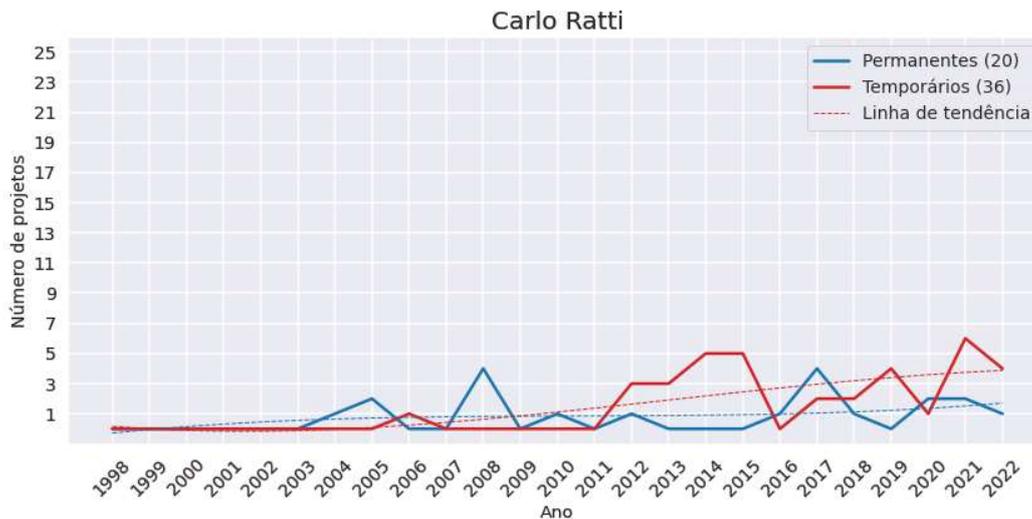


Gráfico 3 - Histórico de projetos feito pelo escritório Carlo Ratti Associati, cujos clientes são, principalmente feiras e eventos internacionais. Fonte: produção própria.

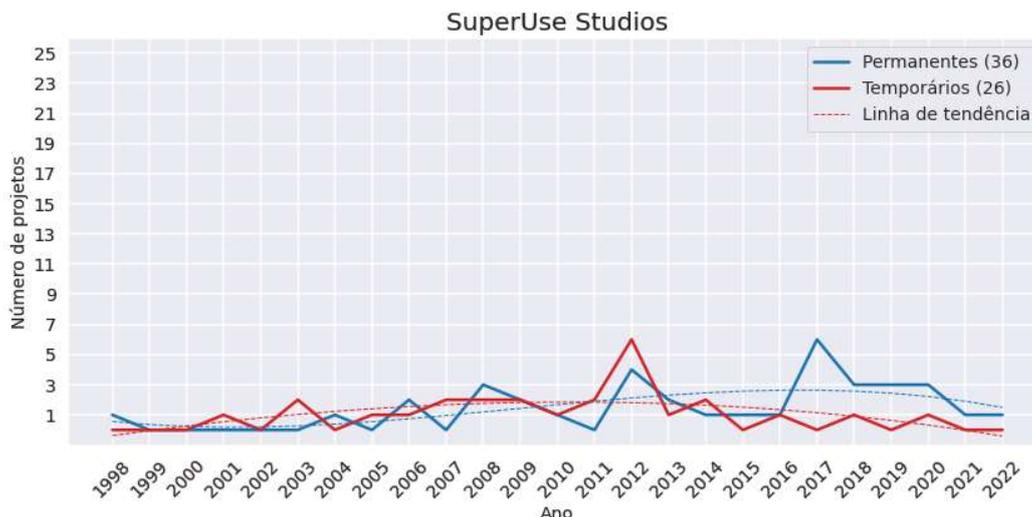


Gráfico 4 - Histórico de projetos feito pelo escritório SuperUse Studios (antigo 2012 Architecten), que possui um pico de produção de espaços temporários alguns anos após a crise imobiliária de 2008 e do Vacancy Act holandês (2010). Sua produção cai alguns anos depois em relação a este tipo de espacialidade. O escritório possui vários exemplos de intervenções e espaços realizados para ocupações de usos interinos na Holanda. Fonte: produção própria.

Com os dados específicos dos projetos, também é possível observar um reposicionamento dos grupos em relação às categorias discursivas e ao período histórico de ascensão/queda da sua produção de espacialidades temporárias. Por exemplo, o escritório de arquitetura Carlo Ratti ainda costuma fazer projetos para grandes eventos internacionais (Expos mundiais), mas mais recentemente foi convidado para participar da Manifesta, pela primeira vez empregando suas técnicas de desmontagem em ações de ativação espacial em espaços públicos. O SO-IL também tem um comportamento similar, pois iniciou sua carreira de projetos temporários com exposições e instalações para museus e galerias de arte e por último realizou um “parklet”¹⁰¹ emergencial temporário para um distrito local de Nova York durante a pandemia. Ambos detinham um conhecimento técnico sobre arquitetura temporária que recentemente foi aplicado em outras frentes de trabalho, ainda que estas não sejam seu campo principal de atuação.

Ao analisarmos o discurso dos arquitetos em relação a cada projeto/categoria discursiva¹⁰², é possível observar que esse comportamento é indicativo de uma certa inadequação à lógica hegemônica transformativa aos quais os eventos que costumam os patrocinar fazem parte, mostrando que o arquiteto busca se adaptar de acordo com as dificuldades e inadequações encontradas na realidade empírica de seus projetos. A maioria deles, ao longo do tempo, busca fortalecer um discurso de projetos de design circular, com novos materiais e propostas mais facilmente recicláveis. Os que já demonstravam desde o início uma atenção especial à “reciclabilidade” ou “reuso” acabam buscando reforçar, ao longo de sua história, os destinos finais dos materiais empregados ou objetos construídos. Ainda assim, em todos os casos analisados, a grande maioria dos projetos não especifica o que aconteceu com o objeto (ou seus materiais) depois do término do evento (como foi apresentado no tópico anterior), colocando esta questão como uma *possibilidade* de realização.

O Raumlabor (como veremos no capítulo 4) também possui um grande histórico (razoavelmente misto) de produção de intervenções urbanas. Gradualmente seus projetos foram migrando de ações artísticas performáticas (que discutiam o espaço urbano, mas dentro desta estratégia de ação), para projetos de ocupação temporária interina (de maior prazo de duração) e depois pioneira (em que o uso interino deve ser incluído na proposta permanente de transformação). Esse movimento – em direção a uma produção mais “duradoura” – representa uma tendência para alguns grupos que trabalharam *ativamente* em propostas anti-cíclicas e que acabaram sendo expulsos quando os contratos temporários acabaram. No Gráfico 5, podemos observar, também, que há uma queda no número de projetos temporários realizados pelo grupo nos últimos anos.

¹⁰¹ O nome está entre aspas porque em Nova York este tipo de espaço é chamado de Street Seats – uma área de descanso temporariamente instalada no lugar de uma vaga de automóvel. No Brasil este modelo é chamado de Parklet.

¹⁰² Ver Apêndice A (fichas) e tabela complementar para ter um entendimento mais profundo desta análise.
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ugf4rqyvua7RoPiXxABP8ZTFmLKkuoaC6l-OrNG8yqo/edit#gid=543148669>

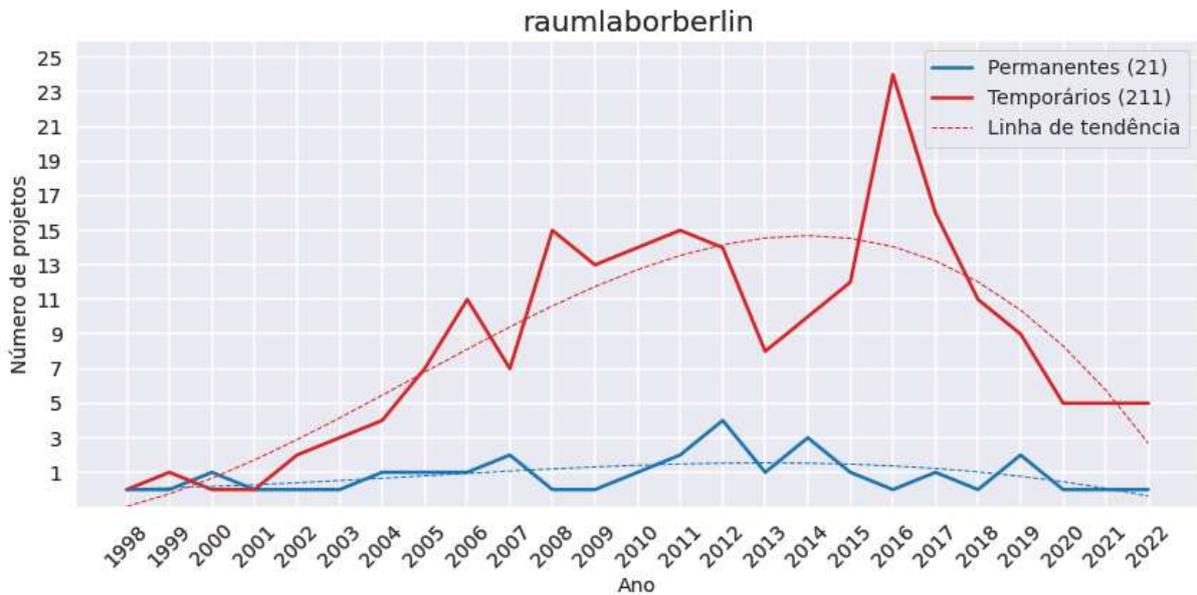


Gráfico 5 - Histórico de projetos feito pelo escritório *raumlaborberlin*. Fonte: produção própria.

Outro aspecto que foi analisado no histórico dos escritórios foi sua relação com os momentos de crise aguda mais recentes que foram mencionados de forma frequente nas entrevistas realizadas (com Raumlabor e Peter Bishop, por exemplo) e que são discussões recorrentes nas matérias de jornais e revistas quando se trata o tema da temporariedade.

Apesar da crise imobiliária de 2008 ter demonstrado um pequeno crescimento em projetos temporários para escritórios como o SuperUse, devido às políticas locais anticíclicas da Holanda, a maior parte dos grupos não foi diretamente impactada em suas produções nos períodos críticos, nem positiva nem negativamente. Mesmo em escritórios que citam diretamente a crise como uma realidade profissional que afetou a produção de arquitetura e urbanismo (como SO-IL), não houve um pico, crescimento ou queda na produção de objetos temporários.

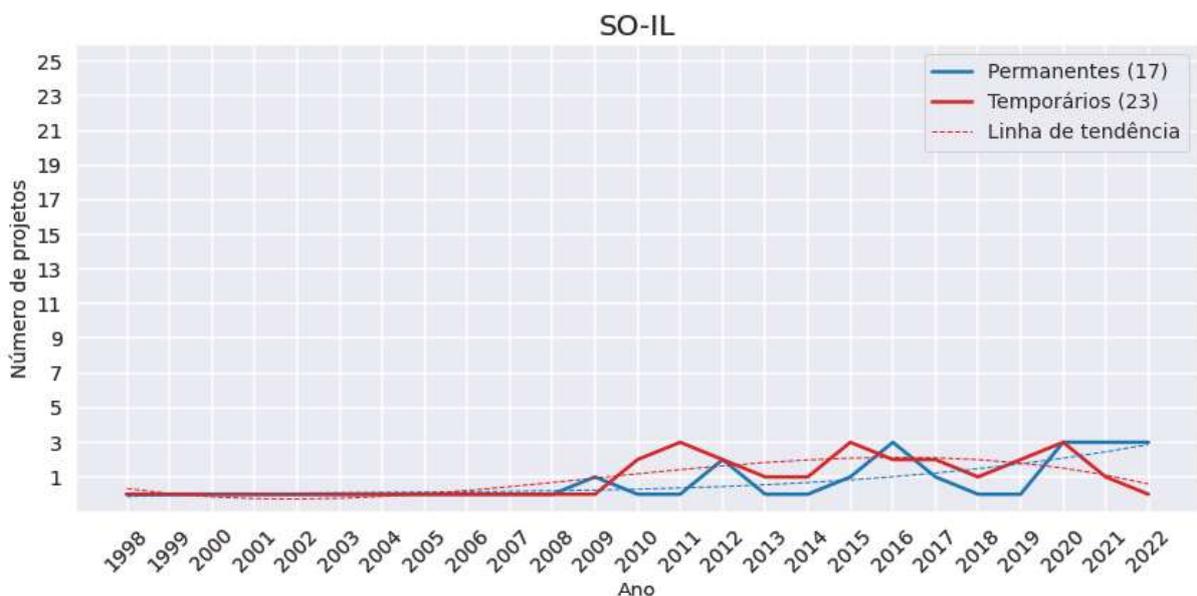


Gráfico 6 - Histórico de projetos feito pelo escritório SO-IL, que iniciou suas atividades no pós-crise imobiliária. Observa-se que o número de projetos temporários e permanentes mantêm-se estáveis ao longo dos anos seguintes, não demonstrando nenhum pico durante os anos de austeridade, nem durante a pandemia. Fonte: produção própria.

O cruzamento destes dados quantitativos com as informações colhidas nos dados qualitativos das entrevistas mostram aspectos contraditórios entre discurso e produção. Enquanto as mídias e a percepção dos profissionais era de uma correlação entre a temporariedade e a crise, os dados mostram que para quem já trabalhava dentro deste campo não houve mudanças na oferta de trabalhos para este tipo específico de produção espacial.

Acredita-se que esta percepção está relacionada às informações que costumam ser dadas durante estes períodos e à atratividade que a temporariedade tem para contextos temporais instáveis, ainda que tais discussões sobre o uso da temporariedade não afetem de maneira significativa a produção de espaços temporários como um todo. Esse fator é evidente, também, porque a maior parte da produção de espaços temporários está relacionada a eventos e uma programação cultural.

Outro ponto importante poderia ser a percepção da produção dos seus colegas (e não própria), que está mais focada em projetos permanentes convencionais (de grandes orçamentos e longo tempo para finalização). A queda na produção de arquitetura permanente (financiamento de concursos e projetos públicos e privados, por exemplo) faz com que a quantidade de projetos de arquitetura temporária seja proporcionalmente maior do que períodos não críticos (do ponto de vista da produção espacial), dando a impressão de que o número de projetos de espaços temporários tenha “crescido”, quando, na verdade, eles se mantiveram os mesmos.

Peter Bishop ainda cita em sua entrevista que um fator importante para esta percepção é que o *início* da carreira de muitos arquitetos (uma geração) se deu neste contexto crítico, o que os levaria a ter de trabalhar dentro de orçamento mais reduzidos, comumente atrelados a projetos temporários (versão reforçada pela mídia arquitetônica). Mais uma vez, esta percepção se mostra um pouco conflitante com os dados obtidos, pois o SO-IL é um exemplo em que a produção temporária e permanente segue estável durante seu histórico, mesmo que tenham sido fundados logo após a crise imobiliária. Outros escritórios mais jovens, como o Jan Kattein também têm uma trajetória parecida.

Veremos que no capítulo sobre os espaços interinos de Berlim e espaços *meanwhile* de Londres o discurso da crise também foi reforçado para justificar a ocupação *temporária* de espaços vazios das cidades, ainda que estes estivessem vazios muito antes da crise imobiliária ter despontado no cenário global. Os dados deste capítulo apontam que para qualquer discussão sobre a produção espacial é necessária uma contextualização dos perfis de produção e locais de atuação de cada grupo, ainda que tendências possam ser apontadas. Para tanto, os próximos capítulos buscam trazer estratégias de ação relacionadas à temporariedade que são comuns a diferentes contextos, ainda que possuam suas especificidades locais.

CAPÍTULO 2

Dominando o tempo

Um tipo de intervenção urbana temporária se expandiu consideravelmente nos últimos anos na cidade de São Paulo – os eventos publicitários que ocorrem em espaços públicos. Apesar de esta espacialidade não ser alvo de grandes discussões teóricas por parte da crítica urbanística sobre “usos temporários do espaço”, ela ganha cada vez mais presença nas mídias arquitetônicas e redes sociais de pessoas em busca por novas experiências de consumo.

Este fenômeno de expansão dos territórios publicitários em espaços de domínio público são reflexos da reestruturação das relações de produção-consumo que acontecem em âmbito global, mas que só é bem-sucedida (e rentável) quando encontra condições favoráveis – sociais, econômicas e políticas – para a sua concretização. Nestes casos, órgãos públicos que corroboram e cooperam com a disseminação dos espaços de consumo e das marcas são determinantes para a dissolução de barreiras legais e institucionais, permitindo que as cidades e suas imagens possam ser exploradas comercialmente e de maneira privada.

Desde 2018 São Paulo vem colocando em prática seu Plano Municipal de Desestatização, cujo um dos objetivos é desonerar a administração pública de gastos de manutenção com espaços livres de propriedade do Município de São Paulo, transferindo-os à iniciativa privada. Este projeto, no entanto, não se resume somente em uma economia dos cofres públicos, mas a um conjunto de medidas que enquadram o município dentro de modelos de desenvolvimento urbano estratégico globais, no qual o espaço urbano é tratado como mercadoria e sua gestão deve ser otimizada dentro de uma lógica empresarial (HARVEY, 1996; CARLOS, 2001; VAINER, 2007).

“Como assegurar que a cidade-empresa, planejada e gerida estrategicamente como uma empresa, alcance a eficácia, isto é, a produtividade e a competitividade que se esperam de uma empresa?” Esta pergunta, feita por Vainer (2007) busca refletir a reestruturação política e administrativa que os modelos de cidades globais vêm tentando impor aos municípios, mas pode ser estendida para o caso analisado neste capítulo. Se a administração municipal não é transferida de forma completa aos interesses privados (ainda que saibamos que eles são atendidos pelas personalidades políticas do poder), ela pode ser concedida em partes – de tempo e de espaço. O exemplo da concessão por 25 anos do Parque do Ibirapuera, trazido neste capítulo, busca exemplificar como duas lógicas hegemônicas capitalistas – a da aceleração do consumo e a do empresariamento da cidade – se interrelacionam, expandindo territórios da “privatização” em caráter “temporário”, tanto em ciclos mais longos, quanto mais curtos, de concessão. A transferência da gestão de um dos espaços com maior poder de exploração simbólica da cidade resultou em uma transformação considerável das práticas e formas de apropriação em direção à hegemonia do consumo.

2.1 A cidade-mercadoria e a gestão do tempo urbano

A cidade deve ser entendida como o corpo urbano no qual se concentram as atividades econômicas, políticas, sociais e culturais sem necessidade de delimitação territorial ou relação direta com órgãos institucionais de poder. É o local onde a vida urbana

acontece e é reproduzida, resultado do jogo de forças sociais, de interesses conflitantes e não-consensuais. Ela é produto da interferência do homem em seu meio: palco para manifestações, formas de apropriação, processos de significação, objeto de leitura histórica e de construção identitária. Nela se materializam os jogos de forças e interesses dissonantes, definindo grupos de assimilação e diferenciação, graus de acesso e bloqueio, processos de crescimento e desaparecimento, sistemas e lógicas de produção e destruição.

No modelo econômico capitalista, o espaço é um elemento que possibilita a acumulação de capital, por meio da criação e do controle de territórios (propriedade privada) e do estabelecimento de um sistema político e regulatório que dê suporte à sua manutenção e expansão. A cidade – espaço onde acontece a vida em sociedade – é alvo deste sistema, sendo fabricada e manipulada como meio para sua reprodução. A “cidade-mercadoria” é a representação da hegemonia do sistema capitalista na produção do espaço, que busca neutralizar outras forças de apropriação espacial contrárias à sua expansão e otimizá-lo para maior extração de renda. A manutenção de sua hegemonia só é possível com o estabelecimento de alianças políticas, sociais e culturais que operam de forma conjunta para que o sistema continue operando de forma equilibrada – ainda que este equilíbrio seja causador de inúmeras desigualdades entre os sujeitos deste sistema.

Santos (1998) e Carlos (2001) apontam que o tempo hegemônico reconhece o espaço pelo seu valor de troca e não pelo seu valor de uso (ainda que o uso precise ser determinado para que a troca seja legitimada), no qual impera a lógica da reprodução do capital, que necessita do constante processo de destruição e construção para continuar se expandindo. Essa hegemonia capitalista se fortaleceu com o processo de neoliberalização, no qual é formada uma aliança entre Estado e mercado para a manutenção do sistema econômico, levando muitas gestões municipais a tomarem decisões que ampliam a exploração da cidade como mercadoria.

Segundo Vainer (2001) modelos como o do Planejamento Urbano Estratégico buscam trazer ao poder público ideais de otimização da gestão do espaço (e tempo) urbano de acordo com lógicas empresariais¹⁰³. A cidade torna-se mercadoria¹⁰⁴ a partir do momento em que as administrações municipais são entendidas como “empresas” que competem em nível internacional por investimentos financeiros privados e que buscam moldar seu produto ofertado – o espaço urbano – aos fluxos e interesses desse mercado global.

No entanto, nem todas as transações político-econômicas seguem uma lógica de competitividade global. Muitos arranjos legais que determinam a produção das cidades (como planos diretores, decretos legislativos, etc.) são estabelecidos para atender a interesses econômicos de grupos locais e que têm poder de interferência direta de personagens e grupos políticos que gerem a máquina pública. A cidade-mercadoria pode ser moldada para atender a uma demanda econômica já existente, mas que ainda não encontrou um contexto propício para seu florescimento. Isso acontece porque o processo de neoliberalização (que é global e totalizante) esbarra com as condições sociais locais complexas, representadas pela opinião pública, visões ideológicas, aspectos religiosos, heranças culturais, grupos de poder, manifestações políticas, etc., resultando em realidades

¹⁰³ A “perda de tempo” – do tempo associado ao lucro: “tempo é dinheiro” – deve ser erradicada para que se ampliem as possibilidades de extração de renda no espaço das cidades. Este pensamento “rentista” está presente na racionalidade dominante (principalmente dentro do campo de atuação da Arquitetura e do Urbanismo) que vê (e cria) locais subutilizados e desocupados como um “objeto a ser resolvido”, devendo ser ativados para que se tenha um retorno social ou financeiro sobre ele.

¹⁰⁴ Vainer ainda aponta que a cidade não é só uma mercadoria para as gestões, mas uma mercadoria de *luxo*, porque os espaços que recebem sua intervenção direta e específica para este capital internacional tendem ser os mais exclusivos dentro do território que a elas compete.

político-econômicas específicas dentro do contexto global (neoliberalismo realmente existente - BRENNER & THEODORE, 2017; VAINER, 2007).

A Prefeitura Municipal de São Paulo, em visões alinhadas com o Governo do Estado de São Paulo¹⁰⁵ (ambos sob gestão do PSDB), vem transferindo suas responsabilidades estatais sobre o tema do “espaço público” para a iniciativa privada – em alinhamento com políticas neoliberais. Com o Plano Municipal de Desestatização que começou a ser implementado em 2018 e que inclui a concessão à iniciativa privada de parques, praças (também estimuladas pelo programa Adote Uma Praça) e baixios de viadutos, vimos uma grande quantidade de espaços públicos da capital sendo concedidos para a exploração comercial¹⁰⁶.

O primeiro pacote de concessões continha os parques do Ibirapuera – o mais visitado da América Latina –, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade. O intuito da concessão conjunta era que a empresa beneficiária do contrato tivesse a responsabilidade de fornecer melhorias para regiões heterogêneas e mais desfavorecidas do município¹⁰⁷ – no linguajar econômico: não-rentáveis –, redistribuindo o “rendimento” obtido no parque central para áreas onde há maior carência de espaços públicos¹⁰⁸. Os parques adicionados no pacote não chegam a 10% da área do Ibirapuera (cerca de 1,4 milhões m²), mas seriam a “contrapartida” social obtida pelo direito de exploração comercial da “galinha dos ovos de ouro” dos parques municipais. A Urbia¹⁰⁹ venceu a concorrência no final de 2019 e começou suas operações no final de 2020 – no processo de reabertura de espaços públicos após a primeira onda de COVID-19. O contrato de concessão tem validade de 35 anos e, segundo o presidente da Urbia¹¹⁰, a previsão de investimento do parque é de cerca de R\$ 200 milhões, dos quais três quartos seriam aplicados nos primeiros 5 anos da concessão – os 30 anos seguintes seriam a fatia rentável para a empresa¹¹¹.

Vainer (2001) aponta como os profissionais que defendem estratégias de gestão urbana empresariais buscam que as parcerias público-privadas superem os ciclos político-eleitorais – que costumam ser de 4 anos – ou que a gestão da municipalidade não seja estabelecida com a participação popular (cargos indicados e sem prazo de validade), já que este fator gera incerteza no mercado pela possibilidade constante de alternância de

¹⁰⁵ Em uma fala do então governador João Dória, realizada em 2020 – durante a primeira onda de COVID-19 –, o Estado deveria concentrar seus gastos naquilo que importa: “saúde, educação e segurança”. A manutenção de parques e áreas públicas deveria, na medida do possível, ser transferida para a iniciativa privada, que já vinha buscando frentes de diálogo para tornar suas parcerias mais rentáveis e “benéficas” à população.

¹⁰⁶ Observação: o tipo de parceria público-privada aqui não é somente a transferência da manutenção ou da autorização de uso do espaço por grupos culturais, sociais, associações de bairro, etc., – a PPP realizada nestes casos visam – de forma literal – expandir os territórios de exploração *comercial*, ou seja, que possibilitem o lucro financeiro do parceiro privado. É necessário frisar este ponto para que se diferencie este objetivo de outros tipos de parcerias público-privadas com entidades sem fins lucrativos – ONGs e entidades comunitárias.

¹⁰⁷ A maior parte delas está localizada em áreas que possuem IDH menor que a média do município.

¹⁰⁸ Em entrevista dada à Folha em 2021, o presidente da Urbia chama o Ibirapuera de “Robin Hood dos parques”. Ver:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/ha-preconceito-com-a-administracao-privada-diz-gestor-do-ibirapuera.shtml>

¹⁰⁹ A Urbia é presidida por Roberto Ribeiro Capobianco, dono da empreiteira Construcap.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Segundo o presidente da Urbia, durante o primeiro ano de concessão 85% da receita arrecadada no parque do Ibirapuera foi destinada para suas próprias melhorias, e os 15% restantes para a manutenção das demais áreas (informações de 2021). A arrecadação do Ibirapuera é extraída de eventos no espaço do parque e seus equipamentos culturais (conjunto arquitetônico assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e tombado pelo IPHAN), parcerias publicitárias, comércio de bebidas, alimentos e souvenirs, estacionamento e aluguel de bicicletas. Os ganhos (ou perdas) políticos e financeiros do impacto do estabelecimento deste domínio no Ibirapuera em relação à Construcap – empreiteira presidida também por Roberto Capobianco – não foram citados.

cargos políticos e forças dominantes. A concessão de um espaço por um ciclo que supera em 5 vezes o domínio (e direito) político da gestão democrática brasileira já é sintomática da força que o mercado tem na imposição de seu “tempo hegemônico” – que planeja sua lucratividade durante um terço da vida humana dos frequentadores desses espaços públicos.

Neste contrato empresarial – entre empresas privadas com fins lucrativos e a empresa pública chamada município – o Estado também realiza concessões que favorecem a lógica de acumulação e, assim, dão mais garantia e agilidade à obtenção dos lucros previstos. No caso do Ibirapuera, o poder público autorizou a flexibilização das leis de proteção da paisagem urbana que são aplicadas no restante do município e que limitam a exposição publicitária nos espaços públicos. Esta ação foi decisiva no rompimento de uma barreira de exploração comercial que historicamente tem sido um dos principais conflitos no estabelecimento de parcerias entre empresas privadas e o poder público – a Lei Cidade Limpa –, porque a concessão não só possibilitou a exploração de um território antes vetado, como também estabeleceu limites *excepcionais* e desiguais dentro do próprio município.

A união desta medida de flexibilização à demanda já latente das marcas por expandir seus territórios em espaços públicos (especialmente em São Paulo) fez com que a mudança de gestão do parque para a iniciativa privada se tornasse um marco histórico nas suas relações de uso e apropriação. Ninguém melhor do que uma empresa para gerir e otimizar o tempo urbano no que condiz ao seu potencial de extração de renda, e essa alteração se mostrou clara em 2020, quando o parque passou a ter uma agenda de eventos publicitários que extrapolam a área de seus equipamentos culturais. A lógica que explica essa expansão das marcas em escala global é tema do próximo tópico deste capítulo; após, será retomado o caso do Ibirapuera.

2.2 Hábitos de consumo e o consumo de experiências fugazes¹¹²

Como visto no Capítulo 1, transformações econômicas e tecnológicas das últimas décadas propiciaram maior flexibilidade territorial (de pessoas e capital) e resultaram em uma reestruturação das atividades funcionais da cidade. Para Harvey (2012 [1989]) e Muñoz (2008), a desindustrialização, a ampliação das tecnologias de transporte, informação e comunicação e o fortalecimento do setor terciário (comércio e serviços) marcaram a legitimação da cidade como o espaço do consumo, do lazer, da cultura e do turismo. Essas mudanças foram responsáveis por alterações estruturais na paisagem urbana, afetando diretamente as relações espaciais e temporais entre o sujeito e seu território.

A própria esfera do consumo também sofreu modificações, migrando de um modelo de massas e perfis homogêneos para um mais personalizado e fragmentado (tal como o território), baseado na descarte, no individualismo, na efemeridade (moda), no espetáculo e na inovação (HARVEY, 2012 [1989]). Segundo o Muñoz, “a nova economia produtiva do *just-in-time* se correspondia com um novo tipo de consumidor, muito mais influenciado pela moda, e que comprava produtos com um ciclo de vida muito mais curto.” (MUÑOZ, 2008, tradução nossa). A “moda”, segundo Lipovetsky (2009), se iniciou já no século XVIII¹¹³ como mecanismo das elites de manter suas estruturas hierárquicas de diferenciação com as classes mais baixas a partir da renovação constante de seus veículos simbólicos de status.

¹¹² Parte do conteúdo deste capítulo compõe um artigo publicado em 2018 no VI CINCCI, disponível em: https://67a534f2-2531-4e3e-b1f4-b364a3ca4b5d.filesusr.com/ugd/7fb24a_0cff92abecca44ff9426cfef4860029c.pdf - (DAITX, M. C. *Territórios comerciais temporários: como as lojas pop-up expandem os limites territoriais das marcas*, 2018)

¹¹³ Ou até mesmo antes, segundo o autor, em alguns comportamentos da Idade Média.

Com a ascensão da burguesia e a revolução industrial o consumo de bens descartáveis (ou acúmulo destes) se tornou parte integrante da definição da posição social do indivíduo, medida pelo seu poder econômico e sua capacidade de se dar ao luxo da compra e do *descarte* de bens. Entretanto, segundo o autor, a evolução em padrões de consumo de ciclos de vida mais curtos não foram resultados somente desse enfrentamento social, mas também da formação e consolidação de uma cultura “moderna”, baseada na diferenciação individual em relação a um conjunto coletivo, e na formação de *estilos de vida*. Assim, o gosto pelo “novo” e daquilo que é singular cresceu simultaneamente à cultura individualista, à rejeição da “ordem imóvel da tradição” (Idem, p.62) e do passado.

A “moda” se demonstrou ainda mais lucrativa quando passou a estar associada a hábitos de lazer, esporte, estilos musicais, etc. Foi esta “passagem do consumo de bens para o consumo de serviços” (HARVEY, 2012, p. 258) – não apenas essenciais (como educação, saúde, etc.), mas principalmente os de entretenimento (eventos, espetáculos, lazer, etc.) – que potencializou a capacidade da cidade de se tornar o território do consumo. O “tempo de vida” desses últimos itens é bem mais curto que o de bens duráveis, pois responde à insaciabilidade humana da busca por prazeres – um hábito de consumo hedonista –, tornando sua exploração lucrativa algo *ilimitado* (BAUMAN, 2010 [2008]). Uma “sociedade consumista” se daria, portanto, no movimento¹¹⁴.

Os espaços para as trocas comerciais também se reestruturaram neste período, especialmente depois da popularização da internet. A “loja de varejo” vem, a cada ano, diminuindo o volume de suas transações comerciais (SILVA, 2015), perdendo o papel que anteriormente tinham de armazenamento e venda de um produto. O local de efetivação do comércio passou a ser virtual e a “loja” se tornou um conjunto de atividades terceirizadas distribuídas globalmente, unidas em um território digital por um signo ou imagem de consumo – a *marca*¹¹⁵.

A marca (ou *brand*, em inglês) é parte integrante dos sistemas de propaganda e foi resultado do crescimento da produção em massa e da necessidade de identificação e distinção entre itens de qualidade similar, nos finais do século XIX (COURTOIS, 2010; KLEIN, 2003 [2000]). Com ela o produtor passou a criar um discurso sobre seu produto, assumindo uma identidade visual e simbólica (de valores) que uniria o consumidor direto a si – sem a necessidade de intermédio do vendedor. Em nosso contexto contemporâneo de oferta “infinita” de produtos, com ciclos altamente voláteis e efêmeros, o domínio destes signos e imagens se tornou um fator muito importante para a manutenção da dinâmica de crescimento capitalista das empresas. Não mais com o objetivo de identificar e informar sobre um produto, a publicidade busca, cada vez mais, manipular os gostos e desejos do consumidor, atrelando-os a *estilos de vida*.

No que se referem às resultantes espaciais destas transformações, primeiramente surgiram as “lojas de marca” (*flagship stores*), em que os produtos comercializados fazem

¹¹⁴ “La vida de consumo no consiste en adquirir y poseer. Ni siquiera consiste en librarse de lo adquirido anteayer y orgullosamente exhibido en un día después. Consiste, sobre todo, en estar en movimiento.” (BAUMAN, 2010, p. 212). Para Crary (2014): “A lógica do deslocamento (ou obsolescência) é conjugada a uma ampliação e diversificação dos processos e fluxos aos quais o indivíduo se vincula efetivamente. [...] O brevíssimo tempo de vida de determinado aparelho ou combinação de aparelhos envolve o prazer e o prestígio associados à sua posse, mas inclui simultaneamente, uma consciência de que o objeto à mão é maculado desde o início pela transitoriedade e pela decadência.” (CRARY, 2014. Trecho extraído da versão digital, parte do Capítulo II).

¹¹⁵ Em alguns casos, o investimento na construção da marca supera os investimentos na própria produção. Ver Harvey (2012) e Klein (2003). Exemplos destas empresas: Microsoft, Nike, Mc Donald's, Tommy Hilfiger, Apple, etc. Segundo Klein, essas empresas não mais fazem produtos e os distribuem, elas compram produtos e lhes dão sua marca.

parte de uma única linha criativa¹¹⁶. Para Klein (2003) elas são “publicidades tridimensionais”, não destinadas a um público consumidor de produtos (aquele que compara preços, qualidade, modelos, etc.), mas sim de conceitos ou experiências, cujo foco da relação de troca está no prazer do ato da compra, em detrimento do prazer advindo da funcionalidade do produto. Voltando-se para a criação de experiências sensoriais e estéticas que atraiam consumidores fiéis ou novos experimentadores, estes espaços buscam formar uma conexão emocional e psicológica com o consumidor.

A marca, hoje, é o principal item “vendido” pelas grandes corporações¹¹⁷ – com seu valor simbólico de associação cultural, econômica ou social: seus produtos reais – como tênis, roupas, acessórios, etc. – não passam de meros instrumentos concretizadores do ciclo “produção-consumo”. A liberdade que a marca deu ao sistema produtivo possibilitou, inclusive, a expansão de seus círculos de atuação para o mercado de “bens” imateriais (e de espaços) de consumo, como eventos culturais, musicais ou esportivos¹¹⁸ – nichos mais lucrativos devido ao seu impacto midiático. A cidade, portanto, evoluiu e transformou seus espaços construídos de acordo com estes novos sistemas produtivos, aparatos tecnológicos e hábitos de consumo.

Nos últimos anos, a queda de vendas em lojas físicas de marcas únicas ou multimarcas, o declínio do modelo shopping center (principalmente nos Estados Unidos e Europa) e a retomada das ruas comerciais e das feiras (ou a transformação destes shoppings em simulacros de “ruas” e “praças”) são reflexos de uma reestruturação nos hábitos de consumo e construção de identidades, essencialmente as identidades urbanas. Em São Paulo, por exemplo, no início dos anos 2010 foi possível observar grupos de jovens “retomando” os espaços coletivos da cidade, questionando aspectos do urbano, como a mobilidade e o transporte, os sistemas de espaços públicos, livres e verdes, a consciência de bairro, etc. Apesar de estes novos hábitos parecerem um caminho para construirmos e habitarmos cidades mais justas, eles não passaram despercebidos pelos caçadores de tendências, tornando-se, também, públicos-alvo da indústria cultural e suas campanhas publicitárias.

As transformações nas formas de apreensão e vivência espaço-temporal apresentadas no Capítulo 1 – em direção a experiências mais instantâneas, efêmeras, voláteis, dispersas – determinaram a construção de estilos de vida adaptados a este ritmo acelerado. Neste contexto cultural de imposição (e por vez, valorização) da velocidade, do descarte e da simultaneidade, os hábitos de consumo (do espaço, de bens, de informação, e até mesmo de relações) também foram alterados e a cidade-mercadoria passou a ser moldada a este perfil de público consumidor. Dentro do nicho de produção de espaços para transações comerciais (e de marca), é notável o crescimento na discussão, concepção e

¹¹⁶ Por exemplo, o grupo Nike é detentor das marcas Nike, Jordan e Converse (do famoso tênis All-Star), mas as lojas físicas costumam ser separadas para não confundir a identidade de um produto e de seu público consumidor, com outro. Cada uma das marcas tem uma experiência de consumo, que deve ser diferenciada para que (dentro do mesmo grupo empresarial) sejam atendidos diversos perfis de consumo e se proporcione experiências sensoriais diferentes de acordo com cada estilo. Se o consumidor *sente* como se os produtos fossem da mesma marca, ele pode vir a escolher somente um deles, ao invés de consumir um de cada.

¹¹⁷ Já existem índices econômicos específicos para medir o impacto de algumas marcas no mercado de capitais fictícios. Assim, os lucros da empresa-conglomerado são, de fato, medidos na produção, mas é seu poder de crescimento e gerência da marca que definirá sua competitividade dentro deste sistema especulativo como as ações da bolsa de valores, por exemplo. Esses índices, portanto, vão além dos resultados financeiros e econômicos da empresa, passando por avaliações de reconhecimento da marca entre consumidores, resiliência econômica, flexibilidade de aplicação de capitais, estratégias de *marketing*, etc.

¹¹⁸ Muitas marcas são concebedoras de eventos culturais e esportivos, mais do que simples patrocinadoras. No Brasil, podemos citar como exemplos o Tim Festival, Nivea Viva, Net Claro Festival, Red Bull Music Academy Festival, Festival Varilux de Cinema Francês.

confeção de “lojas pop-up”¹¹⁹, efêmeras ou móveis, que superam o antigo formato das feiras e stands promocionais. Cada vez mais estes espaços estão sendo pensados estrategicamente em relação a seu design, local de aplicação, tempo de duração e eventos associados. São espaços que buscam criar *acontecimentos* no cotidiano urbano, gerando surpresa tanto por sua diferenciação formal, quanto pela aparente imprevisibilidade de sua instalação no local escolhido. Não obstante, são temas recorrentes de publicações em sites de lazer e entretenimento urbanos.

Não é difícil fazer uma associação entre este tipo de intervenção espacial com outros *happenings* “artísticos” que acontecem no espaço urbano – inclusive confundir-se sobre quem é o promotor da ação pode ser um dos objetivos. Isso porque os eventos inesperados orquestrados possuem uma mesma estratégia de atuação – alto impacto, menor tempo possível¹²⁰. Mesmo em casos em que a duração é um pouco maior e mais instrumentalizada, tanto a marca como o ativista podem coletar dados para se informar se o “produto” que estão ofertando terá uma boa recepção a ponto de serem transformados em ações de longo prazo: seja o estabelecimento de um espaço fixo para a venda da marca e seus produtos; ou a transformação de uma área degradada em espaço público, cultural ou de lazer. Em ambos os casos, a temporariedade é utilizada como estratégia publicitária para a validação ou refutação de uma ideia – ainda que os benefícios de cada uma possam ser considerados opostos¹²¹.

Os espaços *pop-up* se tornaram uma importante arma de *marketing* e *branding*¹²² neste sistema mais digital, fluido e competitivo de consumo, principalmente quando exploram a criação de experiências. O “*marketing* de experiência” busca induzir o consumidor a formar uma relação afetiva, emocional, social e física com os valores da marca através de uma ação pontual realizada no espaço urbano, e que não está necessariamente atrelada à comercialização de produtos. Dentro desta proposta, as marcas criam espaços expositivos que proporcionam experiências sensoriais imersivas (um novo espaço-tempo), onde o indivíduo pode se desconectar parcialmente da realidade cotidiana e se apropriar daquele espaço a partir da experiência do consumo – de bebidas, alimentos, serviços de estética, música, esportes, etc. Essas intervenções tornam-se espaços de sociabilidade entre os consumidores e espaços de troca entre eles e a marca.

Por operarem sob uma condição de escassez (a temporariedade da ação), elas estimulam um consumo de “urgência”, devido à sua disponibilidade limitada, seja pelo número de unidades comercializadas ou pelo tempo da instalação¹²³. A limitação da

¹¹⁹ “Pop-up stores”, também conhecidas como “temporary stores”, “temporary retail”, “pop-up retail”, “guerilla stores” - devido à sua herança do *marketing* de guerrilha. Antes dos anos 90, estas espacialidades já podiam ser observadas moldando microterritórios urbanos, mas é só no final do séc. XX que elas ganham um nome.

¹²⁰ “En esta ‘cultura de casino’ como la llamó George Steiner, cada producto cultural está calculado para tener el máximo impacto (es decir, para desguazar, arrinconar y deshacerse de los productos culturales de ayer) y una obsolescencia instantánea: temeroso de abusar de la hospitalidad que se le ha dispensado, pues percibe la cada vez más corta distancia existente entre la fragancia de la novedad y el hedor del cubo de la basura, abandona la escena con presteza para dejar vía libre a los productos culturales de mañana.” (BAUMAN, 2010, pp. 267-68)

¹²¹ Veremos isso no caso das intervenções do Raumlabor e do projeto L’Autre Soie (capítulos 3 e 4). Ainda que o conteúdo do que é ofertado seja completamente diferente, ambos se utilizam do impacto midiático que um uso ou evento temporário tem para a divulgação de suas ideias de construção de formas de ocupação mais inclusivas (L’Autre Soie) ou de manifestações contra processos de gentrificação e exclusão social e cultural (raumlabor).

¹²² *Marketing*: propaganda sobre um produto ou marca, podendo ser realizada de distintas maneiras. *Branding*: Ativação de uma marca, sem necessariamente vinculá-la a um produto. É uma parte integrante do *marketing*.

¹²³ Segundo Bishop (2012), a explosão de lojas e restaurantes ‘pop-up’ “também refletem novas tendências de publicidade, vendas e pesquisas de mercado, as quais estão *legitimando* e *encorajando* os usos temporários. Na perpétua busca por novas experiências de consumo, há um prestígio significativo associado à exclusividade do tempo limitado.” (tradução e grifo nossos).

experiência condiciona critérios de seletividade entre indivíduos de um mesmo grupo de consumo, conferindo um status identitário diferencial. Mais do que espaços comerciais, os eventos *pop-up* são espaços-acontecimento (DAITX, 2017), eventos de marketing (POMODORO, 2013) que se apoderam de seu “fator surpresa” para potencializar suas ações de *branding*, ou da temporariedade de outro grande evento simultâneo (*co-branding*) para o lançamento de produtos de edição limitada (como as Olimpíadas, Copa do Mundo, etc.).

Warnaby et. al. (2015) identificam três estágios temporais na criação de “atividades *pop-up*”¹²⁴ publicitárias: 1) a pré-experiência, que compreende as decisões e atividades de planejamento e instalação – ex.: diálogo com o responsável pelo espaço para obtenção de autorizações para a intervenção temporária – ; 2) a própria experiência *pop-up*; e 3) a pós-experiência, como a desmontagem ou destruição do espaço construído, e ações de marketing posteriores (como a divulgação do evento nas mídias sociais). Esses estágios são, também, muito parecidos com o programa de algumas performances artísticas¹²⁵ e outros eventos temporários de engajamento (social ou cultural, por exemplo). Essas ações criam territórios temporários (*territorialidades*) com formas distintas de controle e de comportamento espaço-temporal e cujos “limites” são estabelecidos por uma combinação de materialidades físicas e sociais (KÄRRHOLM, 2008)

Ademais, os eventos *pop-up* também são uma alternativa para a criação de experiências físicas de consumo de marcas que somente são acessíveis via internet (veremos no próximo tópico o caso da iFood). Algumas marcas podem optar por não disponibilizar seus produtos para a compra *in loco*, somente para prova, estimulando que o consumidor realize a compra no ambiente digital¹²⁶. Quando o objeto de venda é um bem de consumo concreto, os itens escolhidos podem ser entregues no endereço do consumidor (WARNABY et. al., 2015).

Nos formatos mais “crus” ou nos mais elaborados, a escolha do local da ação publicitária é essencial para a associação da imagem da marca a um determinado público-alvo (consumidores com hábitos de consumo específicos) e, quase sempre, localizam-se fora de epicentros do consumo (como shopping-centers ou ruas comerciais), conquistando áreas intocadas comercialmente (esse “fator surpresa” torna a instalação ainda mais “*hype*”): edifícios abandonadas, áreas degradadas (como portos, áreas ferroviárias, áreas industriais, etc.), praças ou parques públicos costumam ser os preferidos para essas ações.

A cidade contemporânea tem se tornando alvo de muitas discussões no que diz respeito à ocupação e otimização de sua infraestrutura já existente. A cidade pós-industrial, repleta de espaços abandonados ou subutilizados tem se tornado alvo de muitas ocupações que se dão, também, em caráter temporário, cujo objetivo é abri-los à coletividades, criar novas formas de sociabilidade e testar novos esquemas de gestão comunitária. No entanto, Bishop & Williams (2012) apontam que a ocupação dos espaços “degradados” por usos temporários acontecem tanto na forma para fins culturais e sociais, quanto também

¹²⁴ Observe-se aqui a inexistência de um termo que enfatiza o “espaço”, ele é muito mais um acontecimento, uma ação, do que algo pensado como construção duradoura.

¹²⁵ Uma das performances do Raumlabor, chamada Generator, atua em uma lógica muito similar. O contrato com o museu ou galeria é assinado, os materiais da intervenção são disponibilizando e, quando necessário, ativados; ao final do evento, se houver algum material restante ele é recolhido para outra ação e o co-produtor do evento é responsável pela retirada das intervenções de comunicação visual; e os participantes da atividade são convidados a enviar registros do produto criado durante a ação (uma cadeira ou móvel) para o grupo. A “performance” só fica completa quando todas as etapas são cumpridas.

¹²⁶ Isso também permite que os dados de consumo do indivíduo sejam mais controlado e vendido dentro do comércio de bancos informacionais direcionados para os anúncios publicitários.

comerciais. Ou seja, esta estética da degradação e as decorrentes vantagens fiscais e contratuais dadas a estes recortes territoriais acabam também sendo aproveitados dentro dos fluxos e dinâmicas do mercado.

Em nosso contexto, porém, poderia se apontar que há uma diferença considerável em relação às dinâmicas registradas na Europa. Em São Paulo, por exemplo, tanto as intervenções realizadas dentro dos campos artístico, cultural e social, quanto a iniciativa privada aconteceram no espaço público. E nesta realidade político-econômica neoliberal anteriormente apresentada, em que as corporações empresariais passaram a ter maior peso nas tomadas de decisão sobre o espaço urbano que os órgãos públicos – minando ainda mais o poder da sociedade civil no domínio sobre este –, intervenções temporárias de *marketing* vêm se destacando em relação a outros tipos de intervenção no espaço público, representando novas frentes de flexibilização e desregulação, e expandindo ainda mais a percepção da cidade-mercadoria. “O modelo gerador de marcas tende a invadir todo tipo de espaço físico ou mental, em particular os espaços políticos e socioculturais” (COURTOIS, 2016, p.107).

A comodificação não só do espaço, mas também do tempo urbano, por meio de novas formas de arrendamento, hierarquiza os espaços da cidade de acordo com seus valores simbólicos comerciais. Um bom vendedor de espaços urbanos, para atrair seus consumidores e compradores, deve também gerir seu valor de marca, alterando a paisagem e criando um ambiente econômico propício para melhor receber estas novas formas (rentáveis) de produção do espaço. Logo, o poder público tem um papel fundamental no avanço deste processo de “privatização”, porque ele é o responsável (e quem tem o poder) de fazer alterações legislativas (temporárias ou permanentes) que permitem a entrada dos interesses privados dentro da esfera e do espaço públicos.

Como mostrado anteriormente, com o Plano Municipal de Desestatização, a Cidade de São Paulo, em 2019, conseguiu firmar um acordo de 35 anos de concessão à iniciativa privada de um de seus maiores “ativos” públicos: o Parque do Ibirapuera. A exploração financeira deste espaço (e de outros na capital) para fins privados, no entanto, é uma demanda muito anterior a esta data, como veremos no tópico seguinte. As exceções criadas neste contrato são o resultado de um processo que durou mais de 10 anos de constantes tentativas de inserção de marcas em um espaço que tem grande importância social, cultural e ambiental para a cidade de São Paulo. Localizado em meio aos bairros com os maiores custos de metro quadro do município, mas utilizado por moradores, visitantes e turistas que superam a escala local, esse processo de transição não ocorreu de forma totalmente pacífica e ainda é tema de muitas discussões e atritos entre as esferas do poder público, empresas privadas e grupos manifestantes locais.

2.3 Novos territórios da privatização: Parque Ibirapuera

O Parque Ibirapuera, popularmente referido como Parque *do* Ibirapuera¹²⁷, foi inaugurado em 1954, em comemoração aos 400 anos de São Paulo. Com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, Ulhôa Cavalcanti, Zenon Lotufo, Eduardo Kneese de Mello, Ícaro de Castro Mello e paisagismo de Augusto Teixeira Mendes, o espaço tem cerca de um milhão e meio de metros quadrados, que contemplam áreas verdes, instituições de

¹²⁷ O nome “Parque do Ibirapuera” foi apropriado pela gestão privada como “marca” para a divulgação de suas ações. Nos sites de domínio público e dos grupos anti-privatização sempre se faz referência ao parque sem o “do”: Parque Ibirapuera.

ensino, pesquisa e cultivo de espécies vegetais, equipamento esportivos e um conjunto arquitetônico de espaços culturais¹²⁸. O parque está localizado em uma região de “poder aquisitivo elevado”¹²⁹, com IDH acima da média do município, mas de acesso mais restrito, já que não é alcançado diretamente por nenhuma linha de metrô.

O Parque Ibirapuera foi concedido à Urbia no final de 2019¹³⁰ por um prazo de 35 anos¹³¹. A concessionária passou a atuar no espaço em 2020, após um período de queda nos casos de COVID-19 no Estado de São Paulo. O Parque sofreu várias transformações em sua paisagem (tombada¹³², vale ressaltar), com a inclusão de totens de publicidade, permissão da entrada de *food trucks*, e a realização de atividades comerciais e de marketing em suas áreas livres (anteriormente restritas ao interior dos pavilhões). No início das atividades da gestora privada, as intervenções temporárias não haviam chamado tanto a atenção da mídia, mas sofreram algumas críticas do Conselho Gestor do Parque, da CPPU e de grupos contrários à privatização do parque.



Figuras 1 e 2 - Totens publicitários permitidos somente dentro dos parques com contratos de concessão privada (Fonte: Maira C. Daitx, agosto de 2021)

¹²⁸ Ver mapas disponibilizados pela prefeitura (2019):

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Mapas.pdf

¹²⁹ Palavras da própria prefeitura. Ver:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_sul/index.php?p=14062

¹³⁰ Segundo reunião do Conselho Gestor do parque, realizada em julho de 2022, é informado que o Viveiro Manequinho Lopes, a UMAPAZ, o Museu Afro, a Bienal, o MAM e o Pavilhão Japonês não fazem parte do contrato de concessão. A Escola de Jardinagem também está fora do contrato, mas a concessionária deve fazer a manutenção do canteiro experimental. Ver:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Ata%20da%20229%20Reuniao%20Ordinaria%20do%20CGPI%20do%20Parque%20Ibirapuera.pdf

¹³¹ Contrato de concessão:

<https://drive.google.com/file/d/1cYvFLZlyIskoLATNdMBBRavgHV9I4W/view>

¹³² Protegida pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP - e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT

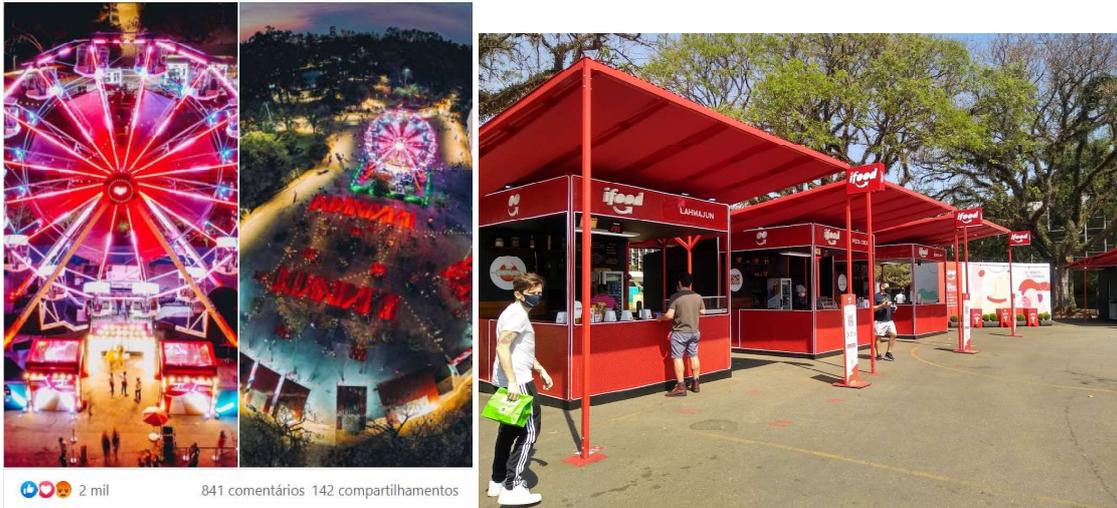
A contínua abertura do espaço à exploração publicitária culminou em um evento de maior repercussão, feito pela marca de delivery iFood, durante o segundo período de flexibilização da pandemia (final de 2021). A ação incluía uma praça de alimentação “temporária”¹³³, a instalação de uma roda-gigante e o empréstimo de mesas e cadeiras de praia na área do gramado para multiatividades (Praça da Paz). A justificativa da Urbia para esta parceria era fornecer ao público uma alternativa de alimentação no parque *enquanto* os novos restaurantes ainda não eram finalizados. Ainda segundo a empresa, a falta de opções de alimentação, a baixa qualidade e os altos custos dos alimentos¹³⁴ ofertados no parque eram as principais reclamações do público-frequenteador antes da concessão. A parceria com a marca era uma das atitudes – lucrativas – tomadas pela Urbia para suprir essa demanda e cobrir os prejuízos que ela havia tido devido ao fechamento do parque no período pandêmico.

A marquise¹³⁵ que conecta os edifícios culturais do conjunto arquitetônico tombado e que é símbolo de uso e apropriação do espaço público – atraindo, principalmente, patinadores e skatistas – está em obras desde 2019. Esse ponto foi abordado em uma entrevista dada à Folha de São Paulo, pelo presidente da Urbia, que culpa o atraso no restauro do patrimônio arquitetônico (responsabilidade da Prefeitura) na queda da estimativa de receita que a empresa teria durante os primeiros anos de atuação. A “praça de alimentação” do iFood deveria ter ocorrido no espaço coberto da marquise, mas devido ao atraso nas obras públicas, teve de ser realocada para o espaço aberto. Esse argumento não explica, no entanto, a colocação da roda-gigante que levou a comparação do Ibirapuera a um “parque temático”.

¹³³ Na reunião do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera (CGPI) em julho de 2022 (oito meses depois do início das atividades do iFood) a “permanência” da praça de alimentação foi criticada pelos presidentes do conselho, porque o “evento temporário” já havia ultrapassado a “duração máxima” (6 meses) que separa o que é uma instalação permanente (um quiosque) de uma temporária (um evento gastronômico). Este fator deveria ter sido atentado pela Urbia porque implicaria em aprovações adicionais, que não haviam ocorrido. Uma crítica à gestão privada foi feita por considerar que o acordo publicitário feito pelo iFood já não estaria mais sendo proveitoso para o espaço, sugerindo-se o seu fechamento. Nenhuma resposta foi dada pela Urbia em relação a tais reclamações. Atualmente (2023) a Praça de Alimentação do iFood encontra-se desativada. Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Ata%20da%20229%20Reuniao%20Ordinaria%20do%20CGPI%20do%20Parque%20Ibirapuera.pdf

¹³⁴ Os valores ofertados não baixaram porque o espaço foi concedido à iniciativa privada. Em 2021, uma garrafa de água custava R\$8,00.

¹³⁵ A Marquise está dentro do perímetro da concessão privada, mas a reforma estrutural necessária à sua liberação é de responsabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SMVA). Segundo reunião de jul/2022, a marquise deveria ter sido liberada em agosto de 2022, o que não aconteceu. Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Ata%20da%20229%20Reuniao%20Ordinaria%20do%20CGPI%20do%20Parque%20Ibirapuera.pdf



Figuras 3, 4, 5 e 6- Parque Ibirapuera “de diversões”, intervenção da marca iFood que instalou uma roda gigante e uma praça de alimentação na área do Parque. Os itens vendidos na praça devem ser *preferencialmente* adquiridos pelo aplicativo da marca para evitar filas de espera. Um passeio no brinquedo pode ser adquirido online em que os usuários são sorteados com brindes da marca. Na “praia do iFood”, os que alugam as cadeiras e guarda-sóis podem fazer seus pedidos online e entregadores contratados levarão a comida até eles dentro do próprio parque. (Fonte: Facebook do Parque Ibirapuera Conservação e Maíra C. Daitx, agosto de 2021)

A alteração drástica que o evento causou na paisagem do parque foi tema de várias manifestações públicas de descontentamento¹³⁶ e resultou em uma maior cobertura

¹³⁶ Outra crítica também foi feita à empresa durante a reunião de jul/2022 do conselho gestor: o não-fornecimento do calendário de eventos publicitários e culturais que são organizados pela concessionária. Neste caso, também não foi dada nenhuma resposta pela Urbia. Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Ata%20da%20229%20Reuniao%20Ordinaria%20do%20CGPI%20do%20Parque%20Ibirapuera.pdf

mediática para as transformações que a empresa vinha realizando na área. Uma das principais polêmicas foi o anúncio de cobrança de taxas para o uso do espaço em atividades esportivas guiadas (com personal trainers e professores de educação física), em 2021. Grandes marcas de academias e profissionais autônomos já vinham utilizando o parque como área de encontro para atividades físicas de seus clientes, principalmente depois da pandemia. Alguns encontros eram realizados com publicidade velada (com logos nas camisetas das pessoas, ou utilizando as cores das marcas) e nenhum deles pagava qualquer tipo de taxa de ocupação ou publicidade ao poder público. Esta medida que, aparentemente, seria restritiva para as grandes marcas, na verdade era uma tentativa de acordo de cooperação entre a gestora do parque e as próprias academias, prejudicando-se, principalmente, os profissionais autônomos que não se enquadram dentro destes perfis de relações comerciais.¹³⁷



Figuras 7 e 8 - Intervenções publicitárias de marcas do grupo Ambev realizadas em 2022 no Parque Ibirapuera. À esquerda, quiosque de uma marca de cervejas, instalado em parceria com academias de São Paulo e que oferecia aulas esportivas “gratuitas”; à direita, intervenção publicitária de uma marca de bebidas energéticas em quadra poliesportiva do Parque. (Fonte: Publicidade e Cerveja, GKPB)

Na ocasião do anúncio da restrição (final de 2021), a Urbia se manifestou como “apoiadora dos esportes”, justificando que a medida viria acompanhada de uma programação de atividades gratuitas organizadas pelo “próprio parque”. Os “eventos esportivos” foram feitos como ações de *live marketing*, realizadas em parceria com a marca de cervejas “fitness” Michelob. A marca de cervejas parceira faz parte do grupo empresarial do ramo de bebidas que terá a exclusividade no comércio de seus produtos dentro do parque dentro dos quiosques e do comércio ambulante. As quadras poliesportivas também foram cedidas à marca Gatorade – do mesmo conglomerado empresarial –, que “revitalizou” os espaços com intervenções de pintura nas cores da marca.

Um Hub Esportivo permanente também está sendo construído dentro do parque¹³⁸. O espaço deve receber vestiários e chuveiros e, possivelmente, operar como espaço de venda de artigos esportivos da marca de lojas de varejo Centauro. Os banheiros devem ser

¹³⁷ Até mar/2022 esta medida ainda não havia sido implementada. Ver: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/14/ibirapuera-adia-cobranca-de-taxa-para-assessorias-esportivas-que-dao-aulas-e-treinos-no-parque.ghtml>

¹³⁸ Múltiplas manifestações de repúdio foram feitas nos conselhos gestores por conta do conflito com o *status* de patrimônio do parque.

públicos, mas o vestiário terá taxas de utilização¹³⁹ que devem contribuir com a arrecadação da Urbia. Diversas manifestações contra a cobrança de usos do parque e da presença de uma loja – do porte da Centauro – foram feitas durante as reuniões do CGPI. A Centauro faz parte do grupo SBF, que detém os direitos da marca Nike no Brasil¹⁴⁰. Em 2021 foi anunciado que a SBF deve fazer melhorias no parque durante os próximos 5 anos¹⁴¹, totalizando mais de 5 mil metros quadrados de parceria publicitária somente no Ibirapuera¹⁴².



Figuras 9 e 10 - Em 2017 a marca Nike conseguiu estampar seu logo em dois espaços esportivos dentro de parques públicos - o Ibirapuera, em São Paulo (esquerda) e o Gorby Park (direita). (Fonte: Google Earth)

A Nike possui um histórico de tentativas (e vitórias) de inserção publicitária dentro do parque. Em 2017, já havia assinado uma parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, durante a gestão do então prefeito João Dória, para a reforma e manutenção das pistas de caminhada, ciclofaixas e do campo de futebol society¹⁴³. Na ocasião, foi permitida a pintura de sua logomarca no gramado do campo, de maneira similar ao que foi realizado no teto do parque esportivo do Gorby Park, em Moscou¹⁴⁴, no mesmo ano – publicidade na versão “voo-de-pássaro”, em que qualquer fotografia ou filmagem aérea incluirá o símbolo da marca.

Ainda que o espaço mantenha parte de sua programação cultural e artística, realizada principalmente dentro dos programas dos equipamentos que não foram objeto da concessão (prédio da Bienal, o MAM e o Museu Afro), a permissão de exploração e ocupação privada de seu entorno alteraram consideravelmente a experiência proporcionada. De maneira direta ou indireta, estas instalações artísticas são obrigadas a dialogar com o espaço transformado, o que gera uma sensação ainda maior de deslocamento pela sobreposição de temporalidades distintas: do período em que os

¹³⁹ Prática já aplicada, por exemplo, no Parque Bruno Covas, também concedido a outro grupo da iniciativa privada.

¹⁴⁰ Ver:

<https://www.mktesportivo.com/2022/07/centauro-promove-intervencoes-artisticas-e-interativas-dentro-do-parque-ibirapuera/> e

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Ata%20da%20229%20Reuniao%20Ordinaria%20do%20CGPI%20do%20Parque%20Ibirapuera.pdf

¹⁴¹ Ver:

<https://www.mktesportivo.com/2021/12/grupo-sbf-da-nike-e-centauro-investira-no-parque-ibirapuera-e-villa-lobos/>

¹⁴² A SBF também investiu em espaços publicitários dentro do parque estadual Villa-Lobos.

¹⁴³ Ver: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/doria-nike-parque-ibirapuera/>

¹⁴⁴ Ver projeto:

<https://www.archdaily.com/870427/kosmos-architects-wins-competition-for-landmark-nike-sports-park-in-moscow>

pavilhões eram usados como elementos de diálogo cultural-artístico e do período em que eles servem de apoio para as relações de consumo de mercadorias.



Figura 11 - Intervenção realizada durante a Bienal de Artes de 2021, ao lado dos quiosques instalados pela Urbia e nos fundos do Pavilhão das Culturas Brasileiras. Na imagem, a ativista dos direitos humanos Marielle Franco é retratada. (Fonte: Maíra C. Daitx, set/2022)

Durante o período das atividades de campo, realizadas em 2021, foi possível observar uma maior concentração de pessoas nas áreas destinadas à publicidade e ao consumo, as quais não sofreram interferência com a chegada e instalação das obras da Bienal de Artes. Nenhum dos exemplos de instalações artísticas trouxe à tona o conflito entre público e privado em relação à presença das marcas no parque – ainda que quem tivesse olhos mais atentos pudessem observá-lo. As obras parecem deslocadas, como se tivessem sido planejadas para uma realidade alternativa (de um tempo passado) à qual foram inseridas.

A disputa pelo espaço entre os e os consumidores destas ações de publicidade e outros usuários do parque era também perceptível dentro da região da Praça da Paz, onde era possível alugar-se as cadeiras de praia e guarda-sóis com os funcionários da marca iFood. A presença inédita de marcas publicitárias em uma ação de engajamento (em que o consumo não é do produto no quiosque, mas da experiência de ser atendido em um espaço exclusivo) tornava confuso se aquele mobiliário era ou não um direito do frequentador. Parques e praias ao redor do mundo¹⁴⁵ oferecem o aluguel de equipamentos de descanso como parte de suas atividades cotidianas (seja pelo comércio formal ou informal), mas o Ibirapuera nunca havia apresentado este tipo de serviço anteriormente – muito menos de forma exclusiva e condicionante ao consumo de produtos da outra intervenção.

As ações publicitárias anteriormente citadas são representativas de um processo de comodificação (transformação em mercadoria) do espaço, que estabelecem novos territórios publicitários que determinam um uso hegemônico, realizado a partir da troca obrigatória entre sujeito e marca. Ainda que alguns eventos e as melhorias proporcionadas por essas parcerias sejam “gratuitas” – no sentido de não ser cobrado valores monetários dos participantes para a participação –, o processo de subjetivação que acontece nesses espaços infere a lógica do sujeito-consumidor. O estabelecimento da relação sujeito-espaço por meio da troca comercial (simbólica ou física) tem se tornado uma tendência homogeneizante e hegemônica de transformação da cidade em mercadoria, estando presente também em outros pontos da capital, nos mais diversos modelos (ver Capítulo 5).

¹⁴⁵ Durante a excursão empírica a Londres, foi observado que o Hyde Park oferecia um serviço de aluguel de cadeiras – que no Brasil é mais comum nas praias –, consumido principalmente por turistas.

No caso específico do Ibirapuera, esta comodificação acontece no nicho de criação de experiências fugazes e transitórias, que é característico dos modelos econômicos da contemporaneidade.

Desde a concessão privada, o tempo do parque passou a ser dominado por interesses rentistas e gerido de forma mais “eficiente”, uma vez que foi capaz de acelerar os processos de aprovação publicitária – que já vinham acontecendo durante a gestão pública, mas de forma mais morosa e burocrática – ao dar autonomia à iniciativa privada no estabelecimento de parcerias que visassem, principalmente, a extração de seu potencial lucrativo – em detrimento de outras funções que um espaço público deve ter (político, social, cultural, educacional, ambiental). O espaço público que já era visto como “gasto desnecessário” pelas últimas gestões do município, se consolidou ainda mais como espaço de entretenimento, lazer e diversão – como espaço do e para o consumo.

Ainda que seja possível observar outras formas de apropriação espacial dentro do território do parque e que acontecem com ritmos temporais distintos ao do consumo, devemos nos atentar para o processo que a cidade vem passando de forma geral, com a concessão de quase todos os seus parques (estaduais e municipais) para a iniciativa privada. A maneira como são criados espaços de exceção (onde as regras da CPPU são cada vez mais flexíveis) por períodos tão longos de tempo (15 a 35 anos), demonstram que essas alterações em breve serão percebidas como permanentes (o que já vinha acontecendo em relação à Praça do iFood, por exemplo, antes dela ser desativada).

No entanto, ainda há certo espaço para o exercício da pluralidade neste processo. A relação da Urbia com algumas instituições do poder público e as representatividades coletivas (com posturas que incorporam visões diversas) não é pacífica e está longe de atingir um consenso. O consenso, segundo Vainer (2007), é um dos pontos almejados e necessários para o “sucesso” do planejamento estratégico e que o modelo capitalista de parcerias público-privadas floresça. Se não há consenso é porque células de oposição e resistência aos modelos hegemônicos da lógica neoliberal e da comodificação da paisagem ainda estão presentes na sociedade e – em certa medida – dentro dos órgãos públicos¹⁴⁶. No caso do Ibirapuera, o dissenso se manifesta na diversidade dos grupos que atuam dentro do e discutem o espaço: voltados à preservação da paisagem construída (patrimônio material); ao papel do parque enquanto infraestrutura ambiental (defensores da fauna e flora); à luta contra o avanço das práticas hegemônicas e de exclusão socioespacial voltadas para o consumo (no caso das cobranças, financeiras e tecnológicas, exigidas para o uso do espaço e dos equipamentos disponibilizado, o que segrega grupos que não têm acesso às “melhorias” proporcionadas pela concessão¹⁴⁷); à popularização do esporte,

¹⁴⁶ Apesar da CPPU ter aberto muitos caminhos para a exploração publicitária, ela ainda era um dos órgãos municipais mais resistentes às transformações do parque. Os órgãos de proteção do patrimônio também têm exercido um papel importante de oposição aos interesses do grupo privado.

¹⁴⁷ Em um contexto no qual o uso de dados informacionais por empresas de propaganda digital tem se tornado uma das principais riquezas das grandes corporações, cada vez mais é exigido que o usuário faça cadastros em plataformas e aplicativos para que utilize equipamentos instalados no espaço físico das cidades. Ainda que “de acesso livre” – o que se refere à não-discriminação por raça, religião, gênero, etc. – a necessidade do equipamento, que não é disponibilizado pela empresa que oferta o serviço-parceiro, é geradora de diferenciações sociais. Na instalação do iFood, por exemplo, foi exigido que um quiosque para transações financeiras comuns, via cartão ou dinheiro, fosse instalado no local. A proposta publicitária, no entanto, era que o usuário da praça de alimentação fizesse o pedido via aplicativo, condicionando o consumidor a baixar o seu produto e aceitar os termos de troca de dados. Isso, segundo eles, “ajudaria” na diminuição das filas. Outro caso que foi citado no Capítulo 1 – o lounge da LidoBAM, em Milão (ver ficha no Anexo I) –, também exigia que os usuários fizessem uma reserva online – fornecendo seus dados para a instituição organizadora da proposta. Durante a pandemia, praias da França começaram a exigir que seus frequentadores também fizessem reservas do espaço público como forma de rastreamento de possíveis casos de COVID-19 e controle de

principalmente os que mais estigmatizados (skate, patins, etc.); contra as políticas do Estado de desestatização; e – até mesmo – entre as próprias empresas “concorrentes” interessadas economicamente neste processo de privatização.

Poderia se dizer que o erro da Urbia, ao menos em sua estreia, foi ter ido com muita “sede ao pote” na ambição de exploração publicitária¹⁴⁸, o que acabou instigando a reprovação pública com o impacto visual de suas ações (em especial, a da roda-gigante). No entanto, não podemos deixar de estar atentos ao fato de que muitas de suas outras parcerias publicitárias não são criticadas ou discutidas de forma aberta da mesma maneira e que, ainda que o “parque-temático” tenha tido repercussões negativas, ele ainda atraiu milhares de visitantes, gerando o tão almejado “lucro” para a empresa. O aviso dado por um dos membros da CGPI acendeu o alerta: “a Urbia deveria rever a *duração* dos seus acordos publicitários...” – não a natureza deles, poderia-se ler nas entrelinhas. Alguns meses depois, a área foi desativada.

—

Os exemplos de intervenção urbana trazidos neste capítulo, no entanto, só representam *uma* vertente da produção de espacialidades temporárias no espaço urbano, a qual gera processos de *privatização* (controle e limitação do acesso ao espaço público e suas possibilidades de experiência) temporária (proporcionadas pelas intervenções de *marketing*) e permanente (quando a temporariedade passa a ser parte do cotidiano, ou quando os acordos representam períodos muito longos em relação ao ciclo de vida humano). Outros exemplos em direção à abertura temporária de espaços privados para a ação pública e/ou comunitária – sua *publicização* – também acontecem, ainda que não possam ser identificados no território paulistano. Para tanto, o próximo capítulo busca ampliar os territórios de discussão para a realidade de algumas cidades europeias, analisando suas distintas fases de crescimento de intervenções urbanas temporárias. Por terem começado a ser implantadas desde os anos 90, já sofreram processos de neutralização e contra-absorção, marcando períodos distintos de produção da temporariedade espacial urbana. Com essa alternância busca-se demonstrar que o campo de investigação de intervenções urbanas temporárias não é homogêneo, podendo resultar em realidades socioespaciais que não são necessariamente pautadas pelo consumo, ou que figuram *alternativas* dentro da lógica capitalista hegemônica vigente.

aglomerações. Esse fenômeno de mediação (e inserção na esfera do consumo) tem se mostrado uma tendência quando falamos das práticas e experiências do espaço público.

¹⁴⁸ Como apontado em Daitx (2018), trazendo os exemplos com resultados opostos, do Tatu-Bola da Copa do Mundo de 2014 e a Loja da Nike das Olimpíadas de 2016, “a luta anti-privatização só alcança impactos quando as empresas falham nas estratégias de instalação temporária de suas marcas, podendo vir de uma identificação psico-emocional errônea de seus consumidores, escolha do recorte espaço-temporal, bem como a oferta experiencial de consumo (ambiência, design, produtos, etc.)”

CAPÍTULO 3

Preenchendo o tempo

3.1 Otimização do tempo. Vacância urbana: problema ou oportunidade?

O conceito de *terrain vague*, adotado por Solá-Morales nos anos 90 vem sendo utilizado para fazer referência a áreas abandonadas, residuais ou representativas de um não pertencimento à lógica econômica que é hegemonicamente considerada a força motriz de produção do espaço urbano (MARIANI & BARRON, 2014). Esses espaços *improdutivos* atraem a atenção por se configurarem como territórios onde as relações de domínio tendem a ser mais fracas, o que possibilita a criação e experimentação de novas experiências, práticas e apropriações espaciais. Independentemente do emprego correto com a terminologia de Solá-Morales, é possível observar um crescente interesse de profissionais de arquitetura e urbanismo para áreas vazias do tecido urbano consolidado.

A reestruturação econômica que as cidades industriais passaram no período de transição para sistemas capitalistas mais flexíveis gerou uma grande quantidade de estruturas urbanas esvaziadas que passaram a ser vistas como potenciais exploratórios entre as mais distintas forças atuantes no espaço – sociais, políticas, culturais ou econômicas. O problema da vacância urbana foi se tornando um tema frequente nas discussões sobre planejamento urbano principalmente em áreas que viram suas economias e populações sendo encolhidas, dando à paisagem urbana aspectos de abandono e de falta de vitalidade.

A realidade encontrada nestes cenários tornou-se fonte de inspiração para ações artísticas que encontravam qualidades nesta estética do abandono, além de maior liberdade para experimentação. Por outro lado, a reestruturação econômica da cidade o setor de serviços e a entrada de novos investidores imobiliários interessados em transformar os centros urbanos em regiões turísticas de entretenimento e lazer, em áreas com considerável infraestrutura (já intervistas pelo homem) e a preços baixos, fez com que tais áreas de abandono se tornassem um novo campo de disputa social e ideológica.

No contexto europeu, a presença de atividades artísticas e culturais passaram a ser vistas como solução para o freamento dos processos de desvalorização da terra e possíveis parceiros para o atendimento de interesses comuns. Governos e agentes privados passaram a incentivar a ocupação de espaços abandonados como forma de trazer vitalidade para as regiões mais vazias de suas cidades e territórios de investimento. Logo, estes espaços que antes eram vistos como problemáticos pelos órgãos gestores, passaram a se tornar oportunidades de negócios para grandes grupos corporativos, capazes de fazerem inversões econômicas e esperarem seus lucros de longo prazo.

No entanto, empecilhos começaram a surgir dentro desta lógica aparentemente perfeita que solucionava os problemas criados pelo próprio sistema: a tendência que os grupos culturais e artistas necessários para a criação de vitalidade tinham de querer permanecer no *lugar* que eles ajudaram a formar.

Formas repressivas de expulsão de grupos indesejados sempre podem ser uma alternativa para situações mais conflituosas (variando de acordo com a importância e

convivência que os órgãos políticos dão de autorização de suas forças policiais), mas sem dúvidas também geram repercussões negativas nas imagens que tais grupos investidores estão buscando criar para seus territórios de investimento. Como tornar um espaço atrativo para os novos consumidores sem que esta mesma classe geracional (os jovens) se sentisse lesada por ter de abandonar seus territórios de criação e entretenimento?

Uma das respostas para este problema veio da própria demanda que alguns grupos (mais favorecidos) dos grupos criativos vinham fazendo: o aumento na flexibilidade dos contratos de aluguel, prevendo menos punições e contratos com durabilidade mais curta. Essa maior liberdade gerava benefícios para os setores que ainda estavam em fase de experimentação e que, portanto, não poderiam assumir risco de contratos de locação por períodos muito longos para garantir preços de aluguéis mais reduzidos. Para que isso fosse possível e que os interesses de ambas as classes (ocupantes e donos de terras) fosse atendido, os órgãos regulatórios de uso e ocupação do espaço da cidade necessitavam criar leis específicas que atendessem a esta demanda, mas garantissem também os ganhos futuros dos investidores imobiliários, muitas vezes de grupos corporativos globais.

Dentro deste histórico foram surgindo e se transformando múltiplas leis que diziam respeito a “usos provisórios” no espaço urbano, flexibilizando os tipos de uso e ocupação nas leis de zoneamento e criando categorias contratuais de aluguéis específicas que impunham limites temporais para estas vantagens ocupacionais. Os “usos temporários” em suas várias vertentes (*meanwhile, zwischennutzung, temporäre, transitoire, provisionales*) passaram a ser institucionalizados e incentivados como instrumentos para o desenvolvimento urbano, servindo de resguardo legal para aqueles que sofriam com a necessidade de expulsão dos ocupantes para a realização de seus empreendimentos imobiliários.

Esta lógica, no entanto, nunca foi perfeita. Isso porque a cidade é composta de forças que atuam em prol de interesses diversos e muitas vezes conflituosos. Adaptações tiveram que ser feitas para os contextos locais e para as novas exigências dos grupos que compunham essa relação de uso, apropriação e exploração. Era necessária uma escolha detalhada dos parceiros nestes contratos, porque o risco de resistência sempre esteve presente. Os tópicos seguintes buscam detalhar como este processo se desenvolveu em duas cidades europeias: Berlim e Londres.

3.2. Usos temporários como política anti-cíclica

Espaços temporários e provisórios fazem parte da história das cidades muito antes do funcionamento dos modelos econômicos atuais, ou mesmo do capitalismo. A flexibilidade do espaço urbano para usos imediatos com finalidades variadas já se fazia presente com as antigas feiras, mercados sazonais, circos, shows nômades, eventos religiosos, entre outros, sobrepondo-se à materialidade da cidade construída. Esse “espaço elástico” (MEHROTRA & VERA, 2019; MEHROTRA, 2008) que se adapta para receber diferentes práticas e depois retorna à sua forma usual, não remete, porém, às práticas temporais e espacialidades que vêm se desenvolvendo nos últimos anos e que são reproduzidos em escala global.

Dentro do nosso sistema atual, com altas concentrações demográficas e edificadas e centros urbanos interligados, alguns usos temporários (ou com ciclos de sobrevivência significativamente mais curtos) começam a ganhar importância porque se opõem ou se confundem com a base fixa e mais permanente do espaço construído, desde caráter inerente de maior leveza, flexibilidade, domínio temporal, ou pelos movimentos políticos e

de resistência que incorporam. Esses espaços confrontaram inicialmente a lógica capitalista hegemônica de produção espacial baseada em investimentos especulativos (nos quais a demanda é induzida e não satisfeita) e as políticas de zoneamento e planejamento urbano que separavam (e ainda separam) os espaços da cidade em usos distintos e que desencorajavam formas mais espontâneas de apropriação.

O conjunto dessas práticas, usos e espacialidades temporárias começou a ganhar especial interesse acadêmico nas últimas décadas devido ao crescimento e constância de sua presença no espaço urbano. Na bibliografia internacional passaram a ser chamados de “usos interinos” (*interim uses*). Till (2011) aponta que há uma diferença entre os termos “espaços interinos” e “usos interinos”. O primeiro refere-se a espaços temporários ou permanentes (alguns continuam ativos, mesmo após 30 anos de existência) que dão lugar ao segundo. Essa base pode ser utilizada de forma resistente (ocupação) ou através de contratos de permissão de uso temporário. A administração desses espaços pode ser realizada de forma coletiva e horizontal ou hierárquica e vertical, em que uma empresa, instituição ou proprietário independente subloca os espaços para grupos ou indivíduos através de contratos de prazo pré-estabelecido. Em resumo, seguindo esse raciocínio, um espaço interino é um espaço que intencionalmente acomoda práticas e usos interinos de forma intencional. Podem referir-se a espaços construídos que durarão anos (seguindo o fluxo de contratos de permissão temporária) – por exemplo: edifícios desocupados que receberam diversos usos temporários – ou também a espaços criados para receber atividades temporárias em áreas de transformação (enquanto espaços).

Especificamente, “usos interinos” (*zwischenutzung*, em alemão) foi um termo amplamente aplicado para se referir aos usos temporários que cresceram no período pós-Guerra Fria (COLOMB, 2012). Após a queda do Muro de Berlim, a unificação da Alemanha e a abertura de áreas para investimentos capitalistas especulativos internacionais geraram um quadro espaço-temporal bastante propício para apropriações alternativas do espaço construído nas antigas cidades comunistas. A primeira fase foi a década de 1990, quando o número de casas e prédios públicos abandonados era muito alto, devido ao processo de evacuação e emigração em massa. Esses espaços passam a ser ocupados por grupos já atuantes, geralmente ligados a movimentos artísticos, sociais e culturais (cultura underground ou contracultura). Nos anos 2000, outro problema insuflou a discussão sobre os vazios urbanos: um grande estoque imobiliário foi criado pelo investimento de capital estrangeiro na produção de centros financeiros e de serviços nos terrenos baldios dessas cidades recém-capitalistas. No entanto, a expectativa de retorno e ocupação dessas propriedades não foi atendida e muitas se somaram ao já grande número de áreas vagas no Leste Europeu (COLOMB, 2012). Outras cidades, principalmente na Europa, já enfrentavam o processo de esvaziamento causado pela evasão industrial. Em suma, o tema do patrimônio abandonado e vazio tornou-se central nas discussões urbanísticas e nos planos de urbanização.

Posteriormente, outros termos começaram a ser utilizados no contexto europeu (principalmente britânico) na década seguinte (anos 2010), a fim de reduzir o comum mal-entendido dessas práticas temporárias que, sob o mesmo guarda-chuva linguístico, acabaram se sobrepondo apesar de suas diferenças. Esse termo é “*meanwhile*” (“enquanto isso”): usos temporários contratuais e consensuais (com prazos predeterminados e por mútuo acordo entre as partes) que ocupam espaços que estão em processo paralelo de transformação (LEYSEN, 2018). A maioria deles se estabeleceu em lotes vagos, prédios degradados, abandonados e desocupados (TONKISS, 2019) – espaços de particular interesse por estarem em áreas urbanizadas, mas sem serviços públicos – que (supostamente) estão passando por um processo de transformação urbana e arquitetônica

(por exemplo , espaços adquiridos para a construção de moradias, mas que não foram criados por situações jurídicas ou econômicas adversas). A mudança ou preferência pelo uso do termo pelas administrações é uma tentativa de reforçar a provisoriedade do uso e a soberania do direito à propriedade privada em oposição ao direito à cidade.

O uso do termo “*meanwhile*” ganhou mais ressonância no cenário político e econômico pós-crise imobiliária (2008). Neste momento, o grande número de espaços vazios em muitas cidades europeias tornou-se um tema interessante tanto para a mídia e seu público, quanto para grupos que já observaram criticamente esse fenômeno. Diante de novos questionamentos e para evitar que espaços ociosos degradassem e prejudicassem o futuro dos antigos e investimentos maciços nessa lógica de reprodução do capital, diversas autoridades municipais e estaduais lançaram campanhas e adequações legais para favorecer os usos nesse ínterim. O discurso político e econômico argumentava que a razão pela qual havia tantos espaços vazios na cidade aguardando transformação era a crise (embora o problema da desocupação de terras seja anterior a esse evento em muitos países) e que, dada a falta de perspectiva imediata para transformações de longo prazo, áreas ociosas poderiam ser ocupadas para atividades culturais e artísticas (principalmente) *enquanto* os proprietários se recuperavam economicamente e os planos urbanísticos das áreas afetadas eram revistos. Segundo Tonkiss (2013, p. 323, traduzido) a ideia era “manter os terrenos baldios aquecidos enquanto os investimentos esfriam”, uma alternativa muito benéfica para governos e empresários que encontraram uma forma rápida, econômica e socialmente aceitável de evitar o esvaziamento de bairros e a redução dos valores fundiários em suas áreas.

Quando essas ocupações voltaram a crescer (agora em nível global), muitas críticas (positivas e negativas) foram feitas à abordagem dos governos ao problema da crise, que incorporavam cada vez mais ideais de flexibilidade e austeridade. Os agentes (coletivos, associações, empresas, artistas independentes, etc.) que aproveitaram este momento para fazer surgir ideais de uma cidade alternativa (das práticas sociais, da criatividade, dos usos comunitários, etc.) aceitaram a oportunidade provisória (há muito tempo espera) sem conseguir avaliar o quanto isso afetaria seus projetos (e todo o sistema que os produziam) a longo prazo.

As intervenções vindas principalmente do campo criativo foram criticadas por aceitarem se submeter a essa lógica neoliberal do “roll-with-it” (“lide com isso”) (TONKISS, 2013; MAYER, 2013) em que grupos autônomos forneciam soluções para problemas urbanos, buscando formas próprias de financiamento e implementação, assumindo a responsabilidade pelo projeto e sua execução em sua totalidade, e na qual o Estado (juntamente com o mercado) desempenhou apenas o papel de orquestrador, definindo onde e quando tais intervenções poderiam ocorrer. Nesse processo de absorção (ou apropriação, institucionalização – “sequestro”, segundo Mayer) típico da razão neoliberal, o poder público e o mercado imobiliário transformaram os usos temporários do espaço em ativos (mercadorias) para suas marcas (*city branding*) e produtos, pois elas (as intervenções), ao contribuírem para a criação de uma imagem de cidade *cool* e “da moda”, elevaram suas posições no ranking de competição pelo capital global (MAYER, 2013).

Outro ponto crítico (e conflitante) é que esses usos também colaboraram com a lógica produtiva que levou à própria crise de que todos eram vítimas. Ao se retirarem (forçada ou voluntariamente) das áreas ocupadas no momento em que os proprietários e grandes investidores consideraram adequado, eles reduziram a força política de outros movimentos de transformação urbana alternativa (muitas vezes confusos e confundidos entre si) ou colaboraram com outros processos de sócio-exclusão, como a gentrificação

(MAYER, 2013; COLOMB, 2012; SMITH, 1996; ZUKIN, 2011). Muitos usos interinos foram estimulados em bairros com prédios abandonados para que a vida urbana não fosse perdida ou fosse retomada nessas áreas, evitando sua zumbificação. Os contratos com prazos pré-definidos que variavam entre 3 e 10 anos com preços de aluguel (ou *leasing*, termo mais utilizado em inglês) mais baixos e mais curtos do que os habituais no mercado, foram posteriormente ajustados, levando à expulsão dos mesmos grupos responsáveis pela revalorização.¹⁴⁹

Por outro lado, com a complexidade que compõe o espaço contemporâneo, os usos interinos também foram defendidos porque, apesar da sua temporariedade, souberam materializar princípios e testar ideias alternativas à lógica habitual do mercado de forma imediata e adaptada ao presente, questionando a forma como a cidade foi produzida historicamente, estimulando outros movimentos como o de *commoning* e a formação de espaços de autogestão. Esses usos serviram para retardar, e até eliminar em microescala, alguns processos de transformação sócio-excludentes que já estavam em curso. Esse tipo de “resistência de dentro” (TONKISS, 2013) é algo que é questionado não apenas em práticas e usos interinos, mas também em outros movimentos sociais que, apesar de contrariarem e se oporem a uma lógica hegemônica, jogam por suas regras, quebrando o sistema (ou causando “rachaduras”) desde dentro (uma forma de captura reversa ou reabsorção?).

Além disso, apesar de poucos estudos de longo prazo terem sido realizados, muitos autores e idealizadores desses espaços sustentam que essa forma de produção do espaço urbano é capaz de provocar mudanças permanentes, seja por sua recorrência na escala urbana, seja pelo conteúdo de suas propostas. Essa visão mostra o importante papel social que essas intervenções têm na educação cívica e política urbana, em que arquitetos e outros grupos deixam de ser projetistas para se tornarem ativistas e voluntários (LEYSSSEN, 2018) – suas responsabilidades se estendem para além do projeto e passam a ter uma materialidade.

Crises sistemáticas, como a crise imobiliária em 2008 e a crise sanitária de 2020, foram momentos cruciais para o crescimento e fortalecimento de linhas de pensamento emergentes e discursos ideológicos de resistência (ver FLOWERS, 2014). A destruição de modelos pré-estabelecidos e a ansiedade pela construção de novas ordens fazem com que muitas soluções sejam mais facilmente recebidas no nível individual e social. Assim, em ambos os casos, os discursos que se opõem à hegemonia de uma visão de cidade sempre estável e segura tendem a crescer nesses períodos¹⁵⁰, adaptados aos interesses particulares de cada um dos grupos que hoje veem uma oportunidade de se fortalecer. A

¹⁴⁹ No entanto, Berlim já possui casos de uso interino que não estão comumente associados a usos criativos. Agora também ocorrem com cafés e bares – nicho de mercado de turismo e hotelaria (restaurantes, hospedagens sazonais, etc.).

¹⁵⁰ Autores como Mehrotra & Vera (2019) são um exemplo deste discurso que considera o aumento do sentimento de incerteza como razão justificada para o crescimento de uma abordagem mais “temporalizada”, flexível e aberta na produção e desenho do espaço urbano: “Hoje, os ambientes urbanos enfrentam fluxos crescentes de movimento humano, bem como uma frequência acelerada de desastres naturais e crises econômicas iterativas que ditam a alocação de capital para os componentes físicos das cidades. Como consequência, exige-se que os ambientes urbanos sejam mais flexíveis para estarem melhor preparados para responder, organizar e resistir às pressões externas e internas. Numa época em que a incerteza é a nova norma, atributos urbanos como reversibilidade e abertura parecem ser essenciais para uma forma mais sustentável de desenvolvimento urbano. Portanto, no urbanismo contemporâneo ao redor do mundo, fica claro que para as cidades serem sustentáveis, elas devem se aproximar e facilitar os fluxos ativos em movimento, ao invés de serem constrangidas por configurações materiais estáticas.” (MEHROTRA & VERA, 2019, Traduzido) Este discurso, porém, também é apropriado pelas forças hegemônicas que buscam a perpetuação do sistema econômico capitalista por meio de adaptações mais flexíveis, garantindo sua permanência por meio da exploração das temporalidades.

criatividade tende a emergir, as lógicas pré-estabelecidas perdem o sentido e (embora por vezes não estejam diretamente relacionadas) surgem alternativas ou novas interpretações de situações passadas. Essa instabilidade foi significativa para pensar a favor de uma maior flexibilidade e temporalidade durante a crise de 2008, especialmente porque afetou diretamente a questão do espaço urbano e sua lógica de produção.

A atual crise sanitária, embora não diretamente relacionada ao mercado imobiliário, também afeta economicamente a cidade e suas formas de produção, configurando-se como uma nova oportunidade para esse discurso sobre o problema da vacância e para a temporalidade como ativação da vida urbana. Isso, no entanto, serve principalmente para mostrar que, apesar de termos encontrado um nível de rediscussão do espaço urbano que legitimamente incorpora intervenções temporárias no cotidiano da cidade e que essas formas passaram a ser reproduzidas independentemente da crise, a busca por um sentido de a permanência ainda está presente no pensamento humano e os interesses econômicos especulativos continuam a dominar a lógica reprodutiva urbana, permanecendo um território de conflito e disputa até hoje. Essa independência da crise pode ser observada na incorporação do termo “meanwhile” para se referir a qualquer tipo de intervenção temporária ou estrutura efêmera, barata e com estética contrastante (LEYSEN, 2018), não necessariamente interessado em discutir as formas usuais de produção no cidade, nem que se instalaram em espaços de especulação/valorização imobiliária.

Outras formas que se caracterizam como espaços ou usos “interinos” também são chamadas por outros nomes, principalmente quando instaladas em países com outras línguas. Na Espanha, por exemplo, estão sob a égide de usos “provisórios” (*usos provisionales*); na França, eles são chamados “transitórios” (*l'usage transitoire*); na Inglaterra, usos “do entre” (*meanwhile uses*). Este ponto nos leva ao problema (ainda não superado) de definir os limites entre o que pode ser considerado temporário e o que pode ser considerado permanente. Este trabalho, como o de outros autores,¹⁵¹ procura não se centrar na periodicidade dos usos e espaços, mas sim nas intenções que lhes são dadas. Um espaço, portanto, é considerado “temporário” quando seu fim é tão importante quanto seu começo. Sua condição provisória ou sua intenção de permanência (seus diferentes graus de temporalidade) foram analisados em suas diversas nuances nos estudos de caso escolhidos, pois representam a complexidade das forças de cooperação e absorção ou de luta e resistência que interagem na construção dessas espacialidades .

3.2.1 Usos Interinos - A ascensão do modelo de Berlim

Berlim é um caso único em relação aos usos temporários devido à sua história. A cidade era um dos lugares com mais terrenos vazios (*wastelands*) da Europa. Nas décadas de 1970 e 1980, durante a Guerra Fria, muitos prédios de Berlim Ocidental ficaram vazios à

¹⁵¹ Mehrotra & Vera (2009) e Bishop & Williams (2012), por exemplo, falam que as cidades, quando analisadas por meio do olhar que vai além da escala temporal humana, sempre estão constituídas por uma temporariedade (ciclos de início e fim). Os primeiros autores propõem quebrar a polaridade entre o temporário e o permanente, e ativar um espectro mais amplo entre a *impermanência* e a *permanência*, diferenciando a *impermanência* como uma condição que incorpora aspectos transformadores mais abertos (SENNETT, 2006) e menos relacionados a aspectos de destruição ou a finitude – que ainda pode ocorrer, mas não é obrigatória –. A *impermanência*, no entanto, não é o foco desta pesquisa, pois optou-se por analisar os casos que buscam justamente controlar seu tempo de existência (e resistência) dentro de uma lógica de reprodução do capital (*permanência*).

Por outro lado, Tonkiss (2013) destaca a importância de alguns projetos considerados “temporários” na vida de alguns grupos com ciclos de permanência territorial mais curtos, como é o caso de alguns refugiados. Para eles, pouco importa o fato de o espaço ser temporário (que se mantenha por 1, 5 ou 10 anos), pois a relação que estabelecem com aquela porção territorial tende a ter ciclos ainda mais curtos, tornando-os significativos nos processos de adaptação sociocultural e sentimento de pertencimento desses grupos.

medida que a cidade se tornava uma zona de conflito, com cenário de emigração em massa para outros municípios (Berlim nunca conseguiu se desenvolver economicamente e, portanto, havia muito desemprego). Esses prédios passaram a ser ocupados por grupos de contracultura e de luta por moradia, configurando as primeiras ocupações (*squatting*) da cidade¹⁵². A queda do muro na década de 1990 trouxe um cenário ainda mais agravante de vacância urbana para a cidade, pois muitos moradores da Berlim Oriental, com a reunificação alemã, puderam buscar cidades com mais oportunidades de emprego. Logo, Berlim passou por outro processo de esvaziamento.

A reunificação também trouxe outro problema: a identificação dos antigos proprietários dos prédios e lotes nacionalizados pela RDA (República Democrática Alemã), o estado socialista do período da Guerra Fria. Este processo de investigação histórica resultou em muitos edifícios e terrenos baldios sendo colocados em uma “área cinzenta” sob as leis de propriedade privada. A pulsante cena artístico-cultural característica da cidade – com grupos de contracultura e o movimento punk – via esses espaços vazios como um horizonte de possibilidades para estabelecer suas liberdades em terras onde tudo podia acontecer. Fábricas, prédios e terrenos eram ocupados diariamente por grupos que faziam festas instantâneas, migrando de um espaço para outro para evitar o assédio policial. A comoção causada pelas ocupações tornou Berlim protagonista da produção cultural e artística em nível nacional devido ao seu caráter libertário e inovador.

Esse fato não passou despercebido pelo poder público que, ao invés de repreender essas ações, passou a deixá-las existir, apropriando-se inclusive da imagem de cidade criativa para atrair maiores investimentos em um cenário de competitividade global. Pensando nos lucros que poderiam ser obtidos com grandes projetos de transformação urbana, proprietários privados (que nos anos 2000 já haviam adquirido grande parte das terras pertencentes à República Federal da Alemanha) também buscaram estimular esses usos como ferramenta de valorização imobiliária. Muitos deles, inclusive, cederam gratuitamente seus espaços a grupos e coletivos de artistas e produtores culturais, como forma de aumentar seus ativos financeiros, ao atrair a atenção da mídia que, por sua vez, anunciava uma ou outra região como “da moda”.

¹⁵² Arlt (2006) afirma que alguns ocupantes de Berlim buscavam criar um mundo alternativo próprio, fato que os diferenciava dos demais ocupantes (usuários temporários do meio artístico-cultural) que procuravam abrir o espaço ao público e às práticas criativas.



Figura 12 – Orla do rio Spree, em Kreuzberg. Durante a década de 90, esta zona recebeu muitas ocupações ilegais e usos temporários no cenário cultural. Isto atraiu a atenção do governo, que buscou explorar economicamente a região com um plano de renovação imobiliária chamado Mediaspree – em referência às empresas do setor de comunicação –. Movimentos sociais, no entanto, conseguiram paralisar o projeto e redefiní-lo dentro de alternativas mais sustentáveis, incorporando os usos temporários do bairro, e evitando uma aceleração dos processos de gentrificação já em curso. Na imagem é possível ver grafites nos edifícios que fazem referência às manifestações sociais contra o projeto. Fonte: Máira C. Daitx (ago/2020).

O incentivo aos usos culturais para a manutenção da vida urbana em áreas degradadas também começa a despertar o interesse dos órgãos administrativos e a integrar as políticas de desenvolvimento urbano. Alguns distritos, por meio de fundos alemães e europeus, encorajaram os proprietários privados a ceder seus espaços por baixos custos de aluguel para grupos criativos por curtos períodos de tempo. As empresas que faziam a intermediação (como *coopolis* e *ZZZ*) entre esses dois grupos (usuários interinos e proprietários) foram subcontratadas ou criadas pela administração pública para gerir essa ocupação, optando apenas por usos temporários de interesse do governo, como startups, galerias de arte, escritórios, ateliers, etc., numa clara tentativa de reconversão do perfil paisagístico e urbano de determinadas regiões. Os usos interinos foram incentivados como um discurso de que iriam (re)estabelecer os laços territoriais e fortalecer as comunidades locais por meio do aumento das atividades de rua e da oferta mais ampla de serviços. As ações do Estado em prol da inserção de atividades produtivas em espaços vazios (reativação) buscavam, literalmente, reduzir a vulnerabilidade socioespacial dos bairros "degradados" e, conseqüentemente, de seus habitantes.

O distrito de Neukölln é o caso mais emblemático dessa ação conjunta entre entidades intermediárias e a administração pública, sendo alvo de inúmeros debates e críticas. Para muitos autores, o uso temporário de espaços vazios (que incluíam principalmente espaços comerciais no térreo dos prédios) foi o responsável pela valorização urbanística da área, que sem o controle público dos preços de aluguel fez Neukölln passar por um processo de expulsão social e gentrificação.

Essa valorização derivada da ativação por meio de usos criativos temporários também acabou sendo o infortúnio desses mesmos grupos que ajudaram a construir um cenário atrativo para a região (TONKISS, 2013). A alta dos aluguéis e o fim dos contratos de preços reduzidos acabaram fazendo com que alguns dos ex-usuários interinos se mudassem para outras regiões ou decidissem resistir e ocupar os espaços ilegalmente, tornando-se *squatters*. Esses casos ocorreram principalmente em áreas públicas, onde a ocupação se torna uma estratégia para tentar estabelecer um diálogo com a administração para a legitimação de grupos criativos de contracultura (que não fazem parte da cultura de massa ou que, por sua natureza, jamais integram os sistemas de mercado cultural). A luta desses grupos buscava a conquista de um espaço político e territorial.

Casos de muito sucesso também se tornaram um problema do ponto de vista do cenário futuro de usos entretanto. Robert Shaw (do Prinzessinnengarten Kollektiv) relatou, durante entrevista concedida em agosto de 2020, que há alguns anos ele e seus sócios elaboraram uma proposta para ocupação de um terreno baldio pertencente a um grupo privado de investimentos imobiliários. A proposta, embora bem valorizada pelos proprietários, foi rejeitada por "ser muito boa", ou seja, porque poderia gerar vínculos e relações sociais tão positivas com a comunidade que sua futura remoção para construção de prédios poderia impactar negativamente na imagem da empresa. Em vez disso, optou-se por um campeonato de voleibol, de caráter estritamente efêmero, cujo comportamento espaço-temporal não geraria riscos para a conversão permanente. A crise imobiliária de 2008, porém, provocou a falência da empresa e o lote foi comprado pela prefeitura.

Para Robert, a crise imobiliária pode ser considerada a última onda de estímulo à criação de usos temporários em Berlim. Além de afetar a economia em geral (com o aumento do desemprego e, por exemplo, do número de imóveis vagos), impactou diretamente o setor da construção civil, que deixou paralisadas muitas áreas que receberiam investimentos para a construção de prédios. O Estado, na tentativa de conter a crise, comprou muitos desses espaços, que se somaram ao já grande banco de terrenos que possuía (segundo Robert Shaw e Jan Liesegang, antes da crise de 2008, Berlim tinha uma realidade de compra e venda muito dinâmica e de grande desenvolvimento fundiário, envolvendo o estado, que funcionava como agente imobiliário – segundo Shaw, “parecia um terreno público ebay”). Preenchido com espaços vagos sem perspectiva de investimento, o mesmo estado começa a convocar ocupações temporárias para reestimar usos temporários em toda a Alemanha. Esta foi a fase em que grande parte das hortas urbanas de hoje entraram neste circuito. Atualmente, a retoma econômica voltou a alterar o cenário destas ocupações para uma situação de maior insegurança no terreno e na manutenção dos seus empreendimentos, questão que será abordada nos exemplos seguintes.

3.2.2 Usos do “entre” - a popularização da temporariedade e os casos de Londres¹⁵³

Londres é um dos exemplos mais representativos de espacialidades temporárias com diversos ritmos (sazonais ou “do entre”). Ela foi uma das principais cidades que sofreram com a crise imobiliária de 2008, o que levou os gestores a tomarem medidas e requisitar ajuda em nível nacional, para impedir que a cidade se tornasse uma nova Berlim – repleta de vazios urbanos em que os valores da terra despencaram aceleradamente. Com medo de ter de enfrentar uma crise sistêmica e atendendo às demandas anteriores da população, o governo autorizou a realização de acordos de uso e ocupação do solo mais flexíveis (de mais curto prazo) e começou a fazer chamadas públicas para grupos culturais ocuparem as áreas de propriedade pública em áreas que estavam em processo de transformação.

O cenário urbano cultural de Londres depois de 2008 floresceu aceleradamente e ganhou atenção da mídia (BISHOP & WILLIAMS, 2012) e de pesquisadores que observavam neste contexto uma possibilidade de levar as suas discussões sobre o espaço urbano a um público mais amplo. No campo da prática a grande disponibilidade de espaços vazios foi tomada novamente como possibilidade de experimentação criativa e de construção de alternativas nas formas de produção e apropriação do espaço urbano (FERRERI, 2022).

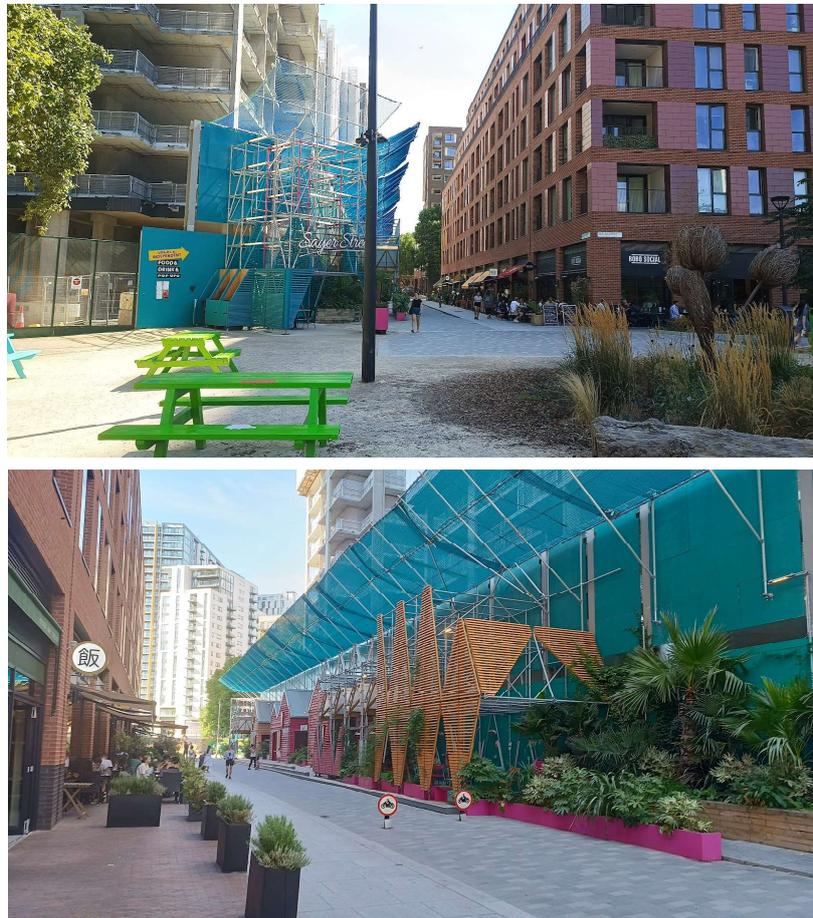
Quase 15 anos depois, Londres já superou o problema econômico imobiliário, a cidade se mantém como um dos metros quadrados mais caros do mundo e obras de transformação e regeneração urbana se espalham no centro e distritos mais periféricos. Como muitas outras cidades da Europa, ela ainda contempla um banco de terras remanescentes do período industrial que ainda são atrativas para o mercado, mas edifícios mais recentes, do período pós-guerra já estão se tornando o novo foco de interesse dos processos de reprodução urbana.

O entendimento londrino de ativação temporária e resignificação de áreas deterioradas, no entanto, possui singularidades: eles costumam vir atrelados à reativação do comércio e à inserção de atividades de lazer e entretenimento. Essa aliança entre tendências de consumo dentro do mercado imobiliário e processos de renovação urbana ganhou o gosto público londrino (turistas e moradores) e, portanto, a atenção especial do mercado. Peter Bishop cita, em sua entrevista, que hoje não há um grande empreendimento urbano de Londres que não preveja a ocupação de seus terrenos de forma temporária durante as fases do projeto. Os retornos financeiros que este modelo trouxe foram tão grandes que hoje eles já se tornaram parte do *mainstream*. Esse processo de absorção esvaziou o conteúdo político das intervenções, mas fez também com que elas se tornassem parte de seu cotidiano.

O Elephant Park – empreendimento controverso em uma área consideravelmente central e consolidada da cidade – já recebeu mais de 4 projetos de ocupação temporária diferentes – entre eles um jardim “natural” e ativações de tapumes como playground, praça de alimentação e espaço comercial –, que foram sendo realizados de forma alternada dentro do território em transformação. Localizado na região de Elephant & Castle – área de maioria latina, mas que passa atualmente por um processo de gentrificação –, o “parque” é, na verdade, um projeto urbano-imobiliário executado em várias fases, que contém parques

¹⁵³ Os dados deste tópico ainda estão sendo processados, devido ao levantamento recente feito em agosto de 2022. Londres era um dos estudos de caso do período de intercâmbio (2020) e as incursões empíricas tiveram que ser adiadas devido à pandemia.

(espaços públicos) temporários e permanentes entre os novos edifícios de uso misto verticais. É um dos exemplos em que a incorporadora imobiliária tornou-se produtora de espacialidades temporárias, mais adequadas a seus interesses e ao gosto de seus consumidores. Esse processo evita eventuais movimentos de resistência que poderiam ocorrer em contratos assinados com grupos terceiros.



Figuras 13 e 14 – Intervenção temporária projetada por Jan Kattein e executada ao longo da Sayer Street, dentro do projeto de transformação urbana Elephant Castle. O projeto visava manter ativa uma das laterais da rua, que contém atualmente um tapume da obra de um edifício vertical. Para que a área de restaurantes não fosse afetada negativamente pela construção, optou-se pela instalação de vegetação, uma praça de alimentação e espaços experimentais para micro-empresas locais. Fonte: Maira C. Daitx (ago/2022).

Peter Bishop, em entrevista dada em 2022, afirma que este esquema de preenchimento do tempo ocioso em projetos de transformação urbana foram se popularizando na década passada, após a boa repercussão midiática que os usos “do entre” tiveram. A estratégia de ocupação e realização de eventos temporários em áreas que receberiam projetos urbanos foi implementada de forma experimental pela prefeitura de Londres no entorno da estação de Kings Cross. O intuito das intervenções era minimizar o impacto negativo que tais projetos de requalificação urbana costumam ter para os usuários do espaço público e os moradores da região. Esse modelo de planejamento urbano mais “assertivo” foi ganhando popularidade junto aos movimentos de retomada da economia local e de recuperação das ruas comerciais. Durante a crise imobiliária os principais imóveis

esvaziados foram os comércios de rua que eram gerenciados por microempresas, geralmente de moradores do próprio bairro. Logo, a imagem negativa da crise foi pontuada, também, pela reminiscência exclusiva das grandes marcas internacionais como McDonald's e Pizza Hut. Por meio de projetos de reativação das ruas comerciais, a prefeitura de Londres, em parceria com os distritos, foi lançado projetos de reativação dos estabelecimentos esvaziados, com incentivos à redução do preço e prazo dos aluguéis e garantido, por meio de editais, projetos de readequação da paisagem urbana. Em pouco tempo, o ressurgimento do comércio local foi sendo atrelado, também, ao ressurgimento de uma microeconomia de bairro. Projetos de recuperação urbana e econômica que eram mais inclusivos com a população local passaram a ser melhor vistos no mercado imobiliário também.



Figura 15 – Projeto Blue House Yard, iniciado pela empresa Meanwhile Spaces. Ele deveria ter acabado em 2022, mas com o advento da pandemia e a perspectiva negativa de recuperação econômica a curto prazo, o distrito renovou o contrato de concessão de baixo custo com a empresa.. Fonte: Máira C. Daitx (ago/2022).

As propostas de ocupação temporária feitas pela empresa Meanwhile Spaces incorpora esses ideais de engajamento comunitário e fortalecimento da economia local. A Meanwhile Spaces é uma empresa sem fins lucrativos que começou a atuar no pós-crise e vem realizando múltiplas parcerias com distritos londrinos para a ocupação temporária de seus lotes vazios ou ociosos. Ela funciona como uma “imobiliária social”, que possui autorizações jurídicas que permitem a assinatura de contratos “meanwhile” no território inglês. Ela aluga os espaços por períodos mínimos de 5 anos (um *leasing* curto para o padrão londrino), investe no programa de transformação da área por meio de construções de baixo custo temporárias ou reforma de edifícios e posteriormente subloca as unidades por alugueis de curta temporada (6 meses a 1 ano) a valores reduzidos para microempreendedores locais. A seleção dos inquilinos é sempre feita visando não estimular a concorrência entre si (só há *uma* loja de roupas, *um* restaurante, *uma* galeria de arte, etc.) e formar parcerias que possam ser frutíferas a longo prazo (por exemplo, empregar usos complementar como: uma galeria de arte e um ateliê de artesanato; uma barbearia e um salão feminino; um produtor de alimentos e um restaurante, etc.).

Mas qual é a realidade desses empreendimentos temporários, pouco mais de 10 anos após o período agudo da crise imobiliária que afetou os negócios londrinos? O cenário para essas intervenções não parece mais tão promissor para aqueles que utilizam a temporariedade como oportunidade para a criação e o desenvolvimento projetos sociais, culturais ou econômicos alternativos. Por exemplo, o Blue House Yard, um dos empreendimentos temporários iniciados pela Meanwhile Spaces, em 2017, feito em parceria com o distrito de Haringey teve o seu contrato de 5 anos vencido em 2022. A renovação da permissão de uso do espaço ocorreu, mas veio com consideráveis alterações no preço do aluguel exigido pelo distrito, em comparação com os valores acertados em 2017 (mesmo com a perspectiva negativa de recuperação econômica devido à pandemia). Em Londres, como em outras cidades europeias, os órgãos estatais (nacionais, regionais ou locais) são proprietários de muitas parcelas de terra onde se planeja realizar empreendimentos de renovação urbana. De certa forma, eles acabam atuando tal como qualquer outro proprietário de terras, podendo adequar seus valores de acordo com o mercado, ainda que faça permissões e estabeleça restrições dos usos de seu patrimônio imobiliário de acordo com os interesses dos planos de desenvolvimento urbano para a área.

Com o histórico positivo de ocupação e ativação temporárias em contratos diretos entre Estado e iniciativas privadas (algumas sem fins lucrativos), muitas áreas que ainda eram de propriedade pública acabaram sendo revalorizadas no mercado imobiliário, mas ainda não são territorialmente atrativas para investidores interessados em comprá-las para a realização de empreendimentos imobiliários (com ou sem fins sociais). Portanto, os distritos mantêm o interesse de ocupação da área, mas não necessita tanto que essas áreas sejam ocupadas com usos “criativos”, “que fortaleçam a economia local”, etc., e ele passa a operar dentro de uma lógica de mercado. Se suas terras se valorizam, eles ou as vendem ou sobem o preço dos aluguéis.



Figura 16 e 17 – Dalston Curve Garden, jardim que foi ocupado no pós-crise e que foi legalizado como “uso do entre”, ganhando reconhecimento e se fortalecendo como espaço coletivo em Londres. Atualmente, parte do terreno - parte que é de propriedade privada - está ameaçado de ser reapropriado por conta do vencimento do contrato de uso temporário. Fonte: Maíra C. Daitx (ago/2022).

Outro caso de ocupação temporária londrino que vem sofrendo com o processo de valorização imobiliária é o Dalston Curve Garden. Um parque “temporário” criado no pós-crise e que está ativo há 15 anos, hoje sofre a ameaça de ter parte de seu terreno perdido porque a antiga proprietária (neste caso um grupo privado de shoppings) quer

utilizar a área para a construção de um estacionamento. O espaço, que havia conquistado um modelo de manutenção voluntária e cooperativa (os ajudantes devem se associar ao grupo sem fins lucrativos que gerencia o espaço e tem o contrato de ocupação) busca um diálogo com o poder público para que ele compre a área privada e estabeleça todo o território do parque como área verde e para fins sociais.

Este caso era um dos exemplos representativos de ocupação da classe criativa e dos ativistas sociais que viram nos contratos de usos temporários abertos pelo governo inglês uma oportunidade para a implementação de seus territórios “utópicos”, mas que hoje sofrem com essa relação de permanente temporariedade (tal como os casos das hortas de Berlim). A presença de espaços como este é cada vez menor em Londres, onde as versões *mainstream* feitas pelas próprias incorporadoras imobiliárias têm dominado o cenário da capital.

Estes processos gentrificadores, no entanto, podem ser contrabalanceados com outros exemplos mais “positivos” de ocupação temporária. No tópico seguinte, mostraremos como empresas que atuam no ramo imobiliário, mas produzindo habitações de interesse social, também podem utilizar das mesmas estratégias publicitárias das empresas convencionais, para tornar seus projetos mais atrativos para o bairro de uma forma mais inclusiva e participativa; abrindo seus espaços públicos à comunidade e incluindo grupos historicamente excluídos nos processos de redensolvimento urbano.

3.3 Usos pioneiros como estratégia de inclusão socioespacial - o caso de L'Autre Soie, em Lyon

Villeurbanne é uma cidade da região metropolitana de Lyon, que passa por um dos maiores processos de transformação urbana de sua história, com projetos de intervenção voltados principalmente para o aumento do seu potencial construtivo por meio de edifícios residenciais verticais, requalificação de edifícios antigos e mistura de usos do solo. Entre os projetos realizados está o *Home Silk Road* (um trocadilho com as palavras “*Home Sweet Home*” e “*Silk Road*”, já que o bairro Carré de Soie era a antiga rota da seda que ligava as indústrias da região ao município de Lyon).

Carré de Soie é um bairro que tinha tradição na produção de seda (*soie* em francês) e possui um grande número de prédios industriais hoje desocupados em decorrência do processo de desindustrialização comum às metrópoles urbanas na segunda metade do século XX. De 2018 a 2020, o projeto L'Autre Soie ocupou temporariamente o antigo prédio do Instituto Universitário de Formação de Professores (IUFM des Brosses) com o objetivo de experimentar novos usos para o bairro em transformação.



Figuras 18 e 19 - Ocupação temporária da construção do antigo Instituto Universitário de Formação de Professores, realizado por grupos relacionados à produção de moradias sociais e ao Centro Cultural da CCO. O edifício teve seu térreo usado para abrigar várias empresas, entidades sociais e artistas por um período de 2 anos (2018-2020). Ele está sendo reabilitado com fundos da União Europeia. À esquerda, a fachada principal do edifício; à direita, fundo voltado para a área do futuro parque. Fonte: Maíra C. Daitx (set/2020)

O projeto L'Autre Soie está localizado em uma zona de transformação urbana – a Carré de Soie –, que recebeu inúmeras construções verticais nos últimos anos. Está localizado em uma área de Villeurbanne (região metropolitana de Lyon) próximo da fronteira com o município de Vaulx-en-Velin, perto de um shopping, um terminal multimodal, centros de negócios, indústrias antigas, centros de distribuição (alguns ativos ainda) e uma área residencial de baixa densidade (no município vizinho). Sua singularidade como uso temporário é destacada pela singularidade de seus agentes que, além de serem responsáveis pelo projeto permanente de reconversão e reabilitação arquitetônica da área, também são os usuários temporários do espaço. As empresas que compõem o grupo responsáveis pelo projeto foram instaladas nos edifícios antigos do Instituto Universitário de Formação de Professores, que incluem o edifício histórico e um edifício mais recente ao lado. Além disso, a área também serve como uma recepção para pessoas em situação de risco (anteriormente, recebeu refugiados), que, além de estarem representados nas empresas gestoras do projeto, também devem se tornar residentes permanentes da área após sua conversão. Este é o único caso em Lyon em que os usos temporários foram projetados como testes para usos permanentes de maneira integrada. Segundo Laurine Alfandari, consultora do CCO, "a ocupação temporária já é considerada a primeira fase do projeto, antes de sua construção permanente". Os resultados obtidos durante a ocupação temporal foram considerados nas revisões do projeto final, que está em fase de construção, e deve ser entregue em fases.



Figuras 20 e 21 - Imagens dos arredores de L'Autre Soie, que incluem shopping centers e centros empresariais construídos nos últimos anos (à esquerda), bem como casas operárias do início do século XX (à direita). Fonte: Maira C. Daitx (set/2020).

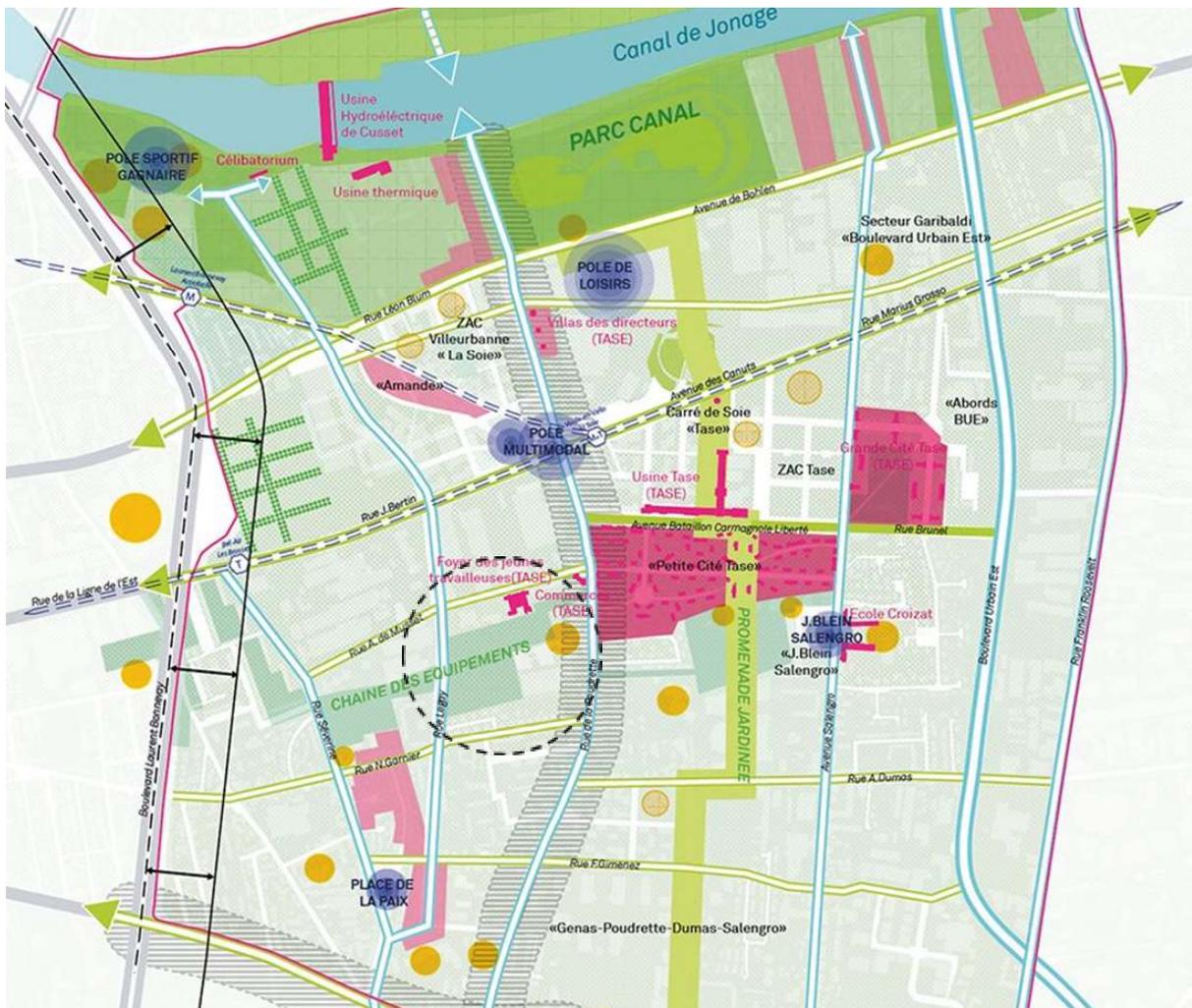


Figura 22 - Resumo do Projeto Urbano do território "Carré de Soie", coordenado pela Métropole de Lyon. Em destaque está a área do projeto L'Autre Soie, considerado um "espaço para jovens trabalhadores". A área verde destinada a ser um parque é definida como parte de uma "cadeia de equipamentos". Fonte: Carré de Soie - Grand Lyon

Ao contrário de outros exemplos nos quais os ocupantes temporários deixam o espaço sem ter nenhum relacionamento com o projeto de renovação urbana, o caso de L'Autre Soie traz à luz a possibilidade de frentes de ação sobrepostas, usos espaciais e grupos de diferentes áreas de especialização na criação de um projeto mais inclusivo que abrange diferentes percepções temporárias e formas urbanas de relação socioespacial.



Figura 23 - Implantação do projeto L'Autre Soie. Da esquerda para a direita: Lote 01 - Sede da Alynea, salas de ensaios e sala de concertos; Lote 02 - Habitação privada para cooperativas; Lote C1 - Habitação Social e "Primeira Habitação" (Logement D'Abord); Lote C2 - ainda a definir; Lote A (piso térreo do edifício histórico) - Espaço de coworking, incubadora cultural, espaço digital (parte do projeto de inclusão profissional da Alynea), restaurante e anfiteatro; Lote A (pisos superiores) - Residência parental (para pais com problemas familiares) e residência estudantil; Lote B1 e B2 - Habitação para idosos, "Primeira Habitação" (Logement d'abord), Habitação Social Familiar e Habitação Participativa. Fonte: Le Progres

Atores envolvidos no projeto

A L'Autre Soie é desenvolvida por 2 atores diferentes. O GIE (Groupement d'Intérêt Économique) "La Ville Autrement" ("Uma Outra Cidade") é um grupo de entidades que trabalham com moradias sociais (Aralis Foundation, EMH - Est Métropole Habitat e RSH - Rhône Saône Habitat) e abrigos temporários para pessoas em situação de vulnerabilidade social (Alynea). As três instituições habitacionais realizam uma série de atividades, variando de aluguel social, o fornecimento de unidades habitacionais de propriedade privada para grupos com baixa renda (financiamento social) a casas de acolhimento (um tipo de habitação social intermediária entre acomodações temporárias e convencionais de

moradias sociais¹⁵⁴). No projeto L'Autre Soie, o GIE tem o papel de coordenador do projeto e operador urbano.

A Fundação Aralis¹⁵⁵ será a proprietária e gerente das casas de acolhimento (residências sociais); a EMH¹⁵⁶ foi a encarregada da reabilitação do edifício histórico para ocupação temporária e será responsável pela construção e gerenciamento de moradias de aluguel social e residência estudantil; a cooperativa RSH¹⁵⁷ será responsável pela construção e administração de habitações de propriedade privada para seus membros; Alynea¹⁵⁸ já era responsável pela recepção de refugiados durante 2016 e gerenciou as 40 moradias móveis (contêineres) para a recepção de emergência de famílias e indivíduos em risco durante a fase intermediária do desenvolvimento do projeto, e que em 2020, estavam ocupando o prédio ao lado da antiga IUFM. Ela também terá sua sede na área e será responsável pelas unidades de "primeira habitação" (*logement d'abort*), com projetos sociais para a inclusão econômica.

O segundo ator, além do GIE, é o CCO (Laboratório de Inovação Social e Cultural)¹⁵⁹, que tem um papel estruturante em L'Autre Soie, principalmente porque foi o coordenador da intervenção temporal, responsável por transformar o espaço do edifício histórico e do parque (área verde localizada atrás de edifícios) em equipamentos de ação cultural e social¹⁶⁰. Atualmente, ele tem o papel de comunicação social do projeto (realização de oficinas de integração com o bairro). No final da transformação, o CCO terá um espaço para seus escritórios e um auditório para apresentações, além de ser responsável pelo gerenciamento de espaço de *coworking* e pela organização de eventos na área do projeto.

¹⁵⁴ Na França, baseada em aluguel social.

¹⁵⁵ "A Fundação Aralis é uma fundação de integração através da habitação que oferece alojamento temporário, para dar resposta a diversas situações, tendo no centro da sua ação a preocupação com todos aqueles que têm dificuldades de acesso à habitação ou que se encontram em deslocamento pela região. Simultaneamente, oferece, a quem necessita, acesso a direitos, serviços de saúde e cuidados, prestando assistência para que possam ter acesso a habitação permanente." (L'AUTRE SOIE, tradução nossa, acesso em dezembro/2020)

¹⁵⁶ "Est Métropole Habitat é um escritório público de habitação (OPH - office public de l'habitat). Ator histórico, construtor e gestor de habitação social há mais de 90 anos, a organização EMH está ligada à Métropole de Lyon e é uma das três comunidades sociais proprietárias do projeto L'Autre Soie. A Est Métropole Habitat cumpre uma missão de serviço público: acolher quem tem dificuldades em encontrar alojamento no mercado imobiliário privado. Atualmente, o escritório administra um portfólio de mais de 16.000 residências." (L'AUTRE SOIE, tradução nossa, acesso em dezembro/2020).

A Est Métropole Habitat, segundo Willian Lafond (entrevistado representante do GIE), já havia atuado em outros projetos com a ativação de seus espaços para habitação emergencial. A EMH é a empresa que tem maior capacidade econômica para adquirir lotes ou edifícios para construção de habitação social entre os quatro membros do GIE.

¹⁵⁷ "A RSH é uma sociedade anônima e cooperativa de construção. Criada há 65 anos, conta com 40 colaboradores e está estruturada em torno de três negócios principais: promoção imobiliária, gestão de condomínios e gestão de arrendamentos. A sua estrutura cooperativa implica regras de funcionamento específicas: cada proprietário e cada inquilino é sócio da empresa; os lucros não são distribuíveis e são reinvestidos em benefício da atividade de construção; os diretores da empresa são voluntários. A sua vocação é proporcionar às famílias soluções eficazes em termos de aquisição e arrendamento de habitação." (L'AUTRE SOIE, tradução nossa, acesso em dezembro/2020)

¹⁵⁸ "Há 45 anos a Alynea acompanha pessoas em situação de vulnerabilidade social com uma abordagem multidisciplinar (alojamento, formação, integração socioprofissional, apoio psicossocial, etc.) e personalizada. Todas as noites, recebe mais de 650 pessoas e apoia mais de 6.000 pessoas em sua jornada de integração." (L'AUTRE SOIE, acesso em dezembro/2020)

¹⁵⁹ "O CCO é um laboratório de inovação social e cultural ancorado no território da metrópole de Lyon há mais de 50 anos. Território de cultivo de iniciativas e encontros coletivos, o CCO apoia anualmente mais de 310 associações, bem como 80 grupos artísticos de diferentes estéticas, amadores ou profissionais." (L'AUTRE SOIE, tradução nossa, acesso em dezembro/2020)

¹⁶⁰ Em entrevista realizada em 2020, William Lafond, do GIE, comenta: "a intenção de L'Autre Soie não é apenas criar edifícios, mas também comunidades".



**Figuras 24 e 25 - Evento organizado pelo CCO durante um final de semana. O espaço do "parque" é transformado para a realização de shows musicais e atividades gastronômicas.
Fonte: Maira C. Daitx (set/2020)**

O Estado (a República da França) também cumpriu um papel inicial na criação de L'Autre Soie, já que era o proprietário da área onde o projeto urbano está sendo realizado, garantindo a concessão do espaço e o contrato de venda ao grupo. A União Europeia (através da Frente de Ação da UIA "Urban Innovative Actions") também teve um papel fundamental, como financiadora do projeto, com um investimento de €5 milhões, utilizados na reconversão temporária e permanente do edifício histórico e da inclusão dos grupos mais vulneráveis dentro do projeto. Esses fundos também tornaram possível que o projeto tivesse um caráter mais inovador – fora do padrão francês de aluguel social e de "mercado popular" – com a inclusão de opções de abrigo de emergência, primeira habitação etc., isto é, a idealização de um projeto habitacional misto. Quem gerencia esses fundos, no entanto, não é o grupo de atores, mas sim a Métropole de Lyon, que opera como um agente de comunicação entre eles e a UE, garantindo que os objetivos sociais do projeto sejam mantidos em cada estágio.¹⁶¹

História do projeto

Nos anos anteriores ao projeto L'Autre Soie, o CCO estava instalado em um prédio que será demolido (em 2024), o que fez com que o grupo tivesse que planejar sua partida e procurar uma nova sede para suas atividades de longo prazo. Ao mesmo tempo, o GIE "La Ville Autrement" estava procurando um espaço na metrópole de Lyon, onde pudesse desenvolver seu projeto de habitação social mista. Logo, os dois grupos estabeleceram uma associação em 2015 para desenvolver o projeto de transformação urbana. Inicialmente, a aliança entre o CCO e o GIE estabelecia apenas o fornecimento de uma sede para o grupo cultural, em troca de suas atividades de inclusão cultural e ações de integração social no

¹⁶¹ Laurine Alfandari (CCO) explicou, durante a entrevista de 2020, que a Métropole de Lyon não influencia as decisões do CCO sobre as atividades culturais e de inclusão social que acontecem no espaço.

bairro. Ainda não havia planos para uma ocupação temporária e cada empresa desenvolveu suas atividades em diferentes lugares.

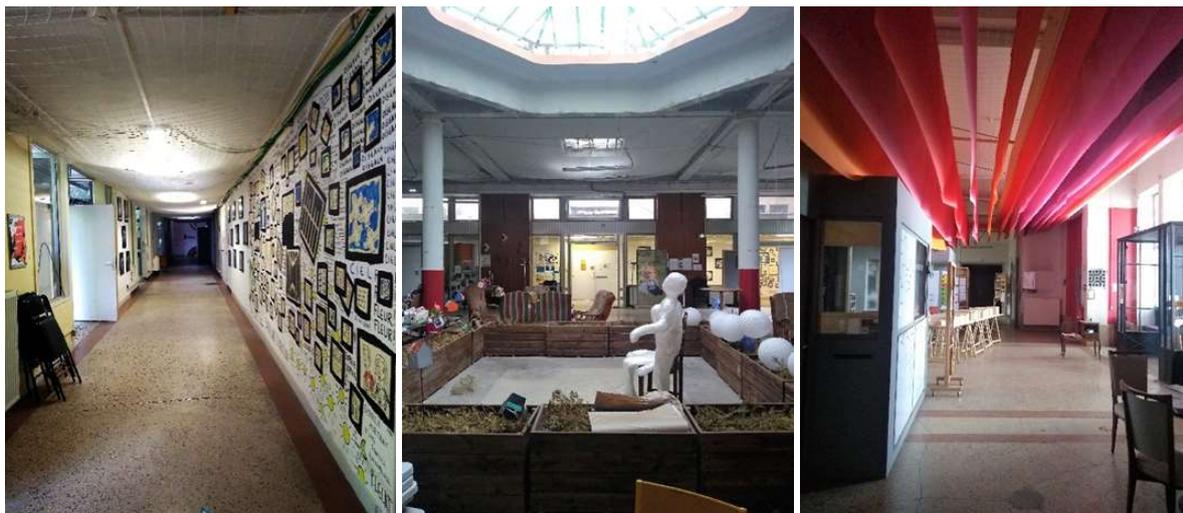
A área do edifício histórico do Instituto Universitário de Formação de Professores (IUFM des Brosses) (da década de 1920) em Villeurbanne, estava abandonada desde 2008 e era de propriedade pública. Como o GIE é um grupo urbano sem fins lucrativos (com foco em moradias sociais), o Estado (antigo proprietário da IUFM) concedeu o espaço para uso temporário por meio de um contrato de ocupação provisória e estabeleceu o compromisso de vender a terra ao grupo assim que os atores envolvidos obtivessem o financiamento necessário para a sua compra. Juntamente com o IUFM, o projeto de transformação urbana também incluía a aquisição de outros edifícios vazios ao redor da IUFM e o espaço livre dos fundos, de propriedade privada. Em 2016, a área recebeu vários refugiados e imigrantes que ocupavam o acampamento da Selva de Calais, desmantelado pelo Estado francês, e que transferiu a responsabilidade de abrigar essas pessoas entre diferentes cidades do país. Este grupo foi temporariamente designado para o prédio ao lado do edifício histórico (onde ficava a sede da Alynea).



Figuras 26 e 27 - Edifício que acolheu os refugiados deslocados da Selva de Calais. Durante a visita, eu estava hospedando as pessoas em risco e funcionando como sede da ONG Alynea. O edifício será demolido na próxima fase do projeto e as famílias serão realocadas para um edifício de contêiner na mesma área. Fonte: Máira C. Daitx (fotografias tiradas em setembro de 2020)

Em entrevista, Laurine Alfandari (do CCO), relata que o grupo (GIE + CCO) enviou uma proposta independente à União Europeia solicitando o financiamento do projeto, que não foi concedido. No entanto, no ano seguinte, estabelecem parceria com a Métropole de Lyon para o reajuste da proposta, no qual finalmente obtiveram o financiamento.

Em outubro de 2018, começou a ocupação temporária do edifício histórico, chamada L'Autre Soie. Os seus principais objetivos eram atrair a atenção do público e das autoridades para o projeto, ativar o espaço ocioso através de atividades sociais e culturais em conjunto com grupos locais (centro cultural, abrigo juvenil, associações de bairro) e testar outros usos temporários que pudessem ser incorporados ao projeto final de L'Autre Soie (por exemplo, escritórios e ateliês). Para isso, o CCO, o GIE e a cidade de Villeurbanne fizeram uma chamada para grupos, instituições e pessoas autônomas (como artistas) que estivessem interessados em se estabelecer no térreo do edifício por um período de dois anos, em troca de um aluguel a preços mais baixos do que os do mercado imobiliário convencional.



Figuras 28, 29 e 30 - As áreas do térreo que foram ocupadas pelas entidades escolhidas pelo edital de usos temporários - entidades sociais, artistas, ONGs -. O espaço foi desocupado no final de 2020, para que as obras de remodelação pudessem começar em 2021. Durante a ocupação, vários eventos e intervenções artísticas foram realizadas dentro do edifício. Fonte: Maíra C. Daitx (fotografias tiradas em setembro de 2020)

Em 2019, o GIE e o CCO criaram uma sociedade (SAS - *Société par actions simplifiée*) e finalmente compraram o terreno para o projeto permanente. Em outubro de 2020, os grupos instalados no edifício desocuparam o edifício para o início das obras de reabilitação (reforma e restauração) iniciadas em 2021. O CCO e o GIE transferiram suas sedes para um pequeno prédio de escritórios ao lado do IUFM (também adquirido pela operação). Na entrevista realizada em 2020, Laurine Alfandari (CCO) explica que essa transferência do CCO para a mesma área do projeto foi resultado de uma busca constante por alternativas para que o centro cultural não precisasse retornar à sua sede original, fora de Villeurbanne e longe da área onde o grupo exercitava suas atividades de integração social com o bairro. Segundo ela, essa realocação não seria muito lógica para os objetivos do projeto, porque poderia gerar uma "quebra" dos relacionamentos estabelecidos, que devem continuar mesmo após a renovação da área. Outros grupos que foram instalados temporariamente (como artesãos e outros grupos que precisavam de mais infraestrutura) foram desenvolver suas atividades em outros lugares.¹⁶²

As famílias que foram alojadas nos prédios a leste do IUFM, na sede da Alynea, também tiveram que se mudar para um conjunto de contêineres temporariamente instalados em um lote vago ao lado do prédio de escritórios. Um dos edifícios anteriormente ocupados já foi demolido e a área aguarda a construção das unidades habitacionais do projeto.

¹⁶² Durante a entrevista em setembro, Laurine confirmou que todos os grupos que se estabeleceram temporariamente já tinham encontrado novos locais para suas atividades.



Figuras 31 e 32 - À esquerda está o edifício de contêiner que recebeu as famílias alojadas por Alynea. No momento das fotografias, o espaço estava sendo construído. À direita, o prédio de escritórios que abriga atualmente o CCO e o GIE. O edifício histórico pode ser visto em segundo plano, atrás das árvores. Fonte: Maíra C. Daitx (fotografias tiradas em setembro de 2020)

O CCO e o GIE devem permanecer no prédio ao lado da IUFM por aproximadamente 3 anos. Em 2020, a Alynea já estava trabalhando na fase de realocação das famílias para os contêineres¹⁶³, que de acordo com William Lafond (membro do GIE) é um dos estágios mais complicados do ponto de vista social do projeto - o espaço do contêiner para cada família é menor do que o que eles tinham em o edifício educacional adaptado. Algumas áreas do edifício histórico que serão reabilitadas ainda não têm um uso definitivo.

O trabalho do CCO estava sendo de grande importância para o estabelecimento de boas relações de vizinhança na zona de intervenção e, juntamente com o restante das entidades envolvidas, para a inclusão de grupos vulneráveis nos objetivos e ações do projeto. Ao contrário de outras intervenções temporárias que operam em espaços vazios de acordo com projetos de renovação urbana, a L'Autre Soie propunha o diálogo entre todas as fases de ocupação (temporária e permanente), com objetivos alinhados e cooperativos. Essa característica pode ser definitiva no futuro, pois pode ajudar a evitar vetores de gentrificação e exclusão socioespaciais que são comuns nestes tipos de intervenção.

Neste projeto, foi observada uma harmonia entre todos os grupos envolvidos: primeiramente porque a ocupação temporária aconteceu em conjunto com o momento em que os fundos de financiamento para a reconversão permanente do edifício foram obtidos (advindos da União Europeia), evitando um possível sensação de perda que geralmente ocorre quando os lotes vazios não são reabilitados logo após a desocupação.

Nenhum aspecto resistivo contra a desocupação do edifício após o término do contrato foi constatada (tanto por meio das entrevistas, quanto por uma análise das mídias digitais e redes sociais sobre o cenário de ocupações temporárias em Lyon). Laurane Alfandari (CCO) citou na entrevista em 2020 que o pouco conforto térmico do espaço era

¹⁶³ Esses recipientes devem ser reutilizados em outros projetos do grupo quando L'Autre Soie terminar.

um dos principais motivos pelos quais qualquer tentativa de permanência estendida no edifício (com ou sem o consentimento legal) foi descartada desde o início. Além disso, o restante dos ocupantes temporários que não faziam parte do projeto de transformação urbanas (os que ocuparam o prédio por meio do edital) não foram excluídos do processo de reavaliação dos usos permanentes do projeto, sendo inclusive incluídos como possibilidade de reassentamento no futuro espaço de "coworking" – que só foi definido após a fase experimental temporária. Esta função poderá atender às diferentes necessidades dos grupos interessados caso quisessem voltar para esta localidade no futuro¹⁶⁴.

Outro fator que reforçou a harmonia do projeto, era o fato de L'Autre Soie sempre ser divulgado como uma *transformação permanente*, que possuía uma *fase experimental de ocupação temporária*, e cuja ação serviu para dar mais identidade à área, principalmente ao edifício da IUFM. Estas características tornam mais difícil uma percepção errônea da permanência ou impermanência das ações, porque elas fazem parte do mesmo conjunto, não há conflito entre diferentes ideologias da cidade, como em outras situações que acontecem mesmo em Lyon e em outras cidades da Europa – nas quais os grupos culturais são utilizados como *meio* para a valorização da área e depois descartados; ou nas quais não há conexão entre os usos temporários e os usos permanentes (um espaço cultural que depois de um tempo vira um espaço corporativo, por exemplo).

L'Autre Soie também se apresenta de forma singular porque, porque os agentes desenvolvedores do projeto urbano não fazem parte do modelo imobiliário convencional, estando afastados das lógicas reprodutivas de extração de renda pela transformação imobiliária. As fundações, associações e instituições que operam dentro do braço da habitação do projeto trabalham com o fornecimento de unidades de habitação social e de assistência social para pessoas em situação de vulnerabilidade. Por mais que não sejam representativos dos grupos de resistência, eles também não fazem parte dos grupos hegemônicos que dominam a produção de espaço urbano em escala global (investidores financeiros, grandes proprietários de terras, construtoras e incorporadoras etc.). Portanto, com relação a essa questão, pode-se inferir que L'Autre Soie é um exemplo híbrido, representativo de um projeto que usa estratégias de temporariedade típicas dos movimentos sociais e de cenários de resistência, mas tem um certo grau de neutralidade política na relação com a administração e seus corpos legislativos (não tem intenções radicais de experimentação do espaço urbano).

O uso temporário realizado no projeto L'Autre Soie, mais do que um exemplo de ocupação temporária, aponta de inovações no campo da habitação social, incorporando várias modalidades no mesmo local. De acordo com William Lafond (do GIE), a ideia do projeto era cobrir todas as etapas necessárias para a inclusão social de pessoas e famílias no território: com unidades habitacionais de emergência, primeira habitação, moradia compartilhada, aluguel social e moradia de "mercado popular", além de outros espaços especificamente destinados a refugiados com diferentes características sociodemográficas (solteiros e famílias, jovens e idosos). Cada um dos tipos acima mencionados representaria um "estágio" na vida da pessoa que recebe a assistência social, por exemplo, de uma pessoa que sai de uma "situação de rua" até seu estabelecimento em um lar permanente. Segundo William, um dos principais problemas da França é que, quando uma pessoa ou

¹⁶⁴ Robert Shaw (Prinzessinnengarten Kollektiv), em entrevista dada em 2020, disse que essa estratégia deveria ser usada com mais frequência, pois permite que projetos bem-sucedidos continuem nos locais, e também evita a extensão de projetos que não funcionam. Um dos principais problemas de Berlim naquela época é que os usos temporários estimulados por agentes públicos e privados estavam obtendo excelentes resultados - do ponto de vista social e econômico - mas tinham conflitos com os interesses imobiliários, sofrendo agora com o processo de remoção. Para ele, os usos temporários não devem ser condenados ou criticados em geral, mas sim melhor aproveitados, como no caso de L'Autre Soie.

família "sobe um degrau" no sistema de assistência social, ela é enviada para outro lugar, muitas vezes distante de onde morava antes, perdendo seus laços sociais e territoriais e relações de bairro. Uma oferta mista de moradia social dentro do mesmo empreendimento habitacional, combinada com o gerenciamento transversal por entidades de assistência social, pode simbolizar uma alternativa mais estável às vidas dessas pessoas. Famílias ou indivíduos seriam acompanhados pelas mesmas entidades desde o início de sua trajetória de ascensão até sua possível "independência" – quando a família ou pessoa atinge a estabilidade financeira a ponto de poder comprar uma moradia dentro do mercado convencional. No exemplo de L'Autre Soie, famílias ou indivíduos nem precisarão passar de sua unidade habitacional para outra quando progredirem nesse caminho, mas será a unidade habitacional que mudará seu status, por exemplo, de “primeiro aluguel” para “habitação social”.

Outro aspecto deste projeto (que também está presente na Haus Der Statistik do próximo capítulo) é que ele também prevê o fornecimento de espaços mistos (moradia, cultura e trabalho) com diferentes períodos de ocupação – desde a recepção de grupos que precisam de tempo para amadurecer seus projetos, quanto grupos que desejam se estabelecer a longo prazo. O espaço terá unidades de moradia estudantil, moradia compartilhada e áreas para reestruturação familiar - perfis com diferentes comportamentos espaço-temporais.



Figura 33 - Jardim social feito em parcela com o grupo Alyne, onde os alimentos são usados pelas famílias ajudadas pelo grupo. Fonte: Máira C. Daitx (set/ 2020)

CAPÍTULO 4

Aproveitando o tempo

4.1 Temporariedade como tática para ação política

De Certeau é um dos autores mais citados entre os pesquisadores de intervenções temporárias, principalmente os que estudam propostas feitas “de baixo para cima” (bottom-up) ou que se enquadrem dentro daquilo comumente considerado “urbanismo tático”. Isso porque o autor desenvolve aquilo que ele chama de “tática do homem comum”, as escolhas feitas (de forma racional ou subconsciente) na vida cotidiana que contrariam as formas de reprodução do pensamento hegemônico. Ele também contrapõe os conceitos de tática e estratégia, estabelecendo uma metáfora com a “ciência da guerra”, em que algumas ações seriam realizadas “dentro do campo do inimigo” e baseadas no contexto imediato da batalha – as táticas –, enquanto outras seriam tomadas à distância, visando-se as vitórias de longo prazo (a guerra) – as estratégias.

A utilização da teoria de De Certeau como justificativa para as benfeitorias das ações de “urbanismo tático” (temporário ou não, a depender de cada produção bibliográfica) pode ser considerada equivocada se considerarmos que, ao longo de sua obra – escrita nos anos 70 e publicada em 1980, quando o termo urbanismo tático ainda nem existia –, o autor explicita que as decisões tomadas por arquitetos e urbanistas são exatamente o contrário daquilo que ele traz como a “tática do homem comum”. De Certeau, em momento algum de seu livro se refere a um “desenho tático” ou propõe algum caminho para o “urbanismo”.

A tática da vida cotidiana se apresenta, sim, por seu caráter disruptivo, quase inconsequente e desconsiderando-se ou contrapondo-se às regras dos instrumentos hegemônicos. Na introdução do livro, sua parceira de pesquisas, Luce Giard, cita que parte da obra foi desenvolvida dentro de um debate que por vezes se opunha, e por vezes se complementava, à obra de Foucault. Inclusive, um dos capítulos do livro trata do autor e de Bourdieu, citando os trabalhos do primeiro, referentes à microfísica do poder.

Dessa forma, como poderíamos entender a produção de ações, direcionadas, previamente estruturadas, pensadas e organizadas¹⁶⁵ dentro de ou se contrapondo a uma ordem hegemônica como uma manifestação das táticas cotidianas apresentada pelo autor? Quando um indivíduo ou grupo propõe um espaço que será utilizado pelo Outro (mesmo que essa proposição vise intenções mais socialmente inclusivas, ecologicamente sustentáveis, multiculturais, etc., ou que sejam construídas “coletivamente”¹⁶⁶ ou de forma adaptativa ao longo do tempo) de uma determinada forma, não seria esta criação uma ação de imposição de uma ideia externa a alguém? A tática – metáfora de De Certeau – no espaço poderia ser vislumbrada nas formas de *usar* o espaço projetado ou outros espaços

¹⁶⁵ É uma ilusão pensar que essas ações temporárias acontecem de forma espontânea no espaço. Elas são pensadas previamente, algumas vezes são, inclusive, desenhadas (o projeto em papel), acordos são feitos entre atores e agentes. Muitas vezes, o projeto da intervenção dura até mais tempo que a própria intervenção em si.

¹⁶⁶ As decisões “coletivas” sempre são realizadas por um grupo de indivíduos, mesmo que interesses comuns a membros externos possam ser considerados. O Outro é o diferente, e, portanto, pode se manifestar no decorrer da ação ou de forma posterior. O Outro, inclusive, incorpora os sujeitos que não mais o são (passados) ou que ainda não são (futuros).

co-produzidos pelo homem comum e não pelo *projeto* em si. Ela requer uma análise a partir de dentro do espaço, da forma como é apropriado.

Por outro lado, ao avançarmos nos argumentos do autor, somos trazidos a questionamentos que vislumbram a possibilidade da *tática projetual*, mas a partir da perspectiva do projetista como homem comum. Ele cita que mesmo dentro dos organismos políticos e institucionais, algumas táticas são realizadas por indivíduos ou grupos de forma a garantir a manutenção de estruturas de poder (microfísica do poder, se embasando em Foucault) ou mesmo a sua erupção. A tática é determinada de dentro do “campo de batalha”, dialogando com os interesses políticos, culturais e econômicos do presente. Dessa forma, a tática poderia ser vislumbrada na prática do campo ampliado da arquitetura e do urbanismo, mas dentro da sua forma de agir e não em seu produto final. O produto final, como o próprio autor argumenta várias vezes, pode ser utilizado como objeto de consumo (o uso ao qual seus criadores e o sistema o destina) ou pode ser apropriado de modo a criar situações de resistência, desviando-se das formas de controle e estabelecendo-se como elemento disruptivo (ainda que, por ser uma prática, seja definida em um tempo e em um espaço, de forma temporária).

Reunindo esses argumentos, o termo “tática” (que dá nome a este tópico) deve ser compreendido dentro deste entendimento de que ela é uma opção entre as formas de *agir*. Ou seja, ao nos referirmos às intervenções estudadas, as táticas temporais empregadas em sua produção dizem respeito, por exemplo: às apropriações sobre o termo “urbanismo tático” pelo discurso midiático e gestor, isentando-o de seu significado contra-hegemônico; ao uso da “temporiedade” como tática política de forma a minimizar eventuais e potentes conflitos territoriais sociais (tema do próximo Capítulo); à apropriação das leis (nos casos não autorizados) que usam as normativas do tempo no planejamento urbano local para a sua legalidade (as intervenções de Cirugeda) (tema deste Capítulo); às apropriações dos mecanismos psicológicos de consumo (de prazer e insatisfação) proporcionado pela realização de eventos, para divulgar formas alternativas de produção da cidade (tema dos capítulos 2 e 3); e à própria apropriação do espaço, quando esta acontece de forma espontânea e disruptiva (por exemplo, as práticas não-previstas do uso das estruturas do Centro Aberto pelos moradores de rua, também apresentadas no próximo Capítulo). Dessa forma, busca-se reforçar o entendimento de que os casos analisados são frutos de uma ação que se concretiza no espaço em um determinado tempo e que uma vez realizado, eles deixam de estar somente no plano das ideias (dos conceitos, discursos, etc.), e passam também a ser apropriados pelos atores sociais (individuais ou coletivos), que interagem com outras forças e interesses atuantes nestes lugares. O estudo destas apropriações é determinante para entender o espaço em sua complexidade e não reduzi-lo às intenções projetuais e aos discursos (e as táticas discursivas) que são dados sobre ele.

4.1.1 Explorações legais - as intervenções em terrenos vazios do coletivo Recetas Urbanas, em Sevilha

Sevilha teve um Novo Plano Geral de Urbanismo (PGOU) aprovado em 2006 que propunha estabelecer um controle mais rigoroso de seus lotes vazios – também conhecidos como solares. Para além da construção de obras provisórias, caso houvesse o interesse do proprietário, poderiam ser concedidas licenças temporárias para a instalação de anúncios (quando aprovados por lei e desde que fora do centro histórico), ou para a sua modificação de seus usos para incorporar atividades de descanso e lazer (como praças), recreação infantil (playgrounds) e até estacionamento de veículos (em caráter "excepcional"). O

proprietário deveria fazer uma inscrição no Registo Predial e depositar um valor caução correspondente aos custos de demolição das estruturas provisórias e limpeza do local, em caso de abandono.

A inclusão de tais usos temporários pode ser considerada uma vitória em uma luta que começou dois anos antes, quando, em 2004, Santiago Cirugeda, arquiteto e líder do coletivo de Recetas Urbanas, enviou uma carta à administração do planejamento urbano de Sevilha, sugerindo a inclusão da permissão para esses usos solares temporários neste novo plano urbano. O texto foi enviado em paralelo à solicitação para abrir as paredes de várias parcelas vazias identificadas por ele como propriedade pública, para a instalação de equipamentos de lazer, temporariamente.



Figuras 34 e 35 - Ocupação temporária em um terreno vazio (*solar*) de Sevilha, projetada pelo coletivo de Recetas Urbanas. Após essas intervenções realizadas pelo coletivo, o governo decidiu incluir no novo plano urbano da cidade diretrizes para o uso temporário de terrenos vazios como parques infantis e áreas de descanso. Durante a discussão sobre o novo plano (2004), várias intervenções foram realizadas em *solares* de propriedades municipal¹⁶⁷ localizados no Centro Histórico. Fonte: Piseagrama

Apesar de modificações consideráveis no texto final, o plano facilitou que os espaços vazios da cidade fossem ativados, sem que seus usos planejados fossem alterados no plano de forma permanente¹⁶⁸. Tais usos não poderiam se sobrepôr ao regime legal de construção forçada, que obriga o proprietário do *solar* a solicitar uma licença de construção em até dois anos (ou um ano, caso esteja dentro do complexo histórico), após a aprovação e validade do novo PGOU¹⁶⁹. Esses lotes, juntamente com os edifícios classificados como

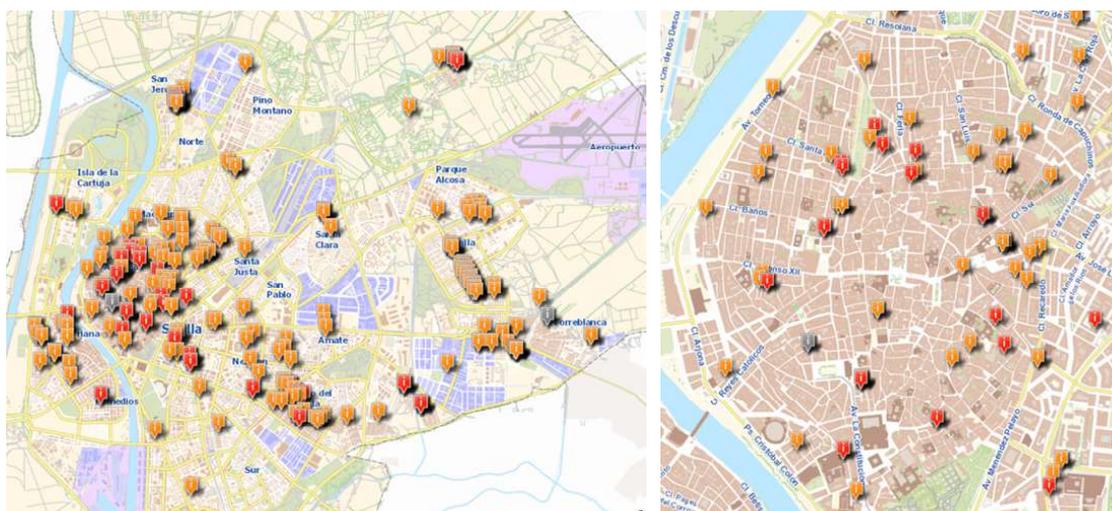
¹⁶⁷ Durante a entrevista com Cirugeda, no entanto, ele confessa que sabia que um dos lotes que receberia uma intervenção não era de propriedade pública, mas o Conselho da Cidade não sabia ou não tinha o registro correto da propriedade. No dia da abertura do *solar* (demolição do muro de cercamento), o proprietário apareceu, acompanhado pela polícia e seu advogado, pedindo a suspensão da atividade. Cirugeda disse que acompanhou a discussão entre o proprietário, os quatro policiais (dois para enviados pela prefeitura e dois chamados pelo proprietário) e o advogado, fingindo que ele não sabia nada. Ao ignorar este fato, sua intenção era, precisamente, mostrar ao conselho municipal que os órgãos públicos não tinham um controle claro sobre suas propriedades – algo que ele garante não ter sido ainda resolvido. O mapeamento de terrenos vazios e edifícios desocupados foi realizado posteriormente, mas a prefeitura deixou de fora os espaços ociosos que eram de sua propriedade.

¹⁶⁸ Existem regulamentos ainda mais rigorosos para ocupações definidas para habitações e outros assentamentos temporários (trabalho sazonal), que podem entrar em conflito com as leis de habitação.

¹⁶⁹ Um lote pode permanecer vago por até três anos. Após esse período, o proprietário recebe uma notificação e começam a aplicar-se os prazos de um ou dois anos para o pedido de licença de construção, consoante a sua localização. Em caso de reabilitação de edifício existente, é dada a possibilidade de prorrogação do prazo por mais um ano. Se o prédio for demolido para a construção de um novo, o prazo é de apenas um ano. Concedido o alvará de obras, o prazo para o seu início é de quatro meses, prorrogáveis por mais dois em casos justificados. No entanto, todas estas datas podem ser alteradas pelas Ordenações Municipais caso a caso

“em ruínas”¹⁷⁰, começaram a ser mapeados pelo Registro Municipal de Solares e Edifícios Ruinosos em janeiro de 2007.¹⁷¹ O objetivo da criação do mapeamento de registro, segundo o planejamento urbano e o gerenciamento ambiental da cidade de Sevilha, era disseminar as informações sobre esses espaços, disponibilizando-os para pessoas ou empresas interessadas em explorá-los para seu próprio uso ou promoção imobiliária. As leis municipais e do conselho que determinam a construção ou reabilitação forçadas, por sua vez, tentam evitar a criação de áreas de abandono nos centros urbanos e, em certo sentido, especulações imobiliárias.

O Novo Plano também definia que os prédios construídos antes de sua aprovação e que fossem considerados irregulares – ou seja, com uso, ocupação, altura, volumetria ou alinhamento totalmente incompatível com o Novo Plano ou que estivessem em espaços destinados ao uso público – podiam ter os seus usos provisoriamente alterados, quando os edifícios estivessem em bom estado de conservação. Esta alteração deve ser analisada caso a caso pela Administração Urbana Municipal. Áreas cadastradas como solo urbanizável – com ou sem setorização e planos de manejo aprovados – ou rurais também poderiam receber obras temporárias, instalações ou construções, desde que suas estruturas e materiais fossem facilmente removíveis.



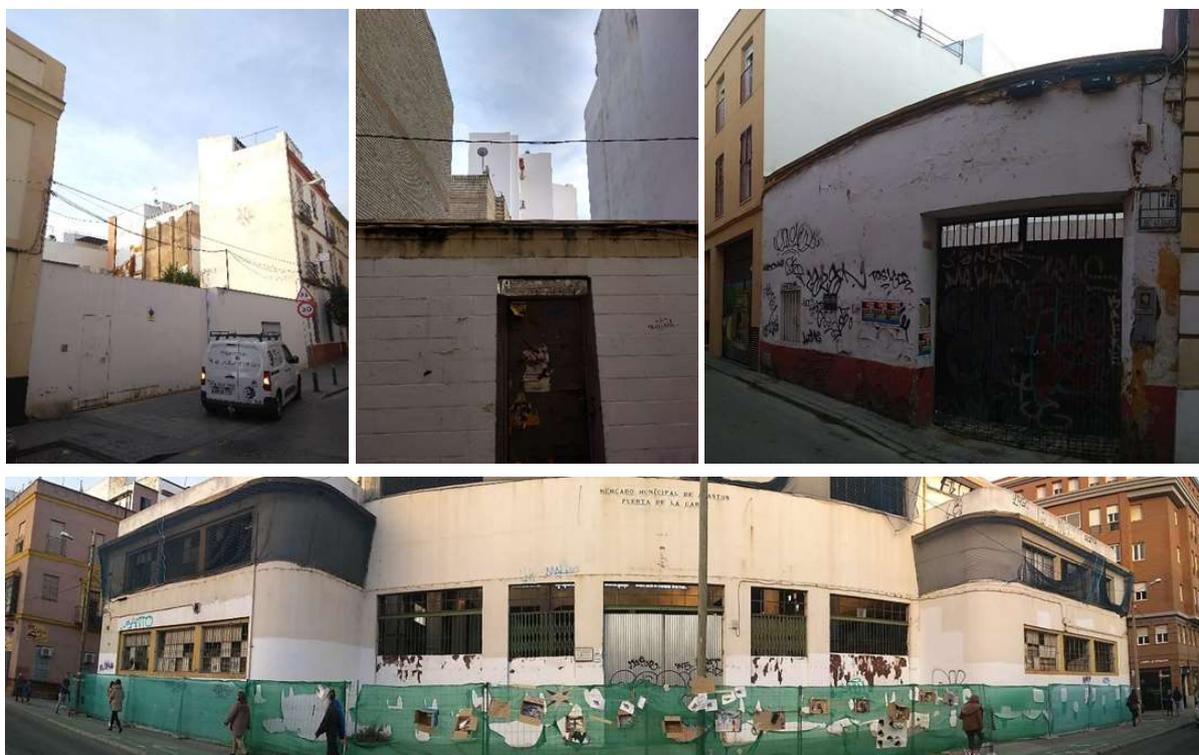
Figuras 36 e 37 - Mapa de terrenos vazios ou edifícios em ruínas inscritos no Registro Municipal de Solares e Edifícios Ruinosos de Sevilha. Laranja: solares que receberam a notificação para cumprir a regra de edificação obrigatória. Vermelho: solares em processo de venda forçada e que aguardam a abertura da proposta pública. Cinza: Fazenda no processo de venda forçada com licitação pública em andamento. Esquerda: Município de Sevilha; direita: Centro Histórico de Sevilha. Fonte: GeoSevilla (acessado em novembro de 2020)

(PLANO GERAL DE ORDENAMENTO URBANO DE SEVILHA, 2006). Na prática, um *solar* pode ficar muitos anos sem iniciar obras de reabilitação, pois a esses períodos se soma o tempo de avaliação e revisão do projeto – que pode levar anos. Trabalhos temporários também devem exigir licenças. Veremos que, no caso de La Carpa, as obras começaram sem licença, que nunca foi emitida.

¹⁷⁰ Em 2004, Santiago também havia exigido a inclusão de prédios em ruínas no Registro Municipal de Solares (RMS), que anteriormente só tinha o registro de terrenos vazios, e não aqueles que continham prédios construídos mas não utilizados.

¹⁷¹ Anteriormente coberta pela ampla Lei de Urbanismo da Andaluzia (Ley de Ordenación Urbanística de Andalucía - LOUA), a Administração Municipal de Urbanismo de Sevilha não dispunha de um catálogo atualizado (que não existe até hoje) da quantidade ou características do patrimônio desocupado da cidade. No caso do regime forçado de construção ou requalificação, a venda forçada da referida energia solar ou de construção por meio de uma proposta pública não seria cumprida.

Apesar do mapeamento ter sido um avanço em relação ao período anterior ao PGOU, no período de levantamento foi identificado que muitos dos sítios notificados no Cadastro Municipal tinham datas que ultrapassavam o máximo de um/dois anos para a obrigatoriedade de construção, e seu status não havia sido alterado para “pendente de edital público” – há casos, por exemplo, com notificações de quase 30 anos atrás. Além disso, alguns dos lotes ou prédios do Cadastro já haviam sido reabilitados ou estavam em processo de reabilitação. O Registro Municipal, portanto, está desatualizado e não consegue atingir os objetivos que propõe – tornar público a situação de abandono em que se encontram muitos *solares* de Sevilha. Além disso, o Cadastro não inclui lotes ou prédios públicos, apenas privados, o que contribui para uma falsa compreensão do problema da vacância urbana no município. Veremos a seguir que parte da discussão sobre a ativação – ao menos temporária – desses espaços esbarra em conflitos com a administração pública, que detém parte considerável das edificações de interesse histórico e cultural em estado de ruína – muitas vezes mesmo por décadas.



Figuras 38, 39, 40 e 41 - Acima: *solares* identificados durante incursões empíricas ao Centro Histórico de Sevilha. Abaixo: O mercado de Puerta de la Carne, uma dos patrimônios de Sevilha em ruínas. É possível observar fotografias e posters colados em frente ao edifício. Fonte: Maira C. Daitx (fotografias tiradas em janeiro de 2020)

No entanto, por meio de dados coletados em campo foi identificado que houve uma redução no número de *solares* dentro do centro histórico – a região que havia sido o foco das intervenções de Cirugeda nos anos 2000. Em conversas com alguns vizinhos, foi apontado que, nos últimos anos, a cidade havia mudado muito devido ao aumento do turismo, que culminou com a promoção de Sevilha como o principal destino turístico de 2018. Esse reconhecimento atraiu muitos investidores que começaram a comprar os

edifícios abandonados e, principalmente, *solares* para a construção de apartamentos sazonais, o que gerou um aumento nos preços do aluguel e a expulsão de muitos moradores para outras regiões, mesmo após a crise imobiliária de 2008.

Em uma entrevista com a arquiteta Conso González-Arriero, em fevereiro de 2020, na qual foi questionado sobre os movimentos em prol da ocupação dos vazios urbanos da cidade, ela afirmou que o conteúdo de práticas de ocupação e o questionamento sobre o Centro Histórico foi mudando ao longo dos anos, sendo substituído por várias manifestações "anônimas" antituristificação, que podiam ser observadas nas ruas do centro histórico, concentradas principalmente na área de Alameda de Hercules - atual foco das políticas de dinamização pública, em processo de gentrificação e que anteriormente constituía o núcleo alternativo e "degradado" (com atividades de prostituição) de Sevilha.



Figuras 42 e 43 - Esquerda: Impressão feita na parede de um conjunto de apartamentos turísticos. Direita: pôster situado na parede de um edifício abandonado de "os mandamentos dos gentrificadores". Fonte: Maira C. Daitx (fotografias tiradas em fevereiro de 2020)

Cirugeda, em entrevista dada em set/2020, também ressalta que a apropriação temporal das parcelas para usos alternativos, já na época da redação da lei, estava fadada ao "fracasso", porque não vinha alinhada com políticas públicas diretas de ativação – só se dava a *possibilidade* do uso, que deveria ser iniciado pelos próprios cidadãos ou proprietários. Segundo ele, as pessoas que fizeram uso das intervenções temporárias realizadas pelo coletivo, aprovaram a transformação de espaços, mas poucos se mobilizaram para aumentar ou propor suas próprias intervenções, preferindo não assumir responsabilidades individuais. Uma das razões para isso é que o apoio financeiro ou político do Conselho da Cidade ou da Junta de Andalucía nunca existiu.



Figuras 44 e 45 - Esquerda: Vista do topo do projeto La Carpa. Direita: Atividades de circo realizadas sob o edifício Spider, também feitas pelo Urban Recipes Collective. Todos os edifícios usados na intervenção foram reutilizados de outros locais e são feitos de materiais leves. Após o mandato da ocupação, cada um foi destinado a diferentes locais da Europa. Fonte: o espaço artístico e a tenda das receitas urbanas.

La Carpa (2010-2014), por exemplo, foi um projeto realizado em parceria com o teatro Varuma, liderado por Jorge Barroso (Bifu). Em 2009, Bifu começou a negociar um contrato temporário de concessão de um *solar* de propriedade pública perto do Parque Miraflores, registrada no plano de planejamento urbano para uso cultural. Santiago e Bifu dizem que a proposta inicial sugeriu que a concessão fosse feita por um período de 50 anos, mas uma modificação da cidade no contrato final assinado acabou estabelecendo uma permissão de 4 anos "renovável por até 50 anos". A concessão, no entanto, não foi renovada, embora seus promotores afirmem que atendiam a todos os requisitos da administração pública e que as razões pelas quais isso aconteceu eram políticas - naquela época, o "direito", o PP (Partido Progressista), estava em exercício - e para a resistência de uma minoria do bairro do bairro que influenciou dentro do Conselho da Prefeitura. O projeto cultural, que acabou reunindo outros 5 grupos, obteve grande reconhecimento da mídia convencional e especializada (arquitetura, teatro e circo), especialmente quando seu fechamento foi anunciado. Durante os anos de exercício, o projeto não obteve nenhum financiamento público, apesar de inúmeras tentativas por meio de vários órgãos administrativos culturais e chamadas, sobreviver aos lucros obtidos pela venda de bebidas de seu bar, a contribuição dos shows, doações, doações e *crowdfunding*.

O fechamento das atividades, no entanto, não encerrou a luta desses grupos para obter um espaço para desenvolver suas atividades. No mesmo ano, agora reunido em um grupo de 15 entidades, o uso do pavilhão do século XV foi plantado, na ilha de Cartuja, construído para abrigar a Expo'92 e que, desde então, está desempregado e no processo de degradação. Os usos propostos foram muito semelhantes a outros casos na Europa (como Berlim), nos quais grupos culturais sem fins lucrativos obtêm o direito de se estabelecer no espaço em troca de melhorias e renovação de edifícios. O projeto foi apresentado no Conselho da Cidade, mas depois de dois anos foi rejeitado; Hoje, o espaço, que estava sob a jurisdição da Junta de Andalúcia, foi cedido ao CAAC (Centro Andaluz de Arte Contemporânea) e está no período de revisão do projeto.

Naquela época (2016), o PSOE (Partido dos Trabalhadores Socialistas Espanhol) havia vencido as eleições do Conselho da Cidade, que, de acordo com Cirugeda e Bifu, poderiam representar um adiantamento no diálogo sobre esse assunto, já que eles os

apoiaram em 2014 durante o Processo de Echiento. Foi oferecido, então, outro espaço vazio para sua realização: a Fábrica de Artilharia Real, um edifício emblemático que estava sujeito a muitas discussões sobre a renovação e reutilização do patrimônio e que ainda estava desocupado. A proposta, no entanto, foi rejeitada pelo grupo porque não representava seus ideais, pois o que se destinava a fazer lá era um centro de inovação cultural e tecnológica, muito alinhada com as visões da cidade criativa e o espírito de negócios do sujeito neoliberal neoliberal.



Figuras 46 e 47 - A Fábrica de Artilharia Real de Sevilha. O espaço, após muitas mudanças e disputas judiciais, planeja sua reabilitação no Centro de Indústrias Culturais e Criativas de Magallanes. Em 2016, a ocupação do espaço foi oferecida aos grupos de carpa, mas a proposta foi rejeitada pelo projeto (ainda sem nome, ainda) sendo muito alinhado com uma visão de marketing da exploração de bens urbanos. O trabalho, já iniciado, é estimado em 18 milhões de euros, um dos mais caros da história de Sevilha. Fonte: Maira C. Daitx (fotografia tirada em janeiro de 2020) e Prefeitura da Cidade de Sevilha.

Apesar da tenda, não represente um exemplo de aplicação direta dos artigos sobre usos provisórios do novo Plano de Planejamento Urbano (para seu tipo de uso), ela pode ser usada para exemplificar a dificuldade do diálogo com o governo para realizar alternativas de propostas de propostas - Mesmo temporariamente - do uso da terra em Sevilha. Essa é uma das principais características que o distingue de Berlim, por exemplo. As intervenções realizadas por seus grupos quase sempre foram feitas em oposição à gestão urbana municipal, em vez de ter seu apoio. Essa condição varia, principalmente, em relação à direção política dos grupos que assumem o poder, pode haver uma abertura maior ou menor para diálogo, defesa ou lutar contra ideologias da cidade que valorizam mais ou menos, por exemplo, a exploração imobiliária que realiza internacionais internacionais Capital (como no caso de apartamentos turísticos), a construção ou restrição do uso de carros no centro, bem como a realização de estacionamentos, ou mesmo a prioridade do uso social de espaços públicos (para moradia, educação, educação, saúde, cultura ou lazer, por exemplo). O projeto da tenda tinha financiamento independente e poderia continuar funcionando, disse Cirugeda, mas foram os interesses conservadores que causaram seu desmantelamento. O sentimento que esses grupos geralmente lideram é o de despejo e expulsão, embora a clareza judicial dos contratos estabeleça que o uso só é permitido para um certo período acordado entre as partes (neste caso, 4 anos).

E o que há, hoje, em vez de intervenções? Tomando como corte as propostas feitas pelo Urban Recipes Collective, a situação solar atual foi procurada para identificar para verificar se o uso obrigatório para o qual esses espaços eram destinados foram cumpridos. Apesar de não definir claramente essa tentativa, o novo plano implicava que os usos provisórios permitidos por ele devem estar sujeitos a leis forçadas de construção ou qualificação, demonstrando qual seria sua reivindicação real - uma provisionalidade, resultante da transformação urbana que deveria passar. Essa linha de pesquisa procurou coletar informações que esclareciam se essas intervenções temporárias poderiam ter sido consideradas um tipo de uso "enquanto isso", isto é, que elas teriam sido feitas em espaços que aguardavam a aprovação de um projeto ou em que seus seus "uso final" foi aplicado.

Nas intervenções urbanas realizadas em solares da cidade velha em 2004, observou-se que em um dos lotes há um edifício de construção/habitação (não foi possível verificar seu uso). Esse foi o caso que gerou um conflito judicial no momento de sua instalação, pois foi catalogado como um lote público, mas, na realidade, era privado, um fato confirmado por Surged durante a entrevista. A ocupação do lote, naquela época, teve que ser desmontada e, segundo o arquiteto, era divulgada ao coletivo. Cirugeda diz que eles já sabiam que o enredo tinha documentação duplicada - pública como privada - mas que ele decidiu realizar a intervenção de qualquer maneira para trazer à autoridade pública a condição de ignorância que ele tinha em seus próprios ativos. Naquela época, o município de Sevilha não tinha um cadastro público atualizado, e parte dos resultados dessa intervenção foi a criação do banco de dados público do Registro Municipal de Solar e edifícios em ruínas mencionados acima. Outro lote do mesmo grupo de intervenções foi, de fato, muita propriedade pública¹⁷². Anteriormente fechado e não utilizado, após a intervenção, ele funcionava como estacionamento (que não se sabe se é legal ou ilegal, pois não está nivelado ou indicado, como o plano de gerenciamento envia).



¹⁷² Esse enredo faz do solar objeto de muitas disputas legais e urbanas, definido para uso educacional, mas também trabalha como estacionamento. Localizado atrás dos jardins atuais do vale e que foi ocupado nos 70/80 anos por um grupo de ativistas relacionados à ocupação do Jardim do Rei Mouro-, esses espaços estão em uma zona de interesse histórico muito forte, pois estão próximos aos antigos muralhas da cidade velha. Atualmente, existem grupos que afirmam que esse espaço também deve ser usado para moradias sociais, considerando a disponibilidade de outros espaços para uso educacional na região. Porque é uma área de interesse histórico-arqueológico, até a data desta pesquisa, nenhuma construção foi realizada neste grande espaço aberto dentro do tecido urbano da cidade velha.



Figuras 48, 49, 50 e 51 - Esquerda: a intervenção de conversão de uma trama de propriedade pública em um parque infantil, realizado pelo Urban Recipes Collective, em 2004. Certo: Situação solar atual, localizada em uma área usada como uso provisório para Estacionamentos, dentro da cidade velha. Fonte: Receitas Urbanas e Maira C. Daitx (fotografias tiradas em janeiro e julho de 2020).

Essa disparidade entre a situação dos dois casos de ocupação temporária nos leva a observar que o movimento de transformação urbana defendida por aqueles que propõem usos provisórios ou intermediários (entre muitos usos) acaba tendo ressonância apenas em espaços de propriedade privada individuais. Onde a pressão para a transformação do espaço termina, os resultados devido à exploração econômica ou à aplicação da lei de construção forçada. Não foi possível entrar em contato com o proprietário do lote para descobrir se o fato de ele ter sido interveio causou a aceleração da construção do edifício e sua exploração, mas pode-se dizer que isso não afetou todo o lote público que foi atribuído à intervenção temporal em 2004. Após 16 anos, o espaço permanece não construído, sendo usado para o único uso que o plano considerou "excepcional": o estacionamento.

O mesmo acontece com a trama onde estava *La Carpa*. Atualmente, 6 anos após o final da intervenção, a terra permanece vazia e os grupos culturais, de acordo com Cirugeda, devem apresentar um processo contra o Conselho da Cidade por violação da função social da propriedade. Surgueda, maravilhas: Por que o Conselho da Cidade fechou um projeto cultural independente se não faria nada com a terra e se eles não estavam gastando um centavo com ele? As respostas a essa pergunta podem ser encontradas no caso, que serão discutidas mais adiante, em Berlim, onde a discussão sobre os usos temporais da Terra já está em um estágio mais avançado: a administração pública tem medo de que a intervenção faça uma ocupação (*squatting*). Como veremos mais adiante, para que os usos temporários trabalhem de acordo com seus interesses, o governo impõe uma série de restrições para garantir a remoção de grupos instalados temporariamente e reduzir seus riscos. Já em outros casos, as autoridades públicas simplesmente preferem não correr o risco de abrir lacunas legais para usos temporários com medo de suas consequências.

Além dos casos do local da cidade velha e da tenda, a trama onde a pista digital e uma das aranhas foram instaladas, na localização do antigo pavilhão austríaco de Expo'92, na ilha de La Cartuja, Também está inativo hoje. Na antiga trama privada de outra ocupação, na rua Baños (citada na entrevista), hoje há um prédio habitacional. Mais uma vez, percebe-se que os lotes particulares se tornaram, assim que o público permanece vago.

4.1.2 A luta contra o tempo - hortas urbanas de Berlim

O Prinzessinnengarten começou sua história em uma área abandonada em Moritzplatz, que havia sido temporariamente designada para um grupo de pessoas para criar uma horta comunitária. Propriedade da cidade de Berlim, o espaço foi entregue ao distrito após muitas lutas sociais (Tonkiss, 2013), o que poderia fazer contratos de concessão um pouco maiores (antes de um ano, agora três). Desde 2009, um coletivo de pomares nômades (Nomadisch Grün) usou esse espaço, criando atividades de cultivo de plantas, mas principalmente a integração social e de bairro, eventos culturais e treinamento comunitário. No entanto, dez anos após o início, o jardim foi fechado. Os membros responsáveis por sua administração foram separados e o coletivo se estabeleceu (sob o nome de Prinzessin Engen Kollektiv) na parte de trás de um cemitério (St. Jacobi) na zona sul do distrito de Neukölln.



Figuras 52 e 53 - Recepção, informação e áreas de restaurantes no Prinzessinnengarten St. Jacobi. Fonte: Maira C. Daitx (fotografias tiradas em agosto de 2020).

As razões para essa divisão e deslocamento foram, de acordo com Robert Shaw (do atual Prinzessinnengarten kollektiv), o cansaço imposto por essa luta constante pela renovação dos contratos de atribuição e pelo fato de o jardim ter se tornado muito turístico, perdendo o personagem para o personagem para que foi concebido. Atualmente, é a empresa (sem fins lucrativos) comuns que gerencia o espaço Moritzplatz, enquanto alguns dos antigos ocupantes, o Prinzessinnengarten kollektiv, se estabeleceram no cemitério de St. Jacobi, perto da antiga área do aeroporto de Tempelhof (agora no processo de ocupação por "Usos pioneiros" e usado como um parque). Esse espaço foi escolhido precisamente pela possibilidade de um contrato de arrendamento de longo prazo, impedindo que as ameaças de despejo se tornassem parte da história do projeto.



Figuras 54, 55, 56 e 57 - Jardines del Prinzessinnengarten St. Jacobi. Nas imagens, você pode ver um pouco das atividades realizadas nos espaços do jardim. As estruturas de caixa de madeira vieram do espaço Moritzplatz, quando os membros do grupo responsável pelo jardim ainda faziam parte do Nomadisch Grün Collective (Green Nômades) - que funcionou na criação de pedreiras móveis. Fonte: Maíra C. Daitx (fotografias tiradas em agosto de 2020).

No entanto, alguns meses após sua realocação, ele ameaçou fechar o espaço. Desta vez, a questão era sobre o uso da terra: um representante do distrito acusou o grupo de violação das regras do plano urbano, já que o coletivo havia construído estruturas para o armazenamento de equipamentos de manutenção de jardins. Os cemitérios são tratados como "área verde" no plano e não podem ter construções. Em agosto deste ano, no entanto, durante a visita de campo, a situação já era mais estável. Em uma conversa conjunta com o Secretariado responsável pelos regulamentos ambientais (a mesma parte que lhes concedeu os fundos para substituição), foi alcançado um acordo entre as partes envolvidas (o distrito, o coletivo e o proprietário do cemitério, de propriedade da igreja), em que o coletivo prometeu demolir um dos edifícios que pudessem interferir no crescimento das árvores existentes no local. O mesmo órgão público também procurou estabelecer uma aliança entre os três grupos envolvidos, a fim de realizar atividades que integram a criação e o cultivo de pomares à agenda ambiental de Berlim.



Figura 58 - Os armazéns construídos sujeitos a conflitos entre o grupo e as administrações locais. Essas estruturas serão demolidas em breve. Fonte: Maíra C. Daitx (fotografia tirada em agosto de 2020).

Já em Moritzplatz, o espaço foi submetido a adaptações. No início do ano, o Common Grounds Collective assinou o contrato temporário de uso da terra, a fim de tentar transformar a área em um bem comum. Durante o período da visita de campo, houve a oportunidade de participar de uma das assembleias do grupo e de outros voluntários envolvidos. Uma das questões discutidas foi a sustentabilidade do espaço ao longo do tempo, uma vez que as atividades realizadas ainda não são uma estratégia de coleta de fundos para pagar o arrendamento (€ 1500 por mês) e seus custos de manutenção (água e luz). Cirugeda, durante sua entrevista, ficou surpreso ao saber quais situações como essa aconteceram em outros países. Os contratos de concessão na Espanha são gratuitos (os ocupantes devem pagar apenas suprimentos), porque se entende que eles já estão dando à sociedade o que o Estado não fornece (ver Tonkiss, 2013), que é a função social para o espaço abandonado. Nesse sentido, alguns membros da Assembleia argumentaram que o espaço Moritzplatz não deveria ser responsável pelo pagamento de custos de arrendamento, enquanto outros já se posicionaram em favor da realização de eventos e atividades que poderiam arrecadar fundos ou instalar algum tipo de comércio (como aconteceu Antes, com Nomadisch Grün e como é hoje em St. Jacobi) - como um café que usava parte dos alimentos obtidos no jardim. No entanto, isso também foi combatido por outros membros, que temem que o espaço se torne um ponto de atração turística. A formação de um bem comum (comuns) está tentando cobrir, com extrema dificuldade até agora, essas diferentes visões da cidade. Uma das maiores dificuldades atuais do espaço é re -envolver a população nas atividades de manutenção dos jardins e espaços habitáveis, uma vez que os relacionamentos anteriormente estabelecidos (de cuidados, envolvimento e responsabilidade coletiva) foram quebrados quando o antigo coletivo decidiu deixar o Coloque e carregue alguns elementos que definiam o espaço como algo atraente. Uma das mulheres presentes na Assembleia comenta que, apesar do espaço estar mais esteticamente antes, isso a tornou socialmente ameaçada, como era constantemente visto pela comunidade como um veículo gentrificador - uma vez que foi cada vez mais visitado por turistas e menos por membros do bairro. De fato, o Prinzessinnengarten (Moritzplatz) foi incluído nos guias turísticos com uma lista dos jardins urbanos de Berlim e outras mídias (até o governo), algo que não foi consentido por sua manutenção.



Figuras 59, 60 e 61 - Acima: Prinzessinnengarten Moritzplatz Con em 2013, a administração anterior, quando ainda havia pedreiras móveis. Abaixo: Espaços de coexistência e plantação atualmente usando grupos de bairro e programadores culturais. Desde o início do ano, o Common Ground Group está responsável pelo contrato de atribuição da área. Fontes: Prinzessinnengarten e Maíra C. Daitx (fotografias tiradas em agosto de 2020).

O medo de desvios futuros, no entanto, não é uma realidade restrita ao caso de Prinzessinnengarten, outros jardins que tinham contratos de uso temporário, como Himmelbett (no distrito de Kiez, ao norte de Berlim), eles também se envolveram recentemente na luta por estadia em sua terra. O grupo até procurou outros lugares para se mudar, entrando em contato com as autoridades locais e distritais, sem sucesso; No entanto, um mês antes do despejo, um gasoduto foi descoberto no terreno, adiando as obras do centro educacional esportivo que devem ser realizadas na área. O atraso concedeu uma permissão ao jardim por mais um ano (até hoje a Himmelbett teve 4 contratos temporários e um total de 7 anos). Os contratos anuais concedidos perto do prazo e após longas discussões, batalhas judiciais e muitas horas de trabalho nessas lutas, quando o tempo deve ser revertido para melhorar o espaço.



Figuras 62 e 63 - à Esquerda: Prinzessinnengarten Moritzplatz Hoje. Arredores da região do Jardim Urbano não é o processo de renovação e todos os lotes dos vizinhos são em Builds. CERTO: Himmelbett, que enfrentou a Ameaça de Clejo e a agora está autorizada a não permanecer por Mais UM Anus. Fazemos casos, o meio usado como resistência política. Fontes: Maira C. Daitx (fotografia em agosto de 2020) e Twitter Himmelbeet.

Além disso, os usos temporais dos jardins urbanos têm uma singularidade: a dificuldade de mobilidade de suas estruturas, porque estão conectados à terra. Essa condição fez com que muitos grupos e grupos auto-gerenciados responsáveis pela criação de pomares urbanos em Berlim se juntassem a um movimento pela luta e manutenção dos espaços livres (não construídos) de Berlim (Netzwerk Urbane Gärten Berlin - Rede de jardins urbanos de Berlim). O movimento do grupo Prinzessinnengarten em direção a um cemitério tem sido uma estratégia comum desse grupo porque esses espaços (muito comuns na cidade) são protegidos pela lei do uso e ocupação da terra e são menos ameaçados pelo processo de transformação urbana. Além disso, sua função social diminuiu nas últimas décadas, já que as pessoas não têm mais hábitos de enterrar seus parentes, mas de incinerá-los. Grande parte das áreas destinadas a cemitérios (de igrejas ou públicas) agora está quase vazia (sem túmulos) e têm um alto custo de manutenção, de modo que as entidades gerenciais também aumentam o interesse em estabelecer alianças com grupos e outras associações para a ocupação deste espaço em troca de limpeza e jardinagem, por exemplo. Os terrenos antigos que fizeram de Berlim um cenário mundial para a ocupação e ativação de espaços vazios, estão agora em estradas devido ao crescente interesse do mercado imobiliário, pois agora os cemitérios foram solicitados como os novos espaços públicos verdes em Berlim, Mesmo recebendo outros usos ocasionais, como o Junipark Festival, que contou com a presença do Raumlabor Collective em 2014.



Figura 64 e 65 - Intervenção temporária realizada para o desempenho das atividades do evento Junipark, em 2014. Este foi o primeiro caso em Berlim para o uso de espaços de cemitério para atividades culturais. Fontes: Raumlaborberlin e SoundCloud.

4.1.3 A temporariedade no cotidiano - Resistências e questionamentos políticos das propostas do *raumlaborberlin*

Raumlabor is an architecture group working on the in-between - interested in processes, interested in transitions, interested in architecture as a temporary proposal, but in general interested in understanding that the city is co-produced by everyone, and how this process could be done collectively. (Markus Bader, raumlabor berlin, entrevista para a pulp #57¹⁷³)

Most of their works have an expiration date before they are even created. But the beauty of temporary projects is the often underestimated effect that they are not exempt from consequences. (Jeanette Kunsman, sobre o raumlabor, matéria da revista Baunetzwoche #159¹⁷⁴)

Public space is defined by people who spend time in it, use it, occupy it and then leave it again, condensing and then liquefying spaces. We work in public spaces and our process involves public participation. We understand our role not as problem solvers but rather as problem makers. We initiate conflicts. With our work, we want to irritate and confront ourselves, the actors of space, and the spectators. Confrontation is our means to bring people closer to the real as the real is that which is defining action. [...] We as architects open up the city to the theatre and the theatre gives us the possibility to realise our utopias. This may only happen temporarily, but then what is time anyway? (Matthias Rick e Jan Liesegang, em entrevista a Gabriela Giannachi, 2009)

Anyone who is familiar with the diverse nature of raumlaborberlin's previous projects knows that they elude a uniform architectural style in the classic sense. They are more of an attitude and way of thinking that does not see the temporary as an interim solution, but as a liberation from the constraints of a design-oriented architectural practice. / raumlaborberlin sees itself as a system that, based on a basic algorithm, is constantly being re-established. For the

¹⁷³ Ver: <https://www.onthewaytopaper.com/pulp-57>

¹⁷⁴ Ver: https://media.baunetz.de/baunetzwoche/get-pdf.php?pdf=/dl/713991/baunetzwoche_159_2009.pdf

exhibition at the Heidelberger Kunstverein, the architecture collective is attempting to make its elusive soul visible using a temporary system. (Das System press release, 2008)

An important aspect of our work is that we often receive commissions that are financed by cultural funds and we are therefore not dependent on private clients. So our projects are usually temporary and not planned for the long-term, although that would probably make their effects longer lasting. (Jan Liesegang, Acting In Public, 2008)

raumlaborberlin é um grupo de arquitetura fundada em 1999 que funciona principalmente com a criação de espaços participativos em reuniões. A paisagem borbulhante da cidade de Berlim após a queda do muro (considerada um símbolo do processo de globalização) foi um dos principais temas de arquitetura e planejamento urbano em discussão no momento em que os membros do coletivo adquiriram sua formação universitária, inspirado em projetos. Visionários dos anos 50 e 60 (como Archigram e Buckminster Fuller). Nesse momento, como mencionado acima, Berlim tinha muitos espaços vazios, chamando a atenção de grupos criativos como um lugar para a manifestação de suas liberdades artísticas e ideológicas, para a experimentação de suas utopias. De acordo com Jan Liesegang, naquele momento havia um cenário muito ativo para a construção e ativação de espaços públicos - "Havia muitas pessoas na rua" - ao mesmo tempo que ondas conservadoras contrárias em favor da demolição das estruturas de o período comunista e a reconstrução do patrimônio arquitetônico anterior (no século XIX).

Ao longo dos anos, esse contexto cultural ativista ganhou a atenção de fundações e organizações internacionais e o coletivo, já fundado no momento, começou a participar de pedidos de criação de intervenções temporárias em edifícios abandonados e espaços inativados. Jan diz que as chamadas tinham orçamentos muito baixos, o que significava que as idéias de reativação quase sempre precisavam ser consideradas ações temporárias. Esse cenário conflitante pode ser exemplificado no *Humboldtforum* "Current", um edifício que faz parte do design do antigo Palácio de Berlim (construído no século XV e localizado na "Ilha do Museu"). O Palácio de Berlim permaneceu no lado leste da parede e foi demolido para a construção do edifício da estética modernista do palácio da República (Palacio del Pueblo) pela RDA. Isso, por sua vez, também foi demolido após a União da Alemanha, mas recebeu intervenções temporárias pela primeira vez com atividades culturais e artísticas (em 2004), uma delas organizada pelo coletivo *raumlabor*.



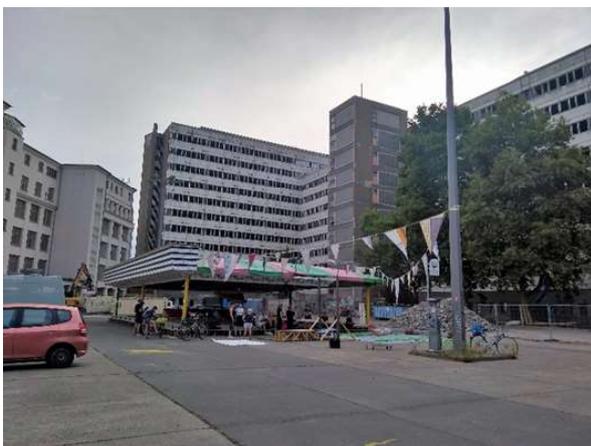


Figuras 66, 67, 68 e 69 - à esquerda, a Palácio da República (Palacio del Pueblo), construída durante o período comunista da Alemanha Oriental. Em 2004/05, o espaço recebeu uma série de intervenções temporárias que tentaram atrair atenção para um fenômeno muito comum no Berlim da época, que foi a destruição da herança construída do modelo socialista para a reconstrução de moradia em estilos de séculos anteriores. Até a direita, a intervenção foi feita por Raumlabor, chamada "La Montaña". O edifício foi demolido e substituído pelo atual *Humboldtforum* (inaugurado em dezembro deste ano - 2020). Este novo espaço tem três fachadas como o Palácio de Berlim (para baixo) (que estava no mesmo lugar, mas que haviam sido demolidas pela RDA) e uma aparência mais contemporânea (deixada para baixo). Fontes: Wikipedia, Raumlaborberlin e Maira C. Daitx (fotografias tiradas em agosto de 2020).

A temporalidade de suas obras, no entanto, nunca foi um problema para o coletivo (que também usa materiais de baixo custo, reutilizável ou reciclado). Como todas as suas ações se concentram na integração popular e na participação coletiva, o objetivo de seus espaços não é. Portanto, as intervenções coletivas são sempre acompanhadas de oficinas que buscam "ensinar" soluções alternativas das pessoas que levam ao seu empoderamento social. Essa "aceitação" da temporalidade pode ser uma das razões pelas quais o coletivo pode estabelecer muitas alianças com diferentes órgãos administrativos, fundações culturais (museus, teatros etc.) e social (de ajuda refugiada, bairro, associações de associações, associações de associações de apoio a jovens em risco, etc.). Segundo Jan, o grupo geralmente tinha que agir como "advogados", defendendo suas idéias e garantindo que suas ações não tinham interesse em se tornar ocupações, embora ainda não abandonassem seu caráter "resistivo" e ativista (mais focado em incluir pessoas em diálogos participativos, por exemplo).

O fato de o grupo, no entanto, criar peças que são uma interseção entre arquitetura e design - muitas intervenções são peças inseridas em espaços públicos, chamados "ativadores" - também levou a situações raras durante sua história, como um caso em que um dos As obras foram solicitadas pelo prefeito e pela população para permanecer, mesmo que ela funcione apenas como uma "obra de arte" urbana. Jan comenta que, embora seus projetos não sejam projetados para longos períodos de operação, os ajustes técnicos podem ser feitos, se necessário. O principal problema, no entanto, não está no design arquitetônico das peças, mas no programa social que as acompanha. Raumlabor em muitos de seus projetos atua não apenas como designers espaciais, mas também como seus gerentes culturais. Essa programação conjunta é o que realmente torna uma intervenção bem sucedida ou não, e a falta dela também pode levar ao seu fracasso. A maior dificuldade em transformar seus "ativadores" em estruturas permanentes é mantê-los

exatamente com atividades constantes. Um espaço pode obter atenção e funcionar muito bem por 5 ou 6 dias, mas pode não funcionar tão bem se se tornar permanente, por exemplo. Portanto, o espaço (infraestrutura) não é entendido como um objeto independente em si (uma obra de arte), mas como resultado do programa de atividades que ele contempla. Ele conclui: "Os espaços são criados por pessoas, às vezes apenas cadeiras são necessárias, às vezes uma coreografia ... não é necessário construir nada para acontecer as coisas".



Figuras 70, 71, 72, 73, 74 e 75 - Haus der Statistik (Casa das Estatísticas) é um complexo de edifícios dos 70 que estava em um estado de abandono. Em 2016, o governo alemão anunciou que o prédio seria demolido. Um grupo de grupos, especialistas e vizinhos realizou

uma intervenção em sua fachada, anunciando uma "reforma fictícia". A ação chamou a atenção do estado, que decidiu iniciar discussões sobre um projeto de conversão e reabilitação na área. Desde 2019, o espaço inclui "Usos pioneiros": usos experimentais temporários que podem se tornar permanentes. As últimas quatro imagens mostram algumas dessas iniciativas. Raumlaborberlin faz parte do grupo de apoio técnico/administrativo do projeto e possui ações culturais atuais no site. Fonte: Máira C. Daitx (fotografias tiradas em agosto de 2020).

Uma de suas atividades mais recentes está no desenvolvimento do projeto do Haus der Statistik. Um edifício abandonado da era comunista localizado perto de Alexanderplatz. Em Haus der Statistik, Jan diz que a função coletiva não é delinear os usos dos espaços, mas criar espaços para os usos para ocorrer, como uma espécie de "estado de bem-estar social". As propostas atuais de Haus der Statistik são semelhantes às de L'Autre Soie, pois eles integram usos mistos (moradia, escritórios, instalações, equipamentos públicos e culturais etc.) com diferentes temporalidades (provisória, experimental, sazonal, transitória, eventual e permanente) e para perfis sociais variados (residência de estudantes, idosos, para refugiados etc.). Atualmente, o térreo e as áreas gratuitas do edifício principal são ocupadas por 50 projetos diferentes de "usos pioneiros" (2019-2021), alguns deles do próprio Raumlabor. Segundo Jan, esses "usos pioneiros" são uma "evolução do conceito de usos provisórios" que, como o caso francês, abre um espaço para experimentação que ocorrerá em períodos pré-estabelecidos, mas com garantias de permanência na área mesmo após o processo de transformação.

Antes da visita à Alemanha, conversei com o professor e arquiteto Samuel Perea-Diaz, da Universidade de Sevilha. Samuel fez um estágio em Raumlabor em 2014 e conseguiu explicar a operação da estrutura do grupo. Uma das dúvidas da pesquisa brasileira é entender os processos que permitem a subsistência dessas práticas em termos gerais: de onde vem seu financiamento, que é o responsável legal por intervenções, como os contatos são feitos etc. Alguns pontos atrairão a atenção: a primeira é que o trabalho do grupo não é suficiente para apoiar financeiramente os arquitetos do grupo, que também sofrem de trabalho na universidade; A segunda é que, para que as intervenções sejam realizadas, elas precisam de muito apoio voluntário e o fornecimento dos alunos financiados por universidades e entidades para ajudar as trocas (como Erasmus), que pagam as bolsas de estudo; E o terceiro, que também foi convocado com Jan, é o estabelecimento de parcerias entre o grupo e as fundações ou entidades de promoção cultural - algo muito mais comum na Alemanha e na França, por exemplo, do que na Espanha. De fato, durante uma conversa com Geraldine que negava. Atividades (outras obras independentes de arquitetura, salários da universidade ...) que dão estabilidade às pessoas para que possam dedicar horas voluntárias em projetos com objetivos sociais. Ou seja, o contexto atual que permite o crescimento desses tipos de práticas é criado por uma rede de instituições diretas e indiretas que contribuem para a formação de um cenário ativo de intervenções temporárias em toda a Europa. Isso tem uma condição cada vez mais comum para a existência de grupos atuais que não são capazes de sobreviver apenas a substância financeira dada pelos órgãos estatais (em um contexto de alta concorrência) ou fundações independentes. Grande parte do trabalho é baseado em trabalho voluntário e horas extras que geralmente drenam muitas energias dos organizadores que, conseqüentemente, não conseguem manter as atividades de seus espaços por um longo tempo.

Moore-Charry (2017), em suas investigações no Parque Granby, na Irlanda, que uma das principais questões para as quais os agentes espaciais temporários não continuaram com a intervenção, foi por causa da exaustão física e mental das pessoas envolvidas. Com

orçamentos muito baixos e sem governo, intervenções de longo prazo, como os espaços, acabam causando dor de cabeça para seus organizadores, que acabam fazendo mais por suas crenças do que pela prática profissional lucrativa. Essa condição foi convocada por muitos dos entrevistados - Santiago Cirugeda (da intervenção nos lotes), Laurine Alfandari (de L'Autre Soie), Juan Jesús Gómez (do Matraka), Robert Shaw (do Prinzessinnengarten) - e observado nos vários casos apresentados aqui. Assim, as intervenções temporais de Raumlabor e de muitos outros grupos acabam tendo uma intensidade muito grande - um impacto considerável no ambiente social onde a SAN instalou - mas uma duração muito curta. E só pode ser feito assim.

Qualquer alongamento de sua proposta, como por Jan, deve ter um plano muito bem pensado e que, é claro, dificilmente será de responsabilidade dos grupos de arquitetura (que agora se tornaram uma profissão complexa e indefinida que mistura o manejo cultural, o design, administração pública, arte e ativismo social) que, apesar de se envolver nessas atividades, não têm o conhecimento completo e suficiente para realizar projetos de longo prazo sem o múltiplo de suprimento outros grupos. Embora as propostas de colaboração como o Haus der Statistik e o L'Autre Soie não sejam o foco principal dos investimentos, os usos temporários continuarão operando em um sistema que inclua o improvisio e a voluntariedade.

4.2 Cooperação entre atores contra-hegemônicos – aliança de tempos?

Sabemos, no entanto, que a materialidade não é suficiente para definir a duração de um espaço - que pode durar muitos anos, mesmo que com cara de "provisório", ou durar pouquíssimo tempo, mesmo que construído com materiais "duráveis" -, nem que isto seja crucial para o desenvolvimento ou o não-desenvolvimento de laços afetivos com a espacialidade criada pela FORMA - relações de consumo do espaço podem se estabelecer com formas "permanentes" e a apropriação do espaço pode acontecer mesmo naqueles espaços feitos para não durar.

No entanto, sabemos que espaços de duração mais limitada reduzem a possibilidade de interação entre sujeito-espaço pelo simples fato de eles deixarem de existir dentro da vida cotidiana. Essa baixa durabilidade pode ser exatamente o fator atrativo para as experiências do espaço, mas para que elas adquiram certos significados (que requerem a constância), elas precisariam (nos moldes da teoria apresentada pela autora, que se baseia, principalmente, em Lefebvre) ter uma duração tal (que não pode ser definida em termos de "dias", "meses" ou "anos") que passe a fazer parte da vida cotidiana do sujeito (do tempo não excepcional). Quanto mais esses espaços se transformam, menos este tecido social tem capacidade para ser formado.

Por exemplo, um espaço que é pensado e produzido para atender aos interesses de uma marca em potencializar suas vendas (uma loja pop-up) precisa ter um tempo curto o suficiente para se tornar uma experiência "única", "fugaz", mas longo o suficiente para gerar o impacto publicitário que torne a ação lucrativa. Em outros casos, quando analisados os espaços feitos para tornarem "palpáveis" (concreto, real) novas formas de se produzir e pensar a cidade ou de se apropriar o espaço público, vemos que eles têm ritmos distintos das "lojas pop-up" porque não estão relacionadas somente ao "tempo de lazer" e "de consumo" do sujeito (tempo da satisfação e da distração), mas da construção de afetos e identidade - da repetição, da duração (no sentido de persistência, daquilo que "perdura"). Uma intervenção de ativação eventual, por exemplo, não tem o mesmo significado de uma horta comunitária - ela é feita para a lógica temporal dos eventos, suscita o debate, mas

não é suficiente para criar o tecido social e cultural na vida cotidiana do sujeito. Seriam necessários múltiplos eventos, acontecendo de forma contínua (como já estamos vendo) para que estes questionamentos passem a ser parte da vida cotidiana do sujeito (ainda que composta de momentos temporários). Em outros casos, em que o lugar (o espaço significado) adquire importância, é a durabilidade da proposta que trará a possibilidade desta resignificação.

O marketing já pratica isso há anos, as pop-up stores não substituem a permanência (e a presença) da marca em outros espaços (virtuais ou físicos), elas geram ciclos de aceleração, de reforço, de conexão com a marca. Usam da surpresa no dia-a-dia para atrair atenção para o diferente; mas se estabelecem de forma contínua para manter possível o acesso à marca (e ao produto) e tornarem parte da identidade "permanente" do sujeito.

Logo, o debate sobre as novas formas de produção da cidade não pode se restringir aos eventos - que atraem a atenção, dão força ao debate, e, se constantes, adquirem maior presença e certa cotidianidade -, mas também ao tempo rotineiro, durável da vida cotidiana, da construção de identidades e laços. O problema é que estes últimos, por geralmente serem compostos de forças disruptivas, acabam estando sujeitos a limitações - inclusive temporais - para sua realização. Eles acontecem dentro de uma lógica que é mais forte que a ideia que querem construir, pois têm seu tempo submisso ao tempo hegemônico (como nos usos interinos e "meanwhile"). Operando dentro da permissibilidade do tempo hegemônico, muitas vezes eles devem sujeitar suas formas à visibilidade de sua "temporariedade" (devem ser móveis, desmontáveis, especificar que não estarão ali para sempre) e isso pode configurar tanto sua força (pelo reconhecimento deste jogo de forças pelo sujeito), quanto seu enfraquecimento (pelo reconhecimento de uma derrota antecipada).

CAPÍTULO 5

Desviando o tempo

5.1 Revezamento de domínios ou consolidação de territórios? Programa “Adote Uma Praça”

O programa “Adote Uma Praça” feito pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 2017, durante a gestão do prefeito João Doria, não tinha como objetivo a requalificação dos espaços públicos por meio do fomento de atividades sociais, mas sim buscava estimular a adoção de praças públicas da cidade pela iniciativa privada, visando reduzir os gastos do poder público na manutenção dessas áreas livres. Apesar de modelos similares já existirem antes da gestão do PSDB na cidade, foi com ele que esse programa ganhou popularidade. Ele faz parte de um conjunto de medidas tomadas pelo município em prol da redução de seus gastos em espaços públicos – como a Plano Municipal de Desestatização – e aumento na arrecadação de renda para o município (como o início da cobrança pelo uso de mesas na calçada). Os termos de cooperação assinados entre prefeitura e entidade privada (ou pessoa autônoma) costumam ter validade de 3 anos e o cooperante privado tem direito de exigir publicidade no local adotado. Em sua grande maioria, as áreas adotadas serviam como instrumentos de branding (divulgação de marcas) temporário, mas em casos excepcionais, representam ações coletivas já presentes anteriormente à assinatura dos termos, como projetos culturais e de vizinhança.

Este tópico da tese foi desenvolvido em conjunto com as atividades do projeto franco-brasileiro High Rise (finalizado em 2021). Tinha como objetivo levantar e verificar a relação entre a produção de moradia e os espaços públicos, observando alternância nas formas de domínio, uso e apropriação destes espaços.

Foi observado (DAITX & ALVES; 2019), que em todo o município de SP, existem áreas adotadas por construtoras (e outras patrocinadas, como os parklets) – destaca-se o caso da incorporadora Tegra¹⁷⁵ e Vitacon – localizadas em regiões estratégicas, próximas a seus empreendimentos. Estes tipos de contrato, geralmente, são finalizados após o período de lançamento dos empreendimentos próximos e as praças são devolvidas para a manutenção do poder público. Normalmente eles acabam se encontrando em estado de maior degradação após o término da parceria. O fato de as empresas definirem o tempo de suas parcerias (máximo 3 anos, renováveis e sem período mínimo) dá brecha para que os investimentos possam estar casados com interesses próprios e sigam o fluxo do mercado. Muitas áreas acabam recebendo melhorias por períodos temporários, e não compõem nenhum projeto de integração social ou de formação de comunidades que poderia manter os espaços ativos após o período da parceria. Se observados os espaços públicos do projeto, quase todos vão ter alternâncias na sua paisagem de uma forma constante e de acordo com tais interesses privados.

¹⁷⁵ A Tegra possui uma frente de atuação na criação de “gentilezas urbana” - termo comumente utilizado pelas empresas de iniciativa privada que trabalham com a reforma e manutenção da cidade (em espaços públicos ou privados de uso aberto).



Figuras 76 e 77. Mapa das intervenções de “gentileza urbana” da Tegra. À direita, um dos parklets patrocinados pela marca, localizado na R. Joaquim Antunes (reforma da estrutura feita para a marca Heineken) Algumas áreas que haviam sido temporariamente mantidas pela Tegra não se encontram no mapa. Observa-se uma concentração nas regiões de alto poder aquisitivo, como os bairros de Pinheiros, Jardins, Morumbi e eixo Vila Olímpia-Brooklin. Fontes: Tegra Incorporadora



Figuras 78 e 79. Praça Dr. Júlio da Conceição Neves em 2013, adotada pela Vitacon, e em 2019, com termo de cooperação já finalizado. A área foi reformada e mantida pela empresa durante o funcionamento da Vitacon Store - stand de vendas da construtora, que ficava em frente à praça. Fontes: Cidade em Movimento e Manoel R. Alves (2019).

Outras duas áreas foram identificadas como significativas na pesquisa em relação às práticas que acontecem em torno do projeto Adote Uma Praça: um empreendimento imobiliário na região de Perdizes – Jardim das Perdizes – e da Lapa – Caminhos da Lapa; e a área sob jurisdição da subprefeitura de Pinheiros (uma das mais ricas de São Paulo). Observando o período em que as áreas públicas são concedidas à iniciativa privada, buscou-se analisar se havia alternância nas formas de domínio e o impacto da alternância (se ocorrida) no espaço das áreas adotadas e práticas possíveis.

Analisando os recortes, foi possível observar que algumas construtoras já incorporam em suas publicidades a manutenção da paisagem do entorno de seus empreendimentos - que consistem em áreas públicas - por meio da adoção oficial destas áreas (sujeitas à aprovação do poder público) (DAITX & ALVES, 2021). O caso do Jardim das Perdizes é um exemplo no qual as áreas verdes doadas à municipalidade depois da realização do loteamento de condomínios verticais foram adotadas por uma “Associação de

Moradores” que, na verdade, era administrada pela construtora do conjunto de condomínios¹⁷⁶.

O parque do bairro Jardim das Perdizes é cercado e possui vigilância constante, tal qual uma área condominial. Durante as visitas de campo, não foi possível observar nenhum membro do poder público – funcionário contratado pela prefeitura – presente no local. A sensação de domínio privado no espaço é clara, devido à presença dos seguranças privados e uniformizados e às câmeras de monitoramento espalhadas dentro e fora do parque – onde não é dita para quem as imagens são enviadas ou por quem são monitoradas. Além disso, devido à sua dimensão, o parque é de responsabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (não da subprefeitura), e para que fosse feito o domínio e a manutenção privados, seria necessário assinar um contrato de *concessão*, não de *adoção*. No entanto, o parque não possui conselho gestor até 2020. Neste ano, a SMVA recebeu algumas críticas diretas enviadas pelo subprefeito e foi obrigada a abrir um conselho gestor para a área (lei de 2003 que até então não havia sido aplicada). O Conselho Gestor tem a presença da AME (que representa, também a construtora) e alguns cidadãos que não moram no conjunto dos condomínios.¹⁷⁷



Figuras 80 e 81 – Jardim das Perdizes é um loteamento de edifícios verticais localizados na Zona Norte de SP. O parque central e as áreas verdes remanescentes foram adotados pela Associação de Moradores local (mantida e assinada por diretores da Tecnisa - construtora do empreendimento). O parque é cercado e possui regras de utilização e seu funcionamento é restrito das 6h às 18h. Usuários que o frequentam consideram-no um parque privado, mesmo que legalmente ele seja estabelecido como área pública. Fontes: (a) Blog da Tecnisa; (b) Manoel R. Alves (2019)

Existem novos empreendimentos realizados e em desenvolvimento na cidade de São Paulo (como o Caminhos da Lapa, na Vila Anastácio) que seguem este modelo de “doação-adoção” e que aliam a produção de espaços da vida privada de seus clientes aos

¹⁷⁶ Durante o processo investigativo tive acesso às atas da Associação de Moradores do Jardim das Perdizes, onde o antigo diretor e presidente era Joseph Meyer Nigri (em 2012). Joseph Nigri é fundador e ex-presidente da Tecnisa, construtora responsável pelo loteamento Jardim das Perdizes. Em 2016, Nigri renunciou ao posto na associação, sendo eleito, então, Fábio Villas Bôas, atual diretor-executivo da Tecnisa. Segundo a ata, Nigri apoiava Villas Bôas, enfatizando seu “profundo conhecimento do histórico de execução do bairro” e por também ser morador do local – o que indicaria o fato do Sr. Nigri não morar na região ou de que a AMO contém membros que não habitam ali. A própria AMO está registrada em um endereço em Pinheiros, que é também referido como endereço comercial de Villas Bôas na documentação enviada à prefeitura, bem como um dos endereços da sede da Tecnisa. Este documento está disponível online para download na consulta de processos da Prefeitura; SEI nº 2018-0.034.525-5

¹⁷⁷ Essas informações vieram da análise dos processos de adoção registrados no SEI.

espaços da vida pública (que deveriam ser *de todos*), buscando garantir a qualidade do produto ofertado – que não é mais o edifício ou o apartamento, mas sim a região. O domínio dessas áreas é, então, retomado por meio da assinatura desses “termos de cooperação” temporários. Em alguns deles, o contrato de empresas de segurança privada é permitido, prefigurando uma nova forma de privatização do espaço público.

As áreas públicas, portanto, são tratadas pelas construtoras como peças importantes na criação de imagens atrativas para seus produtos, ao menos temporariamente. Esta conclusão mostra uma diferença em relação a outros estudos anteriores que demonstravam que a produção de condomínios e edifícios verticais tendiam a negligenciar o espaço público (CALDEIRA, 2000) tanto em sua produção quanto apropriação. No atual momento, a maior abertura à iniciativa privada para a exploração do espaço construído da cidade demonstra que o espaço público ainda é interessante como forma de propaganda, e, no caso das empresas do ramo imobiliário, especialmente para a valorização da localização do empreendimento quanto para o reforço de uma imagem de cidade “bem cuidada” (ao menos temporariamente). Essa imagem de opostos também foi historicamente construída por meio da redução da participação do Estado na manutenção e qualificação dos espaços públicos - algo cada vez mais presente na lógica do urbanismo neoliberal.

No entanto, por este tipo de empreendimento não ser o tipo mais comum encontrado em São Paulo, foi analisada também uma área já consolidada: a região atendida pela Subprefeitura de Pinheiros. Nos bairros compreendidos, a renovação urbana costuma ser feita pela compra e remembramento de lotes residenciais menores o que possibilita a construção dos novos condomínios verticais (de forma impactante, por exemplo, na paisagem do bairro de Pinheiros), mas não possuem a dimensão mínima em que a doação de parcela de suas áreas à municipalidade passa a ser obrigatória – o que acontece nos casos da Vila Anastácio e do Jardim das Perdizes.

Outras três situações em Pinheiros, no entanto, chamam atenção: 1) o crescimento do número de termos de adoção na área de recorte nos últimos anos, desde o lançamento do programa “Adote uma Praça”, no primeiro ano da gestão do ex-prefeito João Doria (2017) - que saltou de cerca de 40 para 100; 2) o crescimento da presença de duas entidades privadas na assinatura dos termos: a AME Jardins (associação sem fins lucrativos de moradores de alguns bairros dos Jardins) e a Farah Service¹⁷⁸ (empresa de zeladoria urbana que possui várias empresas com nomes diferentes sob a mesma administração e responsável por alguns parques que foram concedidos à iniciativa privada em SP - Parque Bruno Covas e Parque Trianon, por exemplo); 3) as áreas possuíam um grau de rotatividade maior no início do programa do que atualmente, cuja renovação dos termos costuma ser mais frequente e concentrada na administração destas duas entidades.

¹⁷⁸ Dos 1152 termos assinados desde 1998 na Subprefeitura de Pinheiros, 141 foram feitos pelas empresas administradas pela marca Farah Service (12,24%) e 76 pela AME Jardins (6,6%).

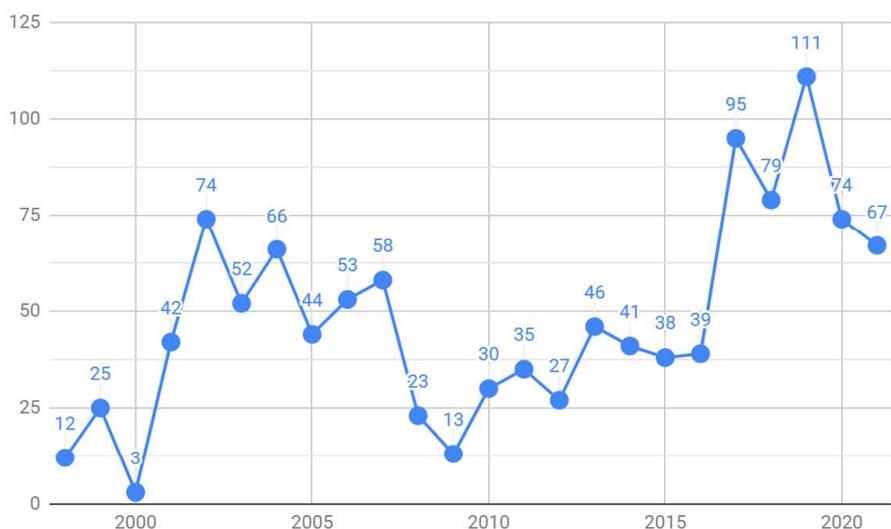


Gráfico 5 - Número de termos de cooperação assinados por ano na Subprefeitura de Pinheiros. As ondas de crescimento e baixa geralmente acompanham a assinatura e posterior renovação dos termos. Como os termos geralmente duram de 2 a 3 anos, o ano subsequente a números mais altos de assinaturas tendem a cair, aumentando novamente no próximo ciclo. (Fonte: Dados do Diário Oficial do Município de São Paulo, produção própria).

Desde a sua formação a AME foi expandindo o território de atuação, adotando, reformando e mantendo praças dos bairros planejados dos Jardins América, Europa, Paulista e Paulistano. A associação é mantida por doações e pelo pagamento das taxas de filiação dos moradores associados. A Farah Service, por sua vez, é uma empresa de publicidade (com fins lucrativos) que atua em zeladoria urbana desde os anos 90, adotando áreas públicas de São Paulo como terceirizada de outras empresas que desejam colocar anúncios em regiões de interesse. Por exemplo, a empresa cria um “banco de áreas públicas adotadas” que depois disponibiliza entre seus parceiros para a instalação da publicidade. Esta prática buscou ser combatida inicialmente com a exigência da assinatura da empresa cuja marca seria exposta no espaço público no termo de adoção. Atualmente, no entanto, quase todos os contratos ativos da marca não possuem no termo a parceria da marca exposta no espaço público. Assim, a empresa pode alterar a marca segundo seu próprio interesse, muitas vezes sem o conhecimento do poder público. Ambas as entidades renovaram a maior parte de seus termos de cooperação nos últimos anos – o que demonstra o estabelecimento de uma presença mais constante nas áreas, sem que ocorra a alternância de domínio em decorrência do vencimento dos contratos.



Figuras 82 e 83 - Praça Portugal, em Pinheiros. À esquerda, em março de 2019, quando a praça estava sob a responsabilidade do município (após o fim de 3 termos de cooperação); à direita, em setembro de

2021, sob a manutenção da Farah Service e gestão da SABESP. Exemplo de espaço público que sofreu várias modificações em decorrência das flutuações dos termos de cooperação público-privada. (Fontes: Manoel R. Alves, 2019; Maíra C. Daitx, 2021).

Por um lado, esta permanência da relação das entidades no espaço possibilitam a criação de projetos de maior duração – como o investimento na construção ou doação de equipamentos públicos; por outro, ele aumenta o domínio territorial que essas entidades possuem sobre o espaço público, condicionando certas práticas. Esta renovação permanente deve ser observada com cuidado porque elas podem vir a se tornar domínios de interesse privado segregadores, tal como acontece no caso do Jardins das Perdizes - com segurança privada e ostensiva, e um claro intento de dominação do espaço público por um grupo privado de interesses.

5.2 Atraindo investimentos: as intervenções “temporárias” do Centro Aberto e Parque Minhocão

Desde maio de 2021, o Elevado Presidente João Goulart - Minhocão - passou a receber mobiliários temporários durante os finais de semana, como parte do programa Centro Aberto e da abertura da via para uso como parque, que acontece desde 2014. Escadas de acesso foram alugadas e instaladas temporariamente nos espaços reformados da Praça Marechal Deodoro e do Terminal Amaral Gurgel para conectar as unidades do Centro Aberto com a parte de cima do viaduto. As ações foram divulgadas como uma estratégia para a coleta de dados e análise das formas de apropriação do parque e das praças, associando-as ao conceito de “urbanismo tático” - uma redução do termo comumente feita que o resume a práticas de urbanismo experimental.

O Programa Centro Aberto tem como objetivo a ativação de espaços públicos subutilizados por meio de intervenções de pequena escala, que visam alterar a percepção sobre algumas áreas do centro e aumentar seu domínio público. Segundo o projeto, estas ações, com fases temporárias experimentais, são capazes de melhorar a percepção de segurança, e aumentar a sensação de pertencimento e identificação da população com o Centro de SP, prefigurando usos antes de uma intervenção permanente. Além de alterações no espaço e na paisagem, algumas delas possuem a oferta de serviços, como o empréstimo de cadeiras, bicicletas e wi-fi gratuito. Dentre as ações realizadas, 18 delas estavam ativas em 2021.

As primeiras unidades realizadas sob o nome de “Centro, Diálogo Aberto” (em 2014/2015) nos Largos do Paissandu e São Francisco, também foram divulgadas da mesma forma, como intervenções experimentais e temporárias. Sua presença, no entanto, havia se tornado permanente e o projeto expandiu-se para outros pontos do território paulistano, com foco no Centro Histórico, mas com exemplos dispersos entre outras subprefeituras.

O projeto-piloto do Centro, Diálogo Aberto, realizado em 2014 possui uma história cheia de contradições e informações cindidas que revelam a complexidade de agentes envolvidos na proposta. Feito a partir de um convite ao escritório de Jan Gehl para a realização de um workshop sobre metodologias participativas de projetos em microescala para a ativação de espaços considerados ociosos e pouco atrativos à população, o projeto foi realizado em duas etapas, uma de identificação das áreas e elaboração dos projeto e outra de implementação da reforma do espaço e das atividades de ativação. Quase

nenhuma informação é divulgada no site da Gestão Urbana de São Paulo sobre esta fase de desenvolvimento do projeto, que contou com o apoio financeiro do Banco Itaú (que expunha a sua marca nas cores e no logotipo impresso nos containers instalados nas praças), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), da SP Urbanismo e da Prefeitura Municipal de São Paulo. Esse projeto se desenvolveu logo em seguida de outro projeto controverso que teve o financiamento do mesmo banco, doado à Prefeitura e também realizado pelo mesmo escritório de arquitetura, para a reforma do Vale do Anhangabaú; bem como da ocasião da instalação das estações de aluguel de bicicletas patrocinadas pelo mesmo banco e que começaram a ser implementadas em 2013.

Em suma, o projeto inicial que deveria ser temporário foi construído de forma coletiva e conflituosa por diversos agentes (nacionais e internacionais). O discurso inicial de temporariedade é recorrente nestes tipos de projetos que contrariam o processo usual de realização de reformas e de atuação de empresas privadas na transformação dos espaços públicos, pois a partir dele, impõe-se um discurso de “excepcionalidade” à ação. No caso destes projetos-piloto não houve licitação para a construção do espaço, o patrocínio do Itaú foi recebido como “doação” e a exposição da marca em um logotipo fora dos padrões da Comissão de Preservação do Patrimônio Urbano, fez com que o apoio do Itaú tivesse que ser retirado por infringir as normas de publicidade em espaços públicos.

Os projetos-pilotos de ativação de áreas “degradadas” do centro histórico também foram realizados como forma de criar um novo protótipo de espaço público que incitasse a realização de parcerias público-privadas não só de zeladoria (que já era abarcada pelas leis anteriores de adoção de praças), mas também de ativação - com a realização de atividades culturais, sociais e educativas. O objeto concebido, no entanto, não atraiu o interesse privado devido aos custos elevados de manutenção e a “contrapartida baixa de publicidade”, e desde então, os espaços passaram a ser mantidos e geridos pelas Secretarias de Urbanismo (SMDU e posterior SMUL), que repassam a verba para empresas terceirizadas e para a SP Urbanismo para a ativação e manutenção dos espaços. Em 2022, a SMUL abriu novo edital para parcerias público-privadas, que também não receberam nenhuma manifestação de interesse (2023).

Aos longo dos anos, as atividades de ativação, de construção coletiva e de coleta de dados para as eventuais adequações das propostas – que consistiam inicialmente o diferencial do projeto –, foram perdendo a importância e enfraquecendo-se, a ponto de alguns espaços do programa não terem mais um calendário de atividades nem oferecerem mais os antigos serviços, por exemplo, de empréstimo de cadeiras e aluguel de livros, sendo, portanto, construídos de “cima para baixo”. Isso aconteceu, principalmente, na terceira fase de expansão do projeto quando as áreas que receberiam os investimentos públicos foram determinadas pelos processos de coleta de dados territoriais geográficos (do qual Kátia Canova, uma das entrevistadas em 2021, fez parte), pouco considerando-se os aspectos de ordem próxima, como os conflitos cotidianos e as necessidades de requalificação. Algumas das praças desta fase (de 2020/2021) já eram utilizadas pela população, apesar de não possuírem uma boa qualidade infraestrutural - logo, não eram inativas. Assim, ao longo de sua história, o Centro Aberto foi se tornando, finalmente, um programa de reforma de praças que possui verba da SMUL para sua manutenção¹⁷⁹. Outra informação interessante é a de que a estética das intervenções é definida exatamente por esse arranjo entre diferentes agentes, uma vez que a SP Urbanismo não possui jurisprudência para a realização de transformações nas praças sem a execução da Secretaria de Obras, mas possui para a instalação de mobiliário, os deques de madeira, as

¹⁷⁹ As outras praças são mantidas pelos repasses das Subprefeituras à Secretaria de Obras.

pinturas de piso e os containers tornaram-se a cara do projeto, porque são implementados por cima do espaço existente, alterando os usos sem alterar sua estrutura-base.

Esta complexidade na relação entre agentes também ocorre nas duas unidades mais recentes do Centro Aberto que são, exatamente, as únicas que possuíam atividades de ativação acontecendo durante o trabalho de campo (realizado em 2021) e que possuem uma relação direta com o projeto do Parque Minhocão – quando o Elevado Presidente João Goulart é fechado aos carros e aberto aos pedestres durante as noites e nos finais de semana e feriados. Diferentemente do que havia sido divulgado na mídia, a instalação dos mobiliários móveis temporários não faz parte do programa Centro Aberto (financiado pela SP Urbanismo), mas de uma iniciativa direta entre a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e a SP Turismo como parte do plano de reativação dos espaços públicos na abertura gradual pós-pandemia. As unidades do Centro Aberto projetadas pela SP Urbanismo se referem somente ao térreo das Praça Marechal Deodoro e do Terminal Amaral Gurgel; a SP Turismo é responsável pela instalação e remoção cíclica do mobiliário e pelas atividades de empréstimo de cadeiras e equipamentos lúdicos das duas unidades do Centro Aberto (embaixo e em cima do viaduto). Em todas as unidades do Centro Aberto, a Secretaria Municipal de Cultura não teve participação; já a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social auxiliou as Secretarias de Urbanismo (SMDU e SMUL) e a SP Urbanismo em eventuais ocasiões de conflito com pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A SP Turismo tem crescido sua participação nas atividades realizadas no Centro Histórico desde o início da gestão do PSDB, inclusive naquelas que dizem respeito às práticas da vida cotidiana (não turísticas), como o mobiliário do Parque Minhocão. O estado de emergência da pandemia de COVID-19 possibilitou que o projeto de instalação do mobiliário fosse realizado em tempo recorde e sem a participação da SP Urbanismo (empresa que realiza os projetos urbanos para a prefeitura). A implantação deste mobiliário móvel e reversível estava incluída em outro projeto doado à prefeitura de SP, desta vez pelo arquiteto Jaime Lerner, em 2017. De forma a adiantar certas propostas para o Parque (que atuam independentemente do processo de desenvolvimento do PIU Minhocão), o mobiliário foi implantado de forma “temporária” para suprir uma demanda e como experimento.

Durante as visitas ao Parque Minhocão realizadas em 2021 e 2022, é clara a necessidade de um mobiliário para o espaço público, e o caráter “experimental” da intervenção demonstra-se necessária muito mais para a legitimação de um discurso e para a minimização de conflitos do que a coleta de dados e criação de alternativas de apropriação – visto que a expansão do projeto em dezembro de 2021 não propôs nenhum design de mobiliário novo, só a sua replicação em outros pontos do viaduto. O espaço é uma via de carros convertida temporariamente em calçada elevada para pedestres, sem qualquer espaço permanente de descanso ou para a realização de outras atividades. Devido à reconversão semanal do acesso a veículos ou pedestres, o mobiliário, caso fosse implantado, deveria ser removível. Sua produção, manutenção e remoção/instalação teve um custo inicial de 1,8 milhão de reais – o que contraria qualquer associação do projeto com “propostas rápidas e baratas” do “urbanismo tático”, como foi divulgado pela mídia e pela própria prefeitura. A tática, aqui, é política, não urbana. O intuito é criar, de uma maneira cada vez mais sólida, a imagem que o parque poderá trazer quando a execução do projeto de reforma ou demolição vier a ocorrer. A de um espaço apropriado pela população como espaço de lazer, cultura (baseada no fortalecimento da parceria público-privada para a implementação dos grafites, por exemplo) e atividades físicas. O entretenimento e o comércio ainda continuam minoritários no espaço atual do parque, com poucos espetáculos teatrais (a maior parte independentes) e com o comércio restrito aos ambulantes nas

entradas de acesso, mas este ponto já começa a ser colocada em discussão nas matérias de jornal - mais uma expansão da cidade como espaço de e para o consumo.



Figuras 84 e 85 - O Viaduto divide a realidade social entre turistas e moradores, delimitando de forma bem expressiva as ocupações dos grupos mais desfavorecidos. Em cima, o policiamento é constante e as entradas são monitoradas, onde indivíduos ou grupos que não são bem-vindos (pelos gestores do espaço) são convidados a descer. O mobiliário (permanente) do Centro Aberto é apropriado e ressignificado pelos moradores de rua, se tornando camas, varais e brinquedos. (Fonte: Máira C. Daitx, set/2021)

O parque frequentado por turistas e moradores no final de semana, por seu caráter elevado, cria uma diferenciação entre o espaço de cima, livre da “importunação” dos atores sociais indesejados (moradores de rua, vendedores ambulantes e distribuidores de panfletos); e o espaço de baixo, apropriado pelas pessoas em situações de vulnerabilidade social, que estendem suas roupas nos equipamentos de ginástica ou os usam para sustentação de suas barracas. As entradas são controladas e gradeadas, a Guarda Municipal e do Patrimônio, e a Polícia Militar, fazem rondas cíclicas no espaço; os funcionários terceirizados da prefeitura observam os usuários e ficam de prontidão para qualquer atividade inoportuna que possa vir a acontecer no espaço “de cima”, indicando a saída para quem o realizar¹⁸⁰. Os problemas urbanos mais complexos são colocados “para debaixo do tapete” e o viaduto passa a ser apropriado por cima de uma forma limpa, homogênea e controlada. Até mesmo a “arte urbana” dos grafites antes apagada por outras gestões do mesmo partido (PSDB) passou a ser entendida como elemento de marketing urbano e incorporada na paisagem como “galeria a céu aberto”. Do Centro Aberto no térreo, resta a abertura para a apropriação pelos sem-teto, que usam as mesas de piquenique

¹⁸⁰ Uma situação como essa foi vivenciada numa das incursões a campo, em que um homem distribuindo panfletos sobre um empreendimento imobiliário do entorno é abordado por um outro homem da segurança terceirizada do parque (contratado pela SP Turismo) para se retirar do espaço e descer as escadas.

como sua sala de estar (tática do homem comum¹⁸¹, usando as palavras de De Certeau), na Praça Marechal Deodoro; ou para a segregação por grades, do Terminal Amaral Gurgel, que cerca o espaço deixando do lado de fora as barracas que se apoiam nas cercas como estrutura para suas habitações. Um ou outro desses cidadãos passa pelo espaço, de forma pacífica (senão seria expulso), comendo uma marmita doada por algum grupo de benevolentes ou comprada por 1 real em uma das unidades do Bom Prato, no entorno. Experimentação dos usos? Teste de apropriação? O Centro Histórico da cidade de São Paulo é um ambiente demasiado complexo para ser compreendido pelas métricas de quantificação de tempo sentado ou em pé - resultado das pesquisas feitas nas propostas anteriores. A única experimentação possível aqui é aquela feita pelos seus reais moradores que testam aquilo que mais lhe auxilia nas atividades do cotidiano com o material que lhe é dado, mesmo que não seja para este fim. A temporariedade concreta ou discursiva destas propostas só poderá ser determinada após a solução das situações de conflito e disputa espacial já presentes neste território.



Figura 86 - Unidade do Centro Aberto no Terminal Amaral Gurgel. O espaço é cercado e aberto à população em determinados horários. Do lado de fora, o gradil é utilizado para a sustentação de barracas dos moradores de rua da região. Do lado de dentro, alguns turistas, crianças e idosos usam os equipamentos de lazer instalados pela ação. (Fonte: Maíra C. Daitx, setembro de 2021)

5.2.3 A absorção da temporariedade: o novo Vale do Anhangabaú

O Vale do Anhangabaú é um importante espaço no Centro de São Paulo, cujos projetos de requalificação atravessam múltiplas gestões. Em 2021, o Vale foi reinaugurado, após cerca de dois anos de reforma, desta vez com um projeto que criava uma esplanada para shows e eventos, com quiosques, banheiros e postos de informação – todos concedidos para a iniciativa privada. O consórcio responsável pela manutenção e criação da agenda cultural/artística do parque reúne empresas do ramo financeiro e imobiliário (Urbancon, Nacional e B. Internacional Real Estate), o que demonstra o claro interesse desses agentes no processo de ressignificação do centro de São Paulo.

Intervenções temporárias foram incorporadas no projeto, como parte do processo de ativação do espaço público e da agenda de eventos de reinauguração. Dentre estas instalações, estava a proposta feita pelo coletivo Basurama para o evento “A Cidade é Para

¹⁸¹ Durante as entrevistas realizadas, já havia sido apontado como o deck havia se tornado um espaço interessante para a apropriação pelos moradores de rua porque ele gerava um vão com o chão das praças, onde os moradores de rua guardavam os seus pertences durante os períodos em que não estavam por ali. Em outras unidades, as mesas de piquenique eram utilizadas como abrigo contra a chuva e o sol, e os pontos preferidos para a colocação dos cobertores e colchões; a mesma situação ocorria com os containers de armazenamento do mobiliário de empréstimo. Durante as visitas às unidades do Largo do Paissandu, São Bento e São Francisco, somente os moradores de rua estavam presentes no local e várias destas formas “alternativas” de apropriação do mobiliário puderam ser observadas.

Brincar”, estreada alguns anos antes no Minhocão e reformulada em 2013 para o Viaduto do Chá - mesmo local da versão mais atual.



Figuras 87 e 88 - Intervenção “A Cidade é para Brincar”, de criação do coletivo Basurama, proposta como parte da agenda de reinauguração do Vale do Anhangabaú, em 2021. Fora do horário de “abertura” do Vale, os balanços ficam vazios e são vigiados pela segurança privada contratada. É possível observar a grande quantidade de alambrados utilizada para conter a circulação das pessoas nesta fase pandemia, mas também para limitar o acesso das pessoas aos balanços. (Fonte: Maíra C. Daitx, ago/ 2022)

Desta vez a intervenção era organizada por monitores particulares contratados e outros fornecidos pela prefeitura - em parte devido às restrições de circulação devido à pandemia (2021). O uso dos bancos era livre - inclusive alguns moradores de rua do local se divertiam com o brinquedo - mas gerido pelos funcionários e restrito ao horário de “abertura” do parque¹⁸². O espaço do Vale estava cercado por alambrados, o que restringia o acesso para a esplanada e condicionava alguns usos. Fora do horário de funcionamento, no entanto, era possível ver os skatistas e patinadores “furando” o bloqueio das barreiras e fazendo seus movimentos livremente no espaço esvaziado. Os bancos ficavam vazios e eram vigiados por seguranças privados.

Diferentemente da instalação anterior, o acesso controlado à intervenção limitava a espontaneidade da prática, a qual era feita de forma livre em 2013, com uma alternância de assentos seguindo os acordos sociais estabelecidos naquele momento da prática de apropriação, entre os próprios usuários. Essa pequena diferença, parte explicada pelas restrições da pandemia (apesar dos bancos não serem higienizados entre cada uso), tornava a intervenção uma instalação limitada dentro do espaço público, não uma parte integrante daquele território apto a ser apropriado de múltiplas formas.

¹⁸² Durante o levantamento, o Vale do Anhangabaú ainda estava cercada porque SP estava em processo de reabertura dos espaços públicos, no período pós-pandemia.



Figuras 89 e 90 - Durante o horário de abertura da esplanada, uma pequena fila para a utilização dos balanças. Enquanto isso, alguns grupos de ciclistas e patinadores usam o espaço para a prática de seus esportes e atividades de lazer. O acesso aos balanças não é restrito, mas é controlado pelos agentes contratados e pelos alambrados instalados. (Fonte: Maira C. Daitx, setembro de 2022)

O coletivo Basurama tem um histórico de intervenções temporárias como tática para trazer à cidade novas perspectivas de criação e apropriação do espaço público¹⁸³. O fato de sua intervenção ser reutilizada em moldes mais controlados e dentro de uma agenda cultural de um projeto cheio de contradições, além do fato de não haver nenhuma divulgação oficial em sua página de projetos ou redes sociais sobre a intervenção de 2021, nos faz questionar a real participação do coletivo - com visões particularmente distintas sobre a cidade - nesta estratégia de utilização de intervenções temporárias em processos de requalificação urbana direcionada (pelo mercado imobiliário, agentes financeiros e poder público).

Este exemplo é indicativo de que estas “ativações” espaciais temporárias são utilizadas pelos agentes hegemônicos como uma estratégia de valorização sociocultural de espaços alvos de processos de requalificação (como foi feito em Berlim, por exemplo), no qual os setores imobiliário e financeiro são os principais beneficiadores do valor agregado gerado (e possível de ser gerado) a partir da resignificação de áreas consideradas “degradadas”. O processo de absorção acontece quando as práticas que já eram presentes no espaço público de forma livre e espontânea - no caso do Centro, estas diversas intervenções com novas experiências de apropriação; no caso do Vale, com a presença de grupos que praticam skate e patins - passam a ser incorporados em agendas, em que o uso se exime de todo o questionamento social, político ou cultural das práticas, reduzindo-se à atividade em si, como uma experiência de consumo. Ao invés de se surpreender com uma instalação espontânea que transforma a cidade em um espaço do brincar, ele passa a ser um “evento” a ser consumido; ao invés dos eventuais conflitos entre grupos que se apropriam do Vale para a prática de esportes de rua, se consome as aulas dadas pelo grupo gestor. Diferenças sutis, mas essenciais quando se analisa a co-formação dos espaços públicos e o processo de neutralização e esvaziamento político que esses espaços vêm passando na contemporaneidade.

¹⁸³ Múltiplos contatos com o coletivo tentaram ser feitos, mas não obtive nenhuma resposta para a realização de entrevistas.



Figuras 91 e 92 - Durante a fase de reinauguração, o acesso limitado à esplanada somente era permitido durante dias e horários específicos. No limite dos alambrados, os patinadores, que se concentram próximos à Praça Ramos de Azevedo (ponto com alta concentração de moradores de rua), furavam o bloqueio, ao afastar esporadicamente as peças do alambrado para a realização de percursos dentro da área “proibida”. Outros passantes, que encontravam uma brecha para adentrar ao espaço, eram convidados pelos funcionários contratados para se retirarem. (Fonte: Maíra C. Daitx, ago/2022)

Ademais, o setor de turismo - aliado das últimas gestões municipais nesta estratégia de requalificação - vem ganhando cada vez mais importância, num claro processo de direcionamento das formas de apropriação possíveis de serem vislumbradas para o Centro Histórico de SP - uma área de alta complexidade e de reunião de vários interesses e grupos conflitantes entre si -, e que está presente não só na entrega do Vale como espaço de consumo, mas também na sua participação dentro do parque Minhocão, com os mobiliários temporários instalados sob sua responsabilidade. As experiências urbanas propostas para o Centro Histórico acabam passando por um crivo que analisa os ganhos financeiros de cada ação e o quanto cada proposta se encaixa dentro do projeto de cidade que se deseja criar com estas múltiplas intervenções de requalificação urbana.

5.2.4 Da luta pelo espaço público à luta pela expansão do consumo: dos parklets ao projeto Ruas SP

Os parklets são extensões móveis de calçadas instaladas temporariamente (cerca de 3 anos) em vagas de carros que devem funcionar como um espaço qualificado e aberto ao público em geral. Em São Paulo, diversos parklets estatais e privados foram instalados pela cidade, sendo que a maioria das unidades com funcionamento público foi desativada (SARTORI, 2021). Um dos principais questionamentos em cima da lei que autorizava a instalação dos parklets era a sua restrição à utilização como espaço de comércio por restaurantes e bares.

Ainda em 2020, devido à pandemia, uma autorização “temporária” foi dada aos estabelecimentos comerciais responsáveis por parklets, que poderiam usar o espaço para atendimento de seus clientes. Junto a essa permissão veio o lançamento do projeto-piloto Ocupa Rua, na região da Praça da República, em que uma versão de parklet restrita ao consumo e de financiamento inteiramente privado foi lançada em caráter “provisório” e “experimental”, para conter os prejuízos decorrentes da pandemia ao setor de serviços. Apesar deste argumento, a discussão entre o poder público e comerciantes sobre a transformação dos parklets em espaços para consumo já era antiga, tendo surgido na mesma época em que a primeira lei sobre os parklets havia sido redigida. Comparando-se o caso paulistano a cidades do exterior, havia uma pressão muito grande por parte dos

comerciantes para a permissão desses espaços para o atendimento ao consumidor, sendo a crise pandêmica uma oportunidade importante para o avanço desses interesses. Não obstante, o projeto foi considerado “aprovado” pelos investidores, pelos gestores e pela população (apesar de ter levantado opiniões contrárias a este processo de privatização) e foi ampliado para todo o território municipal, com o Projeto Ruas SP.

O Ruas SP consiste em um programa de avaliação de ruas da cidade aptas ao recebimento de mesas e cadeiras em vagas públicas de automóveis, com ou sem extensões removíveis (tablados no chão), e a posterior autorização de estabelecimentos de lazer (bares, lanchonetes e restaurantes¹⁸⁴) para a instalação deste mobiliário de forma “temporária”. Como o programa foi desenvolvido dentro do contexto pandêmico, as permissões têm gratuidade inicial de 6 meses desde a outorga da lei (não desde o requerimento do estabelecimento para ser incluído no programa). Após o período, o estabelecimento deveria pagar as taxas estabelecidas pelo município de acordo com a área ocupada pelo estabelecimento. A diferença principal entre o Ruas SP e o Ocupa Rua em relação aos parklets é que a área da vaga e seu mobiliário é entendida como um espaço privado de responsabilidade dos estabelecimentos comerciais. A extensão, portanto, não precisa ser de acesso livre nem manter o mobiliário fora dos horários de funcionamento.

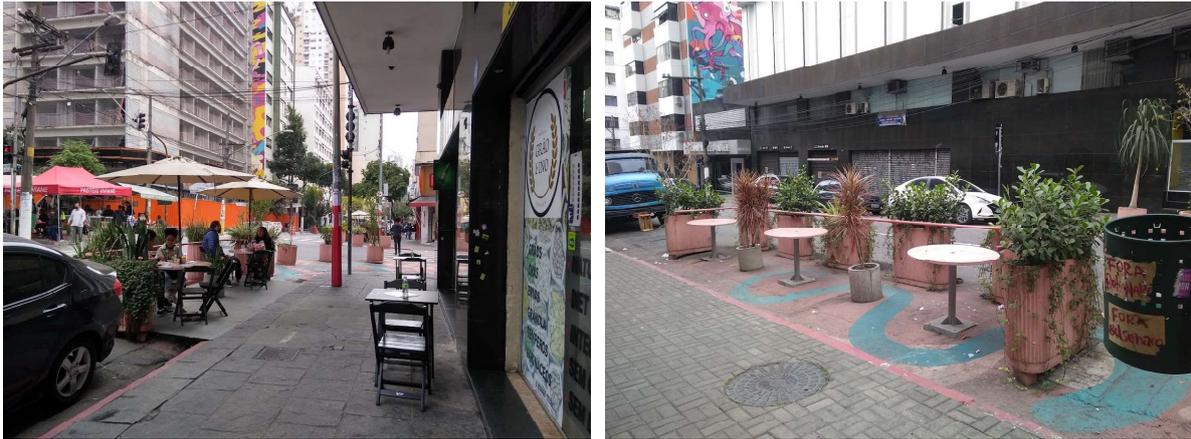
Os parklets já eram utilizados desta forma mesmo quando esta prática era ilegal e muitos deles já vinham sendo construídos sem qualquer qualificação de mobiliário (áreas de descanso, mesas, lixeiras, vegetação, bicicletários, etc.), sendo meras extensões da calçada que recebiam o mobiliário de acordo com o funcionamento e atendimento dos estabelecimentos responsáveis por sua manutenção. Os dois projetos ainda são divulgados como temporários pelo poder público, ainda que possam receber (e tenham recebido) autorizações de extensão do prazo de instalação.

¹⁸⁴ Não há referência para outros tipos de estabelecimento comercial. Durante a pandemia, a discussão sobre a utilização do espaço das ruas para as atividades afetadas pelas recomendações de distanciamento giraram em torno, principalmente, das atividades de consumo de alimentos e bebidas. Apesar disso, alguns casos podem ser apontados como usos alternativos do espaço público em caráter emergencial, como áreas adaptadas ao ensino ao ar livre (Cirugeda cita este ponto em sua entrevista, Chakrabarti - Practice for Architecture and Urbanism - comenta sobre esta possibilidade em uma entrevista ao Architect's Newspaper e em SP um pequeno movimento de entidades ligadas à Arquitetura e Urbanismo fizeram um manifesto e encaminharam à Prefeitura); postos de vacinação; e treinamento profissional emergencial. Chakrabarti (HICKMAN, 2020) também sugere que a crise da COVID deveria ser enfrentada, em Nova York, da mesma forma que foi enfrentada em Londres e Berlim durante as crises anteriores, evitando-se a disseminação de fachadas inativas (estabelecimentos fechados), com o incentivo para usos temporários por meio de contratos de aluguel de curta duração. Nova York, no entanto, não aplicou estas medidas, somente autorizou as extensões temporárias de calçada para o consumo (tal qual SP).

Para mais informações ver a entrevista com Santiago Cirugeda no Apêndice, e consultar os sites:

<https://www.archpaper.com/2020/10/new-report-outdoor-dining-covid-winter/>

<https://www.mobilize.org.br/noticias/12689/e-se-sao-paulo-abrisse-as-ruas-tambem-para-a-educacao.html>



Figuras 93 e 94 - Ocupa Rua. À esquerda, as mesas na extensão da calçada são preferidas em relação às que ficam próximas ao estabelecimento. Elas, no entanto, somente podem ser usadas para o consumo nos bares e os consumidores da feira ao lado têm de buscar outro espaço para o consumo dos itens comprados. À direita, algumas mesas persistem mesmo que o estabelecimento em frente tenha fechado. (Fonte: Máira C. Daitx, setembro de 2021)

Em 2021, o Ocupa Rua já havia sofrido pequenas alterações em relação ao projeto inicial. Alguns bares e restaurantes haviam abandonado o atendimento ao público fora do estabelecimento, outros haviam fechado mesmo depois da aderência ao projeto e certas áreas delimitadas estavam sem nenhuma ocupação. De maneira geral, a maior parte deles ainda está sendo utilizada para o comércio e consumo (mesmo que não se tenha nenhuma autorização posterior do Ruas SP), e com uma frequência de público mais ou menos constante dependendo do estabelecimento. As mesas e cadeiras instaladas nas calçadas são de uso exclusivo para clientes dos estabelecimentos. Em alguns estabelecimentos em que o atendimento ao público é menor, é possível observar a utilização do mobiliário pelos entregadores de comida, como área de descanso, espera e interação com outros trabalhadores (garçons ou motoboys).

Algumas esquinas receberam bancos que também eram utilizados como área de espera de clientes e prestadores de serviços. Em alguns casos, os garçons atendem o público ali mesmo com porções e bebidas, mesmo que este uso não tenha sido autorizado na proposta inicial (as esquinas deveriam ser destinadas à segurança do pedestre e à circulação). Nos locais temporariamente fechados ao público, a “extensão da calçada” é apropriada por passantes como ponto de espera ou descanso - as mesas, por exemplo, são utilizadas para apoiar bebidas compradas em outros estabelecimentos ou sacolas.



Figuras 95, 96 e 97 - Ocupa Rua. À esquerda, uma garçonete atende a um grupo que espera nos bancos a liberação de uma mesa. Ao centro, um motoboy estaciona dentro da área delimitada pelo projeto, na

espera pelo pedido do cliente. À direita, um homem pára para fumar um cigarro e descansa a sacola de compras em uma das mesas vazias do projeto. (Fonte: Maíra C. Daitx, setembro de 2021)

Na extensão em frente à Casa do Porco, restaurante que “encabeçou” o projeto Ocupa Rua, o espaço também é utilizado para o armazenamento de utensílios e atendimento ao cliente. Diferentemente de outras regiões do projeto – e do que estabelecia a lei de abertura de bares e restaurantes no período – a extensão da calçada não impediu a criação de pontos de aglomeração e, conjuntamente às mesas, garçons e seguranças, dificultavam a circulação dos pedestres¹⁸⁵. Já em frente à Escola da Cidade alguns bancos foram instalados nas vagas de automóveis e são utilizados por um público mais diverso – entre clientes à espera de atendimento, passantes sem relação com os estabelecimentos e entregadores. Parte desta área também é utilizada como estacionamento de motocicletas.



Figuras 98, 99, 100 - Ocupa Rua. Em frente à Escola da Cidade o espaço recebe bancos utilizados para o descanso de diversos ocupantes. Nas áreas sem mobiliário, as motos se apropriam do espaço como área de estacionamento. (Fonte: Maíra C. Daitx, setembro de 2021)

Na área escolhida para avaliação das propostas do Ruas SP – Bairro de Pinheiros, onde já havia sido coletado dados para o projeto High Rise (ver DAITX & SARTORI, 2021 & DAITX, 2023 *no prelo*) –, observou-se que alguns parklets já haviam sido substituídos por uma versão mais simples e com patrocínios (os parklets não podiam conter publicidade), de extensão da calçada para o consumo privado. Entre set/2021 e abr/2022 a área recebeu quatro novas extensões de calçada para o consumo privativo, a maioria delas patrocinadas pela DIAGEO, num projeto de marketing chamado “Movimento Pró-Bar”. Esse projeto “doou” as estruturas das extensões de consumo para alguns bares e restaurantes, sem contrapartida publicitária da marca (logotipo no mobiliário), exceto a divulgação do projeto.

¹⁸⁵ <https://photos.app.goo.gl/Q1HFPBxP3cBUgP6b9>



Figuras 101 e 102 - À esquerda, antigo parklet em frente ao Consulado da Bahia, patrocinado por uma marca de cervejas. À direita, nova extensão privada, feita para o consumo do mesmo estabelecimento, que substituiu o espaço do antigo parklet. Os baixos custos de manutenção dessas plataformas, que podem receber patrocínio privado e publicidade, tendem a ser preferíveis entre os estabelecimentos, afetando, por vezes, a oferta desses pequenos espaços públicos. (Fonte: Zoom Arq e Máira C. Daitx, setembro de 2021)

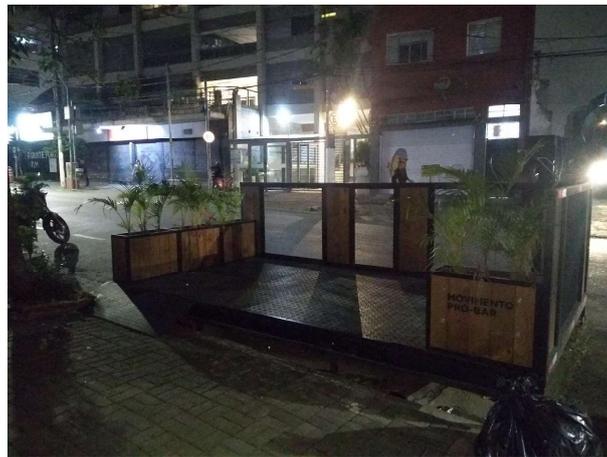


Figura 99 - Extensão removível privada de consumo, projetada dentro das regras do programa Ruas SP. A identidade visual dos espaços patrocinados pelo “Movimento Pró-Bar”, projeto publicitário do grupo de bebidas DIAGEO, é a mesma para todas as estruturas. (Fonte: Máira C. Daitx, abril de 2022)

Já os estabelecimentos que mantiveram os parklets ativos durante e após a pandemia estavam realizando o atendimento de seus clientes nos espaços, inclusive em alguns casos adaptando a estrutura anterior para melhor abrigar a instalação das mesas e cadeiras - por exemplo, o parklet em frente ao Dona Vitamina. Nos parklets que mantiveram a estrutura anterior - com bancos fixos, bicicletários, etc - ainda é possível ver o mesmo tipo de prática observado antes da pandemia, em que o espaço é apropriado por não-consumidores durante os horários de não-funcionamento dos bares e restaurantes. Já os espaços com mobiliário removível tendem a ficar vazios e não são apropriados para outros fins.



Figuras 103 e 104 - Parklets fora do horário de funcionamento dos estabelecimentos responsáveis. Quando o espaço fornece um mobiliário mais atrativo, outras formas de apropriação podem acontecer. (Fonte: Máira C. Daitx, setembro de 2021)

É possível observar que o formato da extensão temporária de calçada condiciona os tipos de uso e apropriação que são possíveis de serem feitos quando o objeto é instalado. Os casos que possuem mobiliário permanente possibilitam outros tipos de apropriação por grupos mais diversos, o que não acontece nos modelos exclusivos para o consumo. Isso faz com que os usos do espaço sejam condicionados pelos estabelecimentos comerciais, que o tornam ativos somente durante o horário de seu funcionamento. Em outros períodos, o espaço que possui estrutura permanente pode ser utilizado para o consumo não condicionado ou para outras práticas de descanso e integração. O processo de transformação dessas instalações temporárias do projeto Ruas SP, em prol do fortalecimento das práticas privadas de consumo, vem substituindo, paulatinamente, estes espaços por versões menos acessíveis à população, com poucas (ou nenhuma) contrapartida para os usos públicos que eram propiciados (ainda que pela iniciativa privada) pelos parklets. Em ambas as regiões analisadas (República e Pinheiros), áreas de descanso são escassas e reduzidas ao mobiliário ofertado pelos estabelecimentos privados, o que reduz o caráter heterogêneo das formas de apropriação, e implica em ruas utilizadas cada vez mais como espaço de passagem.

Além da exploração do espaço urbano pelas marcas - que se apropriam da forma mediatizada para a realização de publicidade -, esses espaços temporários também vem sendo absorvidos no discurso político - em alinhamento com o interesse econômico de grupos privados - e moldados de forma a perderem seus aspectos disruptivos e se adequarem aos interesses hegemônicos de forma “pacífica”. Ainda que tenhamos visto o aumento das discussões públicas sobre a expansão do território das práticas de consumo pela cidade durante a implantação do projeto Ocupa Rua, o projeto continuou ativo sem nenhuma alteração ou discussão posterior para a expansão destes espaços antes destinados aos automóveis para outras formas de apropriação do espaço público. Um movimento minoritário, surgido na mesma época, questionou o uso destes espaços também para atividades educativas escolares (durante a pandemia), mas esta movimentação minguou-se ao longo do tempo, extinguindo-se no momento em que o problema do ensino infantil à distância deixou de existir com a reabertura total das escolas.

A temporariedade do projeto inicial dos parklets, que buscava ser provisório porque não se entendia como solução para o problema do acesso aos espaços públicos na cidade

de São Paulo¹⁸⁶, deixou de ser uma tática de resistência para se tornar uma tática política para a implementação e expansão dos territórios da privatização e consumo. Isso é ainda mais claro quando, em 2022, a 4ª renovação da gratuidade das instalações é assinada, se firmando cada vez menos como algo provisório ou temporário. O histórico destas transformações corroboram com o processo de desconstrução de uma cidade que passa a ser cada vez mais administrada como um meio para a reprodução de capital, em que o espaço da cidade é cedido somente aos interesses econômicos (e sociais que corroboram com a visão econômica) e que transforma os espaços públicos cada vez mais em espaços de entretenimento e lazer – esvaziando seu caráter político e de trocas sociais democráticas (de e para todos). Apesar das práticas de apropriação “alternativa” terem sido vislumbradas em campo, estas ainda são a minoria e, como dito anteriormente, estão condicionadas aos “tempos privados” de domínio dos estabelecimentos comerciais.

Ainda espera-se ver, na cidade de São Paulo, mais espaços que busquem, através de suas formas, instigar outras formas de apropriação (tal como o Centro Aberto desejou fazer, mas em espaços que não eram do interesse da iniciativa privada, e que, conseqüentemente, tornaram-se espaços da exclusão) e assim, outras possibilidades de trocas entre os cidadãos.

¹⁸⁶ Segundo entrevista realizada com o Instituto Mobilidade Verde, em 2018 - Ver Apêndice.

CAPÍTULO 6

Conclusões: Conflitos espaço-temporais e processos de absorção

Esta tese buscou problematizar distintos formatos de espacialidades temporárias atuais, trazendo casos nacionais e internacionais. Como foi visto, em todas elas, decisões locais, representativas muitas vezes de forças globais, foram determinantes para o crescimento, fortalecimento ou inibição de um tipo específico de intervenção urbana que pode se relacionar tanto a processos de resistência ao sistema hegemônico, quanto serem auxiliarem em seu fortalecimento. Essas especificidades locais, no entanto, é o que dá sentido à *forma temporária* e essas características costumam estar ausentes no discurso sobre arquitetura e urbanismo mais comum, que tende a valorizar os aspectos positivos de seus projetos e ignorar os eventuais conflitos resultantes da inserção do objeto na realidade da cidade.

Contaminações globais acontecem no discurso midiático e dos especialistas, soluções apresentadas em diferentes contextos históricos e socioeconômicos tentam ser reproduzidas através da *forma* que, por si só, é incapaz de garantir sempre os mesmos resultados. Esta característica não está restrita às espacialidades temporárias, mas a qualquer tipo de intervenção urbana. Isso porque o urbano contempla características invisíveis que são reproduzidas por meio da cultura, das tradições, das memórias, das emoções, das percepções da sociedade em relação ao mundo. Uma tentativa de alteração de uma ordem dominante pode enfrentar resistências em um conflitos e ser extremamente bem-sucedida em outros.

No entanto, também é possível perceber que, apesar das nuances, alguns processos globais acontecem. Uma análise feita por um olhar mais distante e diacrônico, que observa um *antes* e *depois*, ainda que aberto à possibilidade de inversão que o futuro contempla. Neste caso, reforça-se o fato de que certas decisões políticas tendem a direcionar os processos de produção do urbano para uma direção, e esta é a direção do mercado. Seja no caso brasileiro ou nos estrangeiros analisados, somos capazes de observar forças que atuam na prática criativa, buscando cooptá-la aos interesses econômicos, por meio de alianças governamentais que autorizam ou inibem certos tipos de apropriação do espaço. Estas forças não são repressivas, mas silenciosas, atuam nas entrelinhas do poder, ampliando seu território por meio de pequenas alterações nas leis, da escolha de seus aliados, dos discursos da mídia escrita e falada, da gestão dos espaços e de seu corpo técnico, etc. Aos poucos elas direcionam as forças disruptivas aos seus interesses e colocam em questão todo um funcionamento das potencialidades emancipatórias que elas traziam. A exploração do espaço enquanto mercadoria ainda se mantém.

Por isso é importante, falar de todas as forças atuantes na cidade e dos mecanismos que elas usam para dominar, preencher, aproveitar ou desviar os tempos urbanos. Analisar contextos diferentes nos mostra que, para evitar que andemos para uma mesma direção (aquela que não queremos tomar) possamos restabelecer os territórios de resistências e analisar nossos posicionamentos em relação a processos que podem vir a acontecer – é

estabelecer um centro controle de nossas ações em relação às incertezas do momento futuro.

Na cidade de São Paulo pudemos observar seu histórico de transformação em direção à ampliação de políticas neoliberais que transferem a responsabilidade do Estado em relação ao seu espaço público para a iniciativa privada. Essa transferência é feita com períodos pré-definidos, variando entre 3 a 35 anos a depender do tipo do espaço concedido (praça ou parque) e seu potencial de exploração. O entendimento do espaço público como gasto e o esvaziamento de seu significado como direito do cidadão vem sido reforçado no discurso e nas ações tomadas pelos distintos órgãos do poder público (municipal e estadual), criando situações propícias à exploração comercial dos espaços da cidade que se torna, cada vez mais, uma mercadoria.

As intervenções urbanas temporárias são parte de uma lógica que busca transformar o espaço público em espaço de consumo, lazer e entretenimento, eximindo-o de suas funções sociais e políticas que, apesar de ainda estarem presentes, acabam se realizando por meio das manifestações de grupos minoritários e por meio da apropriação desviatória não planejada que é observada no cotidiano. O Parque do Ibirapuera é a representação explícita desta “venda” da cidade para o mercado publicitário, mas o Vale do Anhangabaú, por exemplo, mostra a incorporação (e absorção) destas espacialidades temporárias anteriormente disruptivas dentro da lógica da criação de experiências alternativas e fugazes nos espaços da cidade. Isso porque ela se exime de trazer à tona outras questões que a apropriação dos espaços públicos por meio do lazer pode e deve ser feita incentivando-se a criatividade dos cidadãos, seu envolvimento com a cidade, de forma heterogênea e sem discriminação de grupos e buscando a retomada da sua participação nos processos de decisão política tomadas em relação a seus territórios. No Vale, a instalação simplesmente é feita como parte de uma programação de *estrela* de um espaço que já existia, mas que foi moldado para atender melhor às novas estratégias de expansão do turismo no centro histórico.

Nestes casos, os processos de absorção são gritantes (Parque do Ibirapuera), mas também silenciosos (Vale do Anhangabaú), acontecem nas entrelinhas do processo de transformação urbana que só pode ser observado se analisada a história de cada região e de cada grupo de atuação que está envolvido (ou acaba envolvido) neste processo (MATHIESEN, 1980).

O Minhocão, por sua vez, é representativo de uma lógica também hegemônica e talvez um pouco menos silenciosa, mas não espalhafatosa, de absorção (ou exploração, de forma mais clara) das intervenções temporárias e seus agentes produtores para uma lógica de valorização regional do mercado imobiliário. Apesar do discurso do Minhocão não impôr, de forma clara, que as ações realizadas nele e em seu entorno tem o intuito de acelerar o processo de valorização imobiliária do Centro, um passeio pelo parque (nos finais de semana) mostrará a paisagem em transformação do seu entorno, repleta de canteiros de obra de microapartamentos destinados à uma classe de jovens de poder aquisitivo mais alto – estimulada inclusive, pelas leis de eixo de mobilidade do plano diretor. Ou seja, sua alteração não visa somente o turismo e o consumo dos espaços por esses passantes, mas visa também a transformação da área de forma permanente e significativa.

Esse caso nos aproxima aos exemplos internacionais apresentados que, em múltiplas vezes, relataram os processos que levaram à sua expulsão (uma história recorrente até hoje) quando os grupos culturais passam a fazer parte dessa lógica de acumulação capitalista por meio da transformação das cidades. Em São Paulo, a temporariedade não advém da sociedade civil, mas dos órgãos públicos e esta instrumentalização pode ser vista de forma ainda mais clara, porque o agente produtor não acabará sendo a vítima do processo, mas trará consigo outras muitas, que habitam essas áreas em transformação. Medidas de contenção de processos de exclusão socioespacial devem ser tomadas para que a disparidade socioeconômica e territorial não aumente ainda mais.

A experiência trazida pelas cidades como Berlim e Londres podem auxiliar na compreensão do futuro dos espaços que recebem (em maior ou menor grau) estas espacialidades. Deve-se procurar debater e *exportar*, as experiências que também não deram certo, a contextualização de seus problemas e as formas realmente *alternativas* de produção da cidade – bem como suas táticas de fuga ao processo de absorção – para que as consequências negativas desse processo possam ser evitadas. L'Autre Soie, por exemplo, é um caso que poderia dialogar com os processos de ocupação e transformação urbana do centro de São Paulo, voltando-se também para a construção de moradias sociais e da inclusão de grupos comunitários na gestão do espaço e na integração da vizinhança, não nos moldes do Centro Aberto, patrocinado por um banco e sem a participação de grupos que são importantes para a formação de territórios locais e de fortalecimento democrático.

A experiência do Minhocão e do Centro Aberto também traz a tona a importância que o estabelecimento de um discurso de *crise* – tal qual os casos internacionais – é potencializador da criação de experimentos urbanos que, na verdade, só incorporam a possibilidade de fracasso quando não são instituídas pelos órgãos hegemônicos. *Temporariedade* é, portanto, também uma estratégia discursiva. Ela é usada para evitar conflitos no processo de estabelecimento de territórios que buscam ser transformado de forma permanente. Essas diferenças devem ser observadas em qualquer trabalho que busque ser desenvolvido dentro desses parâmetros. Em que medida a temporariedade do projeto é real? Queremos mesmo que ele seja provisório? Como podemos fazer projetos que incluam a capacidade de adaptação (e inclusive de fracasso) de forma mais aberta ao interesse de todos?

Neste conflito entre o que é temporário e o que não é, vimos o surgimento de muitos nomes dados a ela: usos interinos, usos provisórios, usos do entre, usos experimentais, usos pioneiros, etc. Nenhum deles deve ser entendido, em sua essência como algo negativo, mas todos eles possuem um conteúdo político por trás dessas diferenciações.

Este trabalho buscou trazer um olhar mais amplo sobre a *temporariedade* e a incorporação dela sobre os produtos espaciais urbanos, este trabalho também buscou explorar múltiplas propostas: hegemônicas e contra-hegemônicas, conformistas ou disruptivas, resistentes ou cooperantes, para evidenciar que estudar o contemporâneo é também lidar com a complexidade de entender um mundo em que interatuam forças diversas e contrastantes, que resultam em *conflitos espaço-temporais*, e cujos resultados esperados muitas vezes podem surpreender de acordo com fenômenos inesperados. Estudar o contemporâneo implica em uma constante revisão das categorias e formas de análise, dos posicionamentos críticos, das narrativas emitidas para cada um e para o

conjunto do objeto empírico. Agir no contemporâneo deve ser um processo conjunto que une essas diversas forças disruptivas que acontecem em ritmos e processos distintos (mais ou menos temporário) em prol de um mesmo objetivo: a construção de territórios mais inclusivos e acessíveis a todos, sem o fortalecimento de processos de socioexclusão.

Vimos que as formas hegemônicas, cujo discurso costuma atrelar a formas de planejamento urbano longas e demoradas (tempo hegemônico), ao contrário do que tendemos a pensar, já incorporam dentro de sua lógica o tempo das práticas disruptivas (o tempo menor), quando passa a permiti-las dentro de seus interesses – como forma de contenção de crises econômicas/imobiliárias e processos de desvalorização (do valor de troca) urbana. As forças hegemônicas (que comandam o tempo hegemônico) buscam trazer essas práticas e seus ritmos (transitórios, efêmeros, findáveis) para dentro de sua lógica, tornando-as produtos a serem consumidos. É dentro do processo de reprodução da cidade, que contempla o processo de absorção das práticas disruptivas, que foram analisadas as táticas de ação tomadas para se desviar (novamente) destas forças hegemônicas. Desvios estes que acontecem em maior ou menor grau, de forma mais consciente ou inconsciente.

Entender esse processo dialógico de ação e reação é necessário para entender o objetivo que esta pesquisa busca obter: a amplitude do debate arquitetônico sobre as diferentes formas de apropriação do espaço urbano e as capacidades de atuação do profissional de arquitetura e urbanismo (seja produzindo ou analisando) em criar formas mais inclusivas e equitativas. Entendendo que fazemos parte de um espaço que está em disputa e que ela é, também, uma disputa pelo tempo da cidade - pelo domínio da duração das práticas no espaço e de como elas são classificadas -, nos tornamos mais capazes de reagir às decisões políticas tomadas que levam a uma ou outra direção.

Apesar de situar este trabalho dentro de um escopo crítico que traz mais elementos “neutralizadores” do que “emancipadores” à luz do leitor, ainda assim buscou-se conservar uma abertura no olhar científico, incluindo-se, dentro do recorte, a possibilidade de emancipação – que não parte do nada, como uma fórmula perfeita, mas surge da luta política pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARLT, P. "Urban Planning and Interim Use". In: HAYDN, F.; TEMEL, R. (Eds.). **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces**. Basel: Birkhäuser, 2006.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Mundo Consumo**. Madri: Paidós Contextos, 2010.
- BERGEVOET, T & VAN TIJL, M. "Temporary Use of Space in Residential Areas with Heritage Status. In: **do.co.mo.mo Nederland**, nº3, outubro de 2012.
Disponível em: https://www.docomomo.nl/upload/files/tempmomo_lowres.pdf.pdf (Acessado em 23 fev. 2023.)
- BIERMAN, J. "Temporary Use as a Transformation Strategy". In: **do.co.mo.mo Nederland**, nº3, outubro de 2012.
- BISHOP, P.; WILLIAMS, L. **The Temporary City**. Oxon: Routledge, 2012.
- BOEKWIJLT, H. "Nothing is as Permanent as Temporary". In: **do.co.mo.mo Nederland**, nº3, outubro de 2012.
Disponível em: https://www.docomomo.nl/upload/files/tempmomo_lowres.pdf.pdf (Acessado em 23 fev. 2023.)
- BOLHAAR, C. "From Junkyard to Monument". In: **do.co.mo.mo Nederland**, nº3, outubro de 2012.
Disponível em: https://www.docomomo.nl/upload/files/tempmomo_lowres.pdf.pdf (Acessado em 23 fev. 2023.)
- BRENNER, N., THEDORE, N. "Cities and geographies of actually existing neoliberalism". In: BRENNER, N. **Critique of urbanization: selected essays**. Basel: Birkhäuser. 2017.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- _____. **O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- COLOMB, C. "Pushing the Urban Frontier: Temporary Uses of Space, City Marketing, and the Creative City Dis-course in 2000s Berlin". **Journal of Urban Affairs**, v. 34, n. 2, 2012, p. 131-52.
Disponível em: www.tandfonline.com/doi/full/10.1111/j.1467-9906.2012.00607.x (Acessado em 23 fev. 2023.)
- COURTOIS, C. "Marca e espaço (s): do território à paisagem". In: **dObra [s]—revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, v. 4, n. 8, p. 102-111, 2016.
- CRARY, J. **24/7 - Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. (Versão digital e-book)
- CRESTANI, A. M. Z.; DAITX, M. C.; SÉ, M. R. "Entre linhas de fuga: sobre lugaridades nos espaços de passagem". **Anais do IV ENANPARQ**, Estado da Arte [recurso eletrônico]. Porto Alegre. 2016.
- DAITX, M. C. **Quando a realidade cruza o imaginário: a aplicabilidade da arquitetura móvel nas cidades contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2017.
- _____. "Territórios comerciais temporários: como as pop-up stores expandem os limites territoriais das marcas". In: **Anais do VI Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem-CINCCI**. FAU-USP: São Paulo. 2018, pp. 754-69.
- _____. "Recent transformations on Urban Structural Axis areas: the case of Pinheiros, São Paulo". In: APPERT, M., ALVES, M. R. & MONTÉS, C. (Eds.). **Highrise Book. Producing and living the high-rise: new contexts, old questions?**, 2023 (no prelo).
- DAITX, M. C. & SARTORI, M. C. "Recent transformations on Urban Structural Axis areas: the case of Pinheiros, São Paulo", apresentado na sessão "Living the Vertical City: urban types and sociospatial changes", do Simpósio Internacional "**High-Rise Living and the Inclusive City**", abr. 2021.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1kPhOkpIPU&t=4s> (Acessado em 23 fev. 2023.)
- DANGSCHAT, J. "Glossary - Needs". In: HAYDN, F.; TEMEL, R. (Eds.). **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces**. Basel: Birkhäuser, 2006.
- DE CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas: Papius, 1995.

- _____. **A invenção do cotidiano. Vol. 1: Artes do fazer.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.
- FLOWERS, B. (Ed.). **Architecture in an Age of Uncertainty.** Burlington, USA: Ashgate Publishing Limited, 2014.
- FRANCK., K. & STEVENS, Q. **Loose Space - Possibility and Diversity in Urban Life.** Reino Unido: Routledge, 2006.
- GROISS, H. "Glossary: Prosumers". In: HAYDN, F.; TEMEL, R. (Eds.). **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces.** Basel: Birkhäuser, 2006.
- HAN, B-C. **Sociedade do cansaço.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015a.
- _____. **The burnout society.** Stanford (CA): Stanford University Press, 2015b.
- HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference.** Oxford: Blackwell, 1996.
- _____. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola (23ª ed.), 2012.
- _____. **Cidades rebeldes: o direito à cidade e a revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HAYDN, F.; TEMEL, R. (Eds.). **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces.** Basel: Birkhäuser, 2006.
- HICKMAN, M. "New report explores how shops and restaurants can survive and thrive during a COVID winter". **The Architect's Newspaper**, Nova York, 23 de outubro de 2020.
Disponível em: <https://www.archpaper.com/2020/10/new-report-outdoor-dining-covid-winter/>
- HOLUB, B. & RAJAKOVICS, P. "Glossary: Freeing Spaces". In: HAYDN, F.; TEMEL, R. (Eds.). **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces.** Basel: Birkhäuser, 2006.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ática, 1997.
- _____. "A cidade futura", 2003. In: SYKES, K. A. (Org.). **O campo ampliado da arquitetura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- KAMLEITHNER, C. "Glossary: Intentions". In: HAYDN, F.; TEMEL, R. (Eds.). **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces.** Basel: Birkhäuser, 2006.
- KÄRRHOLM, M. "The territorialisation of a pedestrian precinct in Malmö: Materialities in the commercialisation of public space". In: **Urban Studies**, v. 45, n. 9, p. 1903-1924, 2008.
- KLEIN, N. **Sem Logo. A tirania das marcas em um planeta vendido.** Rio de Janeiro: Record (3ª ed.), 2003.
- KOHOUTEK, R. & KAMLEITHNER, C. "Temporary Uses, Deregulation and Urbanity". In: HAYDN, F.; TEMEL, R. (Eds.). **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces.** Basel: Birkhäuser, 2006.
- KOOLHAAS, R. "Junkspace" (2000). In: SYKES, K. A. (Org.). **O campo ampliado da arquitetura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- _____. **Três textos sobre a cidade.** São Paulo: Editorial Gustavo Gili, 2014.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space.** Oxford: Blackwell, 1991.
- LEYSSEN, Dieter. "Meanwhile use as an act of resistance". In: **Joelho - Revista de Cultura Arquitectonica**, dezembro 2018-
- LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical Urbanism: Short-Term Action for Long-Term Change.** Washington, D.C.: Island Press, 2015.
- LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- MADANIPOUR, A. **Cities in Time. Temporary Urbanism and the Future of the City.** London, New York & Nova Delhi: Bloomsbury. 2017a.

_____. "Temporary use of space: Urban processes between flexibility, opportunity and precarity" in **Urban Studies**, v. 55, issue 5, pp. 1093-1110, 2017b.

MARIANI, M. & BARRON, P. (Eds.) **Terrain Vague. Interstices at the Edge of the Pale**. London & New York: Routledge, 2014.

MATHIESEN, T. **Silently Silenced: On the Creation of Acquiescence in Modern Society**. Winchester: Waterside, 1980.

MAYER, M. First world urban activism, *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 17:1, 5-19, 2013, doi: <http://dx.doi.org/10.1080/13604813.2013.757417>.

MEHROTRA, R. "Negotiating the Static and Kinetic Cities: The Emergent Urbanism of Mumbai", pp. 205-18. In: HUYSSSEN, A., **Other Cities, Other Worlds: Urban Imaginaries in a Globalizing Age**. Duke University Press, Durham (NC) and London, 2008, 336 pages.

MEHROTRA, R. & VERA, F. (Eds.). **Ephemeral Urbanism: Cities in Constant Flux**. Santiago del Chile: ARQ Ediciones, 2019.

MOORE-CHERRY, N. "Beyond art in 'meanwhile spaces': temporary parks, urban governance and the co-production of urban space", 2017,. In: MURZYN-KUPISZ, M.; DZIALEK, J. (Eds.). The impact of artists on contemporary urban development in Europe. **GeoJournal Library**, 123. 2017, pp. 207-24.

MUÑOZ, F. **Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

OSWALT, P. et al. **Urban Catalyst. The power of temporary use**. Berlim: DOM Publishers, 2013

PARDO, J. L. "Disculpen las molestias, estamos transitando hacia un nuevo paradigma". In: RENAS, L.; FO-GUÉ, U. (Eds.). **Planos de [inter]sección. Materiales para un diálogo entre filosofía y arquitectura**. Madri: Lampreave, 2011. P.352-67

POMODORO, S. Temporary retail in fashion system: an explorative study. **Journal of Fashion Marketing and Management: An International Journal**, v. 17, n. 3, p. 341-352, 2013.

RONNEBERGER, K. "From Regulation to Moderation". In: HAYDN, F.; TEMEL, R. (Eds.). **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces**. Basel: Birkhäuser, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico internacional**. São Paulo: Hucitec, 1998

SARTORI, M. C. **Apropriações contemporâneas dos espaços públicos: parklets de São Paulo e outras espacialidades urbanas**. Dissertação de mestrado defendida no programa de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), 2021.

SENNETT, R. **The open city**, 2006.

SILVA, D. P. P. **Projeto para uma loja pop-up modular. A importância do visual merchandising e das lojas temporárias no consumo e na sociedade atual**. Projeto apresentado ao IADE-U. 2015

SMITH, N. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City**. Londres: Routledge, 1996.

SPIEGL, A & TECKERT, C. "Glossary: Temporary Space". In: HAYDN, F.; TEMEL, R. (Eds.). **Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces**. Basel: Birkhäuser, 2006.

STAVRIDES, Stavros. **Towards the city of thresholds. Creative commons: Professional Dreamers**, 2010.

_____. **Common Space: The City as Commons**. Londres: Zed Books, 2016.

STEVENS, Q., DOVEY, K. **Temporary and Tactical Urbanism: (Re)Assembling Urban Space**. Nova York: Routledge, 2022.

STROUX, S. "Temporary use of modern heritage: threat or blessing?". In: **do.co.mo.mo Nederland**, nº3, outubro de 2012

Disponível em: https://www.docomomo.nl/upload/files/tempmomo_lowres.pdf.pdf. (Acessado em 23 fev. 2023.)

TARDIVEAU, A.; MALLO, D. "Unpacking and Challenging Habitus: An Approach to Temporary Urbanism as a Socially Engaged Practice". **Journal of Urban Design**, 91(4), 2014.

TILL, K. "Interim Use at a Former Death Strip? Art, Politics, and Urbanism at Skulpturenpark Berlin_Zentrum". In: WEITZ, E. & ZIPES, J. **Studies in European Culture and History**. Londres: Palgrave & McMillan, 2011.

TONKISS, F. "Austerity urbanism and the makeshift city". In: **City**, v. 17, n. 3, 2013, pp. 312-24.

_____. "Comparative Urbanism: Design in Translation". In: BANERJEE, T. & LOUKAITOU-SIDERIS, A. (Eds.) **The New Companion to Urban Design**. Philadelphia: Routledge, 2019.

TUTUR. **URBACT Final Report**. 2015.

VAINER, C. "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VIRILIO, P. **O espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 2014.

VON SANTEN, J. "Learning from STRIIP-S". In: **do.co.mo.mo Nederland**, nº3, outubro de 2012.
Disponível em: https://www.docomomo.nl/upload/files/tempmomo_lowres.pdf (Acessado em 23 fev. 2023.)

WARNABY, G. et al. "Pop-up retailing: Integrating objectives and activity stereotypes". **Journal of Global Fashion Marketing**, v. 6, n. 4, p. 303-316, 2015.

ZUKIN, S. **Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

APÊNDICE A

Fichas projetuais

Estas fichas projetuais foram desenvolvidas de forma a auxiliar a leitura do Capítulo 1. Elas trazem uma imagem elucidativa do projeto (incorporando cenas de apropriação, sempre que possível), uma breve análise do objeto e sua relação com a temporariedade e categorias discursivas (ver o Capítulo 1 para maior detalhamento de cada uma delas), trechos representativos do discurso projetual ou da mídia, considerações sobre a situação atual do objeto (se foi desmontado, reutilizado, etc.) e informações auxiliares, como localização, duração, tipo de espaço, etc.

Os casos escolhidos para as fichas derivam da base de dados criada para esta tese, da qual se separam os exemplos mais representativos de cada grupo ou arquiteto e que pudessem trazer questionamentos sobre os processos de produção do espaço urbano e da apropriação e absorção de elementos discursivos que distorcem o significado de algumas características de seus contextos iniciais. Como dito anteriormente no Capítulo 1, as categorias discursivas podem não condizer com a realidade do objeto - por exemplo, um caso em que se defende a reutilização do objeto e o design circular para reaproveitamento de seus materiais não necessariamente se concretiza - e, portanto, é necessária a leitura da descrição desenvolvida especialmente para estes casos, dentro desta pesquisa.

As fontes citadas na parte inferior das fichas estão detalhadas na aba PROJETOS da base de dados, e podem ser consultadas para que se verifique as informações explicitadas ali. Os exemplos das fichas estão separados na aba FICHAS e foram extraídos do levantamento detalhado da aba anterior. A aba PROJETOS contém 250 exemplos (até o momento de escrita desta tese) de *projetos temporários* de cada escritório escolhido para análise. Para uma verificação da produção completa de cada escritório (dados levantados de seus *sítes* oficiais), ver a aba TIPO DE PROJETO, que reúne tanto os projetos temporários quanto os permanentes, de forma simplificada.

Cerca de 10% dos projetos temporários foram transformados em fichas, já que a maioria deles representa espaços de exposição ou eventos que seguem uma lógica de produção cultural que não necessariamente traz questionamentos sobre o espaço urbano, ou que não dizem respeito às principais categorias discursivas que vêm sendo discutidas nos últimos anos sobre a temporariedade.

Vale ressaltar que esta base de dados está em desenvolvimento e deve ser atualizada constantemente ao longo do processo investigativo da pesquisa, até a entrega do exemplar final.

Para mais informações sobre a base de dados realizada ver:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ugf4rqyvua7RoPiXxABP8ZTFmLKkuoaC6l-0rNG8yqo/edit?usp=sharing>



Fonte: Ivan Erofeev, Carlo Ratti Associati Press Release

Commons Sense - Manifesta 14 - Pristina, Kosovo | 2022

Carlo Ratti Associati

Quatro intervenções urbanas temporárias experimentais e de baixo custo foram feitas antes e durante o período do evento, com o intuito de engajar a população nas discussões sobre as transformações da cidade, ativar espaços urbanos abandonados ou subutilizados, e catalisar novos usos. Depois de cada intervenção, os moradores locais podiam vivenciar o espaço e analisar se gostariam ou não que ele se tornasse permanente. Os materiais e as estruturas utilizadas foram pensados para serem facilmente removidos, seguindo a proposta de Design Circular praticada nos últimos anos pelo escritório. A intervenção foi feita em parceria com o MIT Senseable City Lab e a Fundação de Arquitetura do Kosovo, com apoio da UN-Habitat, Prefeitura de Prishtina, fundações e instituições culturais e embaixadas. O escritório foi responsável pela curadoria, escolha das áreas para a intervenção e coleta de dados nas ações participativas. O projeto faz parte de sua linha crítica de abordagem sobre Arquitetura "Open Source", desenvolvida desde 2012.

CRA's project suggests a new methodology to reclaim public space in the city, starting with a series of temporary, open-ended design interventions and leveraging artificial intelligence for urban analysis. [...] casts citizens as key drivers of the evolution of the built environment, fostering feedback loops to effect long-term urban innovation. [...] These projects show how 'open-source urbanism' can enact change within different time frames. (Carlo Ratti Associati)

• Status atual

Uma intervenção foi temporária (fábrica), outra levou à requalificação do espaço anexo (biblioteca) e outras duas encontram-se em processo de experimentação (rua comercial e parque linear). O espaço requalificado da biblioteca, transformado em centro cultural possui um acordo de leasing com a Manifesta por 5 anos. Não se sabe quem será o responsável pela manutenção do espaço após o evento e após o término do contrato. A fábrica recebeu outra ação ativadora feita pelo raumlabor, durante a Manifesta.

- **Período/duração:** 22/07/2022 a 30/10/2022 (3 meses)
- **Especialidade:** Desenho urbano, Mobiliário urbano
- **Função:** Espaço público
- **Evento:** Manifesta 14

Categorias discursivas:

Design Circular

Ativação Experimental

Catalisador Urbano



Fonte: Michele Nastasi, Carlo Ratti Associati Press Release

Pavilhão da Itália - Expo Dubai 2020 - Dubai, Emirados Árabes Unidos | 2021

Carlo Ratti Associati, Italo Rota, Matteo Gatto, F&M Ingegneria

O pavilhão é feito com alguns materiais e objetos reutilizáveis (cascos de barcos usados para a cobertura, cordas náuticas usadas como "paredes"). A escolha desses materiais, segundo os arquitetos, é uma crítica à descartabilidade usual dada aos pavilhões feitos para os eventos temporários. O pavilhão abrigou outras obras do escritório, como um café temporário e uma instalação composta de cordões de algas fotoluminescentes chamada "Braiding the Future" (patrocinada pela multinacional do ramo energético ENI) que deveria ser reciclado após o evento.

The Italian Pavilion envisions an architecture which challenges how buildings are usually developed for temporary events such as a World Expo, in which a lot of newly-built structures end up as landfill after just a few months. Contrary to that approach, the Italian Pavilion was conceived as an architecture that is able to transform itself through time, in a sustainable fashion. Three hulls, arrived in Dubai, become the roof of the pavilion, and after Expo, they could set sail to new destinations. (Carlo Ratto Associati)

• Status atual

A CNN afirma que houve rumores sobre a conversão do pavilhão em um centro cultural, mas não dá informações sobre onde ele estaria. O pavilhão já foi desmontado, mas também não há informações sobre o destino dos materiais de sua construção. A instalação de algas recebeu um concurso de ideias para a reciclagem de seu material plástico. O ganhador foi um modelo de composteira caseira. No entanto, também não há informações se o material da instalação realmente foi usado para a confecção dos objetos.

• **Período/duração:** 01/10/2021 a 31/03/2022 (6 meses)

• **Especialidade:** Pavilhão

• **Função:** Cultural, Comercial

• **Evento:** Expo Dubai 2020

Categorias discursivas:

Design Circular



Fonte: Roberto Conte, Elle Decor Website

LidoBAM Sammontana 2021 - Milão, Itália | 2021

BAM (Biblioteca degli Alberi Milano), Sammontana, Carlo Ratti Associati

Carlo Ratti e Chuck Hoberman projetaram os Parelhos, guarda-sois que captam energia solar, para a marca de sorvetes Sammontana. Com iniciativa da Fundação Ricardo Catella (que apoia ações de desenvolvimento territorial sustentáveis e "responsáveis"), protótipos foram testados no parque da BAM, na 2ª edição do lounge de verão LidoBAM. O experimento buscava coletar dados para um modelo sustentável reproduzível nos quiosques temporários das praias italianas. A instalação, que continha guarda-sois normais e tecnológicos, era aberta ao público e gratuita, como parte do programa cultural da BAM, mas era necessário fazer uma reserva para entrar no espaço. As versões high tec exibiam o logo da marca de sorvetes e a energia gerada por eles alimentava uma geladeira da Sammontana instalada no bar da intervenção e o sistema de refrigeração por nebulização instalado para os visitantes.

The installation, located in the fashionable Porta Nuova district of Italy's design capital, creates a lounge area that can be accessed by the public free of charge, as with all the initiatives of the BAM cultural program. / The Milanese test will serve as the first step to evaluate how the innovation process might accelerate and potentially be brought to Italy's 8,000 km (4,970 miles) coastline, promoting a more sustainable approach to summer leisure.

• Status atual

O LidoBAM já havia acontecido em 2020 e voltou a acontecer em agosto de 2022, mas sem os guarda-sois projetados por Carlo Ratti. Não há informação oficial sobre novos experimentos ou se o guarda-sol está sendo utilizado de forma permanente em algum outro local. Atualmente, o Google Earth mostra a área ao redor da BAM vazia.

- **Período/duração:** 12/06/2021 a 08/08/2021 (2 meses)
- **Especialidade:** Mobiliário urbano
- **Função:** Espaço público, Espaço publicitário
- **Evento:** -

Categorias discursivas:

Ativação Experimental

Ativação Sazonal



Fonte: UABB, Carlo Ratti Associati Press Release

Exposição "Eyes of the City" - Shenzhen, China | 2019

Carlo Ratti Associati, Politecnico di Torino, South China University of Technology, Northeastern University, Mieke Gerritzen

O escritório de Carlo Ratti, em parceria com universidades, fez a curadoria e o projeto da exposição "Eyes of the City": seção temática da Bienal que buscava discutir o impacto das novas tecnologias nas cidades. Os projetos expostos eram open-source, prática defendida pelos curadores como forma de inclusão tecnológica, artística e cultural dentro do campo ampliado da Arquitetura. A exposição aconteceu na estação ferroviária de Futian (uma das maiores estações subterrâneas da China). A escolha do local não usual teve como intuito discutir o papel dos hubs de transporte como postos de coleta de dados dos indivíduos, e foi uma estratégia para atrair maior atenção do público, ampliando o alcance da discussão sobre o espaço urbano. O projeto expográfico imitava a estética das lojas de duty-free, incitando o "passageiro" a percorrer os caminhos das gôndolas de exposição. Apesar de não haver nenhum uso intencional da temporariedade neste projeto, sua condição transitória possibilita a criação de uma espacialidade excepcional, fator que auxilia no impacto social do evento.

"The 'Eyes of the City' exhibition's unusual venue ultimately becomes an opportunity to engage a wider audience of visitors and passersby in order to spark an inclusive conversation. This is consistent with UABB's mission to extend the architecture and urbanism discourse to the general public." (Carlo Ratti Associati)

• Status atual

Não há informações sobre a remoção do espaço, mas por ser uma exposição em espaço de circulação pública, é provável que tenha sido removida.

• **Período/duração:** 21/12/2019 a 08/03/2020 (3 meses)

• **Especialidade:** Exposição

• **Função:** Cultural

• **Evento:** Bienal de Arquitetura e Urbanismo de Shenzhen e Hong Kong 2019

Categorias discursivas:

Apropriação Crítica



Fonte: Marco Beck Peccoz, Archilovers Website

The Circular Garden - Milão, Itália | 2019

Carlo Ratti Associatti, Italo Rota, Krown.Bio

Instalação no jardim botânico de Brera, cuja estrutura de arcos catenários é principalmente feita de fungos. Foi produzida para a multinacional do ramo energético ENI e participava da mostra "Espaços Humanos", promovida pela revista Interni. A escolha do material é fruto das pesquisas feitas pelo escritório, mas também uma crítica à fabricação de pavilhões temporários que geram grande material de descarte.

"Many pavilions designed for temporary exhibitions and fairs – such as for Milan Design Week – end up generating large amounts of waste. The Circular Garden project will be reused in a circular fashion – mushrooms, ropes and wood chips will go back to the soil and small metal elements will be recycled." (Carlo Ratti Associatti) "For us, this is more like a lesson about how we can create architecture where every single thing can be reused," said Ratti. "It's probably the first installation ever at Salone where not one single element will be going to landfill."

- **Status atual**

Por ser feita de um organismo vivo que se alimenta de matéria orgânica, após o evento, o material seria triturado e enterrado; e os elementos metálicos de ligação, reciclados. Não há registros do desmonte, mas como já ocorreram outros eventos no local, é provável que a estrutura tenha sido removida.

- **Período/duração:** 08/04/2019 a 19/04/2019 (10 dias)

- **Especialidade:** Instalação

- **Função:** Artística

- **Evento:** Mostra "Human Spaces" / Semana de Design de Milão 2019

Categorias discursivas:

Design Circular



Fonte: Eugenio Merzagora, Structurae Website

Pavilhão Earth Screening - Expo Milão 2015 - Milão, Itália | 2015

Carlo Ratti Associatti, Recchi Engineering, Nüssli Italia, Manens-Tifs, Studio Durbano

O escritório foi responsável pelo conceito do pavilhão da New Holland Agriculture, marca de maquinários para agricultura, da Expo Milão 2015. O projeto foi o vencedor de um concurso de projeto e tinha como proposta inicial o reuso do edifício como uma fazenda-escola. A estrutura, no entanto, acabou sendo instalada em uma área industrial da Iveco (marca irmã da New Holland), em Suzzara, funcionando como espaço de show-room e manutenção de veículos. Apesar de Carlo Ratti trabalhar com espaços temporários desde 2006, este é o primeiro projeto do escritório em que a reciclagem/reuso aparece no discurso arquitetônico e que foi realmente reinstalada em outro local (ainda que com um uso diferente do previsto). O pavilhão foi construído com técnicas de "construção seca" (uma estratégia do Design Circular), sem uso de fundação e empregando peças de aço em vez de concreto e cimento. A execução do edifício foi das empresas Recchi Engineering, Nüssli Italia, Manens-Tifs e Studio Durbano. Ele foi o único pavilhão de uma marca de equipamentos de agricultura na Expo de Milão, cujo tema fazia referência a produção de alimentos ("Feeding the Planet, Energy for Life").

"After the Expo, the New Holland pavilion will be dismantled and reconstructed in a second location as an innovative didactic farm, embodying the very idea of recycling and sustainability."
(Carlo Ratti Associatti)

• Status atual

O pavilhão foi removido de Milão e instalado em Suzzara dois anos depois (2017), em uma área industrial da Iveco (produtora e vendedora de veículos leves e pesados), não seguindo a pretensão inicial do projeto. O gramado do telhado não foi refeito após sua remontagem.

• **Período/duração:** 01/05/2015 a 31/10/2015 (6 meses)

• **Especialidade:** Pavilhão

• **Função:** Comercial, Corporativo

• **Evento:** Expo Milão 2015

Categorias discursivas:

Design Circular



Fonte: Stef Declerck, Archdaily Website

Canal Swimmer's Club - Bruges, Bélgica | 2015

Atelier Bow-Wow, Dertien12

Instalação de um espaço para banhos na travessia de Carmersbrug. O deck parcialmente coberto buscou reativar o canal como espaço para o lazer durante a primeira Trienal de Bruges. A prática do nado era popular antigamente na cidade, mas havia sido descontinuada quando o canal apresentou níveis altos de poluição. 40 anos depois da proibição, o canal seria reaberto em 2015 para a população local. O projeto foi concebido para ser facilmente montado e desmontado, com a ideia de que poderia ser reutilizado nos próximos verões.

"Canal Swimmer's Club is the temporary appropriation of public space in the city. It's a new type of architecture made from the relationship between different behaviors, which already existed in the city. [...] It shows a critical position against institutionalized space as a materialization of preceding concept of facility which has played an important role in the bio politics that governed daily life throughout the 20th century." (Texto cedido pelos autores ao Archdaily)

- **Status atual**

Apesar da proposta de reinstalação anual, nos meses de verão, não há nenhum registro de que ela tenha sido reutilizada. Outra plataforma no canal, projetada por outro escritório foi feita para a trienal de 2018.

- **Período/duração:** 20/05/2015 a 18/10/2015 (5 meses)
- **Especialidade:** Desenho urbano
- **Função:** Espaço Público
- **Evento:** Trienal de Bruges 2015

Categorias discursivas:

Ativação Sazonal



Fonte: Constructlab / Atelier bow wow / Kristof Lemp

Pavilhão Temporário - Projeto Osthang - Darmstadt, Alemanha | 2014

Atelier Bow-Wow, constructLAB

Edifício feito para o "Projeto Osthang" - uma colônia temporária de artistas e arquitetos em um terreno desocupado de Darmstadt. O projeto do Pavilhão Central foi construído durante uma Escola de Verão (entre julho e agosto), com curadoria do Raumlabor. A estrutura foi pensada para ser desmontada, porque não se sabia o que aconteceria com o espaço após o término do workshop. Seu financiamento veio da Associação Architektursommer de Darmstadt (que estimula a realização de intervenções temporárias de verão e experimentos em espaços públicos na região de Darmstadt) e do Instituto Internacional de Música de Darmstadt (relacionado ao processo de patrimonialização de Mathildenhöhe - antiga colônia artística da cidade).

"A neglected plot on the eastern slope, of the soon to become world heritage site Mathildenhöhe in Darmstadt, has been chosen to be the place of the new artists colony. [...] [The Main Hall] is planned to be the most permanent building within the different experimental and temporary structures made during the summer academy on the Osthang site. [...] [and] to remain at least 5 years after the summer 2014 as a multi-purpose facility on the Mathildenhöhe in Darmstadt. Hence, the possibility to activate the place and try out different uses in order to better understand through real scale the potential future of the Osthang site." (ConstructLab)

• Status atual

Inicialmente previsto para durar 5 anos, o edifício ainda permanece como espaço de eventos do coletivo/associação OHA Osthang - que ganhou permissão pública para usar a área durante os meses quentes. Em 2019, havia sido anunciado o fim da ocupação porque na área seria construído um centro de visitantes permanente (exigência do processo de patrimonialização de Mathildenhöhe). Porém, desde a pandemia, o projeto foi suspenso até 2023 e a área se mantém ativa com permissões de uso mensais. Propostas de relocação do centro de visitantes ou de coexistência dos dois usos estavam sendo estudadas pela OHA. Outros edifícios temporários projetados durante o workshop já não existem mais - um deles pegou fogo e o outro foi demolido.

• **Período/duração:** 01/06/2014 até o presente (8 anos e meio)

• **Especialidade:** Pavilhão

• **Função:** Cultural, Social

• **Evento:** -

Categorias discursivas:

Ativação Experimental

Ativação Sazonal

Catalisador Urbano

Apropriação Crítica



Fonte: The Salomon R Guggenheim Foundation, Urban Omnibus Website (Foto da edição de Nova York)

BMW Guggenheim Lab - Nova York, Estados Unidos; Berlim, Alemanha | 2012

Atelier Bow-Wow, Fiedler Marciano Architecture (Nova York), Magma Architecture (Berlim)

Pavilhão feito para abrigar as atividades do "think tank" da BMW e do Guggenheim. Operou como local de reuniões e eventos sobre o espaço urbano. Em NY, foi instalado no First Green Park - parque parcialmente abandonado em um lote entre dois edifícios. A organização pagou para o Departamento de Parques & Recreação U\$ 25 mil pelo aluguel do local (preço abaixo da média, segundo o NY Times) e mais 250 mil em melhorias permanentes. Em Berlim, o projeto teve apoio do Laboratório Metropolitano ANCB, curadoria de diversos arquitetos (entre eles, Carlo Ratti) e foi instalado em um terreno na área de Pfefferberg (antigo complexo industrial cervejeiro). No início de 2012, cogitou-se instalá-lo em um terreno do bairro de Kreuzberg, na orla do Rio Spree. Esta ideia foi abandonada depois de protestos anti-gentrificação e contra a presença da BMW no bairro.

"We wanted the Guggenheim Labs to be in the middle of an urban environment where people live, work and hang out. [...] [It] addresses issues of contemporary urban life through programs and public discourse. Its goal is the exploration of new ideas, experimentation, and ultimately the creation of forward-thinking solutions for city life. [...] Everybody expects an iconic building from the Guggenheim, but we specifically said we did not want that. We wanted to tread lightly, to be neighborhood friendly." (Entrevista do curador do Guggenheim para o NY Times, citada pelo Archdaily)

• Status atual

Inicialmente, o pavilhão deveria seguir um tour de 9 cidades durante 6 anos (2011-2016), mas o projeto encerrou suas atividades 2 anos antes do previsto, em 2014. NY, Berlim e Mumbai foram as únicas cidades a receber o laboratório. Em NY, o local onde foi instalado o pavilhão continua sendo um parque, mas com melhorias, recebendo intervenções de graffiti e outras atividades (espécie de pocket park). Em Berlim, parte do terreno (lote de fundos) onde se instalou o laboratório hoje contém um edifício corporativo. Para a edição de Mumbai foi criado outro pavilhão, cuja estrutura (feita de bambu) acabou sendo doada para o museu que recebeu o evento. Não foram encontradas razões para esta mudança e sobre o que foi feito com a estrutura do primeiro pavilhão.

• **Período/duração:** Nova York: 03/08/2011 a 16/10/2011 (2 meses); Berlim: 15/06/2012 a 29/07/2012 (1 mês e meio)

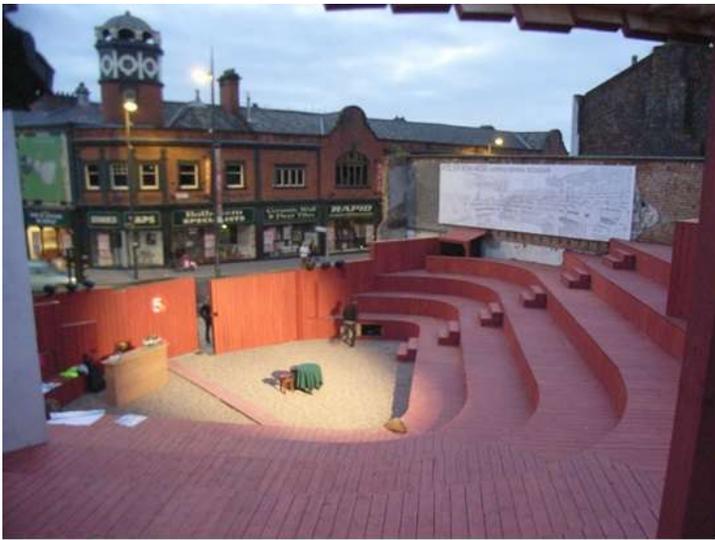
• **Especialidade:** Pavilhão

• **Função:** Cultural

• **Evento:** -

Categorias discursivas:

Apropriação Crítica



Fonte: Atelier Bow-Wow

Rock Scape - Liverpool, Inglaterra | 2008

Atelier Bow-Wow

Intervenção feita para a Bienal de Liverpool em um terreno vazio de uma área central (95-99 Renshaw Street), convertido em um anfiteatro e palco de shows durante a bienal. Nos períodos sem programação, o espaço podia ser usado como mirante pelos visitantes. O projeto se inspirou nas pedras avermelhadas de arenito comumente utilizadas na construção da cidade. O palco continuou funcionando, com a administração de uma empresa de eventos que foi parceira da Bienal. Foi propagandeado como o único palco ao ar livre de Liverpool que podia ser alugado para a realização de shows. Em 2008, Liverpool foi eleita a Capital Europeia da Cultura.

"Situated on a derelict site whose hoarding carried flyposters to advertise the local music scene, Rockscape transformed the site itself into a venue for music and performance. [...] In the absence of scheduled performances, the city itself took centre stage, as visitors became spectators enjoying commanding views of the surrounding area." (Bienal de Liverpool)

• Status atual

O palco foi reaberto em 2009, com a gestão de uma empresa de eventos (The Jamm Factory) que buscava manter ativo um local externo para shows na cidade. A instalação permaneceu até 2010 (ver imagens do Google Earth) e, após sua desmontagem, seu terreno ficou vazio por 7 anos (ver imagens do Street View). Atualmente, um prédio de uso misto ocupa o terreno.

• **Período/duração:** 20/09/2008 a 30/11/2008 (2 meses)

• **Especialidade:** Desenho urbano, Pavilhão

• **Função:** Cultural

• **Evento:** Bienal de Liverpool 2008

Categorias discursivas:

Apropriação Crítica



Fonte: ANZAI

White Limousine Yatai - Tokamachi, Tóquio, Yokohama, Hiroshima, Japão; Roma, Itália | 2003

Atelier Bow-Wow

Um "carro de comida" (yatai) estendido (como uma limousine). Diferentemente dos carrinhos brasileiros, os japoneses costumam ter balcões nos quais as pessoas sentam para comer, funcionando também como um espaço de socialização. A versão feita para a trienal Echigo Tsumari foi construída por estudantes da Universidade de Tsukuba (onde Yoshiharo dava aula). Nesta ocasião, a limousine transitou entre os locais do evento, causando problemas no trânsito, mas também atraindo a atenção das pessoas para este acontecimento não usual na cidade. Quando estava estacionada, serviu comidas que lembravam o clima nevoso da região. Este objeto faz parte das ideias compiladas como "Micro Public Spaces", derivante da pesquisa "Pet Architecture" do escritório.

Noticing that the yatai structure—a food stall around which people sit—produced an active social space [...], Atelier Bow-Wow created one more than thirty feet long. The monumentalized vehicle has trouble maneuvering through the streets, but this very ceremony creates a spectacle in which, according to Bow-Wow, one's perception of the street space is heightened. (ArtForum)

• Status atual

Em Tóquio, participou de uma feira gastronômica (2004) e esteve exposta na Gallery MA (2007); em Yokohama (2005-2006), ficou estacionada na orla do rio, próxima à galeria BankARTStudio NYK; em Hiroshima, foi exibida durante mostra sobre o escritório no Museu de Arte Contemporânea (2014). Para o evento em Roma (2015), foi construída outra unidade, a qual foi exposta dentro do MAXXI, levada para fora e ativada durante algumas performances/eventos ("Meating Art. Racconti d'arte e di cucina", parceria com Paola Buzzini do Soup Opera e patrocínio da marca Knorr). Desde 2005 era a BankArt quem tinha a propriedade da unidade da White Limousine Yatai japonesa, a qual usava para eventos durante o verão. Esta unidade foi emprestada para as outras exposições do país. Desde que o BankArt Studio NYK fechou em 2018, não há informações ou registros de onde a limousine tenha sido levada. Uma versão da instalada na praça de alimentação do aeroporto de Saga, no Japão, também foi divulgada na mídia, mas não há informações se esta é temporária, nem se era uma unidade readapta ou nova.

- **Período/duração:** Tokamachi: 20/07/2003 a 07/09/2003 (1 mês e meio); Tóquio: 16/11/2004 a 21/11/2004 (5 dias); Yokohama: 18/02/2005 a 15/03/2006 (1 mês); Tóquio: 08/03/2007 a 02/05/2007 (2 meses); Hiroshima: 15/02/2014 a 06/05/2014 (3 meses); Roma: 29/05/2015 a 08/11/2015 (5 meses e meio)
- **Especialidade:** Equipamento
- **Função:** Artística, Espaço Público
- **Evento:** Echigo Tsumari Art Triennale 2003 - Food and Contemporary Art - Vol.1 e Vol.2 "Practice of Lively Space" Exhibition "Micro Public Space" Exhibition "FOOD dal cucchiaino al mondo" Exhibition

Categorias discursivas:

Ambientação urbana

Ativação Sazonal



Fonte: SuperUse Studios

KEVN - Expo, Food, Drinks - Eindhoven, Holanda | 2020

SuperUse Studios

Cafeteria/Bar/Restaurante/Galeria feita com materiais de demolição e um sistema de juntas secas, podendo ser totalmente desmontado e reconstruído em outro local. O projeto não tem fundações, e sua base é feita de uma camada mais pesada de peças stelcon; as vigas e pilares são parafusadas; a vedação é feita por um sistema de cliques e borrachas que excluem o uso de cola ou selamento; e as instalações de água e aquecimento são externas. Os arquitetos afirmam que este modelo de construção faz com que os materiais possam ser mais facilmente reutilizados em caso de demolição (mantendo seu valor de mercado), além de ser melhor para o meio ambiente.

The pavilion is largely built from recycled materials. A number of materials, including the Stelcon plates and the steel profiles in the foundation, even come very close: Strijp-S. The trusses from an old chicken shed are the most eye-catching. These have been processed and sawn so that the purlins could also be made from this wood. The new building was built completely dry, making it demountable and easy to rebuild somewhere else. The pavilion was not built on a pile foundation, which is why the foundation had to be very heavy. There are three layers of Stelcon plates in the floor to create the necessary weight. (SuperUse Studios)

- **Status atual**
O prédio ainda se encontra no local.
- **Período/duração:** 01/08/2020 até o presente (2 anos e meio)
- **Especialidade:** Arquitetura
- **Função:** Comercial, Cultural
- **Evento:** -

Categorias discursivas:

Design Circular



Fonte: 2012 Architecten

Tijdelijk Museum - Amsterdã, Holanda | 2012

2012 Architecten

O escritório ajudou na concepção e construção do projeto de exposição do primeiro "Museu Temporário", cujo tema era sustentabilidade. O "Museu Temporário" ocupou o primeiro andar de um antigo e emblemático edifício vertical da Shell (agora chamada de Torre A'DAM), próximo à estação central de Amsterdã. Para os pedestais de exposição foram utilizados pedaços de carpete e do revestimento das paredes, que foram garimpados dentro do próprio edifício. O "Museu Temporário" surgiu com a ideia de implementar projetos expositivos em áreas ociosas da cidade e teve outras edições nos anos seguintes. A mostra ganhou o prêmio "Camelot Vacancy Management Award 2012".

In the summer of 2012, the 'Temporary Museum' settled in one of the most striking vacant office buildings in the Netherlands: the former Shell Tower (Toren Overhoeks) on the Amsterdam IJ. [...] The 'Temporary Museum' brought the building back to life and energized the tower – concretely and symbolically – through a large number of works of art.)

- **Status atual**

Não há informações sobre o que foi feito com o material garimpado pelo escritório. A mostra do "Museu Temporário" teve uma segunda edição na antiga prisão de Bijlmerbajes (ao lado da TempoHousing) em 2017, cujo tema era a presença dos refugiados (que eram abrigados em parte do edifício prisional). Já o edifício da Shell foi reformado, tornando-se destino turístico (é o edifício com balanços no terraço). Hoje ele é chamado de Torre A'DAM.

- **Período/duração:** 30/06/2012 a 28/10/2012 (4 meses)
- **Especialidade:** Exposição
- **Função:** Cultural
- **Evento:** -

Categorias discursivas:

Apropriação Crítica
Catalisador Urbano



Fonte: Dennis Guzzo

Manifesta 9 - Genk, Bélgica | 2012

2012 Architecten, Refunc

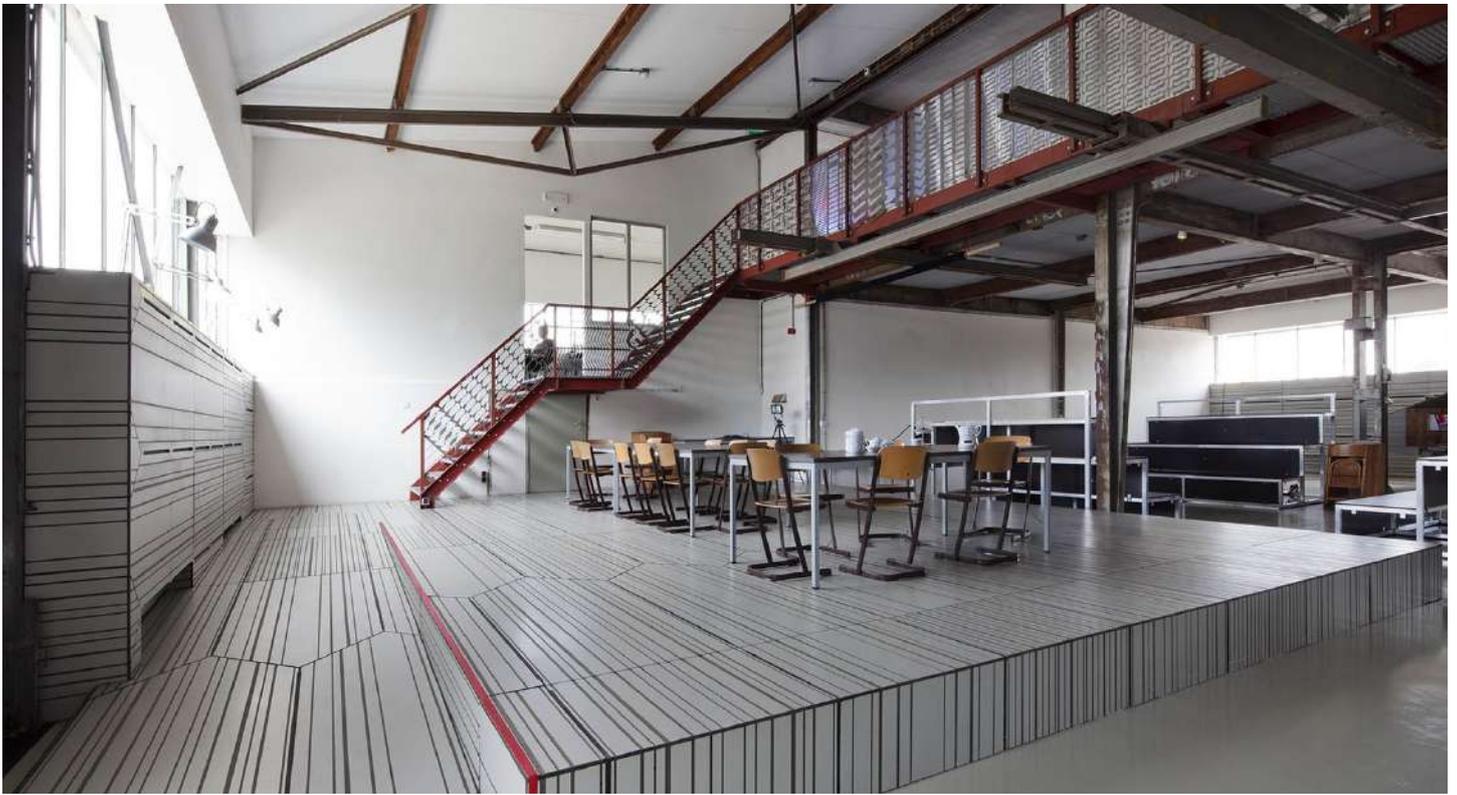
Instalação de mobiliário para dar suporte à Bienal Europeia de Arte Contemporânea, que este ano aconteceu em um único local pela primeira vez: um antigo edifício industrial na mina de carvão desativada de Wateschei, André Dumont. Blocos de armazenamento de água (bulk containers) serviram para a criação de mesas para a recepção, o restaurante e a livraria, e para uma instalação luminosa no porão do prédio; peças descartadas das fábricas de automóvel foram usadas para a criação de um balcão de informações; cadeiras garimpadas com múltiplos formados e pufes enchidos com material de descarte podiam ser rearranjados pelos visitantes. O projeto foi realizado em parceria com Refunc e teve apoio construtivo da empresa Rob Tak.

With clarity, we saw that this former coal mining region functioned as the classical prototype of a vast European industrial hub constructed during capitalism's heyday, as opposed to the post-Fordist working environment of today, which promotes individualism, de-regulation, flexible working hours and impermanent spaces, where mental labour has replaced the hard toil of the proud coal mining work-force. [...] By giving us the use of 23,000 square metres of temporary exhibition space under a single roof, Genk was chosen by Manifesta 9 as its host city for 2012. [...] With each edition of Manifesta, it has been our consistent aim to leave behind newly refurbished buildings for ongoing cultural use. (Hedwig Fijen, diretor do Manifesta 9)

- **Status atual**
Não há informações sobre o que foi feito com o mobiliário.
- **Período/duração:** 02/06/2012 a 30/09/2012 (4 meses)
- **Especialidade:** Exposição
- **Função:** Cultural
- **Evento:** Manifesta 9

Categorias discursivas:

Apropriação Crítica
Catalisador Urbano



Fonte: Dennis Guzzo

DordtYart - Dordrecht, Holanda | 2012

2012 Architecten, Jason van der Woude

O projeto DordtYart é uma parceria público-privada de renovação temporária de uma antiga fábrica de motores de barco (De Biesbosch), localizada na área de redensolvimento urbano 'De Staart', distrito de Stadshavens. O espaço foi convertido em ateliê/galeria de arte por 8 anos, prazo definido porque a área deveria receber (no futuro) um edifício residencial. 2012 Architecten foi responsável pelo projeto de interiores e a Prefeitura de Dordrecht pela renovação do exterior do prédio. As fundações envolvidas no projeto eram a KunstZin (fundação de apoio à arte contemporânea) e a DordtMij (agência de empregos temporários) - que forneceu a mão-de-obra para a renovação. O contrato de aluguel temporário foi assinado diretamente com a Prefeitura de Dordrecht (dona do terreno e do prédio), mas não há informações se os valores eram abaixo da média do mercado.

The DordtYart project is the result of a public/private assignment in 2012 to temporarily transform the former ship engine factory De Biesbosch into a museum and production house for contemporary sculptural works. [...] That temporariness came to an end in 2019, DordtYart has left the building. There are now several anti-squatting tenants. [...] The municipality of Dordrecht remains the owner of the municipal monument, so the future of the hall seems to be in good hands. [...] Other ideas are also buzzing around, such as a Sportwerf where you can boulder and play jeu de boules, or a creative incubator such as can be found at the NDSM wharf in Amsterdam. (SuperUse Studios, 2021)

• Status atual

O espaço DordtYart fechou as portas em 2019. Segundo um jornal local, os custos de aluguel estavam ficando pesados para os artistas, o que poderia inferir que foi ofertado ao projeto continuar na localização após o término do contrato inicial. Em 2020, um empresário do ramo esportivo fez uma oferta de alugar o espaço para a prática de esportes (alpinismo, bolha, patinação, vôlei de areia, etc.) e teve apoio do Conselho Municipal Deportivo, mas no momento a municipalidade estava pensando em vender a área. Em 2021, uma fábrica de "tinyhouses" (Kleine Klussers) alugava o grande galpão e outros artistas (Edward Clydesdale Thomson, Leerorkest Drechtsteden) e empresários utilizavam os espaços adjacentes (de reuniões e salas para trabalho) - o escritório afirma que esta nova concessão de uso foi uma medida "anti-squatting" (anti-invasão/ocupação ilegal). Segundo o escritório, em 2021, o edifício ainda conservava seu projeto de interiores original. O uso residencial final que era destinado para a área ainda não aconteceu e o futuro da área é incerto. Até o momento, não há informações se o projeto DordtYard foi para outro local.

- **Período/duração:** 2012 até o presente (10 anos)
- **Especialidade:** Arquitetura de interiores
- **Função:** Artística, Cultural
- **Evento:** -

Categorias discursivas:

Apropriação Crítica
Catalisador Urbano



Fonte: 2012 Architecten

Splinterparadijs (Splinter Paradise) - Tilburgo, Holanda | 2011

2012 Architecten

Para o Festival "De Vlek", os arquitetos foram responsáveis pelo projeto e execução de um playground feito de pedaços de madeira (splinters) reciclados. O evento era dividido em duas partes: (1) workshop de "faça-você-mesmo", no qual vários artistas, designers, arquitetos e qualquer outra pessoa interessada em "construir", faziam instalações espaciais, criando uma "vila temporária"; (2) a abertura do espaço ao público, para que fosse apropriado pela população. A intervenção aconteceu em uma antiga oficina de trens, na região de Spoorzone, cujos terrenos haviam sido comprados da companhia de trens holandesa pela Prefeitura em 2011. O nome do evento se inspirou nos "vleks" holandeses - áreas de assentamento informal que não recebem a denominação de "cidade" e que operam com regras próprias. Foi organizado pelo Studio BOOT e Observatorium e teve apoio da Prefeitura de Tilburg. Fez parte da campanha para tornar a província de Brabante a Capital Cultural da Europa, em 2018. Em alguns sites é citada como "uso pioneiro", já que a área logo passou por transformações.

Initiator Petra Janssen (Studio Boot) hopes that this temporary use will have a permanent impact. A zoning plan is being drawn up for the derelict Spoorzone. Bringing activities here now offers an opportunity for culture to put itself firmly on the map. The municipality supports the festival. Vacancy and reuse are today's building practice and the government also sees that the money can now come from coalitions and entrepreneurs.)

• Status atual

A ideia inicial era que o festival fosse itinerante, ocupando vários locais em cidades da região de Brabante, até 2018. Não há, no entanto, informações sobre outras edições do festival ou sobre o que foi feito com as instalações. A área que o festival ocupou em 2011 foi completamente transformada (abertura de uma avenida, novos edifícios), sendo que somente um dos edifícios industriais se manteve, por ser considerado patrimônio - De Polygonale Loods, onde hoje funciona um mercado. Nenhum dos usos previstos na intervenção ou organizações envolvidas cita ter se mantido na área após a renovação urbana - outro caso de "uso pioneiro" sem inclusão socioespacial.

- **Período/duração:** 03/09/2011 a 11/09/2011 (8 dias)
- **Especialidade:** Instalação
- **Função:** Artística, Cultural
- **Evento:** Huttenfestival De Vlek

Categorias discursivas:

Apropriação Crítica

Catalisador Urbano



Fonte: 2012 Architecten

WORM@VOC - Roterdã, Holanda | 2005

2012 Architecten

A Worm (centro cultural) recebeu uma permissão para o uso temporário (5 anos) do edifício da VOC (propriedade do governo holandês) e contratou o SuperUse Studios para elaborar o plano espacial e o mobiliário da ocupação. Como o prédio era tombado, nada podia ser fixado em sua estrutura, o que fez com que o projeto de interiores fosse completamente móvel. Já que a ocupação tinha prazo para terminar, optou-se pela construção de "mecanismos" que poderiam ser utilizados em qualquer outro espaço da Worm. Durante o processo de aprovação, alguns conflitos surgiram (com as permissões e uma denúncia por alteração do zoneamento), mas, com o apoio governamental, o projeto acabou estreando em 2005. A experiência com a Worm levou a críticas por parte dos arquitetos em relação às restrições impostas pelas condições de tombamento na Holanda. A proteção arquitetônica dos prédios acabava tornando mais difícil sua adaptação, fosse para usos temporários ou não, o que agrava o problema da vacância urbana.

[...] a flexible and transportable tool with which any building can be made suitable for temporary use. This 'mechanism' contained all the tools WORM needs to develop its activities [...] It was set up as a compact machine that can be unfolded in various ways. When the mechanism 'worms' into a building, it gives the existing spaces their character and function. (ArchitectenWeb)

Worm has since left and the building is empty again. The monument status that makes fundamental redevelopment impossible seems to have the opposite effect here and accelerate the decay of the building. (SuperUse Studios to do.co.mo.mo, 2012)

• Status atual

Aparentemente, o edifício da VOC foi transformado em habitação. A WORM ocupa hoje outro local, no centro de Rotterdam. O projeto da ocupação também foi feito pelo SuperUse / 2012 Architecten, em parceria com o Atelier van Lieshout. Nas imagens da nova sede é possível ver alguns itens do mobiliário usado na VOC, como os banheiros feitos de toneis de água.

• Período/duração: 12/2005 a 2010 (5 anos)

• Especialidade: Arquitetura de interiores, Equipamento

• Função: Cultural

• Evento: -

Categorias discursivas:

Apropriação Crítica

Design Circular



Fonte: Maíra C. Daitx

Ocupa Rua - São Paulo, Brasil | 2020

Metro Arquitetos, PMSP, Nitsche Arquitetos

Com a pandemia da COVID-19, muitos comércios fecharam e regiões que concentravam atividades de lazer ficaram vazias. Inspirada em casos internacionais, a jornalista Alexandre Forbes convidou o Metro Arquitetos a projetar (gratuitamente) um modelo de ocupação de vagas de estacionamento para o consumo de bares e restaurantes. O projeto foi levado à PMSP (SMDU), que aceitou fazer um "projeto-piloto" no centro de SP (onde já se tinha a aprovação de chefs locais) para colher informações e elaborar diretrizes de ocupação (temporária) para todo o município. O financiamento da construção foi inteiramente privado (R\$450 mil arrecados de marcas de bebida e donos de restaurantes) e, durante 1 ano, os estabelecimentos também não pagariam taxas pelo uso da área extra. Parte do mobiliário era fixo (cimento + concreto) e o restante podia ser recolhido pelos bares durante o período de fechamento. Bancos também foram instalados nas esquinas e em frente à Escola da Cidade para uso livre. O projeto inicial continha 4 ruas: General Jardim, Major Sertório, José Paulo Mantovan Freire e Bento Freitas. O projeto de identidade visual foi feito pelo Nitsche Arquitetos. A discussão sobre a ocupação das vagas de carro para o consumo é antiga em SP, desde que foi implantada a política de Parklets - espaço em que, por lei, é proibida a venda de produtos.

“Antes de la pandemia el centro de São Paulo estaba en una continuareocupación, edificios residenciales, grandes avenidas y llegada de empresas [...], pero gran parte de la activación era gracias al sector de bares y restaurantes”, asegura Gustavo [Metro Arquitetos]. (Archdaily Chile)

No lugar de carros ou acúmulo de lixo, o Ocupa Rua fez surgir mesas, cadeiras e verde para bares e restaurantes servirem seus clientes no centro em meio à crise. Gente permanecendo na rua e não apenas de passagem - essa raridade paulistana, que garante vigilância e segurança espontâneas - em uma área esvaziada pela pandemia. (Ocupa Rua - Instagram, jan/2021)

• Status atual

O Ocupa Rua gerou vários debates e críticas sobre a abertura dos bares ainda na pandemia e a privatização do espaço público. Apesar de ser considerado um "projeto-piloto" temporário feito para contenção dos impactos econômicos negativos da pandemia, ele continua instalado até hoje e segue funcionando sem a regularização pela nova lei de ocupação de vagas de carro por bares e restaurantes - o projeto Ruas SP. Alguns espaços foram abandonados pelos proprietários dos bares, mas a maior parte, no entanto, continua ativa - o que mostra que ele ainda mantém seus benefícios econômicos. Dentro do Ruas SP, a isenção de taxas de uso do solo público ainda está ativa; mas não há informações sobre o IPTU. A região da República é uma área que mais tem se valorizado atualmente, por meio da ocupação de bares, da transformação do viaduto Minhocão em parque e dos novos empreendimentos residenciais.

- **Período/duração:** 08/2020 até o presente (2 anos e meio)
- **Especialidade:** Desenho Urbano, Equipamento
- **Função:** Comercial
- **Evento:** -

Categorias discursivas:

Emergencial



Fonte: Leonardo Finotti

Centro Aberto - São Paulo, Brasil | 2014

PMSP, Gehl Architects

Os espaços públicos do Centro de SP têm um histórico de percepção "negativa", de decadência e perigo. Visando ressignificar essas áreas para a população, foi criado o projeto Centro Aberto. Após workshops realizados pela PMSP e Gehl Architects (com financiamento velado do banco Itaú), foram selecionadas áreas que receberiam intervenções temporárias experimentais - Largos do Paissandu e São Francisco -, onde foram instalados decks e mobiliários, e realizadas atividades esportivas, gastronômicas e culturais. A parceria da PMSP com o Itaú foi sem transparência e de forma não-participativa. Os eventos foram realizados sem o conhecimento público do patrocínio ou abertura de concorrência para outras parcerias. Eles faziam parte de uma proposta de redesenho e renovação da região do Vale do Anhangabaú, doada para a Prefeitura - que culminou no projeto entregue em 2021. O Centro Aberto é um exemplo no qual a "temporiedade" foi usada como estratégia discursiva para a implementação de projetos potencialmente conflituosos de forma mais rápida e imediata.

O Vale do Anhangabaú, assim como os largos do Paissandú e São Francisco, não foram vendidos ao banco Itaú pelo município. O processo de "venda" aqui apresentado é muito mais sutil, homeopático e entranhado [...] trata-se de uma redefinição dos conceitos de poder público e de cidade "numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico (...) cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados" [Carlos Vainer]. (Privatização da rua, AG#2)

• Status atual

Segundo entrevista realizada com uma ex-funcionária da SP Urbanismo (empresa pública da então SMDU), a parceria da Prefeitura com o Itaú acabou por conflitos com a CPPU, porque os containers da intervenção haviam recebido uma identidade visual publicitária fora dos padrões legais. A presença do Itaú no Centro Aberto durou 2 meses; e a fase de testes, 6 meses. Após o rompimento com o Itaú, a SP Urbanismo manteve o projeto ativo, arcando com os custos culturais e de manutenção (empresas terceirizadas licitadas realizam o serviço). Alguns layouts e atividades culturais foram adaptados depois a avaliação pós-ocupação. Outras áreas de SP também receberam o nome "Centro Aberto", mesmo não tendo aplicado a metodologia experimental do projeto inicial ou não tendo sido implementada em espaços "fechados". Em 2022, um edital para o estabelecimento de parcerias público-privadas para a manutenção e gestão dos espaços foi publicado, mas nenhuma proposta de parceria foi apresentada. Atualmente, há "Centros Abertos" nas praças Nossa Senhora dos Prazeres, Ministro Costa Manso, Padre Bento, Oito de Setembro, Manoel Lopes, Benedito Ramos Rodrigues, Maria Bechara, Prof. José Azevedo Antunes, Gregório Ramalho, Marechal Deodoro e Amaral Gurgel, e no Largo do Clipper.

- **Período/duração:** 26/09/2014 até o presente (8 anos e meio)
- **Especialidade:** Desenho Urbano
- **Função:** Espaço público
- **Evento:** -

Categorias discursivas:

*Ativação Experimental
Catalisador Urbano*



Fonte: Máira C. Daitx

Mobiliário Temporário - Minhocão - São Paulo, Brasil | 2021

PMSP, SMUL, SP Turis

O Elevado Presidente João Goulart, conhecido como Minhocão, vem sendo apropriado pela população como espaço público desde que foi anunciado seu fechamento durante os finais de semana - desde 2012 de forma espontânea e desde 2018 de forma oficial. Enquanto a demolição ou não do viaduto ainda é discutida, o espaço é apropriado nos finais de semana como um "parque". Durante a pandemia de COVID-19 a PMSP, em parceria com a SP Turis e SMUL, decidiu implantar mobiliários portáteis que celebrariam a reabertura dos espaços públicos pós-pandemia e o lançamento de outras duas unidades do Centro Aberto em praças do entorno do minhocão. Classificado como "urbanismo tático" e "intervenção temporária", o mobiliário do Minhocão é, na verdade, um símbolo de reafirmação de um território ocupado para o pedestre e não para o automóvel, mas também um instrumento para construção de uma paisagem imediata atrativa aos turistas e investidores imobiliários. A imprensa divulga que custo para a implantação do mobiliário portátil e dos centros abertos foi de R\$1,8mi - valor bem acima do que poderia ser considerado "baixo custo".

A iniciativa segue o conceito de urbanismo tático, que busca fazer com que a população se aproprie de determinados espaços urbanos a partir de mudanças rápidas, reversíveis e de baixo custo. [...] A valorização de espaços de convivência ao ar livre é uma das mudanças de comportamento nas cidades decorrentes da pandemia. Qualificar cada vez mais esses espaços urbanos é um dever dos gestores públicos diante da mais grave crise sanitária. (SMDU)

• Status atual

Inicialmente, existiam só 2 pontos de mobiliário móvel, que conectava as praças do Centro Aberto de baixo do viaduto com a parte superior. Em 2022, dois novos pontos receberam mobiliário. Em breve o Minhocão deve ser transferido para a gestão da Secretaria Municipal de Cultura. O contrato da SMUL com a SP Turis para a instalação e remoção do mobiliário acabou em novembro. Propõe-se retomá-lo ainda em fevereiro quando a transição for finalizada - desta vez, eles deverão ser instalados, inclusive, nos dias úteis após as 20h. Não há informações se essa nova fase terá prazo de validade.

• **Período/duração:** 01/05/2021 a 06/11/2022 (1 ano e meio)

• **Especialidade:** Mobiliário Urbano

• **Função:** Espaço público

• **Evento:** -

Categorias discursivas:

Ativação Experimental

Ativação Sazonal

Catalisador Urbano



Fonte: Iwan Bann

Pole Dance - Nova York, EUA | 2010

SO-IL

SO-IL criou um sistema instável de redes, hastes, bolas e espaços de encontro que podia ser modificado pelos visitantes e afetado pelo clima. A instalação lúdica e sensorial propiciou um espaço para a criação de jogos e brincadeiras sem regras pré-definidas. O projeto fazia analogia à instabilidade resultante da crise imobiliária de 2008 e às relações necessárias para a ordem de um sistema (de práticas bottom-up e top-down). Apesar da construtora (ARUP) recomendar que as hastes não fossem escaladas, uma apresentação de pole dance foi realizada utilizando a estrutura e visitantes escalavam de forma livre (e talvez intransigente) as hastes até a rede. O concurso "Young Architects" era patrocinado pela Bloomberg e recebeu financiamento adicional de fundações e doações privadas, além de fundos do próprio MoMA. O programa - hoje suspenso - é um exemplo de ações de ativação temporária do espaço externo de museus durante os meses quentes por meio de parcerias e concursos de arquitetura (como a Serpentine Gallery). O projeto tinha um orçamento de 85 mil dólares.

The grid we made for the installation was not a stable grid but a grid that was weak and falling apart. The project [...] brings a lot of these things together. On one hand, the idea of the system, but the system as something that is not offering stability, but one in which the users are responsible for its stability. We used a grid as a metaphor for top-down planning, but actually, it's weak, and it needs to be activated with a participant who has agencies. The idea was that everybody in those systems could make them move and change, possibly causing them to collapse. It was exciting to see that most people tried to break it down. This was a metaphor for our world. (SO-IL, entrevista ao Archdaily, 2022)

• Status atual

O pátio do MoMA PS1 recebeu várias outras instalações nos anos seguintes, mas atualmente o programa YAP foi descontinuado. Os arquitetos afirmam que o material (todo escolhido através do site Alibaba) foi reutilizado para outras funções depois do término da intervenção, mas não foram encontradas informações sobre o destino de tais materiais. Um site informa que havia uma empresária interessada em utilizar as redes para colheita de mamões de seu hotel na Jamaica, que as bolas seriam distribuídas para as pessoas que auxiliaram na montagem e construção da instalação e que as hastes voltariam à cadeia industrial, servindo na manufatura de velas de windsurfing.

- **Período/duração:** 25/06/2010 a 25/09/2010 (3 meses)
- **Especialidade:** Instalação
- **Função:** Artística Cultural
- **Evento:** WarmUp Parties MOMA / P.S.1 Young Architects Program

Categorias discursivas:

Ativação Experimental

Ativação Sazonal



Fonte: Iwan Bann

Frieze Art Fair - Nova York, EUA | 2012

SO-IL

Tenda sinuosa para uma feira de artes internacional que acontecia anualmente (2012-2019) na Randall's Island - uma ilha pantanosa de NY reabilitada para ser transformada em parque, mas que era estigmatizada como local de esportes estudantis, apresentações do Cirque de Soleil e que continha um hospital para criminosos com doenças mentais. A região é uma das poucas áreas disponíveis para a realização de eventos de grande porte em NY. O projeto do escritório era uma composição de tendas convencionais achadas no mercado, levemente deslocadas para configurar um percurso interno sinuoso e com vistas inesperadas interna e externamente. Segundo o SO-IL, a versão de NY foi uma estratégia de "placemaking" experimental de uma área "esquecida" pela população. Eles não especificam, no entanto, se o experimento era testar a feira neste local (já que depois ela saiu de lá) ou testar eventos de arte nesta área afastada. O evento é patrocinado pelo Deutsche Bank, e sua entrada girava em torno de 40 dólares. Protesto pelo uso de mão-de-obra não sindicalizada na construção do espaço também aconteceram na versão de 2012. Por conter também várias áreas de consumo (bares e restaurantes "pop-up"), a feira foi comparada pelo ArtForum a um "shopping center".

Originally intended for a single occasion, the design was so well received by the organizers and the public that it has been used again each year. [...] Set on Randall's Island Park, the week-long event is an experiment in ephemeral placemaking: a flexible and open space for contemporary art in a natural context. [...] The modularity of the tent allows the fair organizers to quickly assemble and reconfigure the space year after year. (SO-IL)

- **Status atual**

Segundo o escritório, o projeto deveria ter sido realizado somente em 2012 e 2013, mas foi remontado anualmente até 2017. Em 2018, uma nova composição com as tendas convencionais foi feita pelo Universal Design Studio, ainda instalada na Randall's Island e com mais espaços abertos e áreas para restaurantes e reuniões do que a versão mais expositiva do SO-IL. Em 2020, a feira não aconteceu devido a pandemia e desde 2021, ela migrou para a galeria The Shed (Diller+Scofidio). Não há informações sobre o que foi feito com a estrutura desde então, mas é possível que os elementos construtivos fossem alugados anualmente, não sendo de propriedade da Frieze. É provável que tenham voltado para o fornecedor e sirvam para outros fins atualmente.

- **Período/duração:** 04/05/2012 a 07/05/2012; 10/05/2013 a 13/05/2013; 09/05/2014 a 12/05/2014; 14/05/2015 a 17/05/2015; 05/05/2012 a 08/05/2016; 05/05/2012 a 07/05/2017 (4 dias ao ano, durante 6 anos)

- **Especialidade:** Pavilhão

- **Função:** Artística Comercial

- **Evento:** -

Categorias discursivas:

Ativação Experimental

Ativação Sazonal



Fonte: MINI

Breathe – MINI Living- Milão, Itália | 2017

SO-IL + MINI

Uma instalação composta por uma estrutura metálica e uma rede envoltória - típica dos projetos do SO-IL - que se adapta a diferentes formas e locais. Neste protótipo de casa, os espaços eram distribuídos verticalmente e ao final um terraço propiciava vistas ao skyline de Milão (o que dava à instalação um apelo turístico adicional). Foi feita para a marca de automóveis MINI (do grupo da BMW) para a 3ª edição do MINI Living, projeto que buscava investigar soluções para moradias do futuro e patrocinava protótipos de arquitetura mundialmente. Apesar do discurso reproduzido na mídia chamar o local da instalação constantemente de "lote inutilizado", a área era um espaço livre entre dois edifícios, utilizado como área de ventilação, iluminação e estacionamento para os prédios adjacentes. Ela era também utilizada como "espaço externo" adicional de um galpão de eventos localizado no meio da quadra. Este caso é um exemplo no qual o discurso do abandono e da ociosidade urbana é reproduzido e deslocado do sentido e contexto reais da proposta. Durante a Bienal, uma palestra com o Carlo Ratti e o escritório Assemble também foi realizada no local.

The incarnation for Salone del Mobile 2017 creates an attractive living area for up to three people on a previously unused 50-square-meter urban plot. [...] Designed to be disassembled and reinstalled at other locations, the structure is mobile and adaptable. The fabric can be replaced to perform appropriately to a wide array of climates and environmental conditions. (SO-IL)

• Status atual

Apesar de o projeto ter sido projetado para uma fácil desmontagem e remontagem, e do líder criativo da MINI Living ter dito que gostaria que ela fosse reinstalada em outro local (possivelmente Nova York), não há registros disso e nem que tenha sido realmente utilizada como habitação.

- **Período/duração:** 04/04/2017 a 09/04/2017 (1 semana)
- **Especialidade:** Instalação
- **Função:** Cultural, Residencial
- **Evento:** Salone del Mobile 2017

Categorias discursivas:

Apropriação crítica

Design circular



Fonte: SOIL

Murmuration - Atlanta & Lewiston, EUA | 2020

SO-IL

Instalação temporária no pátio externo do High Museum of Art, que fazia referência a uma revoada de pássaros, fenômeno da natureza comumente observado em Atlanta. A estrutura funcionou como espaço de reunião e descanso para os visitantes e também deveria servir de abrigo temporário para os pássaros migratórios que visitam a cidade na primavera (comedouros foram instalados na estrutura). No entanto, devido à pandemia e ao atraso da instalação, não foi possível observá-los da maneira inicialmente desejada. O projeto também foi abordado como uma instalação "site-specific", mas era móvel e foi reutilizada em outro local. Este ponto mostra como a adjetivação de "site-specific" também já foi absorvida pelos discursos criativos, se referindo mais à inediticidade do projeto (que foi feito especificamente para o museu) do que à sua relação direta com o local. Por outro lado, também mostra como o discurso da contextualidade não impede que o objeto seja consumido e explorado como produto cultural. A instalação fez parte do programa anual de ativação da área externa do High Museum (nos moldes similares ao MoMA PS1) e era de acesso livre e gratuito. SO-IL foi o primeiro escritório de arquitetura contratado para o programa.

This Summer, the High will unveil this soaring, stunning installation by the internationally renowned architecture and design firm SO – IL and partners Jing Liu and Florian Idenburg, presented on The Woodruff Arts Center's Carroll Slater Sifly Piazza. Murmuration continues a multiyear initiative to activate the High's outdoor space with site-specific commissions that engage visitors of all ages in participatory art experiences. (Youtube do High Museum of Art)

• Status atual

AA instalação foi doada pelo escritório ao Artpark de Nova York - local de eventos que tem redefinido sua participação dentro do cenário artístico e para o qual o SO-IL estava realizando um projeto de requalificação paisagística justo com o WEST 8. Aparentemente, a instalação deve ficar lá de forma permanente.

• **Período/duração:** 14/07/2020 a 14/02/2021 (7 meses); 10/09/2021 até o presente (1 ano e meio)

• **Especialidade:** Instalação

• **Função:** Cultural

• **Evento:** -

• Categorias discursivas:

Ativação Sazonal

Design circular



Fonte: Cameron Blaylock

Jackson Heights Street Seats - Nova York, EUA | 2021

SO-IL + Silman Engineering

Área de descanso instalada em vagas de automóvel em frente a um restaurante da 82nd Street, dentro do contexto emergencial da pandemia. O projeto contemplava assentos, uma barreira feita de sacos de terra coloridos e uma estrutura aérea metálica. NY possui 2 programas de expansões de calçada mantidos pela iniciativa privada: 1) o Open Restaurants, destinado para atendimento ao público nas vagas de automóvel ou nas próprias calçadas; e 2) o Street Seats, que transforma a vaga em área de descanso para o pedestre em regiões comerciais, podendo ter mobiliário removível, mas com comércio proibido. A intervenção foi realizada dentro do 2º programa e fazia parte do projeto de recuperação econômica de comunidades afetadas pela pandemia de COVID-19 intitulado "Neighborhoods Now" (organizado pelo Van Alen Institute e Urban Design Forum e patrocinado pelo Wells Fargo's Open for Business Fund). O espaço foi feito em parceria com a associação sem fins lucrativos 82nd Street Partnership, de forma voluntária e sem pagamento de honorários.

Tulcingo [...] was not eligible for Open Restaurant seating. [...] By working with NYC's DOT-run Street Seats program, SO-IL was able to transform forty-feet of parking space adjacent to the bakery into sheltered public seating. [...] Creative structural approaches were tested with the goal of pioneering a [...] demountable model of street barricade. [...] Once assembled, the modules were weighted with colorful bags containing dirt, which will be distributed among the local tree beds upon the structure's disassembly. The metal wire will also be recycled in an effort to create as little waste as possible. (SO-IL)

• Status atual

Segundo o escritório, depois do término do período temporário da instalação, os sacos de terra com plantas seriam plantados nos canteiros do bairro e o material da estrutura metálica seria reciclado, mas não há informações que confirmem este destino. Imagens do final de 2022 (Street View) mostram que a instalação já foi removida. Não se sabe as razões para a desmontagem - pode ser que a retomada das atividades em espaços fechados tenha tornado o espaço obsoleto, ou que a permissão tenha vencido. Um modelo "permanente" - que não está vinculado às leis emergenciais da pandemia - de ocupação destes espaços para o consumo (Open Restaurants) ainda está sendo desenvolvido.

• Período/duração: 2021 a 2022 (1 ano)

• Especialidade: Mobiliário Urbano

• Função: Espaço público, Comercial

• Evento: -

Categorias discursivas:

Design circular

Emergencial

APÊNDICE B

Discurso entre temporariedade e permanência (Archdaily)

Os projetos aqui citados foram retirados de um levantamento feito no site de divulgação de projetos de arquitetura Archdaily. Foram analisados mais de 1000 postagens sobre espacialidades temporárias (instalações arquitetônicas ou urbanísticas), das quais foram extraídos uma porcentagem de projetos que possuíam alguma referência textual em relação à temporariedade da proposta. Desta porcentagem, foram selecionados aqueles que mencionavam algo sobre a possibilidade de permanência do objeto ou as estratégias utilizadas para facilitar o seu desmonte. Os resultados deste levantamento estão disponíveis no Capítulo 1 e abaixo está a lista dos projetos analisados e seus posicionamentos discursivos.

Número total de projetos identificados: 87

- **DECLARAÇÃO DO ARQUITETO DE QUE GOSTARIA QUE O PROJETO SE TORNASSE PERMANENTE: 3**

ESCADARIA EXTERNA - ESTAÇÃO DE ROTERDÃ + GROOT HANDELSGEBOUW / MVRDV

A cobertura, atualmente ocupada por um bar, também testemunhará a reabertura temporária de um antigo cinema (ativo pela última vez na década de 1960) que projetará uma variedade de filmes, debates e performances durante a existência da instalação. Winy Maas, cofundador do MVRDV, mencionou que "seria ótimo fazer disso uma instalação permanente".

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/785947/mvrdv-projeta-escadaria-externa-para-a-estacao-central-de-roterda>

ROOM - PAVILHÃO DO MEXTRÓPOLI 2017 / SALOTTOBUONO + ENRICO DUSI

Descrição enviada pela equipe de projeto. [...]

[...] o ROOM pode ser facilmente desmontado ou, antes, demolido. Seu material de construção comum pode ser coletado e reciclado. Novos blocos de concreto podem ser produzidos a partir dos antigos. Mas o ROOM é para ficar. Reciclar o pavilhão aqui não significa necessariamente movê-lo para outro lugar. Confrontado com uma expectativa de vida de duas semanas, o esforço necessário para a produção de até mesmo a mais "efêmera" obra arquitetônica é simplesmente absurdo. Pretendemos imaginar e esperar que a vida real do ROOM começasse no final do festival, quando toda a cidade finalmente projetar seus sonhos e desejos neste pequeno artefato.¹

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/872294/a-room-salottobuono-plus-enrico-dusi-architecture>

TORRE EIFFEL / GUSTAVE EIFFEL

Nos 173 dias em que a Exposição esteve aberta, mais de dois milhões de visitantes de todo o mundo pagaram para subir sua forma de ferro delgado. Ela retornou seu orçamento inicial dentro de um ano, sustentando as contribuições financeiras de Eiffel e seus investidores. No entanto, o interesse público diminuiu rapidamente nos anos que se seguiram à Exposição. Em 1890, o número de visitantes caiu

¹ O Room foi desmontado.

para um quinto do que havia sido no ano anterior. Como a data pretendida de demolição de 1909 surgiu no horizonte, Gustave Eiffel defendeu vigorosamente a torre como valiosa para o estudo da física e meteorologia. Nos debates que se assolaram sobre a torre, entretanto, não foi a utilidade científica que a preservaria, mas sua possibilidade de ser usada como uma torre da transmissão do rádio (e, mais tarde, da televisão).

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/802180/classicos-da-arquitetura-torre-eiffel-gustave-eiffel>

- **DECLARAÇÃO DO ARQUITETO DE QUE GOSTARIA QUE O PROJETO FOSSE REUTILIZADO OU RECONSTRUÍDO: 16**
(incluem as citações que exprimem que o projeto "poderia...", "permite...", "pretende...")²

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA REFUGIADOS E VIAJANTES / ATELIER RITA

Descrição enviada pela equipe de projeto. [...]

A estrutura de madeira do projeto é reutilizável, o que significa que pode ter uma "segunda vida", quando pensamos em economia circular, ou também ser desmontada e remontada em outro lugar. Este é um aspecto importante para esse projeto, visto que este abrigo está projetado para ficar neste terreno por 5 anos.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/947667/centro-de-acolhimento-temporario-para-refugiados-e-viajantes-atelier-rita>

PAVILHÃO CIRCULAR / STUDIO ACTE

Descrição enviada pela equipe de projeto.

Esta cabana é um projeto experimental e artesanal. Construído como um objeto temporário, o projeto visa ser desmontado e reciclado novamente. Portanto, cada material já foi reaproveitado, colhido no local e fixado de forma seca e inofensiva. [...] A arquitetura dialoga entre massa, transparência, tempo e durabilidade.

[...] Como um conjunto, este objeto temporário destaca o potencial de materiais circulares e reutilizados.

Construída com terra reciclada de Bruxelles (Kastar), as paredes sustentam toda a estrutura. Esta matéria-prima pode ser reutilizada a qualquer momento para construir uma nova parede ou para cultivar plantas em um jardim. [...]

O projeto expressa que a circularidade pode ser uma estética real. [...] O caráter temporário da cabine é invisível, enquanto o objeto pode ser facilmente removido e reconstruído em outro lugar.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/970249/pavilhao-circular-studio-acte>

PAVILHÃO FUGGEREI NEXT500 / MVRDV

Descrição enviada pela equipe de projeto.

[...]

² Entende-se que quando o arquiteto exprime que o projeto foi pensado para que *possa* ser reutilizado/remontado é porque ele gostaria que o fosse, deixando essa possibilidade em aberto para o cliente ou novos compradores (exceto em casos em que esse pedido é expressado como uma exigência do cliente). O arquiteto, às vezes, têm o domínio da obra depois da exposição/evento (é de sua propriedade, não do antigo contratante), mas nestes casos ele está na posição de poder em relação à obra, podendo decidir seu destino. Estes casos também estão dentro desta chave, sendo separados somente daqueles em que este reuso/deslocamento realmente aconteceu.

As paredes, piso e cobertura são construídos a partir de painéis pré-fabricados de madeira laminada cruzada, uma abordagem que oferece uma série de benefícios de sustentabilidade: a madeira armazena carbono, enquanto os painéis CLT tornam o pavilhão desmontável para depois ser realocado - garantindo que possa ter uma segunda vida dentro de um contexto sustentável ou social após a conclusão da exposição.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/986552/pavilhao-fuggerei-next500-mvrdiv>

GOLD WORKSHOP / MODULORBEAT AMBITIOUS

Do dia 26 de Fevereiro a 28 de Maio esteve em exibição em Münster o “Golden Glory. Medieval Treasury Art in Westphalia”, desenvolvido pelo Westfalen-Lippe Regional Council, a diocese de Münster e o grupo “Religion and Politics” na Universidade de Münster. [...]

O grupo de arquitetura Modulorbeat, composto por Marc Günnewig e Jan Kampshoff, pensou no pavilhão para que fosse temporário e de alguma forma portátil no sentido de poder ser desmontado e montado novamente em outro lugar. [...]

Para compensar o declive de Domplatz, o pavilhão foi construído sobre uma base de concreto e madeira moldada in loco, o que não deixaria rastros quando as formas fossem desmontadas. [...]

[...] A arquitetura reflete o tema da exibição não somente com seu invólucro brilhante, mas com o fino artesanato e detalhes cuidadosos não usuais, especialmente para um pavilhão temporário.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/01-53069/golden-workshop-modulorbeat-ambitious-urbanists-e-planners>

THE BEACON - WINTERSTATIONS 2017 / JOÃO ARAÚJO + JOANA CORREIA SILA

Descrição enviada pela equipe de projeto. [...]

Com o apoio de obras de caridade locais, pretendemos estabelecer o Beacon como um ponto temporário de doação de bens não-perecíveis, como roupa e comida enlatada. [...]

O projeto pretende afirmar-se como um catalisador social para a ajuda e cooperação dentro da comunidade local e representa uma oportunidade para fazer uma reflexão alargada sobre a rede permanente de pontos de doação em Toronto. Findo o período da instalação a 27 de Março, poderá representar um excelente contributo para um parque urbano local. Poderá também, em alternativa, ser reciclado como torre de observação da natureza, abrigo ou torre de vigia de incêndios.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/867200/the-beacon-joao-araujo-sousa-and-joana-correia-sila-arquitectura>

OBSERVATÓRIO TIJ / RAU ARCHITECTS + RO&AD ARCHITECTEN

Descrição enviada pela equipe de projeto. [...]

Tij [...] pode ser completamente desmontado. Através de sua reutilização, sua modulação, seus materiais e sua contribuição para o meio ambiente natural, é quase completamente circular e sustentável.

Refletindo sobre a natureza transitória de todas as coisas, também deve-se pensar que o Bird-EI também é temporário e será desmontado em algum momento no futuro. Nesse momento, ele poderia ser reutilizado ou reciclado sem efeitos prejudiciais à natureza ou ao homem.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/916400/observatorio-tij-rau-architects-plus-ro-and-ad-architecten>

PAVILHÃO BALANÇOS RECUPERADOS - FESTIVAL FIGMENT NYC / SOMEWHERE STUDIO

Descrição enviada pela equipe de projeto. [...]

O projeto investiga como um pavilhão temporário pode utilizar resíduos de construção e também como evitar que acabem no lixo após seu período inicial de uso. Os balanços são projetados para

serem facilmente montados e desmontados por um pequeno grupo de voluntários. Conexões pré-fabricadas e peças com tamanhos fáceis de manejar permitem que o projeto seja embalado, transportado e montado em uma questão de dias. O desenho modular pretende estender a vida do pavilhão para além das atividades de verão em novos lugares e configurações.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/921970/pavilhao-balancos-recuperados-somewhere-studio>

THE GARDEN OF FORKING PATHS - YAP_CONSTRUCTO 2012 / BEALS & LYON

Toda a estrutura é modular, o que permite que seja desmontada e realocada em outro terreno, permitindo talvez que outro pedaço esquecido de cidade possa ser descoberto e seus potenciais de uso público, explorados.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/01-72889/proposta-vencedora-do-yap-constructo-2012-the-garden-of-forking-paths-beals-e-lyon>

PAVILHÃO DA POLÔNIA - EXPO DUBAI 2020 / WXCA

*A opção pela madeira como elemento construtivo foi motivada pela possibilidade de desmontar e reaproveitar a estrutura no futuro.*³

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/970913/pavilhao-da-polonia-na-expo-dubai-2020-traz-esculptura-cinetica-em-referencia-a-aves-migratorias>
<https://www.archdaily.com/970791/polish-pavilion-at-expo-2020-dubai-references-the-flight-of-birds-through-kinetic-sculpture>

- **DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DE QUE GOSTARIA QUE O PROJETO FOSSE REUTILIZADO OU RECONSTRUÍDO: 2**

PAVILHÃO DA BÉLGICA "THE GREEN ARCH" - EXPO DUBAI 2020 / VINCENT CALLEBAUT ARCHITECTURES + ASSAR ARCHITECTS

"O edifício não estará condenado à destruição", disse Pierre-Yves Dermagne, o Ministro Federal da Economia da Bélgica. "Tudo foi feito para que pudesse ser reconstruído, espero, na Bélgica."

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/972044/pavilhao-belga-the-green-arch-na-expo-dubai-2020-vincent-callebaut-architectures-plus-assar-architects>

CAPELAS DO PAVILHÃO DO VATICANO - BIENAL DE VENEZA 2018

A intenção do Vaticano é que sejam desmontadas ao final da Bienal, e reconstruídas em comunidades italianas que sofreram com os terremotos dos últimos dois anos.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/891125/carla-juacaba-divulga-projeto-de-capela-para-o-vaticano-na-bienal-de-veneza-2018>

BADESCHIFF (PISCINA) - BERLIM - SLASH + WILK SALINAS

Toda a superestrutura foi pensada através da divisão em elementos e é montável e removível, sem a utilização de um guindaste. Estes elementos podem ser armazenados durante o verão ou, alternativamente, serem utilizados como um pavilhão em terra.

*A cobertura não é mais utilizada

³ Apesar da informação de reaproveitamento não ser literal no site do arquiteto, o texto dá a entender que houve uma entrevista com o escritório e que foram eles ou o comissário polonês que falaram sobre este possível reuso.

ESTÚDIO DESMONTÁVEL - JORGE ANDRADE BENITZ + GUILLHERMO ANDRADE

O Estúdio Desmontável foi projetado com o objetivo de criar um espaço de trabalho temporário que usasse materiais reaproveitados como madeira, aço e vidro. Foi concebido como um projeto que se materializa a partir de elementos existentes reutilizados, mas que mantém características estruturais, funcionais e formais que podem ser reaproveitadas em um novo projeto. O terreno em que foi implantado o projeto estava em desuso, e foi emprestado para o Estúdio, ganhando novo valor com a construção da estrutura. / Por conta desse empréstimo do terreno, o projeto do estúdio foi pensado como um elemento desmontável e móvel, de forma que fosse possível remontá-lo em outra localização.

HEX-SYS - OPEN ARCHITECTURE

A ideia para este protótipo de edifício, flexível e reutilizável, surgiu a partir da nossa reação ao fenômeno único chinês do frenesi da construção nas últimas décadas - a produção de grande quantidade de extravagantes edifícios temporários que duram pouco tempo, especialmente os pavilhões de vendas de empreendimentos imobiliários. É um sistema de construção que pode ser facilmente adaptado para múltiplas funções, e o mais importante, pode ser desmontado após cada utilização e reagrupado em outro local, evitando assim grande desperdício dos recursos. É parte de nossos esforços contínuos explorar o potencial da construção sustentável, não só nas formas físicas, mas também no ciclo de vida de um edifício. / Inspirado tanto pelo antigo sistema chinês de construção em madeira - que pode ser desmontado e reconstruído em outro lugar sofrendo quase nenhum dano -, e pelo pavilhão suíço de Le Corbusier - que resumiu as investigações de sua vida no sistema modular de construção / Por ser unificada, a composição das células pode ser reorganizada de acordo com as diferentes necessidades do local e do programa quando for reutilizada no futuro.

CARPA ITINERANTE - HELLOWOOD ARGENTINA / FABRIZIO PUGLIESE + GABRIEL HUARTE

Descrição enviada pela equipe de projeto.

O projeto surge como uma estrutura itinerante e efêmera que pode ser montada em um curto espaço de tempo e com poucas pessoas em diferentes lugares. [...]

Quando repensamos a moradia itinerante, pensamos nos primeiros colonos do Rio da Prata. E quando pensamos em uma comunidade lúdica e itinerante, inevitavelmente pensamos na arquitetura circense. É do jogo de sobreposição dessas imagens temporariamente incongruentes que surge a ideia de uma tenda itinerante.

[...] O projeto foi construído na edição 2020 do festival Hellowood Argentina junto com uma equipe de 11 alunos e devido à sua capacidade de rápida montagem, iremos agir para mantê-lo em constante movimento pelo país.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/953169/instalacao-carpa-itinerante-fabrizio-pugliese-plus-gabriel-huarte>

● CITAÇÃO DE QUE O PROJETO TERÁ OU TEVE OUTRO USO - 18

ARENA DE TIRO - OLIMPÍADAS DE LONDRES 2012 / MAGMA ARCHITECTURE

[...] Depois do evento olímpico, os três edifícios temporários e móveis serão desmontados e tem-se a previsão de que serão reconstruídos em Glasgow para os Jogos Commonwealth em 2014.⁴

[...] Os três edifícios são totalmente móveis, cada conjunto foi projetado para que possa ser remontado. [...]

[...] O detalhe de tensão foi conseguido através de uma eficiente configuração modular de componentes de aço normalmente usados em stands temporários.

⁴ A Arena de Tiro não foi remontada.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/01-63508/olympic-shooting-venue-magma-architecture>

PAVILHÃO DA REPÚBLICA TCHECA - EXPO MILÃO 2015 / CHYBIK+KRISTOF ARCHITECTS & URBAN DESIGNERS

Descrição enviada pela equipe de projeto.

Até o final de outubro, o Pavilhão da República Tcheca, juntamente com outros 150 países do mundo, participa da Expo Milão 2015. [...]

O projeto ganhou as graças do público com sua construção modular, permitindo o transporte de volta à República Tcheca e seu reuso. [...]

A característica mais marcante do pavilhão é, sem dúvida, seu projeto modular. Ele não apenas reflete os valores da Expo deste ano, como o respeito ao meio ambiente e as inovações tecnológicas, mas também garante uma "segunda vida" após o término da exposição.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/774192/expo-milao-2015-pavilhao-da-republica-tcheca-chybiik-plus-kristof-architects-and-urban-designers>

PAVILHÃO DOS EMIRADOS ÁRABES - EXPO MILÃO 2015 / FOSTER + PARTNERS

Descrição enviada pela equipe de projeto.

[...] Os GRC (Glassfibre Reinforced Concrete) são suportados por uma estrutura de aço, que pode ser facilmente desmontada e reconstruída para eventual realocação do pavilhão nos Emirados Árabes Unidos.

[...]

O projeto segue os princípios da LEED com uma combinação de técnicas passivas e ativas. Mais significativamente, o edifício foi concebido para ser reciclado e reconstruído nos Emirados Árabes Unidos depois da Expo. [...]

Gerard Evenden, Sócio Executivo Sênior e Diretor do Estúdio Foster + Partners:

" [...] Como o pavilhão dos Emirados Árabes Unidos em Xangai, a estrutura foi projetada para ser desmontada e reconstruída após a Expo."

Ver: <https://www.archdaily.com.br/766703/expo-milao-2015-pavilhao-emirados-arabes-foster-plus-partners>

TRÊS PAVILHÕES - PLACE DU MARCHÉ, AIGLE, SUÍÇA - ROTATIVE STUDIO

Após sete anos, os pavilhões serão realocados para outro local da cidade que também será reformado.

SARBALÉ KE - FESTIVAL COACHELLA - FRANCIS KERÉ

Após o festival, Sarbalé Ke será transferido para a sua localização permanente no Vale Leste de Coachella, onde servirá como um pavilhão de reuniões públicas.

PAVILHAO DO JUBILEU DE KARSRUHE - JURGEN MAYER

Após o término das celebrações de aniversário da cidade em setembro deste ano o pavilhão temporário será desmontado, transportado e reutilizado em outro local ainda a ser definido.

M PAVILLION 2016 - QUEEN VICTORIA GARDENS, MELBOURNE - STUDIO MUMBAI

Todos os anos, um novo pavilhão de verão temporário é projetado por um importante arquiteto internacional, e erguido nos jardins da Rainha Victoria, em Melbourne. / Depois, é movido para uma casa nova permanente no CBD de Melbourne, criando um legado permanente na paisagem arquitetônica cada vez mais sofisticada de Melbourne.

SERPENTINE PAVILLION 2012 - HERZOG & DE MEURON + AI WEI WEI

Após seu encerramento [o pavilhão] fará parte da coleção particular Usha e Lakshmi N. Mittal, compradores do pavilhão deste ano.

CREST - ZAHA HADID ARCHITECTS

Crest foi concebida como uma escultura desmontável que será instalada no ME Hotel, Dubai (2016), estabelecendo um diálogo intrigante com a dicotomia formal inerente ao projeto do hotel.

PAVILHÃO "NEW HOLLAND AGRICULTURE" - EXPO MILÃO 2015 - CARLO RATTI

After the Expo, the New Holland pavilion will be dismantled and reconstructed in a second location as an innovative didactic farm, embodying the very idea of recycling and sustainability.

CRESCENT HOUSE - SHERMAN CONTEMPORARY ART FOUNDATION - ANDRE BURNS

'Crescent House' is the first in an annual series of temporary pavilions to be installed at Sherman Contemporary Art Foundation. / The pavilion has been acquired and permanently installed at Heide Museum of Modern Art.

ARCH - AI WEI WEI

A escultura está instalada fora da galeria nacional do Nationalmuseum, na península de Blasienholmen, no arquipélago de Estocolmo, onde permanecerá por um ano e depois será transferida para um outro local da cidade ainda não divulgado. / A obra de arte foi vista pela última vez em 2017 em Nova York, sob o arco do Washington Square Monument, como parte da instalação Good Fences Make Good Neighbors. / Nosso mundo está mais incerto e instável do que em qualquer outra época durante o meio século anterior.

PAVILHÃO SLOW FOOD - EXPO MILÃO 2015 - HERZOG & DE MEURON

Após o término da Expo eles [os pavilhões/barracões] serão desmontados e reconstruídos em escolas como parte da iniciativa "Orto in codotta", um programa nacional de educação ambiental e alimentar. / Após o término da Expo no dia 31 de outubro, as estruturas serão desmontadas e transformadas em abrigos de jardim em escolas italianas, fazendo parte do programa educacional do Slow Food chamado "Orto in Condotta".

PAVILHÃO DO BAHREIN - EXPO MILÃO 2015 - STUDIO ANNE HOLTROP

Construído com painéis pré-fabricados de concreto, o pavilhão será transportado para o Bahrein após o fim da Expo e, uma vez reconstruído, funcionará como um jardim botânico.

PAVILHÃO DE BARCELONA - EXPO BARCELONA 1929 - MIES VAN DER ROHE

O Pavilhão de Barcelona original foi desmontado em 1930, logo após a conclusão da exposição, mas foi reconstruído em 1983 por um grupo de arquitetos catalães no mesmo local, usando apenas as poucas fotografias e desenhos recuperados que permaneceram.

SAYER STREET - JAN KATTEIN + BD LANDSCAPE

Uma vez concluído o empreendimento dentro de três anos, o andaime modular que compõe a superestrutura será removido, e os pavilhões de espaço de trabalho, fabricados fora do local, serão replantados em uma escola, um espaço comunitário, ou em outro lugar dentro do projeto de regeneração do lote.

KOKOON - AALTO UNIVERSITY WOOD PROGRAM

As the Nordic countries have recently been experiencing fluctuations in population, it has become apparent that there is a severe shortage of temporary housing solutions for students, asylum seekers, displaced residents, and others with similar short-term needs. In urban and sub-urban contexts, the pre-fabricated modules can be transported and combined into various configurations to fit numerous

sites. Rather than the typical approach of autonomous, deployable containers, Kokoon allows for habitable space that can expand both vertically and horizontally. The three prototype units were finished in Otaniemi and assembled on-site in one day. They are intended to be displayed and used in various locations around Finland over the coming years.

GREEN LADDER - VO TRONG NGHIA

Depois de três meses de exposição no jardim principal da Biblioteca de Queensland, na Austrália, "Green Ladder" foi movido para a Fundação de Arte Contemporânea Sherman, em Sydney, apresentado como um projeto notável para a próxima exposição.

ESCOLA DE CONSTRUÇÃO - Londres - EBBBA

Para a EBBBA, é importante ter cuidado na criação de todos os tipos de edifícios, mesmo os de uso temporário, pois têm um papel vital no desenvolvimento das áreas e podem trazer prazer a quem os vivencia. / No geral, a ambição era criar um sistema temporário que pudesse ser facilmente desmontado, reciclado e reutilizado no final de sua vida útil.

- **CITAÇÃO DE QUE O PROJETO ACABOU SE TORNANDO PERMANENTE - 4 (+1 - TORRE EIFFEL)**

CAFÉ CASA COR 2017 - Rio de Janeiro - BE-BO + M.O.O.C.

Por se tratar de um espaço efêmero, era necessário um projeto simples que aproveitasse todo o potencial do espaço e fizesse uso de poucos materiais e revestimentos, visando custos e prazos reduzidos. Posteriormente o projeto foi comprado e mantido.

GALERIA DA YUYUAN ROAD - BENGU STUDIO

A galeria foi projetada, originalmente, para o Festival de Design Urbano 2017, mas por causa da grande aceitação advinda das comunidades vizinhas, ela foi mantida. Para uma estrutura temporária "ilegal" na rua, isso foi um milagre.

PAVILHÃO NUVEM - ORLA DE XANGAI - SHL ARCHITECTS

O sucesso do pavilhão temporário acarretou ao escritório dinamarquês Schmidt Hammer Lassen (SHL) a comissão de uma versão permanente de sua proposta original. / Em 2013, SHL criou uma série de pavilhões para a West Bund Biennale of Art and Architecture que foram originalmente pensados para durar os dois meses da Bienal. Devido ao sucesso dos projetos, sua temporada foi estendida por dois anos, momento no qual se solicitou aos arquitetos um pavilhão mais permanente, retomando o conceito original da nuvem. / Além de conservar a estrutura de metal do pavilhão original, o novo pavilhão de artes e eventos deve incluir um espaço de 100 m² para eventos, pequenas exposições e uma cozinha com espaços de armazenamento.

STUDIO MOA PLUS - ATELIER GOM

Durante esse período [2015-2017], o Studio MOA realizou exposições, eventos, performances e fóruns, e até a estréia de um micro-filme. Foi um complemento ao nosso estúdio na HuaShan. Dois anos depois, o aluguel do Studio na HuaShan não foi renovado e o Studio MOA teria que ser um escritório, começando a se transformar em um edifício. Ele desempenhou um grande papel para nós, como arquitetos profissionais, que nos preparamos para qualquer futuro possível. Mesmo se houvesse imprevistos, novos métodos seriam gerados na configuração da estrutura. / Demoramos muito tempo para concluir esta obra devido às características da edificação. Muitos derivados básicos da estrutura mudaram ao longo do tempo, alguns até completaram um ciclo de vida. E durante o período de teste, também foi preciso resolver o impacto natural de uma maneira simples. /

As constantes mudanças no uso fizeram com que os atributos materiais, espaciais, funcionais e humanos fossem ambíguos e confusos no Studio MOA, e é tão fascinante quanto uma breve história arquitetônica moderna. Embora o arquiteto saiba que "a arquitetura é música solidificada" e "o espaço é fluido", não há muitas oportunidades para se dançar com o espaço no passar do tempo. / O Studio MOA me ensinou uma verdade simples, seja cinco, dez ou setenta anos, não há arquitetura eterna, nem espaço estático, o significado de tempo para arquitetura é equivalente ao significado de espaço para arquitetura.

- **MOBILIDADE: 10**

DOME OF VISIONS - COPENHAGUE - KRISTOFFER TEJLGAARD + BENNY JEPSEN

A estrutura é móvel e se instalará em vários locais diferentes na Dinamarca durante um ano ou dois. Ao final de maio, a cúpula partirá de Copenhague para Aarhus. Em Aarhus ela será alocada no porto, próximo ao centro da cidade e proporcionará espaço para eventos culturais e reuniões profissionais durante todo o verão de 2013. No fim do verão ou início do outono, a Dome of Visions retornará a um bairro de Copenhague que está passando por uma ressurgência cultural efervescente nos últimos anos.

OVO DE EXBURY - PAD STUDIO + SPUD GROUP + STEPHEN TURNER

Ao final, o ovo irá se tornar parte de uma instalação escultórica da obra do artista e será exibido em galerias de todo o país.

PAVILHÃO GIFE - GOMA OFICINA

A solução expográfica deveria considerar, além da montagem no Centro Cultural, a possibilidade de itinerância, em diferentes configurações que se adequassem aos novos lugares, ainda incertos à época do projeto, ao mesmo tempo, era necessário que estivesse muito bem inserido no contexto do CCSP.

PAVILHÃO DE VENDAS - OPEN ARCHITECTURE

Trabalhando em conjunto com os engenheiros da China Academy of Building Research, OPEN concebeu um sistema de construção de protótipo que permite a construção rápida que pode ser adaptável a diferentes programas e espaços, e mais importante, são desmontadas após cada utilização e são remontadas em outro local. Este edifício reutilizável é um experimento para testar a sustentabilidade, não só na sua forma física realizada, mas também em seu ciclo de vida.

CASA LITE - CASA COR SP 2019 - DUDA PORTO

A casa Lite traz um sistema modular que a torna nômade, podendo ser desmontada, transportada e remontada em qualquer lugar. Com uma mente inquieta em busca novas soluções, Duda afirma que esse sistema surgiu como uma solução para um novo jeito de morar. "Hoje, nos voltamos um pouco para o passado, com a ideia do nomadismo. As casas devem se adaptar às diferentes etapas da vida, sendo essencialmente flexíveis, sustentáveis e móveis", explica. / Desmontável, a casa Lite pode ser facilmente transportada para outros terrenos, caso seja o desejo da família – ideia que vai totalmente de encontro com o tema da mostra, Planeta Casa, que compreende o lar como um universo particular de cada indivíduo, onde as mudanças e conexões surgem e transformam o entorno e a comunidade. / Apresentada durante a CASACOR, a Lite já conta com 20 unidades em negociação.

PAVILHÃO MÓVEL - KUBS/NOONSOON

É um espaço que viaja até ao seu visitante e não o contrário. KUBS se move e transformar pontos específicos onde para. Já neste verão de 2022 - em sua primeira temporada - Zvaigznaja KUBS

visitou 23 lugares na Letônia, mas no próximo ano está planejado visitar pelo menos mais 30. É uma oportunidade de acessar diversas experiências criativas onde essa oferta ainda é rara. / Graças ao apoio dos municípios e patrocinadores, os eventos no Zvaigznaja KUBS são gratuitos para os visitantes.

SCHOOL WHEEL - ATELIER BOW WOW

This traveling school moved by human energy is like a jinrikisha, a Japanese rickshaw, establishing an indivisible body-architecture couple. At the antipodes of a Western sensibility instituting permanence and durability, this ephemeral equipment, in constant redefinition, can continually adapt to a new context. [...] Legally, School Wheel just like Vegetacle are not subject to the Japanese town planning code. These two nomadic microcosms, considered as ephemeral works of art, do not need any permit or municipal authorization as would be the case in France. In this, they mark this particular character of the street in Japan, which has always carried its own symbolism and a space to conquer. (LE MONITEUR)

BMW GUGGENHEIM LAB - ATELIER BOW WOW

The labs are the brainchild of two Guggenheim Museum curators in their early 30s, David van der Leer and Maria Nicanor, who stress that this is not some sort of ephemeral museum. "It's a new hybrid, a place where we can learn from each other," Mr. van der Leer said. Nor did the curators envision the labs as sanctuaries of aesthetic refinement at a remove from the cities around them, like the sleek traveling pavilion designed by Zaha Hadid for Chanel that appeared in Central Park three years ago.

57 UNIDADES HABITACIONAIS UNIVERSITÁRIAS - H ARQUITECTES + DATAE

[...] gracias a criterios para el cierre del ciclo de los materiales aplicados en el ciclo de vida del edificio (disminución del uso de materiales por unidad de servicio, sustitución de los productos habituales por reciclados y reciclables, juntas secas y reversibles, mayor durabilidad de la estructura, etc.) ha podido verificarse, mediante un cálculo de impactos ambientales, que es significativamente inferior: hasta un 25% en emisiones de CO2 en fase de producción de materiales, una reducción del 50% de residuos en fase de construcción y hasta un 75% en generación de residuos en fase de deconstrucción. Es un edificio que una vez terminada su vida útil podría ser enteramente desmontado, los módulos de hormigón y otros componentes podrían ser reutilizados y en última instancia prácticamente todos sus materiales y sistemas podrían ser reciclados, el edificio dejará de ser un producto para volver a ser recurso. Seguramente este potencial de reciclabilidad y reutilización es la característica mas potente de este sistema modular; su sistema de ensamblaje por apilamiento sin uniones rígidas y totalmente desmontables permiten imaginar una futura reutilización del módulo potente de hormigón en otro edificio y para otros usos.

FÁBRICA DE BLOCOS - VÃO ARQUITETURA

A urgência de abertura do espaço, o baixo orçamento disponível e o fato do terreno ser alugado eram fatores que impediam uma construção convencional para a sede desta fábrica de blocos de concreto em Avaré, interior de São Paulo. Diante a este contexto, os sócios passaram a cogitar a compra de um container, contudo, não nos parecia coerente que o futuro espaço de escritório e showroom da fábrica não empregasse o material por ela produzido. / Foi durante uma das visitas ao galpão, observando o sistema de armazenamento e transporte dos blocos em pilhas apoiadas sobre pallets, que ocorreu a ideia de construir sem a utilização de argamassa. Desta forma a obra seria transformada em uma rápida montagem e o material poderia ser totalmente reutilizado no caso de uma mudança de endereço.

PAVILHÃO KAPKAR.SF-P7S / STUDIO FRANK HAVERMANS

Descrição enviada pela equipe de projeto.

O pavilhão KAPKAR.SF-P7S foi projetado e construído para um laboratório temporário de construção (BOUWLAB), organizado pela Stichting Fabrikkat. Esta fundação, com sede na cidade de Nijmegen, no leste da Holanda, é especializada na organização de projetos temporários de placemaking. [...] O cliente pediu que fosse projetado um pavilhão de baixo custo, destinado a programar discussões, fóruns, reuniões, pequenas exposições, palestras e outros eventos culturais para o BOUWLAB. Os desejos específicos eram que o pavilhão tivesse uma aparência marcante, fosse desmontável e transportável para a sua futura localização, projeto "GRID" em Nijmegen, que tivesse espaço para 50 pessoas e que bastante luz natural entrasse no edifício. [...]

Toda a construção é construída em segmentos e pode ser facilmente desmontada e substituída.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/800807/pavilhao-kapkaf-p7s-studio-frank-havermans>

● ACEITAÇÃO DA TEMPORARIEDADE DO ESPAÇO - DESIGN CIRCULAR - 27

PAVILHÃO DA HOLANDA - EXPO DUBAI 2020 - V8 ARCHITECTS

Incorporando os princípios da economia circular, o pavilhão foi projetado para desmontagem e reutilização. As matérias-primas de construção, uma homenagem à tradição da engenharia civil holandesa, serão devolvidas aos proprietários locais, enquanto os elementos de biomassa retornarão à natureza.

VILA DA COP 22 - MARRAKESH - OUALALOU + CHOI

Todo o material de madeira também poderá ser reutilizado após a conclusão do evento.

SCHAUSTELLE - MUNIQUE - JURGEN MAYER

A maioria dos elementos de construção, incluindo recipientes específicos e revestimentos sintéticos podem ser reutilizados após a desmontagem do Schaustelle e retornados para ciclo de construção. Desta forma, a produção de elementos não reutilizáveis foi reduzida a um mínimo. / "Para nós, uma respeitosa utilização de material sustentável para este edifício temporário era muito importante. O Schaustelle será simplesmente dissolvido ", explica o arquiteto Jürgen Mayer H.

DOMO DAS VISÕES 3.0 - KRISTOFFER TEJLGAARD

Toda construção é temporária, é só uma questão de perspectiva. O fato que o Domo de Visões é 'mais' temporário que muitos outros edifícios proporciona um forte convite para refletir sobre os circuitos que os materiais fazem parte e para contemplar como o edifício é construído para ser desmontado mais uma vez, assim como seus elementos constituintes que podem fazer parte do mundo em novas maneiras. No entanto, os pensamentos são igualmente relevantes e exigidos em qualquer outra construção.

PAVILHÃO BIBLIOTECA - STUD - CITY FORM LAB

O pavilhão é projetado para ser desmontado e reciclado depois de dois anos.

REFUGIO II - WIM GOES ARCHITECTUUR

83% do projeto (palha e argila) será estendido sobre a paisagem como fertilização. Vidro, metal e madeira serão reciclados. Paralelamente a esta atitude, e sobretudo, há um investimento humano. O ritual. O ciclo da vida.

REFUGIO DE PROTEÇÃO - COPENHAGUE, DINAMARCA - SHJWORKS

O abrigo foi projetado, produzido e pago pelo escritório SHJWORKS. / O abrigo é um projeto temporário e, quando for desmontado, não deixará nenhum vestígio.

PAVILHÃO DOS RESÍDUOS - CLOUD FLOOR

Após a semana de design, os tijolos e as telas serão desmontados e transformados em mais de 2500 cadeiras e 1.500 sacolas. Embora construído para um curto período tempo, o pavilhão vai além de sua função temporal.

MASTABA - CHRISTO

O projeto é gratuito para todos, de 18 de junho a 23 de setembro, quando a maioria dos materiais que compõem a escultura será removida e reciclada industrialmente no Reino Unido.

PAVILHÃO JAPONÊS - EXPO 2000 - SHIGERU BAN

Para construir o Pavilhão Japonês para a Expo 2000 inteiramente com materiais recicláveis, Ban substituiu as juntas mecânicas por fitas de tecido (que permitiam a construção e desmontagem manual). Após a Expo, a estrutura foi inteiramente reciclada.

POD REBOUÇAS - FGMF

Cabe ressaltar ainda que os andaimes foram escolhidos por estarem relacionados aos processos de construção, mais especificamente aquela temporária, além de possibilitarem uma construção rápida, facilmente desmontável e reutilizável.

34ª BIENAL DE ARTES - INSTALAÇÃO PAVILHÃO BIENAL - ANDRADE MORETTIN

Além de constituir um repertório construtivo diverso daquele utilizado no pavilhão, a opção por um sistema baseado em componentes industrializados garante agilidade na montagem e amplia as possibilidades de reaproveitamento dos materiais após a desmontagem da exposição.

PAVILHÃO DA FINLÂNDIA - EXPO DUBAI 2020

[...] o projeto leva em consideração a vida útil da estrutura após a conclusão do evento: o pavilhão deverá circular por pelo menos mais cinco anos, após os quais o mesmo será completamente desmontado e reciclado.

HY-FI - MOMA PS1 - DAVID BENJAMIN/THE LIVING

Assim que a estrutura for removida, em setembro, os tijolos serão levados à uma composteira e retornarão ao ciclo do carbono. / Quando a estrutura for desmontada, no fim do verão, eles poderão ser compostados e transformados em adubo.

PAVILHÃO EUA - EXPO MILAO 2015 - BIBER ARCHITECTS

Aberto durante os seis meses da Expo, o edifício será posteriormente desmontado e reutilizado (ou reciclado), dependendo das necessidades do International Bureau of Expositions.

DESFILE OUTONO-INVERNO PRADA 2021 - OMA/AMO

Após o desfile, os materiais usados neste set digital serão reciclados em outros projetos por meio do Meta, um projeto de economia circular com sede em Milão, e da La Réserve des arts, uma associação que coleta e recupera matérias-primas e resíduos de desfiles e os fabrica à disposição de profissionais e estudantes do setor cultural.

PAVILHÃO HUMANIDADE 2012 - RIO+20 - CARLA JUAÇABA + BIA LESSA

Todo material utilizado na construção já está sendo transformado em outros conteúdos, no caso da estrutura novas construções, no caso dos conteúdos em livros, filmes, bibliotecas, enfim tudo será reaproveitado. Isso para nós significa sustentabilidade.

PAVILHÃO DA ITÁLIA - EXPO DUBAI 2020 - CARLO RATTI & italo rota

Como o pavilhão foi concebido de forma circular, pode-se pensar nesta neo-matéria como materiais que potencialmente podem ser reaproveitados em qualquer lugar, em diferentes formas e com diferentes finalidades. / Após a feira, elas [as cordas na fachada] serão reaproveitadas de acordo

com a lógica da economia circular. / [O pavilhão] "antecipa questões e sugere estratégias que serão cada vez mais cruciais para o futuro de nossas cidades à medida que abordamos as consequências da atual crise climática. O pavilhão continua se transformando em diferentes formas. Fala de reconfigurabilidade tanto a longo prazo, pela sua circularidade, como a curto prazo, graças à utilização de tecnologias digitais". - Carlo Ratti

PAVILHÃO DO MARROCOS - EXPO MILAO 2015 - KILO ARCHITECTURE

O adobe é colocado dentro de enormes painéis pré-fabricados de madeira que são, então, montados em uma estrutura de aço. Esse sistema adapta o uso de materiais tradicionais para métodos de construção industrializados. Ao fim da Expo, os painéis serão desmontados e reutilizados.

FEELING THE ENERGY - CARLO RATTI + ITALO ROTA

The same material will be reused at the end of the event, following the principles of circular design.

PAVILHÃO COPAGRI - EXPO MILÃO 2015 - EMBT

Máquinas de controle numérico cortaram os elementos estruturais, e eles podem facilmente ser montados e desmontados de acordo com as necessidades de reuso da Copagri após a Expo, assim como estava determinado nos requerimentos de projeto do concurso.

PAVILHÃO DO URUGUAI - EXPO MILÃO 2015 - INAC

O pavilhão atende aos critérios de sustentabilidade: utiliza materiais locais que podem ser reciclados ou reutilizados, possui um sistema passivo para controlar o ganho térmico, regula a contaminação lumínica e reduz o consumo de água.

WEAVING THE COURTYARD - MOMA PS1/YAP 2016 - ESCOBEDO SOLIZ

Após a instalação, as cordas serão doadas a Weavinghand, uma comunidade de tecedores do Brooklyn, para a criação de tapeçarias que serão doadas para diferentes instituições públicas. As brancas serão vendidas para o público durante a desinstalação do PS1. / Como a maior parte dos materiais não será alterada no processo de construção, eles poderão ser reutilizados após o fim do verão. / A engenhosa proposta de Escobedo Soliz fala tanto sobre a efemeridade do imaginário arquitetônico de hoje como também da natureza das transações espaciais de forma mais ampla.

URCHIN ORB PAVILLION - CODA

Era importante não danificar as cadeiras para que elas fossem reutilizadas depois que o pavilhão fosse desmontado.

SWING - MORADAVAGA

Para além da resposta à função imediata do programa, de cariz lúdico e didático, foi intenção do projecto desenvolver e testar um sistema construtivo baseado na standardização e na pré-fabricação de elementos passíveis de serem facilmente montados/desmontados e transportados. / Também aqui a escolha da madeira como material construtivo se revelou acertada, uma vez que, em nosso entender, SWING foi capaz de estabelecer, durante a sua curta permanência na praça, um diálogo contrastante e esteticamente apelativo com as fachadas hi-tech em metal e vidro do multipremiado edifício concebido pelo atelier Pitágoras Arquitectos. / Uma vez que se tratou de uma obra efêmera o fator sustentabilidade também entrou na equação projetual, estando asseguradas a reciclagem/reutilização da maior parte dos elementos utilizados na construção e a reintegração das paletes no circuito de usadas/retificadas. / Dado tratar-se de uma construção efêmera, vários factores foram tidos em conta no ato de projectação. Assim, as soluções idealizadas incidiram sobre processos de standardização e pré-fabricação de maneira a dar uma resposta eficiente à necessidade de fácil montagem, desmontagem e transporte dos diferentes componentes da construção. / Os aspectos relacionados com a sustentabilidade da intervenção também foram tidos em conta, adotando-se técnicas construtivas que permitissem o rápido desmantelamento da obra e o

reaproveitamento dos seus diferentes elementos. Deste modo, a utilização de parafusos em vez de colas como meio de fixação das diferentes peças e a opção de aplicar a madeira sem qualquer tipo de acabamento possibilitam a sua reutilização para diversos fins. Para além disso a intervenção mínima efetuada nas Europaletes utilizadas permite a sua reintrodução no circuito de paletes usadas/retificadas, garantindo assim a continuidade do ciclo de vida das mesmas.

PAPER MODEL HOME - AUCKLAND TRIENNIAL - MICHAEL LIN & ATELIER BOW WOW + ANDREW BARRIE

Whereas the building in Shanghai was made from welded steel and structural insulated panels, the installation held as part of the Auckland Triennial required a rethink of the materials in order to reduce costs and waste after the event.

[...] However, recreating this steel design in Auckland presented a design dilemma – it would have been expensive, created a lot of waste when the building was disposed of after the Triennial, and would have been conceptually inconsistent (in Auckland, no one would live in the house).

One possibility explored by the design was to translate the house into the Kiwi timber-and-plywood construction idiom. This would have reduced the cost somewhat, but not solved the dilemmas of waste and conceptual inconsistency.

The solution proposed by Prof. Andrew Barrie was to create a paper version of the house. This was inexpensive, could almost all be recycled after the exhibition, and solved the conceptual inconsistency – rather than being a building, it served as a literal document of the original construction.

After the exhibition, the paper elements will be recycled and the timber frames broken down for re-use in future student projects.

LOVE LOVE LOVE LOVE EXHIBITION - ATELIER BOW WOW

While many things are made for and during an exhibition, most furniture and fixtures are trashed once a show ends. The exhibition in 2020 will be held for two and a half months to coincide with the 2020 Tokyo Olympic and Paralympic Games. While it lasts slightly longer in comparison to other exhibitions, it is nonetheless only a short period of time and we have to consider this from an ecological perspective. When it comes to this exhibition, however, the duration was even shorter - just three days. For that reason, we used rental exhibition panels and shelves in a design that attempted to convey the sense of an unfinished "backstage" area as the backdrop for the artworks by incorporating the furniture and fixtures like buffers.

● ACEITAÇÃO DA TEMPORARIEDADE DO ESPAÇO - USO INTERINO / CATALISADOR: 5

CANAS KUDHVA - CORNUALHA - BEN HUGGINS + LOUISE MIDDLETON

As cabanas, projetadas por Ben Huggins, pretendem ser a primeira fase de um masterplan mais amplo para o local, que tem como objetivo oferecer ao público a chance de experimentar uma arquitetura temporária de pequena escala.

CAIXA PRETA - BRASILIA - FITTIPALDI ARQUITETURA

Após sua conclusão, a edificação foi cedida temporariamente para o uso comunitário a fim de ativar iniciativas de revitalização da Via, rodas de conversa e inúmeros eventos não registrados batizados como "Caixa Preta", em homenagem ao aspecto visual do prédio. / Nesse período, mobiliários urbanos foram cedidos para área comum, a rampa de acesso veicular foi transformada em um auditório e a galeria ganhou pavimentação, iluminação e um grafitti de autoria do Marcio MAK. A Fittipaldi Arquitetura desenvolveu um projeto de ocupação para Co-Working que foi parcialmente implementado no período. Após esse uso, a edificação retomou seu propósito inicial: Locação comercial e Corporativa.

PAVILHÃO "CUBE" - URBAN CURATORS + IEGOR SHTEFAN

O pavilhão do Revolution of Dignity Museum é um projeto de curta duração para reanimar a transformação da paisagem circundante. Desde 2018, quando os dois melhores projetos para o Edifício do Memorial for the Heavenly Hundred Heroes foram selecionados através de concursos, nada aconteceu. Enquanto a memória coletiva dos eventos recentes ainda espera pelos espaços permanentes, as pessoas vão ao local todos os dias para lembrar e reunir-se. A melhor ideia é fazer a transformação justamente no espaço da construção do futuro Museu, a 150 metros da Praça da Independência. / Em seu livro, "Urbanismo Tático", Mike Lydon e Anthony Garcia argumentam sobre a importância de intervenções temporárias para o processo de planejamento formal. Enquanto o processo formal de construção do Museu permanece atrasado, um pavilhão temporário - o Cube - servirá como um espaço museológico. / O andaime em sua linguagem arquitetônica diz: "Estamos prontos para a construção"! O que poderia ser mais temporário que um andaime? Um projeto que nunca foi concebido para durar para sempre talvez seja a melhor ferramenta para a transformação temporária, além de permitir a máxima flexibilidade. Precisa de mais espaço? Adicionado. Precisa de menos? Desmontado. Tudo isso pode ser feito muito rapidamente.

MAISON DU PROJET - ROUBAIX, LILLE - CARLOS ARROYO

Pretende-se que o edifício seja a semente capaz de resolver os problemas da área. Os arquitetos e planejadores vêem o edifício como um regenerador ambiental, e também como um ativador econômico e cultural do lugar.

MANIFESTA 14 - CARLO RATTI

CRA e Manifesta 14 propõem uma metodologia experimental para criar inovação urbana inclusiva em resposta a esta situação. Esta metodologia prática de "urbanismo de código aberto" é baseada em uma série de intervenções, temporárias e permanentes, desenvolvidas com uma abordagem participativa baseada no feedback dos cidadãos.

Na segunda fase, são realizadas reformas ou intervenções temporárias para demonstrar como os locais, muitos deles anteriormente comprometidos, podem ser recuperados por e para os cidadãos de Prishtins. São intervenções de baixo custo programadas para um período curto, mas com intenção especulativa. Os moradores são convidados a "votar com os pés", decidindo se essas intervenções devem ser permanentes, modificadas ou descartadas. Por fim, serão realizadas sessões de avaliação para facilitar a evolução acelerada da cidade.

"Cidades por todo o mundo estão passando por um momento extraordinário, marcado por crises, mas também com potencial para o renascimento. Diante de uma situação sem precedentes durante o primeiro surto da pandemia de Covid-19, funcionários do governo local foram forçados a fazer experimentos urbanos ousados para responder com mais eficiência às necessidades das pessoas."

Uma abordagem circular assegura que todos os elementos do corredor sejam facilmente removíveis e reutilizáveis em outros locais.

Outras intervenções urbanas foram realizadas pelo CRA em 2021 e foram integradas ao tecido social de Prishtina de diferentes maneiras. Por exemplo, a antiga Biblioteca Hivzi Sulejmani, cujos portões externos foram recuperados de um estacionamento ilegal em junho do ano passado, foi transformada em uma instituição cultural permanente, o Centro de Prática Narrativa. A antiga Fábrica de Tijolos, inicialmente convertida em 'sala de estar urbana', foi transformada em um Centro de Aprendizagem Eco Urbano temporário, inaugurado junto com a Bienal. Esses projetos mostram como o "urbanismo de código aberto" pode promover mudanças dentro de diferentes prazos.

- **ACEITAÇÃO DA TEMPORARIEDADE DO ESPAÇO - TEMPORALIDADE DAS PRÁTICAS**
- 02

OLHO D'ÁGUA - ESTÚDIO CHÃO

Para nós, aponta a pertinência de uma pesquisa em arquitetura efêmera, na multiplicidade de apropriações que este tipo de intervenção pode oferecer ao provocar formas alternativas de ocupação do espaço público.

TRANSBORDA - ESTÚDIO CHÃO

Acreditamos que projetos como esse, em que pesam a efemeridade provocativa da intervenção, a atenção ao espaço público como gesto artístico e o protagonismo dos encontros humanos sobre a forma arquitetônica per se, ajudam a ampliar o campo de pesquisa da arquitetura para além dos seus limites usuais.

APÊNDICE C

Outros projetos que abordam a questão temporal

GOOD FENCES MAKE GOOD NEIGHBORS / AI WEI WEI

A exibição, que se espalha por cinco bairros, abriu ao público no dia 12 de outubro e é composta por mais de 300 peças. / A exibição estará em exibição até 11 de fevereiro.

Ver: <https://www.archdaily.com.br/br/881714/ai-weiwei-leva-mais-de-300-instalacoes-a-nova-iorque-para-discutir-questoes-de-fronteras-e-imigracao>

PORTAL - STADTSCHLOSS - HELGA BLOCKSDORF ARCHITEKTUR

A associação convida o espectador a pensar sobre os aspectos efêmeros da construção e os possíveis prazos de certas instalações.

INSTALAÇÃO "TWO MANIFOLDS" - NUNO PIMENTA

O que parece permanente poderá para sempre ser temporário. / 'Two Manifolds' pretende explorar esta condição insular, a relação bipolar entre o permanente e o temporário, o ir e o ficar. / Estes bancos sugerem uma nova centralidade e, devido ao seu caráter permanente, registam as intenções da peça caso as fortes tempestades incidam sobre aquele local.

KAIROS - JQTS

Para "CHRONOS", o tempo linear e cronológico opõe "KAIROS", um tempo indefinido e simbólico que não pode ser medido, exceto por sua qualidade. Este edifício coloca os dois, aparentemente irreconciliáveis, em diálogo. Desde os antigos períodos, edifícios aspiram a idéia do "eterno" através de uma espacialidade e materialidade capaz de resistir ao tempo. Os grandes templos e catedrais, completamente feitas de pedras naturais, continuam a coexistir com a contemporaneidade. Construções de concreto representam, sem dúvida, o legado da modernidade e recuperam bem esta idéia simbólica da eternidade. / Este confronto entre o temporário e o eterno é algo que vale a pena pesquisar através de uma visão geral das possibilidades que nosso tempo pode nos oferecer. Esta solução pré-fabricada é capaz de lidar simultaneamente com estes dois aspectos, pois nos permite trabalhar com o diálogo entre o material durável e resistente, com o tempo contínuo, através de uma construção modular e de fácil montagem e desmontagem.

YAP SEUL NIL TEMPL - SHINSLAB

Qualquer grande vestígio cultural pode perder sua função. Da mesma maneira, um material também pode perder seu valor original com o tempo. O fato de que o destino de relíquias culturais deve ser desmantelado nos faz refletir sobre o que temos de levar em conta para as futuras gerações.

CABINE MODULAR - IR ARCHITECTURA

Quais momentos temporários podem viver permanentemente na memória? Qual é a dimensão temporária da arquitetura? / Os módulos da cabine são projetados para durar como elementos de arquitetura permanente. Sua portabilidade lhes dá a capacidade de permanecer por um tempo limitado em diferentes locais e com diferentes configurações. Uma disposição escolhida será permanente na memória de seu usuário e temporária em sua condição de uso.

SEDE DA VENTURE CAPITAL - PAUL MURDOCH

Como edifício sede de uma empresa que lida com negócios de risco, o edifício necessita abrigar temporariamente em suas dependências jovens empresas, como uma incubadora. Como esses

start-ups podem evoluir (ou mesmo falir) rapidamente, os interiores precisam se adaptar às constantes mudanças. O edifício pode ser reconfigurado através de um sistema modular de divisórias internas desmontáveis e outras divisórias em vidro.

BANCO TRIODUS - RAU ARCHITECTS

A cada dia estamos nos tornando mais conscientes de que é preciso antecipar às mudanças, e para isso, é preciso projetar edifícios que melhor se adaptam às possíveis exigências e demandas que possam surgir—ainda que isso signifique desmontá-los por completo.

PAVILHAO KOODARAM - ANAGRAM

A ideia de pavilhão remete ao conceito de “ilha”: um lugar de descanso, de reflexão, contemplação, conversação e transitoriedade. Ao contrário dos outros locais onde a Bienal de Fort Kochi acontece, o Campus Cabral Yard não possui nenhum vestígio arquitetônico do passado. É um parque, uma área verde que sempre esteve livre de edifícios e estruturas permanentes. Por isso decidiu-se por construir pavilhões, estruturas que adormecem entre as bienais, que voltam a ser ocupados pela natureza. / O projeto também explora a sua transitoriedade através da leveza de seus materiais. A estrutura foi projetada para pousar “levemente” sobre o terreno, uma estrutura metálica pré-fabricada erguida em apenas dois meses. Além disso, o pavilhão foi projetado para ser desmontado e reutilizado, desaparecendo sem causar nenhum dano ao terreno.

DE BURGEMEESTER - STUDIO NINE DOTS

De Burgemeester fazia parte da "nuvem" de modelos de espuma azul em exposição no pavilhão holandês na Bienal de Arquitetura de Veneza 2010. Em uma exposição intitulada Vacant NL, o pavilhão abrigou um grande modelo que mostrava todos os prédios desocupados na Holanda. A exposição se mostrou conflituosa pela forma como ela capturou a escala do espaço vazio e tornou-o visível à primeira vista, e para a conclusão expressa: a era do crescimento está terminada, e quase nada mais precisa ser construído. / Ao mesmo tempo, aquele mar de azul também continha uma promessa. Vacant NL colocou um desafio criativo para os arquitetos: descobrir o potencial destes edifícios; adaptá-los para a nossa era de estagnação econômica e declínio da população; transformá-los, temporariamente ou não, em estruturas flexíveis e sustentáveis, para garantir uma nova apreciação destes edifícios. / Além do mais, a crise oferece oportunidades. A pressão de medidas de redução de custos cria espaço para outros valores. Mais não significa necessariamente melhor, e isso é algo que um número crescente de pessoas estão começando a perceber. Nascida da ideia de cortes e facilitada pela internet, uma cultura florescente de partilha surgiu. Graças ao Greenwheels, Peerby e Airbnb, emprestamos e alugamos carros, ferramentas e até mesmo casas uns dos outros. Pessoas em mais e mais cidades criando associações de moradores para fazer seus bairros mais sustentáveis. E locais ociosos são tomados como "locais de teste" para novos desenvolvimentos espaciais, como a agricultura urbana. A sensação de "cada um por si" não funciona mais, e a sensação de que realmente podemos conseguir algo, unindo forças, está ganhando apoio generalizado. E, algo bastante importante: nós percebemos que é tudo muito mais divertido juntos.

WHITE UPLAND - WUTOPIA

O impacto de White Upland é um símbolo infinito. Um sonho pode ser infinito. Esperança também. É importante que as pessoas entendam que algo temporário, como White Upland, é criado talvez apenas para o prazer ou felicidade de ver uma ideia se tornar realidade. As pessoas estão até dispostas a dedicar um tempo para criar prédios e lugares que são basicamente inúteis. Transitório, fugaz, mas paradoxal, tem um significado mais permanente em White Upland.

PASSARELA KENZO - DOSIS

A arquitetura deste projeto questiona a ideia de que os lugares permanecem e o tempo flui. Os arquitetos se empenharam em criar cidades instantâneas, inspiradas naquelas imaginadas por Peter Cook no Archigram. Cidades que fluíam pelo espaço tempo, movendo-se para onde a sociedade precisa delas. Antes mesmo de terminar o curso, na mesma universidade que o próprio Peter Cook dirigia, a dupla de arquitetos imaginava fachadas que voavam e se moviam pela cidade.

Se a coleção de outono inverno de 2020 de KENZO é uma coleção inspirada no nomadismo, na viagem [sic], na riqueza do estar em trânsito, a arquitetura que a envolve é essencialmente nômade. É uma estrutura viva que pratica a deriva, transitando sem rumo. Em concordância também com a qualidade transformável da coleção FW20 de KENZO. Seguindo as características dos trabalhos anteriores de DOSIS, escritório fundado por Isabel Collado e Ignacio Peydro em 2006, a estrutura criada para o desfile é reconfigurável e transformável. Se adapta de maneira mais dinâmica a cada situação e a cada local. É uma estrutura viva que transmuta em função das condições do ecossistema ao redor.

Em fevereiro passado Paris viu nascer a última criação pneumática do DOSIS. Agora o mundo é um espaço latente, para recebê-la instantaneamente, por um tempo indeterminado.

COBERTURA FEIRA DE VER-O-PESO - 629 ARQUITETURA

Já no que se refere à questão conceitual, que fundamenta a pertinência da cobertura têxtil ao caso, embora o pavilhão proposto seja uma construção permanente, a feira é de natureza essencialmente efêmera. Segundo Flávio Ferreira, em seu memorial justificativo do projeto da Feira do Ver-o-Peso, na qual ele também usa cobertura em tensoestruturas, a lona é um elemento consagradamente utilizado em abrigos temporários, em estabelecimentos provisórios de naturezas diversas. A feira, portanto, sendo, por definição, um evento não permanente, pode expressar a efemeridade de seu caráter por meio do tipo do material que a cobre.

PAVILHAO DE BAMBU - FESTIVAL DA BJJFU - SUP ATELIER

Revisitando todo o processo de projeto e construção do pavilhão, esperamos que este edifício não seja considerado apenas uma simples estrutura temporária, mas um protótipo que possa servir como exemplo para futuro desenvolvimento de projetos similares em bambu, uma espécie de estrutura aberta que pode ser adaptada de acordo com as diferentes demandas e necessidades de cada situação específica.

JARDIM (A)TEMPORAL - OCAMICA TUDANCA

A intervenção proposta vai mais além desta Bienal. Entendemos o jardim como um processo, não como um fim. Trata-se de um diálogo entre o visitante e o jardim informal. De 26 de Maio até 25 de Novembro, este será o jardim (a)temporal do Pavilhão Espanhol da Bienal de Veneza. Durante esses meses, as ações de todos darão energias a este espaço esquecido.

Uma vez terminada a Bienal, voltaremos a abandonar este espaço. Mas o jardim que haveremos transformado seguirá ali, alheio a nós e às nossas vistas. E assim seguirá funcionando sob suas próprias lógicas, movimentando-se, transformando-se, até que voltemos a prestar atenção nele para a próxima Bienal. Então, o jardim será diferente, haverá crescido e evoluído. Seguirá sendo o jardim (a)temporal.

NOVO ALBERGUE EM RUA VIEJA - SERGIO ROJO

A temporalidade de um lugar ocupado provisoriamente muitas vezes ocasiona a falta de interesse por sua manutenção; e quando se sabe de antemão que o uso de um espaço será limitado em tempo, a preocupação com o mesmo fica comprometida.

Isto é o que aconteceu com as paredes do antigo Liceo, que sobreviveram durante décadas em estado de permanente provisoriabilidade, já que seus moradores conceberam sua permanência como algo efêmero. Além disso, sofreu forte deterioração durante a segunda metade do século XX.

PAVILHÃO DE CONSTRUÇÃO TÉCNICA - HOSPITAL GERAL UNIVERSITÁRIO DE TOLEDO - TASH

A expiração de uso em um edifício é normal e comum, mas isso não se deve nos confundir, nem nos levar a projetar construções temporais. Projetar um edifício significa um desgaste econômico e ambiental que não deve ser dissipado. Sob o ponto de vista estrito, arquitetura temporal só deve ser associada a espetáculos teatrais, de modo que o desgaste é visto para alcançar ações mais elevadas. Com esta construção, propomos indicar a temporalidade em relação ao seu uso, de modo que petrifica seu caráter. / A ortogonalidade do edifício permite controlar o espaço e definir uma referência para o resto do projeto, então as extensões podem ser incorporadas para utilizações futuras.

(Hoje, é centro de vacinação de COVID)

ARTEFATO Nº1 - ALFREDO THIERMANN RIESCO

Através das técnicas cinematográficas tradicionais, a construção que aqui apresento cria um imaginário de abandono do mundo, em virtude de uma acumulação de imagens, símbolos e sensações espaciais que se relacionam diretamente com as características arquetípicas de objetos e espaços que tenham processos, historicamente acompanhados, de abandono, desterritorialização, de exílio e auto-exílio. / Visto de fora ou de longe, a forma monolítica da estrutura é apresentada como um bloco errático na paisagem. Errático, na medida em que sua geometria e tamanho relacionam-se com um lugar que não é o único onde ele está localizado. / Reforçando a metáfora e a literalidade neste processo de desterritorialização, a estrutura foi cercada, pela primeira vez, por inundações naturais do local, e, posteriormente, inserida e destruída pelo fogo. A construção do imaginário de abandono do mundo só faz sentido em uma dimensão efêmera. Em um objeto arquitetônico, o que resta é a experiência de sua própria construção, o seu registro cinematográfico, e a lembrança de sua destruição.

PAVILHÃO LAJE - ART RIO 2021 - EVORA ARQUITETURA

Pódio acessado por rampa ausente de signos arquitetônicos maiores. Conjunto que se monta, desmonta, desmaterializa e desaparece em 07 dias. Eficiente, não deixa rastro, só registro e memória. / O Pavilhão se insere na fronteira entre um edifício e um não edifício. / O projeto começou a ser desenvolvido em maio de 2021 e se insere em longa pesquisa do autor pelo tema das Arquiteturas Temporárias. Évora, que é professor de projeto na Puc Rio, já desenvolveu instalações de emergência para as forças brasileiras no Haiti, projeto para o Golfe Clubhouse dos Jogos Olímpicos Rio2016 e para o MoMA NY.

ANFITEATRO LA CONCORDIA - COLAB-19 + TALLER ARCHITECTS

Dando continuidade à iniciativa da Prefeitura de Bogotá de gerar intervenções de reativação econômica, uma equipe convocada pela Sociedade Colombiana de Arquitetos realizou o projeto do Anfiteatro La Concordia. / A partir das lições aprendidas com o projeto “La perse” (colab19.co/la-perse), percebeu-se que o conceito de distanciamento físico vertical por andaimes foi muito bem-sucedido, pois conseguiu triplicar a capacidade da Plaza de la Perseverancia. Isso, em seu propósito, ajudou sua reativação econômica em tempos de pandemia. / A pandemia de 2020 conseguiu intensificar as desigualdades existentes em todo o mundo. Em um contexto latino-americano, onde a grande maioria da população não tem a possibilidade de trabalhar em casa, as repercussões socioeconômicas se farão sentir nos próximos anos. Por isso, Colab-19 (colab19.co) faz uma convocação a outros escritórios latino-americanos que buscam se expandir para trabalhar de forma colaborativa e assim mitigar os problemas presentes em nosso contexto por meio de intervenções de arquitetura táctica.

YARDHOUS - LONDRES - ASSEMBLE

Construído por menos de US \$136,000, o projeto obtém uma alta qualidade em relação ao dinheiro investido e garante custos de aluguel acessíveis aos usuários finais. O edifício estava totalmente

reservado antes de ser finalizada sua construção, inclusive possuíam um excesso de 10 solicitações para cada espaço. / A distribuição e o preço de aluguel do edifício refletem uma aspiração de gerar um ambiente de trabalho amigável e de colaboração, proporcionando uma valiosa oportunidade para os profissionais criativos, ao ampliar seu marco de referência e aprender novas habilidades através da interação de trabalho com outros. O edifício está planejado para os designers e artistas que se dedicam ao trabalho prático. Não foi concebido como um lugar tranquilo de trabalho de escritório, mas sim, como um espaço para uma variedade de processos sujos, ruidosos, táteis e experimentais.

CHIASSMA - ASSOCIAZONE ACROPOLI

A instalação, oferecida pela Acropoli ao DICAM, é um trabalho semi-permanente: o terraço da faculdade hospedará a instalação por pelo menos um ano.

PUBLIC FARM - MOMA PS1 - WORKac

Como a instalação foi desmantelada, o trabalho foi compilado no livro 'Above the Pavement-The Farm! Architecture & Agriculture at PF1', para enaltecer a importância dos espaços verdes e a forma que elas incidem na participação do desenvolvimento urbano.

A FORMA DA FORMA - 4ª TRIENAL DE ARQUITETURA DE LISBOA - MARKLEE + COSTA + KGDVS

Mariabruna Fabrizi e Fosco Lucarelli foram convidados a refletirem com base em uma seleção de exemplos de sua plataforma, o Socks Studio. Eles destacaram a permanência da forma e sua capacidade de condensar um conjunto de valores incorporado em qualquer coisa visível. / Com origem em diferentes períodos de tempo e regiões do mundo, o conteúdo destaca o que permanece constante e o que mudou, além de identificar analogias e afinidades na criação do ambiente construído. / Com curadoria de Diogo Seixas Lopes, a exposição A Forma da Forma é também um processo em si. Em última instância, seu objetivo é se tornar um "espaço de encontro" que possa demonstrar o significado da forma no projeto de arquitetura - no passado, presente e futuro.

LISBON FALLS - MARCELO DANTAS

O resultado é uma cenografia dinâmica, materializada numa estrutura simples em madeira, de carácter efêmero, por oposição à perenidade da pedra da fonte e das suas esculturas.

PORTHOLE - TOMA!

The PortHole, portanto, oferece uma experiência completamente dedicada ao prazer de contemplar a paisagem enquanto se desfruta da brisa da costa embalado pelas ondas - as do pavilhão. Um lugar que sugere relaxamento e interação, um momento de reflexão que perdurará muito tempo, além do efêmero.

PLAYLAND / LIKE Architects

Pelo fato [das boias] de serem insufláveis, leves e fáceis de transportar, facilitaram a construção de formalizações efêmeras de larga escala.

CHROMATIC SCREEN / LIKE Architects

Projetado e construído pelo grupo LIKEarchitects para o Porto Show de 2012, a instalação Chromatic Screen é uma intervenção representativa do trabalho efêmero que se situa num limiar entre arquitetura, design, instalação urbana e arte.

PARTY ANIMAL / LIKE Architects

Independentemente do seu evidente valor histórico ou arquitectónico e da sua localização, bem central em Lisboa, a Praça de S. Paulo apenas se tem conseguido afirmar como lugar de passagem a caminho dos bares e clubes alternativos da baixa da cidade – estando paradoxalmente marginal e desertificada bem no centro da cidade. / Aproveitando as comemorações do padroeiro da cidade –

Santo António – que ocorrem durante todo o mês de Junho, a Ordem dos Arquitectos juntou forças com a Associação Cultural Parafernália, a fim de revitalizar e reactivar este lugar procurando devolvê-lo às rotas culturais da cidade. / Numa perspectiva urbana e a médio/longo prazo, este projecto foi uma acção temporária que, tendo sido especialmente proveitosa para comunidade local ao longo todo mês de Junho, poderá vir a ter consequências benéficas para o lugar, enquanto espaço integrado na vivência urbana e cultural da cidade, permanecendo, assim, num tempo mais vasto.

BUS STOP SYMBIOSIS / LIKE Architects

Para além do orçamento bastante reduzido, os principais critérios de selecção incidiam sobretudo na procura de uma ideia inovadora e na sua pertinente integração no local seleccionado e determinavam que a proposta teria de ser de rápida produção e simples de implementar: capaz de surgir e desaparecer na baixa da cidade sem que nada fosse destruído quando fosse instalada e não causando qualquer dano quando fosse desmantelada. / Tirando partido da dicotomia entre o velho e o novo, a proposta apresenta-se como um plug-in pensado para o centro histórico, assumindo-o claramente como parte da cidade contemporânea, em contínua reformulação. / Embora num tom leve e divertido, BusStopSymbiosis chama assim a atenção para a importância da revitalização e reinvenção dos (espaços públicos nos) centros urbanos consolidados. / Apesar da sua curta existência este projecto chamou a atenção dos media nacionais e internacionais tendo sido destacada a sua pertinência iconográfica e apresentado como um exemplo regenerativo do espaço público. / Assim, interessa-nos agora pensar em BusStopSymbiosis como uma intervenção piloto apta para se adaptar a novos contextos sendo, por isso, replicável na sua essência: trazer o lúdico até ao urbano de um modo eficaz e pertinente, capaz, por si só, de despertar lugares outrora adormecidos.

MEMÓRIA - GRAFTON ARCHITECTS

O escritório Grafton Architects buscou criar uma "casa da memória" dentro da cidade, na qual pessoas poderiam se encontrar, conversar e relembrar velhas histórias, revivendo muitos anos em sua curta existência de apenas 3 meses.

PAVILHÃO DE PORTUGAL - BIENAL DE VENEZA 2016

Usando linguagens distintas, Álvaro e Aldo trouxeram a mesma mensagem à Bienal de Veneza: a cidade que conhecemos, e que desenhamos continuamente, resulta da acumulação de distintas tipologias arquitetónicas - tal qual objets trouvés - que a "memória coletiva" vai retomando ou reciclando ao longo da História.

BURNING MAN ORB - BIG

Na escala de 1:500.000 em relação à superfície da Terra, a orbe reflexiva será construída "no eixo da arte e utilidade, comprimindo toda Black Rock City em um monumento temporal que reflete a experiência do Burning Man." / Além de servir como um farol na Playa, ORB é uma homenagem à mãe terra e à expressão humana, projetada para se mesclar ao entorno durante a noite e não deixar vestígios após esvaziada

SERPENTINE PAVILLION 2020/2021 - COUNTERSPACE

A intervenção, aberta de 11 de junho a 11 de outubro de 2020, incluirá pequenas peças móveis que serão levadas a diferentes bairros de Londres após o evento.

SERPENTINE PAVILLION 2019 - JUNYA ISHIGAMI

Ishigami é o segundo mais jovem arquiteto a projetar o pavilhão, e seu trabalho é conhecido por uma abordagem leve e efêmera.

SERPENTINE PAVILLION 2015 - SELGAS CANO

O programa do pavilhão oferece aos arquitetos uma oportunidade rara para experimentar ideias que uma comissão mais cara e permanente não permitiria.

SERPENTINE PAVILLION 2013 - SOU FUJIMOTO

Sua transitoriedade faz dele um evento, criando uma intensidade que arquitetura permanente tem dificuldade em conseguir.

FLOATING PIERS - CHRISTO

"São projetos que não podem ser comprados, não podem ser adquiridos, não podem ser possuídos, mantidos; são projetos em total liberdade. Ninguém pode adquiri-los, porque se você adquire algo, esta coisa não é mais livre." - Christo. / Neste recente vídeo do NOWNESS, o artista búlgaro Christo explica a natureza efêmera de sua mais recente obra, The Floating Piers, um sistema de plataformas flutuantes envolvidas por tecido amarelo que conecta as cidades de Sulzano e Peschiera Maraglio à ilha de San Paolo através do Lago Iseo, na Itália. Concebida originalmente em 1970, a obra permaneceu aberta ao público por 16 dias, encerrando suas atividades no último dia 3 de julho. Após este período, seus componentes foram desmontados e industrialmente reciclados, deixando o local exatamente do mesmo jeito que fora encontrado. / "É para isso que eles são feitos, para todos; eles existem neste preciso tempo e nunca mais, assim como nossas vidas."

The project is that journey. Sometimes only of 1/2 years, sometimes 25 years, 26 years... All that period.

I often say, the software period and the hardware period. Software period is where the project doesn't exist, only does on the drawings and sketches, and hardware period is when we're in the physicality of the project. And these two journeys, two periods, they are the work of art.

They are not virtual, they are not cinema, they are not photographs... they are real things. They are no "make believe".

They are projects that cannot be bought, cannot be owned, cannot be possessed, be kept. They are projects in total freedom. Nobody can own it, because if own something, it's not free. This is why they are made for everybody, exist in this very precious time and never again, like our life. We are gone, we may never again...

GRAFITTI MINHOCÃO - GUTO REQUENA + FACEBOOK

A arte urbana ficará exposta durante um ano e, durante o mês de junho, à noite, recebeu uma projeção mapeada sobre a tinta.

TOTEM VÍTIMAS COVID - SÃO PAULO - LEONARDO FERNANDES DIAS

A adaptação [do projeto] atende às necessidades de agilidade e instalação do caráter expositivo da iniciativa, mas o layout desenvolvido por Dias prevê também a especificação desses materiais mais duráveis, que resistam a 10 ou 15 anos de permanência no espaço urbano. / A ideia é que o projeto se torne um equipamento público comum tal como bancos e lixeiras e que, mesmo após o abrandamento da situação, permaneça como um equipamento de serventia a medidas sanitárias.

Além disso, outros dispositivos poderiam ser incrementados ao totem, como sensores de temperatura corporal, higienização por meio de raios ultravioleta, câmeras de segurança e chamada de emergência.

VANA - INDIA DESIGN FORUM 2014 - ORPROJECT

Numa contínua transformação, a natureza se funde com a arquitetura, colunas se fundem com o céu e o sólido se funde com o efêmero.

TAG-DF 2013 - AT103

Nosso trabalho como arquitetos foi gerar um estratégia especial para articular estas peças digitais dentro do contexto de um festival, junto com patrocinadores, áreas de comida, café e zonas de

conferências e oficinas. / A arquitetura pode ser o geradora destas estratégias, saindo da sua zona de conforto, gerando novas experiências e percursos que vão além do trabalho clássico do arquiteto mais convencional, entendendo estes espaços como espaços efêmeros, onde a experiência arquitetônica é algo mais ligado à experiência de efeitos do que a espaços específicos.

CABANA "LE PARAVUE" - LE FESTIVAL DE CABANES - MARTIN GAUFRYAU + TOM PATENOTTE
Estas construções efêmeras questionam a relação que temos com nosso ambiente e nossa paisagem.

Segundo Isozaki Arata, no Japão as noções de tempo e espaço estão unidas em um único conceito traduzido pela palavra "MA": o intervalo que existe naturalmente entre dois objetos ou entre duas ações (objetos colocados um após o outro, ações que acontecem uma seguida da outra). Também poderia ser entendido como: vazio e abertura entre dois elementos, por exemplo, a ideia de ausência que opõe o espaço dentro de uma parede ao espaço de um ambiente.

MERCADO ÖSTERLMALM - TENGBOM

O objetivo foi criar um anexo temporário atrativo para o coração de Östermalm, que tenha um efeito positivo em seu entorno durante o dia e noite. Um evento transitório na história urbana de Estocolmo que gerará um grande fluxo de visitantes e fortalecerá a reputação de renome internacional do histórico Mercado.

MERCADO MANIFESTO ANDEL - CHYBIK + KRISTOF

O Manifesto Andel é um exemplo de design reversível, e a filosofia de reutilização é fundamental para o seu conceito. As unidades modulares projetadas por Chybik + Kristof para as necessidades do antigo Manifesto Market em Smichov responderam totalmente ao espaço temporário e ao conceito de operações diárias sustentáveis. Os componentes da construção, como unidades revestidas com chapas de alumínio corrugado, iluminação e móveis utilizados no local anterior ganharam uma segunda vida dentro das molduras de um novo conceito.

Uma plataforma elevada de madeira permite o acesso sem barreiras às unidades e oculta a infraestrutura técnica temporária localizada abaixo. Esta coleção de componentes antigos e novos está reunida sob um emaranhado de andaimes azuis.

O mercado funciona o ano todo e é alimentado por energia limpa de fontes renováveis. O conceito modular do Manifesto Market torna-o compatível com vários espaços permitindo a sua reutilização em locais futuros.

BURNING MAN TEMPLE 2019 - GEORDIE VAN DER BOSCH

Em conjunto com um projeto de iluminação especial, a "forma linear do templo procura refletir metaforicamente a passagem do tempo, com começo, meio e fim", comenta a equipe responsável pela organização do festival Burning Man. "Ao longo da estrutura, há áreas que refletem o percurso da vida: espaços estreitos e amplos, espaços claros e escuros e túneis que criam experiências espaciais e sensações físicas".

PAVILÃO DE BAMBU - NERI&HU DESIGN

Como estrutura temporária, o pavilhão também é portátil e reproduzível. A fim de transportá-lo a outras feiras internacionais foram projetados detalhes especiais de conexão e unidades modulares.

PAVILHÃO "IN ABSENCE" - NGV - EDITION-OFFICE

Occurring annually, the NGV Architecture Commission is an open national competition, which invites architects to create a site-specific work of temporary architecture, activating the NGV's Grollo Equiset Garden.

ESCRITÓRIO TEMPORÁRIO - DRATZ ARCHITEKTEN

Ainda que o projeto tenha sido pensado para ser temporal, os irmãos têm a esperança de continuar com seus experimentos em papel comprimido para projetos permanentes futuramente.

PAVILHAO TEMPORARIO - MUSEU GARAGE - SYNDICATE

Esperamos que este concurso estimule o desenvolvimento da arquitetura efêmera na Rússia.

PAVILHÃO IX BIAU - BCP

A rental structure in front of the Parana. The nature of the ephemeral and time . / Faced with the temporary requirement, it was decided to develop a scaffolding structure, being a completely recyclable system.

ÁRVORE DE NATAL 2016 - HELLO WOOD

Com base na ideia de que o espírito natalino deve perdurar para além das férias e continuar a simbolizar a construção da comunidade e da sustentabilidade no Ano Novo, a árvore de 11 metros de altura feita a partir de caixas de luz será reciclado e reutilizada no interior da sala de concertos em 2017.

ÁRVORES DE NATAL 2017 - HELLO WOOD

Em Londres e Viena, as árvores feitas de trenós recordam um projeto da Hello Wood de 2013; ao passo que dois pontos de Budapeste e outro cidade húngara de Kecskemét receberam o retorno das "árvores de caridade", instalações feitas de lenha, que foram posteriormente desmanteladas e distribuídas para as famílias que precisam da madeira para se aquecer no inverno.

CONCURSO MUSEU NACIONAL TEMPORÁRIO

Em homenagem à força, resiliência e determinação de cada professor, aluno e pesquisador do Museu Nacional/UFRJ, o Portal Projetar.org propõe o exercício acadêmico de imaginar um espaço destinado à sobrevida do Museu Nacional enquanto seu lar definitivo estiver em recuperação. / Se, como afirmou o Museu Nacional, "estar vivo é mais do que sobreviver: é resistir, é lutar, é reexistir", poderíamos chamar esse espaço em meio à exuberante natureza da Quinta da Boa Vista de "Galeria da Reexistência".

PLAYSCRAPER - CARLO RATTI

"This project would not just create a new icon for sports lovers," says architect and engineer Carlo Ratti, founder of CRA and director of the MIT Senseable City Lab. "It also experiments with a new type of public space, extending vertically instead of horizontally. The tower is easy to install and dismantle and can be easily moved. This flexible approach fits the circular nature of today's sports competitions, which move from location to location throughout the year."

EDIBLE BUILDING - CARLO RATTI

"I never liked the fact that exhibitions require the use of large amounts of construction materials that then end up in landfills after just a few months," comments Carlo Ratti, founding partner of CRA and director of the Senseable City Lab at the Massachusetts Institute of Technology: "In this project we thought: what if the pavilion could be dismantled by simply eating it? We also liked the reference to the timeless fairytale of Hansel and Gretel. The construction process, however, proved to be more challenging than we initially thought – as some building parts were eaten up on site during the installation..."

SALONE DEL MOBILE 2022

Os critérios incluem a utilização de produtos ambientalmente seguros, evitando materiais de descarte, e garantindo que a "adaptabilidade" e a "desmontagem para reutilização sejam princípios cardiais ao escolher os componentes do projeto, sempre tendo em mente onde e como esses elementos podem ser reutilizados ou descartados.

PAVILHÃO HERMES - MAURICIO ROCHA + GABRIELLA CARRILLO + TOAF

Tufo ou tepetate são tijolos de terra comprimida de forma natural utilizados durante muitos séculos, sua produção tem baixo custo energético, podem ser assentados a seco e também podem ser reciclados.

MINI LIVING - SEMANA DE DESIGN MILAO 2017 - SO-IL

Móvel e adaptável, a estrutura pode ser desmontada e personalizada para atender a uma variedade de climas.

JERUSALEM DESIGN WEEK 2022

Criado especialmente para o tema 'For Now', o trabalho de designers convidados explorou tanto a efemeridade do projeto quanto o design da efemeridade. A JDW analisou como o tempo pode ser aproveitado para produzir um efeito positivo em períodos de incerteza.

SUPERKOLMEMEN - PLASTIQUE FANTASTIQUE

"superKOLMEMEN é uma intervenção urbana que surge temporariamente para um evento de uma semana no centro de Helsinki e que muda a visão e a percepção do lugar", comentaram os arquitetos antes do evento.

CONSTRUCTING COMMONS - IF/THEN

Constructing Commons is an IF/THEN project exploring the economy of temporary housing and the use of a Biennial to build local housing after it is gone. As part of the 2020 Shenzhen Biennial, the project was seen in the Shenzhen train station, and played on the aesthetics of the duty free store (or 'party capitalism' as we came to call it). Using 'purchasing power' to build collective funds rather than consolidate wealth, the project asks questions about the alternatives to capitalism through the structures of the market.

PAVILHÃO DO VIETNAM - EXPO MILÃO 2015 - VTN ARCHITECTS

A exposição permanecerá aberta durante apenas seis meses, então, não era viável para a realidade do Vietnã investir muito dinheiro e energia na construção desse edifício.

PALÁCIO DE CRISTAL - FEIRA MUNDIAL DE 1851 - JOSEPH PAXTON

O edifício foi posteriormente realocado após a conclusão da exposição, mas, foi destruído por um incêndio em 1936.

TORRE EIFFEL - EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1889 - GUSTAVE EIFFEL

Embora inicialmente desprezada por muitos parisienses por sua presença sobre a cidade e destinada a durar apenas o período da exposição, a torre ainda se destaca como uma das obras de arquitetura mais icônicas do mundo.

GALERIE DES MACHINES - EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1889 - FERDINAND DUTERT + VICTOR CONTAMIN

Sem suportes internos, essa enorme estrutura de ferro e vidro provavelmente baseou-se no Palácio de Cristal como um precedente e foi reutilizada para a exposição de 1900, antes de ser demolida em 1910 para abrir a vista ao longo do Champ de Mars.

PAVILHÃO DO BRASIL (CONCURSO) - EXPO MILÃO 2015 - LOMPREGTA NOLTE

O pavilhão é projetado como edificação temporária com estrutura em vigas de madeira laminada colada, pré-fabricadas, e encaixe de 3300 módulos, que após funcionamento do pavilhão na Expo podem ser retirados e encaminhados para novos usos.

PAVILHÃO DO BRASIL (CONCURSO) - EXPO MILÃO 2015 - FIGUEROA.ARQ

O conceito do IMPACTO ZERO introduz uma cultura de REVERSIBILIDADE, a definição de uma habitabilidade suave e temporal, que deve ser sempre que possível DESMONTÁVEL.

PAVILHÃO DO BRASIL (CONCURSO) - EXPO MILÃO 2015 - ATRIA ARQUITETOS

Este estudo preliminar apresenta uma linguagem própria à efemeridade de feiras como a EXPO MILÃO 2015, visto que possui racionalidade construtiva com elementos estruturais de fácil montagem e desmontagem.

PAVILHÃO "NEW HOLLAND AGRICULTURE" - EXPO MILÃO 2015 - CARLO RATTI

After the Expo, the New Holland pavilion will be dismantled and reconstructed in a second location as an innovative didactic farm, embodying the very idea of recycling and sustainability.

CARLO RATTI

Experimenting with new materials and with the principles of the Circular Economy, we can achieve another ambitious objective: to design buildings that are born from nature, and then return to it.

EXPO DUBAI 2020 MASTERPLAN - HOK, POPULOUS, ARUP

Assim que a Expo terminar, em 2021, os três pavilhões principais serão adaptados e transformados no "Museu do Futuro".

PAVILHÃO DO BRASIL - EXPO DUBAI 2020 - MMBB + Ben Avid + JPG.ARQ

Seguindo a lógica da sustentabilidade, o pavilhão foi projetado de forma a ser desmontável, com materiais pré-fabricados e fundações rasas para facilitar a desmontagem.

PAVILHÃO DA BÉLGICA - EXPO DUBAI 2020 - VINCENT CALLEBAUT + ASSAR

No total, 93 empresas participaram do projeto, 46 das quais estiveram envolvidas no patrocínio do pavilhão projetado nos princípios da economia circular como um Meccano gigante. "O edifício não estará condenado à destruição", disse Pierre-Yves Dermagne, o Ministro Federal da Economia da Bélgica. "Tudo foi feito para que pudesse ser reconstruído, espero, na Bélgica."

PAVILHÃO DA POLÔNIA - EXPO DUBAI 2020 -

A opção pela madeira como elemento construtivo foi motivada pela possibilidade de desmontar e reaproveitar a estrutura no futuro.

PAVILHÃO DA FINLÂNDIA - EXPO DUBAI 2020 -

[...] o projeto leva em consideração a vida útil da estrutura após a conclusão do evento: o pavilhão deverá circular por pelo menos mais cinco anos, após os quais o mesmo será completamente desmontado e reciclado.

PAVILHÃO DA FRANÇA (CONCURSO) - EXPO DUBAI 2020 - CLEMENT BLANCHER + AREP

O pavilhão foi projetado para ser leve e com baixa emissão de carbono, bem como modular e recondicionável. Para não deixar vestígios no local de construção, o pavilhão se apoiará em fundações superficiais facilmente removíveis, possibilitadas pelo projeto estrutural e por uma inovadora parede de gabião.

BURNING MAN

A maioria das cidades cresce gradualmente. Temos a vantagem de poder aprovar um plano de cidade inteiro e torná-lo consistente. Muitas cidades com as quais você estaria mais familiarizado se desenvolveram lentamente com o tempo, por isso não fazem tanto sentido. Esta cidade está planejada para ser temporária, então podemos fazê-la muito mais organizada do que uma cidade comum.

– Professor Plague, Supervisor

"Queimaram todo o trabalho no final. Apenas assim - alguém cria algo que é bonito e depois se rende a ele. É surpreendente."

CAPELAS - PAVILHÃO DO VATICANO - BIENAL DE VENEZA 2018

A intenção do Vaticano é que sejam desmontadas ao final da Bienal, e reconstruídas em comunidades italianas que sofreram com os terremotos dos últimos dois anos.

A 16ª edição da Bienal de Arquitetura de Veneza traz pela primeira vez a participação do Vaticano. Com seu pavilhão da Santa Sé, a cidade-estado convidou arquitetas e arquitetos a projetarem capelas que, após a Bienal, serão relocadas em diferentes partes do mundo.

PAVILHÃO DA ESPANHA - BIENAL DE VENEZA 2018 -

A exposição, organizada pela arquitetura Atxu Amann, ocupou a maior parte do orçamento ao restaurar o edifício em que está situada, "tatuando" suas paredes interiores para carregá-las de 143 propostas que se unificam através de 52 conceitos relevantes para nossa disciplina na atualidade.

[...]

Em becoming, a informação é material e gráfica, no piso 52 adjetivos organizam espacialmente os trabalhos tatuados nas paredes do pavilhão recuperado e agora vazio, desenhado por Vaquero Palacios em 1952. Dentro dessa reforma foi realizada também uma convocatória para transformar o espaço exterior perimetral do Pavilhão. A intervenção ganhadora tem como objetivo permanecer no pavilhão uma vez que a Bienal termine.

/

a equipe por trás de becoming realizou convocatórias específicas no âmbito da Bienal: a primeira delas foi convidar estudantes de arquitetura na Espanha a apresentar um projeto de transformação do espaço externo perimetral do Pavilhão da Espanha em Veneza. A intervenção vencedora poderá ser vista durante a Bienal e tem como objetivo permanecer no pavilhão uma vez que esta termine.

Dentro desta primeira convocatória específica, foram aceitas também as propostas de um segundo grupo de estudantes para reocupar o espaço posterior do pavilhão, que tradicionalmente era utilizado para armazenamento, e que agora se transforma na porta de saída da exposição. Trata-se de uma instalação cortinas que refletem os conceitos que inspiraram a mostra.

FESTIVAL CONCENTRICO 2021

O Concéntrico deste ano apresentou um enfoque mais profundo na sustentabilidade, pois cada intervenção foi pensada com o mínimo de alterações materiais e foi concebida especificamente para ser desmontada

39186 VACANT ROOMS - CONCENTRICO 2021 - VAPAA COLLECTIVE

O projeto foi planejado para ser desmontado, convidando os cidadãos a adotar as unidades [de colmeias] e ajudar a manter a biodiversidade em nível comunitário.

PAVILHÃO LIVMATS - ICD/TKE UNIVERSIDADE DE STUTTGART

Pelos próximos cinco anos, o pavilhão livMatS servirá como uma sala de aula ao ar livre na Universidade de Freiburg, que usa seu Jardim Botânico com conceito de "Aprender com a natureza, na natureza", como um local de pesquisa e ensino.

PAVILHÃO ELUTRA FILAMENT - ICD/ITKE UNIVERSIDADE DE STUTTGART

Após estreia no Museu Victoria & Alberto de Londres, agora está exposto no Campus de Vitra.

PAVILHÃO DE PESQUISA - ICD/ITKE UNIVERSIDADE DE STUTTGART

O objetivo do Pavilhão de Pesquisas ICD / ITKE 2016-17 é vislumbrar um processo de fabricação escalável e testar cenários alternativos para aplicações arquitetônicas, desenvolvendo um processo de fabricação de estruturas de fibras contínuas de longo alcance.

[...]

A estrutura realizada foi fabricada fora do local e, deste modo, o tamanho foi limitado para caber dentro de um volume de transporte admissível.

FÁBRICA DE BLOCOS - VÃO ARQUITETURA

A urgência de abertura do espaço, o baixo orçamento disponível e o fato do terreno ser alugado eram fatores que impediam uma construção convencional para a sede desta fábrica de blocos de concreto em Avaré, interior de São Paulo. Diante a este contexto, os sócios passaram a cogitar a compra de um container, contudo, não nos parecia coerente que o futuro espaço de escritório e showroom da fábrica não empregasse o material por ela produzido. / Foi durante uma das visitas ao galpão, observando o sistema de armazenamento e transporte dos blocos em pilhas apoiadas sobre pallets, que ocorreu a ideia de construir sem a utilização de argamassa. Desta forma a obra seria transformada em uma rápida montagem e o material poderia ser totalmente reutilizado no caso de uma mudança de endereço.

PAVILHÃO GIFE - GOMA OFICINA

A solução expográfica deveria considerar, além da montagem no Centro Cultural, a possibilidade de itinerância, em diferentes configurações que se adequassem aos novos lugares, ainda incertos à época do projeto, ao mesmo tempo, era necessário que estivesse muito bem inserido no contexto do CCSP.

ENTREVISTA COM AL BORDE

GO: Falando sobre essa questão do coletivo, o que é o coletivo pra vocês, o que significa esse termo que tem sido tanto usado e que ninguém consegue defini-lo? Queríamos saber como vocês enxergam esse nome e se vocês se denominam como um coletivo de arquitetos.

DB: Eu não gosto dessa palavra "coletivo". Não gosto porque tem muitas posturas para não reconhecer a prática da arquitetura ou para falar de arquitetos que não fazem arquitetura, que trabalham com coisas mais temporárias... Nós somos um escritório de arquitetura. Somos arquitetos e temos um escritório de arquitetura. Que trabalhamos com outro pessoal, que fazemos colaboração com artistas, designers, com outros arquitetos, sim. Que trabalhamos de maneira colaborativa, sim. Mas somos um escritório de arquitetura.

[...]

Quando você constrói com materiais naturais, acontece que casa não é para sempre. Você tem que reconstruir a cada 5 ou 7 anos as casas.

GALERIA EMMA THOMAS / PROCESSOS DE IMPERMANÊNCIA - MNMA STUDIO

Emma Thomas + A Estufa inauguram um programa de três meses de intervenções e instalações que se relacionam com as disfunções da ideologia do capital e também sua contraposição, a reconexão com a natureza. O próprio espaço expositivo abriga ações, obras, performances e projetos que se relacionam com a investigação de ciclos, processos de transformação e impermanência. [...] Acreditamos nos processos que não falam de "forma" e sim sensações, do efêmero ao permanente.

SAYER STREET - JAN KATTEIN + BD LANDSCAPE

Uma vez concluído o empreendimento dentro de três anos, o andaime modular que compõe a superestrutura será removido, e os pavilhões de espaço de trabalho, fabricados fora do local, serão

reimplantados em uma escola, um espaço comunitário, ou em outro lugar dentro do projeto de regeneração do lote.

Guardar no Meu ArchDaily

57 UNIDADES HABITACIONAIS UNIVERSITÁRIAS - H ARQUITECTES + DATAE

[...] gracias a criterios para el cierre del ciclo de los materiales aplicados en el ciclo de vida del edificio (disminución del uso de materiales por unidad de servicio, sustitución de los productos habituales por reciclados y reciclables, juntas secas y reversibles, mayor durabilidad de la estructura, etc.) ha podido verificarse, mediante un cálculo de impactos ambientales, que es significativamente inferior: hasta un 25% en emisiones de CO2 en fase de producción de materiales, una reducción del 50% de residuos en fase de construcción y hasta un 75% en generación de residuos en fase de deconstrucción.

Es un edificio que una vez terminada su vida útil podría ser enteramente desmontado, los módulos de hormigón y otros componentes podrían ser reutilizados y en última instancia prácticamente todos sus materiales y sistemas podrían ser reciclados, el edificio dejará de ser un producto para volver a ser recurso. Seguramente este potencial de reciclabilidad y reutilización es la característica mas potente de este sistema modular; su sistema de ensamblaje por apilamiento sin uniones rígidas y totalmente desmontables permiten imaginar una futura reutilización del módulo potente de hormigón en otro edificio y para otros usos.

CLUBE DE NATAÇÃO - ATELIE BOW WOW + ARCHITECTUUR ATELIER DERTIEN 12

A plataforma foi concebida para ser remontada a cada verão. Nós escolhemos uma estrutura de aço galvanizado que pode ser rapidamente montada e desmontada.

[...]

O Clube de Natação do Canal é a apropriação temporária do espaço público na cidade. É um novo tipo de arquitetura feita a partir da relação entre os diferentes comportamentos que já existiam ali. A habilidade de nadar das pessoas e a água corrente foram traduzidas em recursos para criar um espaço público alternativo neste projeto. Ele mostra uma posição crítica contra o espaço institucionalizado como uma materialização do anterior conceito de instalação que tem desempenhado um papel importante na política que regia a vida cotidiana no século XX.

OSTHANG PROJECT, MAIN HALL - ATELIER BOW-WOW + CONSTRUCT LAB

The Main Hall is planned to remain at least 5 years after the summer 2014 as a multi-purpose facility on the Mathildenhöhe in Darmstadt. Hence, the possibility to activate the place and try out different uses in order to better understand through real scale the potential future of the Osthang site.

The previously unused property on the east slope of the Mathildenhöhe was brought back into public awareness as a community experiment. The "Osthang Project" was a cultural project space and a catalyst for cultural and creative discourses with regional and international artists and activists, a festival center for architecture, art, design, discourses, concerts and performance.

With the end of the Summer School in 2014, the question arose as to how the structures created should be used in the future. A team of motivated Darmstadt participants in the project developed a concept for the subsequent use of the eastern slope and formed a collective: OHA Osthang. Under the themes of architecture, design, art, theatre, dance, encounters and film, a free cultural center based on the artists' colony of Mathildenhöhe should be created in the future with the consent of the city. From now on, a collective of students from the departments of architecture and design, but also from other departments, as well as some non-students, played on the slope with concerts, exhibitions, flea markets and more.

(2019) In light of the city's announced closure of Osthang, we're celebrating the conclusion of Season 6 on the slope with a big party. Lots of light installations and video mappings illuminate the slope.

Together with Triorität, the special record, the Cassiopeia Crew and the Atre, countless guests celebrate the supposed end of the time on Osthang.

(2020) All clear: Due to the pandemic situation, the construction project for the visitor center on the Mathildenhöhe has been postponed for an indefinite period of time and while the doors of most cultural venues and dance halls have to remain closed, the east slope is turning out to be a real alternative in the pandemic summer of 2020. With a sophisticated hygiene concept and a diverse program Darmstadt was able to enjoy a fantastic summer on the hillside.

The city of Darmstadt and the Mathildenhöhe ensemble is a UNESCO World Heritage Site and is working diligently to optimize the visitor center for the Mathildenhöhe. According to UNESCO objections, the location is now changing further down in the direction of Spessarting, and away from the road into the green area. This gives us time and as long as we have permission to use the slope as an event location and to create an open place for encounters of all kinds.

-

everyone gets the message that there's no longer any room in our cities for fresh culture—often because it's being crowded out by so-called high culture. This is nothing new in Berlin either. In most cases, people there seem to have come to terms with the fact that gentrification, the rural exodus and rising rents, the colorful niches of our dreary culture often have to give way after just a few years. Office buildings with soundproof glass facades, high walls or even multi-storey car parks are then built for this. It's an old song.

It doesn't look any different for us at first glance. Because it's true - it will also hit us very soon with the construction of the visitor center on the Mathildenhöhe. After six exciting years, a lot will change for the Osthang in the future. One thing is already certain: it will never be the way it was and never will be again. However, we know that every ending gives room for a new beginning. We want to inform you about the events of the last few months and the current situation and venture a look into an uncertain future.

MBW GUGGENHEIM LAB - ATELIER BOW WOW

The labs are the brainchild of two Guggenheim Museum curators in their early 30s, David van der Leer and Maria Nicanor, who stress that this is not some sort of ephemeral museum.

"It's a new hybrid, a place where we can learn from each other," Mr. van der Leer said.

Nor did the curators envision the labs as sanctuaries of aesthetic refinement at a remove from the cities around them, like the sleek traveling pavilion designed by Zaha Hadid for Chanel that appeared in Central Park three years ago.

ENGLEWOOD VILLAGE PLAZA - ATELIER BOW WOW

The results can be seen in 15 projects scattered around the city. Each site is designed by international architects and local organizers, who team up to transform those desolate lots. This year, in a first for the Biennial, whatever is built on each site is intended to be permanent.

LOVE LOVE LOVE LOVE EXHIBITION - ATELIER BOW WOW

While many things are made for and during an exhibition, most furniture and fixtures are trashed once a show ends. The exhibition in 2020 will be held for two and a half months to coincide with the 2020 Tokyo Olympic and Paralympic Games. While it lasts slightly longer in comparison to other exhibitions, it is nonetheless only a short period of time and we have to consider this from an ecological perspective. When it comes to this exhibition, however, the duration was even shorter - just three days. For that reason, we used rental exhibition panels and shelves in a design that attempted to

convey the sense of an unfinished "backstage" area as the backdrop for the artworks by incorporating the furniture and fixtures like buffers.

PAVILHÃO DO JAPÃO - BIENAL DE VENEZA 2021

Intitulado Co-propriedade de Ação: Trajetórias de Elementos e com curadoria de Kadowaki Kozo, o Pavilhão Japonês para a Biennale deste ano será construído a partir da estrutura de uma tradicional casa japonesa de madeira, a qual será desmontada, enviada para Veneza e então reconstruída e ressignificada através do uso de novos materiais e soluções construtivas. Desta forma, o Pavilhão do Japão procura demonstrar que materiais e estruturas existentes podem ter uma segunda vida, colocando em cheque a crescente demanda por novos insumos e matérias primas, abraçado a reutilização em detrimento do consumo.

[...]

Apropriando-se das redes de transporte de mercadorias à serviço do consumo de massa, para promover a reconstrução e a reutilização de materiais e estruturas existentes, o Pavilhão do Japão será construído a partir da estrutura de uma antiga casa japonesa do pós-guerra, a qual será transportada até Veneza e reconstruída ou melhor, ressignificada para dar forma ao pavilhão.

Desta forma, o projeto curatorial nos revela como as diferentes camadas temporais que constroem a arquitetura são apenas um momento na vida útil de um edifício. Apropriando-se do conhecimento ancestral e das habilidades manuais dos artesãos locais, os elementos construtivos da casa foram desmontados e reaproveitados para a construção de novos objetos e móveis que adornarão o jardim do Pavilhão do Japão na próxima Bienal de Arquitetura de Veneza. Dando sequencia ao projeto, após o término da bienal, a casa-pavilhão seguirá seu caminho: a ideia dos curadores é utilizar seus elementos para construir um centro comunitário em um bairro popular de Oslo, capital da Noruega.

[...]

O Pavilhão Japonês, com curadoria de Kadowaki Kozo, convida os visitantes a refletir sobre o movimento de mercadorias que alimentam o consumo de massa e a repensar a sustentabilidade e a reutilização na arquitetura. Ao desmontar uma antiga casa japonesa de madeira e transportá-la para Veneza para ser reconstruída em uma nova configuração, a exposição exemplifica como os materiais antigos poderiam ter uma existência inteiramente nova, colocando o movimento atual de mercadorias a serviço da reutilização e não do consumo. O projeto curatorial foca nas possibilidades arquitetônicas de reciclagem de materiais, criando um diálogo em torno da urgência da conservação de recursos.

PAVILHÃO DO BRASIL / MOSTRA "UTOPIA DA VIDA COMUM" - BIENAL DE VENEZA 2021 - ARQUITETOS ASSOCIADOS

Outra razão pela qual optamos por esse caminho [Exibição de filmes] é o fato de que, em geral, depois das mostras, tudo que é produzido é descartado, gera lixo. Pensamos que fomentar a produção de duas obras cinematográficas novas é um modo de perpetuar um legado de todo esse esforço e investimento.

BIENAL DE VENEZA 2021 / HASHIM SARKIS

AD: Enfrentando a situação global como ela se coloca hoje, na sua opinião, como vamos viver juntos em tempos de corona, de revoluções, de crise, nesses momentos de mudança e incerteza?

HS: Não existe agência mais bem equipada para agir na incerteza do que a do artista (e se os artistas permitirem, também a do arquiteto!). Artistas, como nos lembra o poeta John Keats, são perfeitamente capazes de construir mundos inteiros sem evidências completas, sem a necessidade de explicar tudo sobre o mundo. Eles fazem de sua arte uma resposta plausível às condições presentes, não tentando compreender em profundidade a totalidade do problema, mas dando um salto em frente e perguntando, por meio de sua criação, "e se?". E se o mundo pudesse ser assim? Por exemplo, pode muito bem ser que um novo complexo de apartamentos com unidades compactas

de estúdio e cozinhas comuns, salas de jantar e terraços na cobertura surja como uma resposta de design às limitações financeiras dos jovens adultos que os habitam.

Criar alternativas para o mundo é uma maneira diferente de entender o mundo. “E se” é tão válido quanto “como” e “por que”. Um contrato espacial pode ajudar a inspirar um contrato social.

O arquiteto que inventa tais modelos pode estar atendendo às necessidades imediatas dos jovens sem ser capaz de lidar com a falta de moradia em geral, ou as razões pelas quais os membros desse grupo demográfico não podem pagar por suas casas, em primeiro lugar, mas o arquiteto apresenta uma alternativa que é viável, sedutora o bastante e esteticamente agradável para nos levar a imaginar, por meio dessa forma de arquitetura, uma forma de vida desejável, uma resposta alternativa à questão da habitação. No passado, esses experimentos se transformaram em modelos para habitações modernas. O Unité d’Habitation impulsionou um período de experimentação, resultando em novas alternativas. O mesmo aconteceu com os Sunnyside Gardens em Nova Iorque antes disso. Embora muito bem-sucedidos, nenhum desses projetos resolveu totalmente o problema da habitação. Não se trata de menosprezar a necessidade de chegar à raiz do problema da habitação e suas causas, mas de elevar o poder da arquitetura para propor alternativas para conhecer e mudar.

AD: O tema questiona basicamente “o que estamos fazendo quanto ao futuro?”. Com todas essas mudanças de paradigmas, parece que um futuro diferente nos aguarda. Como você percebe esse futuro e o que acha que devemos fazer a respeito? Voltaremos ao mundo que conhecíamos antes?

HS: Temos que nos lembrar de construir uma possibilidade de fracasso nos futuros que prevemos, não porque não possamos projetar ideias e realizá-las ou porque elas acabarão sendo decepcionantes – e às vezes serão – mas porque a imaginação das gerações futuras ultrapassarão as nossas, e porque os futuros que prevemos seriam melhores se incluíssem outros futuros que não previmos. A arquitetura tem outro papel a desempenhar a esse respeito. O futuro é em parte uma pós-racionalização de imaginações, ideias e, sim, espaços e edifícios existentes. Eles são anteriores a isso e, uma vez reunidos em uma narrativa coerente, a impulsionam para frente. Eles a tornam possível. As melhores arquiteturas sempre foram estrategicamente anacrônicas dessa forma. Foram imaginadas alguns passos à frente da visão de futuro que acabou se apropriando deles. Mas elas sobreviveram a esse futuro porque foram capazes de acomodar com sucesso outros futuros que eventualmente prevaleceram.

As melhores arquiteturas [...] foram imaginadas alguns passos à frente da visão de futuro que acabou se apropriando deles. Mas elas sobreviveram a esse futuro porque foram capazes de acomodar com sucesso outros futuros que eventualmente prevaleceram.

Minha briga com a vanguarda é como ela costuma apresentar sua proposta de futuro de maneira singular. No ensino de história da arquitetura e, em certa medida, no ensino de ateliê, tendemos a enfatizar demais a vanguarda porque elas são gráficas em sua clareza sobre como a arquitetura aspira mudar o mundo. Portanto, tendemos a diminuir a importância das abordagens reformistas e revisionistas mais confusas em relação ao futuro. Tenho urgência em dizer que a arquitetura sempre se enriqueceu quando essas abordagens coexistiram. Eu preferiria ficar preso oscilando entre revolução e reforma, até mesmo replicando futuros passados, como costumamos fazer, do que confundir premonições com visões.

A necessidade de desenvolver diferentes disposições em relação ao futuro tem guiado fortemente a seleção de projetos para a Bienal de Arquitetura de Veneza 2021. Você encontrará um projeto muito especulativo, ao lado de um projeto que trabalha lentamente para melhorar as condições existentes no terreno, ao lado de um projeto que produziu um protótipo, ao lado de um projeto que foi implementado extensivamente com resultados comprovados.

SMALL CASE STUDY HOUSE - ATELIER BOW WOW

The original Case Study House was inspired by new construction techniques, especially steel-welding techniques, that were developed during the wars. For this exhibition, we used salvaged wood. I'm interested in recycling from old houses and reusing materials. Perhaps after the exhibition, the same wood will return again to the timber yard.

PAVILHÃO SERPENTINE 2023 - LINA GHOTMEH

As conexões também serão projetadas para facilitar a desmontagem.

LAST, LONELIEST, LOVELIEST - BIENAL DE VENEZA 2014 - PAVILHÃO DA NOVA ZELÂNDIA - DAVID MITCHELL

Curator David Mitchell states, 'the pacific has a great architectural tradition, although hardly anyone honors it. That might be because it is not like European architecture, which is solid and massive and looks permanent. Pacific buildings are timber structures of posts and beams and infill panels and big roofs. it's a lightweight architecture that's comparatively transient.'

PAVILHÃO DE PORTUGAL - BIENAL DE VENEZA 2014

Como em exposições de arquitetura tudo é mediação e representação, veremos muitas fotografias e maquetes de edifícios pretéritos, interrogaremos o seu significado e rapidamente os remeteremos ao esquecimento.

PAVILHÃO PARASITA - BIENAL DE VENEZA 2014 - TCA THINK THANK

Produzidos localmente, materiais industriais foram amplamente empregados, com arames, redes de metal e canos de PVC criando arcos portantes que podem ser facilmente construídos e desmontados após o evento.

WIFI EMBEDDED PORTABLE COMMUNITY - CAMP FOR OPPOSITIONAL ARCHITECTURE - ALEJANDRO (ALEJO) DUQUE + BEATRICE LILO + JB + EWRT/OPENWRT

Collaboration between artists, architects and engineers as a must have in the present times, but not anymore to build "intelligent" buildings, but to think about that invisible space we can only perceive via the use of technologies, to rethink the so called artificial space, that have been explored by the military through GPS devices, radar antennas and many other instrumental technologies we can now reappropriate for new and perhaps temporary liberatory uses. / After tweaking the [hacked internet] box it will be both autonomous and transportable to other sites that might be potential for (temporary) range occupation.

ARCHITECTURE DU RAB - EXYZT

Using prefab scaffolding structure in conjunction with low tech materials (such as shipping pallets, wood trunks, camouflage nets....), EXYZT group built a temporary organic structure to settle in and develop social community networks, during one month.

The everyday changing hybrid structure aimed at responding to neighborhood needs (meeting point, party point, garden, extra-living space, expression point or social relay...) as well as opposing the usual way of urban planning.

EASA ASSEMBLING - EXYZT + EASA

EASA teamed with EXYZT group to plan living space for 460 ppl in a former industrial warehouse in Roubaix, France. The project turned into a 1:1 indoor game made out of 150 scaffolding modules, each 2X2X2 meters. Participants put into spatial stress (too much density) will have to build architectural connections between each other.

INVISIBLE ZAGREB (PROJETO) - PLATAFORMA 9,81

[Invisible Zagreb] investigates possibilities of informal urban and cultural policies that would inhabit [transitional locations] with temporary public activity and serve as a strategic delay before the ultimate changes take place. / Because of the dynamic time share system and intense collaboration between different actors; these spaces represent fruitful temporary grounds of urban culture. / The connections between all transitory locations are their proto urban conditions of crisis and high creativity. / These new public spaces are temporary and difficult to describe as a set of constant spatial qualities. / [Invisible Zagreb] will also provide organization know-how and equipment support to the non-institutional projects and groups interested in temporary occupation of [the city's empty spaces].

EXPO 2030 ROMA - CARLO RATTI

The master plan aims to reverse that process through sustainable, long-term development. After the 2030 World Expo, all the event pavilions will be used for different functions, giving shape to a new innovation district in the Italian capital. [...] "Expo 2030 Roma aims to break new ground for World's Fairs and other large-scale events," says Carlo Ratti, founding partner of CRA and director of the MIT Senseable City Lab. "Our master plan experiments with collective city-making processes, new energy-sharing strategies, and inclusive urban transformations that go well beyond the temporal and spatial confines of the event." / "We conceived this project like a feasible utopia – one that aims to be a catalyst for new projects and ideas. [...]" architect Italo Rota says. "This new approach to temporary events could become the foundation of a new model for urban development."

AGO MODENA - CARLO RATTI

Measuring 20,000 square-meter (210,000 square-foot), the project by CRA and Italo Rota pursues an experimental design approach, matching the practices of architectural conservation with the transformative qualities of kinetic architecture, which is normally employed in temporary installations. [...] comments architect Francesco Doglioni, an expert in the field of restoration and a project's team member. "What we aimed for while enhancing the building's ancient components is dynamic reconfigurability: reversible and adaptive to continuous transformation.[...]"

APÊNDICE D

Discurso entre temporariedade e permanência (escritórios analisados)

ESPAÇO VAI SER DESMONTADO PORQUE RECEBERÁ USO PERMANENTE

YOUNG HOUSE OF ONE - RAUMLABOR

In 2019, the foundation stone is to be laid there for the first sacred building in Berlin, which will unite a Christian church, a mosque and a synagogue under one roof. [...] In the first weeks of May, young people tested what the House of One can be in various workshops. [...] The workshops each ran over two days and there was a lot of discussion, questioning and production. [...] For the central room of the House of One, raumlabor berlin designed a circular pavilion in a wooden skeleton construction, whose dynamic is created by diagonal wooden slats on the outside. After completion of the sacred building, the central meeting point of the religions will be located here. During the workshop, the pavilion functioned as an agora and lounge for the students.

ESPAÇO QUE FOI DESMONTADO PORQUE ÁREA RECEBEU USO PERMANENTE

NUNHEAD VILLAGE - JAN KATTEIN

JKA were appointed to deliver retail improvements and to convert a vacant, council-owned unit into a pop-up shop. / Over the period of two years, we delivered improvements to 20 shopfronts and building facades and supported Southwark to establish an innovative retail incubator, Nunhead Corner. / A competitive application process provided garage entrepreneurs aspiring a high street presence with a no strings opportunity to trial their business in a prominently located and carefully designed shop for a six week period. / Nunhead corner hosted an antique shop, a collaborative makers' outlet, a specialist vinyl shop and a flower shop before a permanent tenant was found.

SKIP GARDEN - JAN KATTEIN

The Skip Garden is a temporary garden in London's Kings Cross growing food and community designed and built by undergraduate architecture students. / The Skip Garden had to give way for the implementation of the King's Cross Masterplan in 2019, although its legacy lives on at the British Library Story Garden and the forthcoming Triangle Site Habitat Area, which was granted planning permission in 2019.

ESPAÇO QUE FOI DESMONTADO PORQUE ÁREA ESTAVA EM TRANSFORMAÇÃO

OP-TREK - SUPERUSE STUDIOS

OpTrek is an artists' organization that, for a period of three years, organizes various projects in the urban renewal district of Transvaal (The Hague). The mobile project office was located in Transvaal in a house that had already been vacated by the residents. / To be recognizable in the neighborhood, OpTrek has the new office given its own face after every move. The mobile project agency OpTrek invited 2012Architecten to make a striking intervention on the facade of the temporary office in Wesselstraat. / The DaklichtErker remained hanging on the facade until the building was demolished in November and OpTrek moved on again, before demolition.

ESPAÇO QUE SERÁ REMONTADO EM OUTRO LOCAL PRÉ-DEFINIDO

USR SESSION [03] "PRACTICES OF COMMONING" - RAUMLABOR

Zuloark's workshop "Epic Urbanism" kicked off with a tour through the Ruhrgebiet and a visit to Emscherkunst – a first shared activity that allowed participants and tutors arriving from different contexts and time zones to get to know each other. / It unfolded during three days throughout a series of exercises with wood elements in Witten's main public square that tested decision making in two phases: p2p – a design and construction of a portico between two persons- and g2g – a negotiation process between the group to erect a temporary free standing structure with the elements previously p2p built. / The workshop concluded by dismantling the structure and a procession-like parade, where wooden porticos were carried from the main square throughout town into a garden to finally be re-assembled for future resident's use.

SAYER STREET - JAN KATTEIN

The temporary nature of the scheme allows it to test responses to some of the pressing existential questions facing town centres across the country, including how to balance the implications of the emerging experience economy against the continuing need for civic spaces that define a sense of belonging in the city. / Once the development behind is completed in three years' time, the modular scaffold that makes up the superstructure will be struck, and the workspace pavilions, manufactured off-site, will be re-deployed at a school, community space or elsewhere within the regeneration site.

ESPAÇO QUE SERÁ REMONTADO EM OUTRO LOCAL NÃO DEFINIDO

STORY GARDEN - JAN KATTEIN

Sited on an empty plot between the British Library and the Francis Crick institute, the garden provides a green social space in the heart of Somers Town while long-term plans for the site are drawn up. / A small office and kitchen building with sheltered outdoor dining area was designed to disassemble and transport to a new location once the tenure on the site is up. / The Story Garden is also the permanent (?) home for the Milk Float, a roving community kitchen and workshop hosting gardening workshops and communal lunches across Somers Town.

ESPAÇO QUE FOI REMONTADO EM OUTRO LOCAL

CASA POLLO - RECETAS URBANAS

En el marco de la feria Construmat 2005, se realizó una exposición titulada «APTM» donde se mostraban seis prototipos de vivienda urbana experimental elaborados con la única premisa de que contarán con una superficie de 30 m² de planta. / Uno de los jóvenes arquitectos utilizó "APTM" como medio para avanzar en su investigación arquitectónica. En vez de montar una maqueta a escala 1:1 construyó el Chicken, un módulo habitacional urbano desmontable y plenamente funcional que sería reutilizado después del certamen como vivienda en un solar de Barcelona. / La difusión de la estrategia de aprovechar los solares desocupados para crear viviendas temporales quedó anulada por la discusión de los metros cuadrados necesarios para una vivienda digna. / Pocos meses después, el arquitecto participó en el festival de arquitectura eme3 y, amparándose en una coartada artística (como hiciera en SU 09), consiguió instalar el mismo módulo en la calle. El arquitecto pactó con los responsables del festival de arquitectura su montaje en el solar de la calle Àlaba 17, donde se podría visitar entre el 20 y el 23 de noviembre del 2005. / Al acabar el montaje, un vecino llamó a la policía. La patrulla que visitó el lugar rellenó la correspondiente denuncia: «ausencia de falta por tratarse de un módulo desmontable de carácter cultural y lúdico». / El módulo no pasó la revisión de adecuación para celebración de actos públicos, porque la escalera de acceso no cumplía con la normativa vigente, aunque se trataba de una escalera de interior reciclada de los desechos de «APTM», donde había formado parte de un pabellón abierto al público sin ninguna restricción. / Igualmente, se denegó la posibilidad de acceder a una cédula de habitabilidad, puesto que el solar escogido estaba destinado a equipamientos. Esta argumentación pone en evidencia que la idea de

usos temporales no había sido entendida por la Administración barcelonesa, ya que la vivienda efímera no cuestionaba los futuros usos del solar para equipamientos.

RECYCLOOP - SUPERUSE STUDIOS

The Recycloop temporarily unites the two waste streams of countertops and rainwater in a shiny installation. / They [The countertops] can come in different shapes and are easy to (dis)assemble thanks to a handy mounting system. / The material from this pavilion was subsequently reused [for different recycloop versions] several times at other locations in the Netherlands and Belgium.

ESPAÇO QUE FOI REMONTADO NO MESMO LOCAL

FRIEZE ART FAIR - SO-IL

Originally intended for a single occasion, the design was so well received by the organizers and the public that it has been used again each year. [...] Set on Randall's Island Park, the week-long event is an experiment in ephemeral placemaking: a flexible and open space for contemporary art in a natural context. [...] The modularity of the tent allows the fair organizers to quickly assemble and reconfigure the space year after year.

ESPAÇO QUE *PODE* SER REMONTADO EM OUTRO LOCAL

NEXT BERLIN 2012 - RAUMLABOR

The two web conferences NEXT and Re:publica together bring 6,000 people to Berlin within a few days. / In order to achieve the greatest possible reusability and flexibility of this temporary installation, we use standardized stage elements as basic building material, which are assembled into horizontal landscapes and barrel-like vertical circular spaces. / The design of the temporary islands and spaces plays with the difference between inside and outside.

KEVN - EXPO, FOOD & DRINKS - SUPERUSE STUDIOS

The new building was built completely dry, making it demountable and easy to rebuild somewhere else.

EBURY EDGE - JAN KATTEIN

A temporary terrace of affordable workspaces, a café and a community centre will provide a continuous place for residents old and new to meet as the Ebury Bridge Estate is re-developed phase by phase. / We made use of accessible and widely available timber framing techniques in construction, creatively assembled to allow the structures to be demounted and re-assembled elsewhere once the site comes forward for development in five years' time.

ESPAÇO CUJOS MATERIAIS *PODEM* SER APROVEITADOS PARA OUTRA FUNÇÃO

PAVILHÃO DA ITÁLIA / EXPO 2020 - CARLO RATTI

The pavilion utilizes three real-sized boat hulls, which could potentially set sail after the event, to create and shape the roof of the building. The Italian Pavilion extends over a surface of 3.500 square meters (38.000 square feet) and will be open until March 31st, 2022. / The Italian Pavilion envisions an architecture which challenges how buildings are usually developed for temporary events such as a World Expo, in which a lot of newly-built structures end up as landfill after just a few months. [...] Three hulls, arrived in Dubai, become the roof of the pavilion, and after Expo, they could set sail to new destinations. / The pavilion will be open for six months, with hundreds of arts and business events scheduled for the space during this time. / 1 October 2021-31 March 2022

ESPAÇOS CUJOS MATERIAIS SERÃO APROVEITADOS PARA OUTRA FUNÇÃO

PAVILHÃO DA ITÁLIA / EXPO 2020 - CARLO RATTI

The Italian Pavilion extends over a surface of 3.500 square meters (38.000 square feet) and will be open until March 31st, 2022. / The Italian Pavilion envisions an architecture which challenges how buildings are usually developed for temporary events such as a World Expo, in which a lot of newly-built structures end up as landfill after just a few months. / At the end of the Expo, they [the ropes] will be reused again, in accordance with the logic of the circular economy. / The pavilion will be open for six months, with hundreds of arts and business events scheduled for the space during this time. / 1 October 2021-31 March 2022

INFO BRIDGE / SUMMER SCHOOL AT OSHANG PROJECT - RAUMLABOR + M7RED + UMSCHICHTEN

“PRE-CYCLING”: The materials for the INFO BRIDGE are borrowed from and later given back to the production-cycle.

ESPAÇOS CUJOS MATERIAIS FORAM APROVEITADOS PARA OUTRA FUNÇÃO

OFFICINA ROMA - RAUMLABOR

OFFICINA ROMA is an experimental building practice, build within an one week long workshop with 24 high school students from all over Italy. [...] Within the five month of the RE-cycle exhibition the OFFICINA ROMA will host a series of workshops and discussions on topics such as experimental building practices, alternative living concepts and recycling design. [...] After the exhibition the "officina roma" was torn down and reused by the Rome-based architecture collective Orizzontale.

ESPAÇO MÓVEL USADO EM MÚLTIPLAS SITUAÇÕES

MRS - SUPERUSE STUDIOS

This multifunctional mobile unit is composed of five separate modules, each of which can be carried by two people. / To facilitate transport, the five parts can be mounted on a trailer. / Once on location, the modules can be placed in different configurations so that the object can be used for many purposes and in different sizes. The space station has already served as a bar&art machine, outdoor patio, and music shop/office/bar; during PARASITE PARADISE it served as a mobile architectural office.

THE KNOT - RAUMLABOR

THE KNOT is a mobile platform for artistic presentation and production, inhabiting different areas of public space, and offering itself as an open space of encounter, exchange and experimentation. In 2010 The Knot visited Berlin, Warsaw and Bucharest, stopping in each city for a few weeks. / The physical core of the project consists in a specially designed structure, adaptable to different urban situations, easily expandable and transportable. / [The participants] became temporary members of a protean and nomad crew, acting both as hosts and guests in a shared and welcoming place. / Temporary communities are the tool of creating another notion of a “promised city”, apart from its capitalist vision.

THE KITCHEN MONUMENT - RAUMLABOR

The Kitchen Monument is a mobile sculpture which has two states of being. This zinc sheetclad sculpture can be extended into public space by a pneumatic spatial mantle that transforms it into a temporary collective space. Different programmes are staged in different places.

The Kitchen Monument is a mobile sculpture that brings the kitchen into the city. After Liverpool, Duisburg, Utrecht and Venice the Kitchen Monument is now coming to Berlin!

THE GREAT ESCAPE - RAUMLABOR

The Great Escape is a "nomadic entertainment facility" that temporarily injects a metropolitan dynamic in small towns through an array of events fusing culinary experiments, DIY building, alcoholic adventures, and multimedia expressions. / The Great Escape will travel the island from town to town, temporarily occupying public space and quickly deploying a set of activities and spaces for social engagement throughout the day and night. It will then quickly pack up and move on to the next town leaving behind a trail of shared stories, culinary exchanges and wine imbued memories.

THE STAR GRINDER - RAUMLABOR

The "Star Grinder" is a mobile planetarium in a camper van. It visits remote places, discovering regional stories from which acoustic images are created, and which can be experienced inside the vehicle.

FAKE ESTATE - RAUMLABOR

It is an effective tool for urban practice, that reuses the platform of a damaged construction trailer. / The new design was conceived to meet the definition of the Building Code for Berlin for buildings that do not require a permit (§61 BauO Berlin). / Starting in 2021 at S27 – Art & Education in Kreuzberg, it moved on in 2022 to the HDS – Haus der Statistik in Mitte, to host Zauderbude, a 2-year research project. May it travel and appear in many different situations across the city!

USO INTERINO ou PIONEIRO QUE *PODE* SE TORNAR PERMANENTE

TEMPELHOF AIRPORT - RAUMLABOR

The strategy focuses on the first steps and the first five years, but suggests frameworks and strategic organizational bodies, that could drive the transformation process in the long term. This learning urbanism works closely with cultural strategies, giving away land for pioneer uses, creating testing situations for long term ideas and translating the activities on site into the planning sphere with the new tool of the dynamic masterplan. / Since 2010 urban pioneers are active on site.

USO TEMPORÁRIO QUE DEVE SER EXTENDIDO

HOUSE OF TIME - RAUMLABOR

The project evolves slowly over time: developed in collaboration with local youth, the House of Time enables them to work together to find solutions to social and community problems through discussions, experiments, and the act of living together. The project is part of the Bruges Triennial 2018: Liquid City, for the duration of which the place is open to all. / After a period of common exploration of how the House might operate, the place now unfolds its own dynamics. The art collective Kunstenaar act as hosts during the weekends. The House of Time is a process planned to last three years; a visit on any given day will reveal a snapshot of it in a moment in time. Having started long before the festival, it will continue to operate into the future.

SUMMER SCHOOL AT OSTHANG PROJECT - RAUMLABOR

The Osthang Project – International Summer School and Festival for Future Modes of Living Together took place in summer 2014 on the underused plot of the Osthang, located amid the historically significant ensemble of the former artist colony Mathildenhöhe. As Summer School and festival it brought together knowledge and experience from architecture, social and political science, economy, activism and art, as well as experimental building and experimental forms of living from around the world. / We invited 60 students and interested people to participate at an experimental building workshop from July 7 to July 27 2014 in Darmstadt. During three weeks we offered the participants of the Summer School the opportunity to develop a temporary campus for the Osthang Project along with international artists and architects. The structures were built over the course of the Summer School and subsequently became a platform for further Osthang Project events. The site of the summer school was available as a public space and a venue for projects and initiatives in Darmstadt and the surrounding region.

FOR A LITTLE WHILE - RAUMLABOR

Realized as part of EMSCHERKUNST 2016, is expected to remain until 2020.

USO TEMPORÁRIO EXPERIMENTAL PARA POSTERIOR PROJETO PERMANENTE

CENTRO ABERTO (ITAÚ) - METRO ARQUITETOS

Os projetos tiveram duração de 2 meses como forma de testar novas soluções em escala real para amparar a elaboração de projetos de intervenção permanente.

EFEMERIDADE DOS USOS - INTERVENÇÃO/INSTALAÇÃO ARTÍSTICA

INSTITUTE OF THE VISIONARIES - RAUMLABOR

We first realized a big drawing on a billboard in the public space of Sukhum/i. / As a second step we chose one of the spaces in the drawing for instant realization together with the local community. During a week long workshop the different elements that composed the Institute were built. / This one-day reactivation of a public space allowed us to test the possibilities of the site and gave a visible impulse in Sukhum/i, opening imaginations for thinking the city of tomorrow together. / After the event, the elements were brought back to SKLAD, which will continue being a space of discussion for the local community. The train station got its old status back, waiting for the next re-appropriation.

ROBODOCK - SUPERUSE STUDIOS

Sculptural wooden Fenix from Robodock Festival, goes up in flames during the closing act. / Because it was not a heavy construction, the Fenix could burn easily and evenly at the end of the festival.

MONUMENTS - RAUMLABOR

On the 28.06.2013, the city of Nantes was conquered by Art.

The work is developed in three phases. Phase one [...] consists of collective construction, dialogue, shared dinners and talks, the development of ideas, all this in the state of inhabiting the court of the Ecole des beaux Arts in the form of an art production camp. Phase two is the intervention in the city on the day of 28.06.2013, a series of placements of the constructed objects in the city spaces. It is the moment of the surprising encounter of the public with the pieces of Art produced, it is the phase of Art appearing in the space of everyday life. Phase three is the phase of memory to the 28.06.2013 in the form of an exhibition in the place of the production where the objects are on display, as well as some remains of the production workshop.

Four movable monuments were built and two movable instruments. / The time element of the work is to place the built monuments in city spaces and let them rest, live with the city for a while. / The day 28.06.2013 became more and more important as a compression of time, of presence, of possibility in one day. / The monuments moved through the city quietly, pushed by a group of workers. / Some of the monuments unfold momentary activities as an unforeseeable turn, a further compression in the creation of a temporary monument to the presence, to "us – here – now". / On the 28.06.2013 the workshop group teamed up with a lot of people from Nantes, to move the objects through the city together.

SHABBYSHABBY APARTMENTS - RAUMLABOR

A Project from September 12th until October 13th 2015 / 24.08 – 02.09. Shabbyshabby Camp construction starting at Marstallplatz in Munich! / 03.09 -13.09 The 24 invited teams will live and work in the camp and spread out into the city to build their Shabbyshabby Apartments. / 12.09 -13.10 each Shabbyshabby Apartment can be rented by anybody for one night. / These collectives come to Munich 3-11 September 2015 and build their ideas. / On September 3rd you and your group come to Munich and build your design in just 9 days. In September your apartment will go to use. / When winter comes we will close the office and dismantle everything.

USO CONTINUADO PELO PÚBLICO EM OUTRO LUGAR

SPERMÖLA - BASURAMA

El público fue invitado a enriquecer el intercambio con sus propios objetos, participar en la acción y llevarse los objetos reconvertidos a su casa.

APÊNDICE E

Lista de projetos temporários fichados, por escritório

Para as categorias discursivas, descrição sobre os projetos, trechos autorais sobre eles e referências, ver a aba "PROJETOS", na tabela disponível em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ugf4rqyvua7RoPiXxABP8ZTFmLKkuoaC6l-0rNG8yqo/edit#gid=543148669>

-

SuperUse Studios / 2012 Architecten

KEVN - Expo, Food, Drinks (2020); Dutch Days - A Look at Holland / Food Regeneration; Exhibition (2018); PET Boom / iPet (2012); Lean Means (2016); Zwammobiel (2014); Casa Sessanta (2014); Ja Natuurlijk - Shop Design \& Interventions (2013); Groene Stadsgevel (Green City Facade) (2011); Fonds BKVB (Fundo BKVB) (2008); Pauze/Play (2012); Tijdelijk Museum Exhibition (2012); Eamescape (2012); Manifesta 9 - Facilities Design (2012); Rickshow (2012); DordtYart (2012); Het Splinterparadijs (The Splinter Paradise) (2011); Robodock Fenix (2010); Chairway to Heaven (2009); Pioneers of Waste (2009); BarArest (2008); ReStructure (2007); Recycloop (2007 a 2012); Robodock NDSM (2006); WORM@VOC (2005); Follyblock (2005 a 2007); Miele Ruimte Station - MRS (? a 2012); OpTrek - DaklichtErker (2003 a 2004); Rottepont (2001).

raumlaborberlin

Die Einhundert Meter Küche (One Hundred Meter Kitchen) (1999); Happy Hour (2001); KinderStadt (Cidade das Crianças) (2002); Haus Köbberling (Casa Köbberling) (2002); Club der Nichtschwimmer (Clube de Não-Nadadores) (2003); Hotel Neustadt / Espresso Bar / Fahrrad Parcours / Kolorado-Neustadt (2003); Kermés Urbana - Create Your Own City (2004); FassadenRepublik (República de Fachada) (2004); Ideenmarkt (Feira de Ideias) / Multiplan (Kolorado-Neustadt) (2004 a 2005); X-Wohnungen 2005 Tour (Tour X-Apartamentos 2005) (2005); Gasthof Bergkristall (Pousada Bergkristall) (2005); Der Philosophenweg (O Caminho do Filósofo) (2005); Der Berg (A Montanha) (2005); Exposição "Produkt und Vision" (2005); Kioskop / Kioskisierung (Quioscópio / Quiosquização) (2005); Extrahaus (2005); Stadtfresser (Devorador de Cidades) (2005 a 2007); Küchenmonument (Cozinha-Monumento) (2006 a 2014); Dolmusch X-Press (2006); Spindel (Carretel) (2006); Culture Club - Kulturzone06 (2006); White Spots (2006); Sternschleifer (Moedor de Estrelas) (2006); Giardini Treasure Map (2006); Remote Control (2006); Brachenpioniere (Pioneiros de Terrenos Baldios) (2007); Duismülsen U(topie)18 - Guia de Viagem para uma Cidade Modelo (2007); Silver Pearl (2007); Foyerstadt (Foyer-Cidade) (2007); Glow-Lounge (2008); Tempelhof Airport (2010); Wohnen Im Turm (Morando na Torre); Der Orbit (A Órbita) (2006); La Ciudad Imprevista (2007); Brandherde (Corações de Fogo) (2007); Wo Ist Hoogvliet (Onde está Hoogvliet) (2007); Eichbaumoper (Ópera de Eichbaum) \& Eichbaum Countdown (Eichbaum - Contagem Regressiva) (2008); City Matress - Die Stadtmatratze (2008 a 2011); Cape Fear (Cabo do Medo) (2018); Info-Point - "Periferic Biennial" (2008); Moderato Cantabile (2008); Raumlaborberlin Kocht (2008); Hovercraft - Lifting Modernism (2008); P2 Residence (2008); Megastructure Reloaded (2008); Architecture Beyond Building - Stick On City (2008); Das System (2008); Überlandboot (2008); Aus Flug Hafen Sicht / Zukunft Mitteldeutschland (Da Perspectiva do Aeroporto / O Futuro da Alemanha Central) (2008); Odyssee Europa (Odisséia Europa) (2010); Seismography City (2009); Tempel der Vernunft (Templo da Razão) (2009); Freund der Moderne - Vordach (Amigo do Moderno - Marquise) (2009); Bang Bang (2009); Pictopia (2009); Generator "Chaise Bordelaise", "Sedia Venezana" e "Biergarnitur!" (2009 a 2017); Generator Wolfsburg e NY (2011); Generator / Brno Public Stage; Generator / Canape Saint Nazaire (2011); Le Tabularium (2009); Die Expedition (A Expedição) (2009); The Promising Land (2009); Raumstruktur 01 (Estrutura Espacial nº1) (2009); Spacebuster (2009 a 2018); Moving Spaces (2008);

Bye Bye Utopia (2010); Audi Urban Future Award (2010); Soft Solution (2010); Hilltone (2010); "Film Ohne Kamera" Exhibition (2010); Open House (2010); House of Contamination (2010); Soap Opera (2010); Make It Take It (2010); Transmediale 10 - Futures Exchange (2010); BXL (2009 a 2011); The Knot (2010 a 2017); Shortcut (2011); Officina Roma (2011); Emma Generator (2011 a 2015); My City Lab Workshop - Parc Grisar (2011); Rosy the Ballerina (2009 a 2012); Der Meteor (2011); Grated Futures (2011); Transmediale 11 - Response:Ability (2011); Crossing Path Superbench (2011); The Big Crunch (2011); IBA Studio 2020 (2011); Mappa Mundi (2011 a 2014); Spectator (2011); Curo Gardem (2012).

Carlo Ratti Associati

Eni Tokamak - Maker Faire (2022); Urban Vision for Manifesta 14 Prishtina (2022); Feeling the Energy (2022); The Coffee Landscape (2022); Solar Coffee Garden (2021); Italian Pavilion at Expo Dubai 2020 (2021); Braiding the Future (2021); Lamborghini Pavillion (2021); Natural Capital (2021); Porto Design Biennale (2021); Parello for Sammontana (2021); CURA (2020); 2019 UABB Shenzhen (2019); Feel the Peel (2019); UFO (2019); The Circular Garden (2019); Circular Restaurant (2018); The Dynamic Street (2018); Living Nature. La Natura dell'Abitare (2018); The Green & The Gray (2017); Sun&Shade (2017); Makr Shkr On the Road (2015); Cool Paris / Pick Your Climate (2015 a 2016); FFD Vertical Plotter (2015); Future Food District (2015); Earth Screening (2015); Cloud Cast (2015); K-way® – Artissima 2014 (2014); 5minuteSelfie (2014); Local Warming (2014); Algaetecture (2014); Open Oven (2014); Makr Shkr (2013); Our Universe (2013); OSARC (2012); Connected Kitchen (2012); L'Italia Dov'è (2011); Digital Minimal (2006).

Metro Arquitectos

Ocupa Rua (2020).

H Arquitectes

57 Habitatges Universitaris 912 (2011).

SO-IL

Pole Dance (2010); Flockr, Get It Louder (2010); Meissen (2011); Pollination (2011); Tricolonnade (2011); Transhistoria (2012); Frieze Art Fair (2012); Spiky (2013); Bad Thoughts (2014); Blueprint at Storefront (2015); Fluid hug-hug OQ (2015); Landscapes of the Hyperreal (2015); Passage (2015); Future Work, Design Miami (2016); The Connective Field (2016); The Zone (2016); Breathe – MINI Living (2017); L'air pour l'air (2017); Home Futures (2018); Fluid Hug-Hug's Darkness Odyssey Part 3: Non-Opera, Becoming (2019); Dubai Global Grad Show (2019); Into the Hedge (2019); Boro Textiles: Sustainable Aesthetics (2020); Currents (2020); Beeline (2020); Murmuration (2020); Jackson Heights Street Seats (2021)

Atelier Bow-Wow

Untitled Gathering (Tokyo2020) (2021); NIPPON CHA!CHA!CHA! (2020); "Made in Tokyo: Architecture and Living 1964/2020" Exhibition (2019); Bar Yatai / Food Yatai; Bench Yatai; Book Yatai; Video Yatai (2018 a 2019); LOVE LOVE LOVE LOVE Exhibition (Pre-event) (2019); Lakeside Dancers Club (2018); Fire Foodies Club (2017); Museum of Together Exhibition (2017); The Japanese House: Architecture and Life after 1945 Exhibition (MOMAT) (2017); The Japanese House: Architecture and Life after 1945 Exhibition (MAXXI) (2016); Tanada Terrace Office (2016); Chigi House (2016); Home / Being Summoned by Morris and Shinohara (2016); Urban Forest (2015);

Piranesi Circus (2015 a 2016); Sakata Observatory of Lives (2015); Canal Swimmer's Club (2015); Manga Pod "Infinity"; Manga Pod "Giant" (2015); Shotgun (2015); Tesegrity Altana (2014); Osthang Project, Main Hall (2014); CCA Casablanca-Chandigarh (2013); Model Home 2013 (2013); BMW Guggenheim Lab - Mumbai (2012); Model Home 2012 (2012); BMW Guggenheim Lab - New York & Berlim (2011 a 2012); Linz Super Branch 2011 (2011); Skyscraper Bookshelf / "The Colour Is Bright, The Beauty Is Generous" Exhibition (2010); Rendez-Vous (2010); Linz Super Branch (2009); "KRAZY!" Exhibition Space (NY) (2009); Small Case Study House (2009); Alpinism (2008); Info Pod (2008); Rock Scape (2008); Furnivehicle (2008); Life Tunnel (2008); "KRAZY!" Exhibition Space (Vancouver) (2008); Iki-Iki Project (2007); Puppet Theater (2007 a 2014); Monkey Way (2006); School Wheel (2006 a 2014); Jumbo Origamic Arch (2005 a 2014); Kotatsu Pavillion (2004); White Limousine Yatai (2003 a 2015); Temporary Autonomous Sarai (2003); Furnicycle (2002 a 2014); Manga Pod / Media Pod (2002 a 2014); Tokyo Recycling Guidebook (2001); Smaller House / Dancing Architecture (2001).

Prefeitura Municipal de São Paulo

Ocupa Rua (2020); Centro Aberto (2014); Mobiliário Temporário - Minhocão (2021).

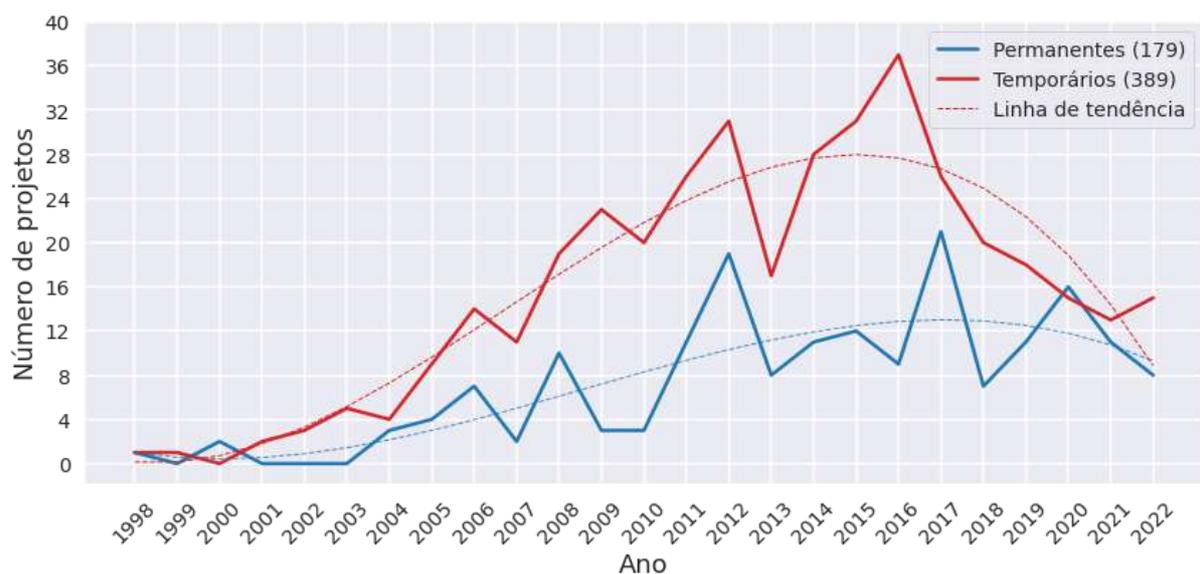
APÊNDICE F

Gráficos de evolução histórica (geral e por escritório)

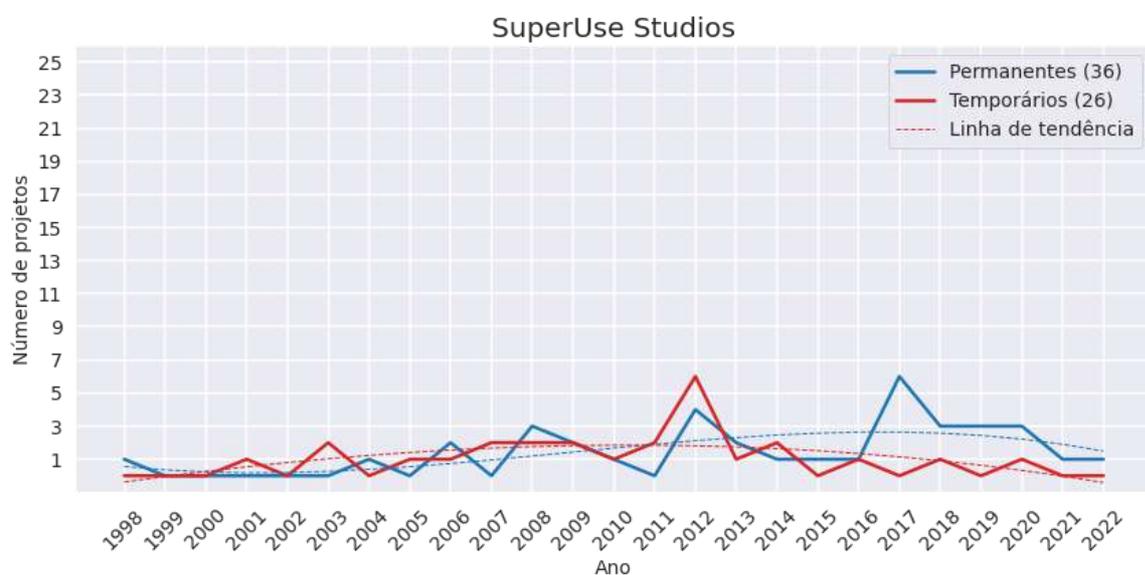
A linha de tendência foi feita a partir de um ajuste de interpolação polinomial dos dados inseridos na tabela, que permite evidenciar tendências a partir de uma modelagem matemática:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ugf4rqyvua7RoPiXxABP8ZTFmLKkuoaC6l-0rNG8yqo/edit#gid=543148669>

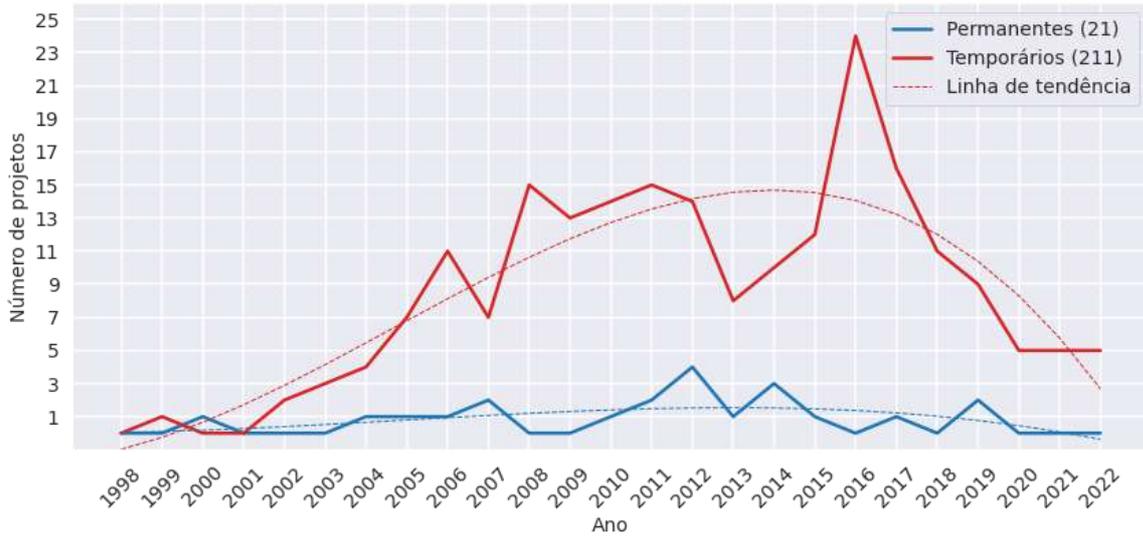
Geral:



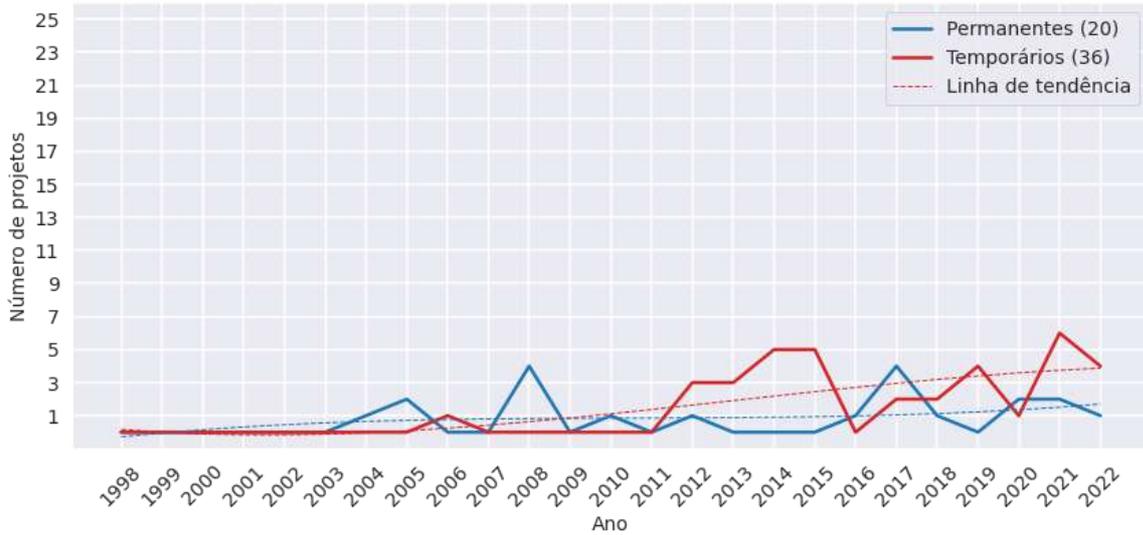
Por escritório:



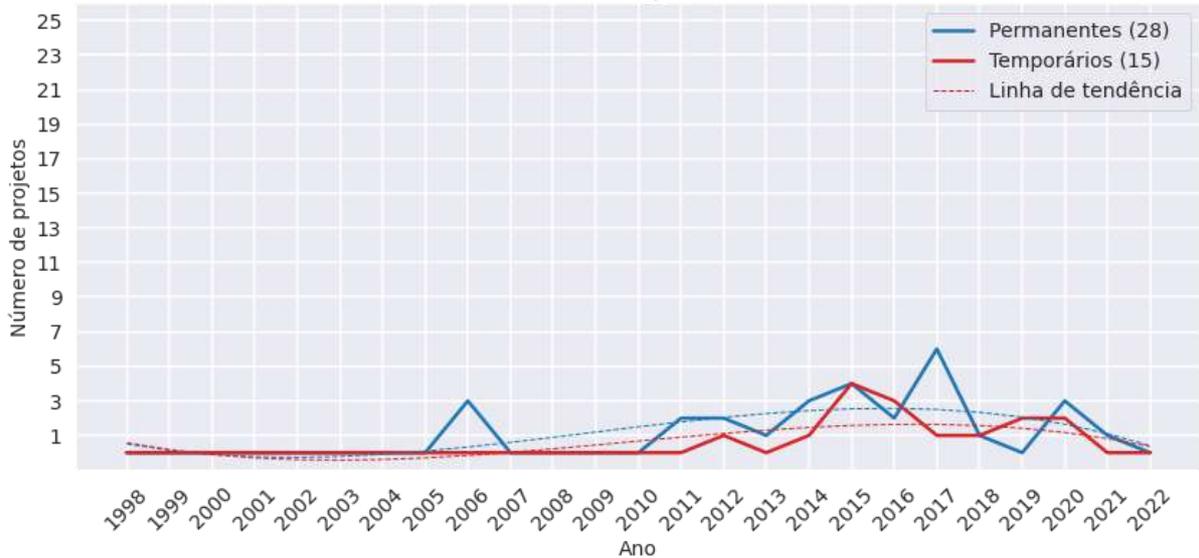
raumlaborberlin



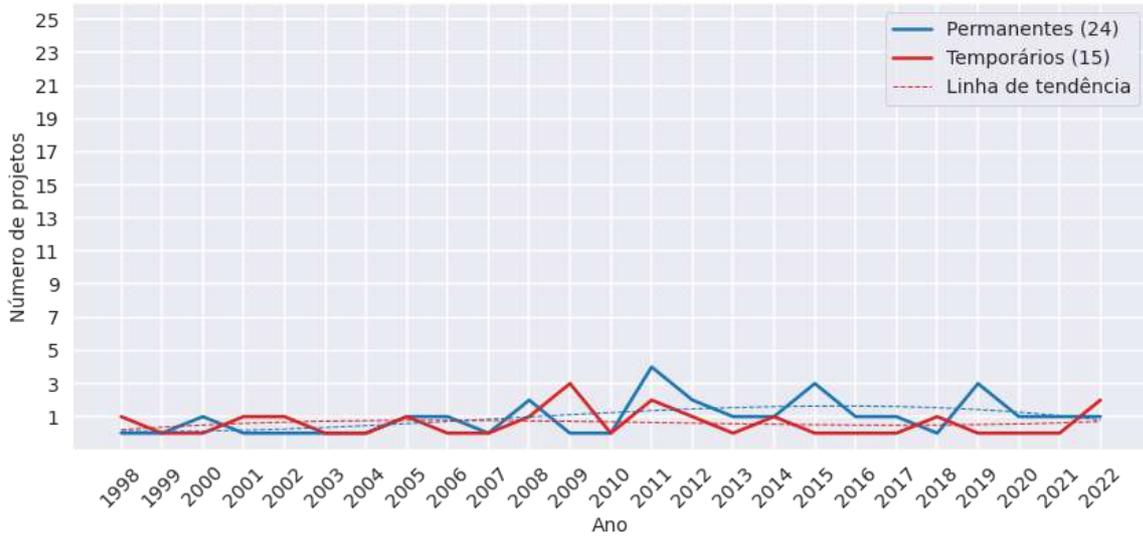
Carlo Ratti



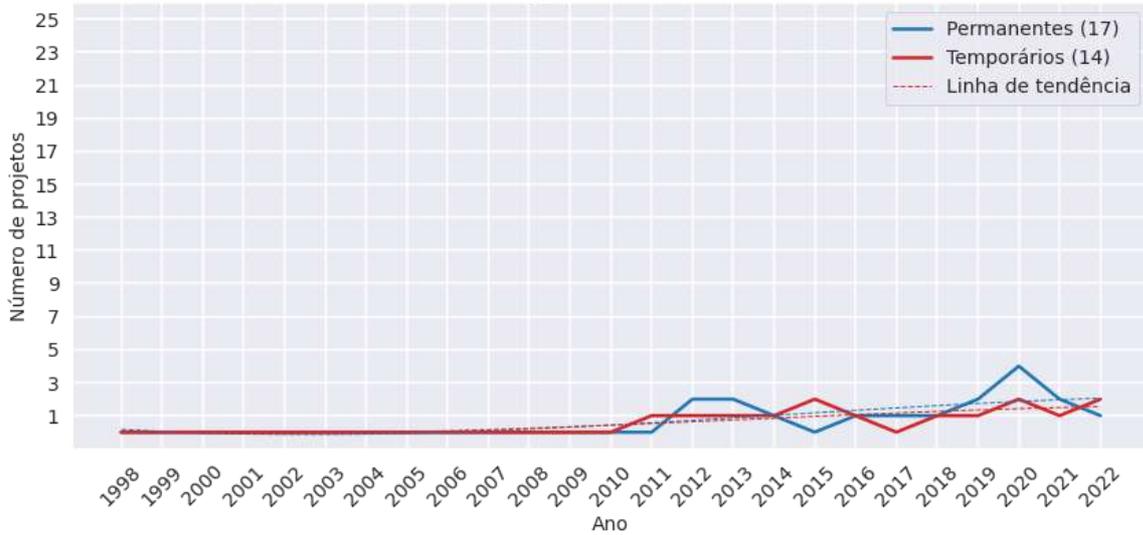
Metro Arquitetos



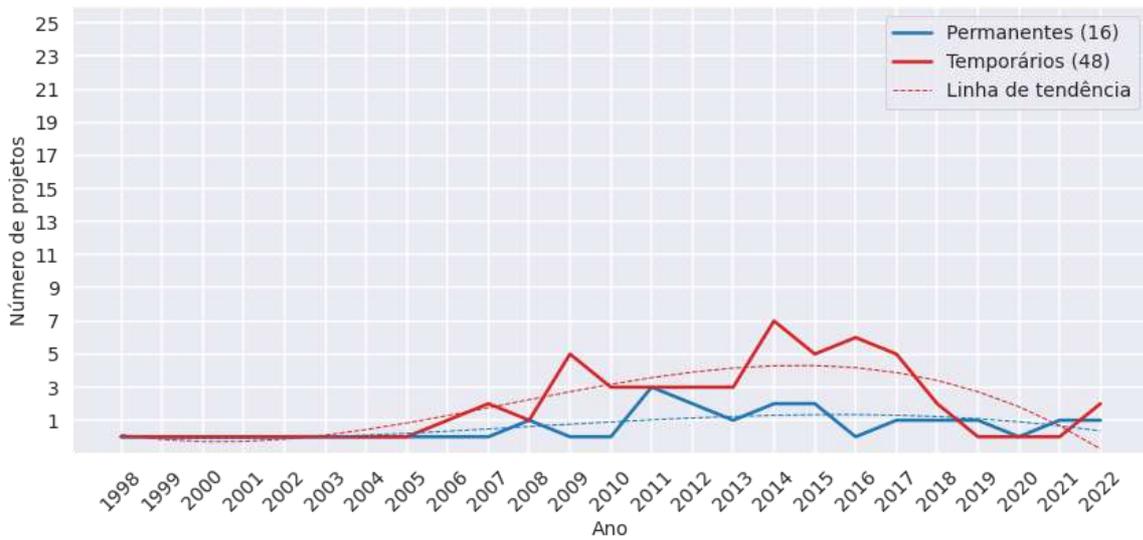
Recetas Urbanas



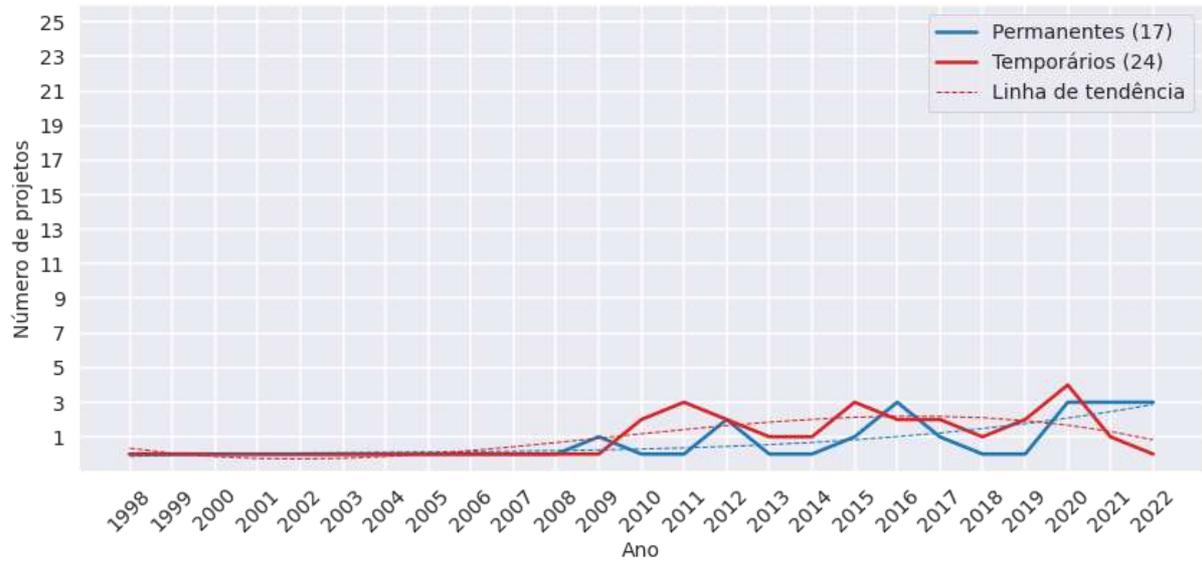
Jan Kattein



Basurama



SO-IL



APÊNDICE G

Entrevistas

A seguir se encontram o link para as entrevistas realizadas durante o período do doutorado:

Centro Aberto - Luana Pereira:

<https://youtu.be/ZlrQDX4HqLc>

Centro Aberto - Kátia Canova:

https://youtu.be/Y0s_zuQ8KZs

The Temporary City - Peter Bishop (Bartlett School of Architecture / University College of London):

<https://youtu.be/qU1qhJ3p6D4>

Meanwhile Space - Ellie Sillet:

<https://youtu.be/YEzty5vee-E>

Huerto del Rey Moro - David Gomez:

<https://youtu.be/J3enGJVapro>

Recetas Urbanas - Santiago Cirugeda:

https://youtu.be/gIGbn_ZlyvQ

L'Autre Soie - CCO - Laurine Alfandari:

<https://youtu.be/MGtX-jnjvMc>

L'Autre Soie - GIE - William Lafond:

https://youtu.be/D5GksI4_eTQ

Raumlaborberlin - Jan Liesegang:

https://youtu.be/_sQ7k7E_VWw

Prinzessinnengarten St. Jacobi - Robert Shaw:

<https://youtu.be/KyMNYgsn-7l>